



A internet como campo de disputas de gênero

**Cristina Scheibe Wolff e
Elaine Schmitt (org.)**

A internet como campo de disputas de gênero. 2024.

Organizadoras

Cristina Scheibe Wolff e Elaine Schmitt

DOI 10.29327/5366407

©Autoras e autores, 2024

©Esta edição: Cultura e Barbárie, 2024

CAPA Elaine Schmitt

REVISÃO Juliana Dantes

Cultura e Barbárie Editora

Caixa postal 5069 | Florianópolis, SC

www.culturaebarbarie.com.br | contato@culturaebarbarie.com.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A Internet como campo de disputas de gênero [livro eletrônico] / organização Cristina Scheibe Wolff, Elaine Schmitt. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC : Cultura e Barbárie, 2024.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87529-41-7

1. Ativismo 2. Gênero e sexualidade
3. Identidade de gênero 4. Internet (Rede de computadores) - Aspectos sociais 5. Sociedade da informação I. Wolff, Cristina Scheibe. II. Schmitt, Elaine.

24-192466

CDD-303.4833

Índices para catálogo sistemático:

1. Internet : Aspectos sociais 303.4833

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

PRODUÇÃO



APOIO



SUMÁRIO

PREFÁCIO

APRESENTAÇÃO

INTERNET, FEMINISMOS, ANTIFEMINISMOS E NOSSAS PESQUISAS

FEMINISMOS E ATIVISMOS ON-LINE

- UMA INTERNET EM TEU CAMINHO: CORPO E AFETOS NO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL
- FOTOGRAFIA, DEMOCRACIA E MOBILIZAÇÕES EM REDE
- “Y LA CULPA NO ERA MÍA, NI DÓNDE ESTABA, NI CÓMO VESTÍA”: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ATIVISMO FEMINISTA NA INTERNET
- HABITAR UM CORPO DISSIDENTE: COMO (RE) EXISTIR EM MEIO À SOROFobia E À GORDOFobia
- “AFETOS TE AJUDA”: TRANSFORMANDO LINGUAGEM EM AÇÃO

ANTIFEMINISMOS E DISCURSOS DE ÓDIO

- IDEOLOGIA DE GÊNERO E FAKE NEWS NO SITE ESCOLA SEM PARTIDO
- QUANDO O ÓDIO ENTRA NAS REDES: VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E ATAQUES EM AMBIENTES VIRTUAIS
- AS FACETAS DO ÓDIO EM DISCURSOS DIRECIONADOS À MARIELLE FRANCO NO TWITTER/X: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE REDES SOCIAIS
- NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIOS NA INTERNET DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: COMENTÁRIOS, PERCEPÇÕES E COMOÇÃO
- UM HOMEM SEM SUA PÍLULA VERMELHA ESTÁ FADADO AO FRACASSO: DESVENDANDO O COMPORTAMENTO REDPILL
- DISCURSOS ANTIFEMINISTAS NO INSTAGRAM DE PESSOAS ELEITAS EM SANTA CATARINA
- FELIZMENTE, PECAMOS AO SUL DO EQUADOR: A “CURA GAY” E OS USUÁRIOS DA FÉ
- MÍDIAS SOCIAIS ON-LINE A SERVIÇO DAS HUMANAS: SUGESTÕES DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS ÚTEIS

FERRAMENTAS DE PESQUISA

- INTERNET, QUADRINHOS E FEMINISMOS: UMA ANÁLISE AUTOMATIZADA DO MINA DE HQ
- PREMIAÇÃO DE MULHERES NA LITERATURA E NA MÚSICA: ANÁLISES DE DADOS DA BILLBOARD E DO GOODREADS
- LEGH ON-LINE: UM ESTUDO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA NA INTERNET

AUTORIA

PREFÁCIO

LOLA ARONOVICH

Ler o excelente livro *A internet como campo de disputas de gênero* me fez lembrar das minhas vivências on-line e refletir sobre elas. Comecei um blog feminista, o *Escreva Lola Escreva*, há 16 anos, e por causa dele sou alvo de inúmeros ataques. Muitos dos temas abordados pelo livro são fundamentais não apenas para os feminismos, mas para os ativismos de forma geral. Dividido em três partes – feminismo e ativismos on-line, antifeminismos e discursos de ódio, e ferramentas de pesquisa –, o livro é um resultado do projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com a eleição de Bolsonaro em 2018, as pesquisadoras Cristina Scheibe Wolff e Elaine Schmitt, que já realizavam seus trabalhos no LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História), no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, tiveram que decidir se se esconderiam ou se se mostrariam. “Esconder-se” fazia sentido porque não é segredo que a extrema direita odeia a ciência e a educação, e tem como um de seus maiores alvos justamente os estudos de gênero (e também a história; a direita é revisionista). Mas “esconder-se” não significava parar. Elas nunca cogitaram parar. Era prosseguir com as pesquisas sem tanto alarde. “Mostrar-se” é fazer esse alarde. E, para ativistas, é uma estratégia de defesa. Fica mais difícil calar quem não está em silêncio.

Por exemplo, em um artigo que abrilhanta ainda mais o livro, Cristina Wolff parte de um episódio marcante (o da menina catarinense de 11 anos que, em 2022, foi enviada a um abrigo por uma juíza conservadora para impedi-la de abortar) para traçar o “entrelaçamento entre corpos, afetos e símbolos, na construção dos movimentos feministas”, e aponta: “não vejo uma hierarquia entre estes e um suposto ‘feminismo hegemônico’. Aliás, quando é que o feminismo existiu no singular?”

Já em outro ótimo artigo, Elaine Schmitt enxerga o “viés esperançar da internet”, em que as redes sociais são usadas para denunciar abusos e injustiças, para manifestações, para que movimentos se organizem, para que o conhecimento seja divulgado. Eu me identifico com esse lado benigno das redes sociais. Eu também, assim que a internet começou a se popularizar, no final da década de 1990, pensava que agora sim, com uma ferramenta tão espetacular, a humanidade iria se dar as mãos, cantar “Kumbaya” e finalmente mudar o mundo – para melhor, claro. Não demorou para que o pior do ser humano, ou talvez de uma parcela do ser humano, aparecesse e estremecesse meu otimismo. A internet é maravilhosa e é impossível viver sem ela, mas ela é também um paraíso para a pornografia infantil, para as teorias da conspiração que visam golpear a democracia, para espalhar mentiras e destruir reputações. Sem dúvida a internet fez muitas meninas e mulheres se tornarem feministas, mas também fez com que o neonazismo e movimentos misóginos florescessem e se consolidassem.

No artigo sobre a magnífica coreografia do coletivo chileno *Las Tesis*, as autoras Claudia Maia, Maria Clara Silva Chaves e Renata Santos Maia lembram que, quando houve a manifestação de “Um estuprador no seu caminho” no Rio, em 2019, as feministas cariocas acrescentaram o verso “Marielle presente, o assassino dela é amigo do presidente”. Sabemos que esse acréscimo não se dá por acaso: Ronnie Lessa, um dos executores, era vizinho de Bolsonaro no mesmo condomínio. Poucas horas antes do assassinato da vereadora, Lessa se encontrou com outro miliciano no condomínio do ex-presidente. E ainda houve o incidente nunca bem explicado do porteiro interfonar para “seu Jair” naquele trágico 14 de março de 2018. Eu sempre penso que, em países mais sérios, uma “coincidência” espantosa dessas levaria à renúncia ou impeachment, mas, no Brasil, Bolsonaro terminou seu mandato e ainda tentou dar um golpe pra ficar mais um pouco no poder”.

Parece um tema distante, mas tudo no livro está interligado, como os preconceitos destilados pela extrema direita nas redes sociais para atacar feministas. No artigo “Habitar um corpo dissidente”, Leticia de Assis combate sorofobia – o preconceito e discriminação contra quem tem Aids – e gordofobia juntos, e declara: “a primeira grande vantagem das discussões do ativismo gordo dentro do ciberespaço: o fim da corponormatividade”. É verdade. Quando comecei meu blog, em janeiro de 2008, eu tinha acabado de ler o icônico *Mito da Beleza*, de Naomi Wolf. Logo, temas como aceitação do corpo e padrões absurdos e inalcançáveis de beleza não saíam da minha cabeça, e escrevi diversas postagens sobre isso. Não que eu tenha sido pioneira, longe disso, mas certamente havia muita gente que queria falar sobre esse assunto e veio parar no meu blog. Já sorofobia não costuma ser um tema tão popular, e também por isso é essencial que Assis aponte o caminho.

Em outro artigo, Aline Dias dos Santos e Renata Cavazanna da Silva analisam o quadro “Afetos te ajuda” do podcast *Afetos*, roteirizado e apresentado por Gabi Oliveira e Karina Veiga, com a participação de Deia Freitas, do “Não Inviabilize”, que oferece um espaço de apoio e acolhimento às ouvintes e, de quebra, mostra a importância de enegrecer os feminismos.

Elionay Rodrigues Marques e Janine Gomes da Silva tratam dos preconceitos divulgados por um movimento reacionário que teve grande alcance. O Escola sem Partido, por um lado, foi um projeto fracassado de Miguel Nagib, seu criador. Fracassado porque o projeto de lei nunca chegou a ser votado na Câmara, tanto que em 2019 Nagib desistiu do que havia iniciado, pois não viu apoio de Bolsonaro. Por outro lado, mesmo sem ter sido aprovado, o Escola sem Partido pode ser visto como um sucesso no sentido de aterrorizar professores, principalmente os de escolas particulares. Existem temas como feminismo, combate ao racismo, à homofobia, à transfobia, e até o estudo de religiões de matriz africana que vêm sendo proibidos de ser discutidos em sala de aula, porque algum aluno pode avisar seus pais (ou filmar a fala do professor), e esse professor será execrado em praça pública – nos grupos de WhatsApp e em vídeos editados que vão pipocar em todas as redes sociais, muitas vezes levando ao “cancelamento” do “doutrinador”.

Athaysi Colaço Gomes, Eduardo dos Santos Chaves e Joana Maria Pedro escrevem sobre violência política de gênero, analisando ataques contra três parlamentares: Talíria Petrone (PSOL-RJ), Manuela D’Ávila (PCdoB-RS), e Geovania de Sá (PSDB-SC). A deputada Talíria, por exemplo, por amamentar seu bebê na Câmara, foi acusada de lacação. E, por ter um filho e defender a descriminalização do aborto, foi acusada de ser hipócrita – “aborto só pros outros”, como a extrema direita gosta de dizer.

Embora a violência política de gênero cresça durante as eleições, ela está sempre presente. Lembro que, durante as eleições de 2018, recebi vários comentários (anônimos, obviamente,

pois eles são acima de tudo covardes) dizendo que em breve eu seria levada para um passeio de helicóptero – como Pinochet mandava fazer com seus adversários, jogando-os lá do alto. Havia comentários em que misóginos se ofereciam para dar choques elétricos em feministas assim que Bolsonaro ganhasse. Eles citavam táticas de tortura empregadas pelo seu ídolo Brilhante Ustra, e, no dia do pleito, desejaram “que cada voto em Bolsonaro seja um rato enfiado na vagina de vocês”.

Analisando os ataques a Marielle Franco em dois perfis no Twitter/X, Lara Lucena Zacchi e Luiz Augusto Possamai Borges chamam a atenção para comentários que louvam Bolsonaro, mesmo que ele nem seja mencionado na publicação. De fato, a ligação que os próprios bolsonaristas fazem entre seu mito e Marielle é sempre eloquente. De 2018 até hoje no Twitter, quando se fala em Marielle, eles fazem questão de colocar nos *trending topics* duas *hashtags*: Celso Daniel e Adélio Bispo. Se a gente fosse mais desconfiada, veria essas *tags* como uma tentativa de cortina de fumaça. Mas o que eles querem tanto esconder, se não têm nada a ver com o assassinato de Marielle?

Durante a pandemia vimos o número de feminicídios dispararem, nos lembrando de outra pandemia ainda mais longa e mortal. Muito antes da COVID-19, em novembro de 2018, o secretário-geral da ONU, António Guterres, classificou a violência contra mulheres de “pandemia global”. Eu, eterna otimista que sou, fui uma das que pensaram que, com o cenário apocalíptico e incógnito no início da pandemia da COVID, haveria mais compaixão, e os homens tratariam melhor as mulheres do seu convívio. O que aconteceu foi o contrário: mais violência doméstica, mais feminicídios, a necessidade de se criar códigos e gestos para que as mulheres pudessem pedir ajuda sem que seus algozes notassem. A internet foi importante, como apontam Pedro Augusto Aguiar e Silva, Rayane Pereira Assunção e Cláudia Maia, para dar visibilidade a esse grave problema, possibilitando uma ampla discussão. Também é muito interessante a pesquisa feita pelos autores sobre os feminicídios ocorridos em Minas Gerais entre o início da pandemia, em janeiro de 2020, e dezembro de 2021, e noticiados pelo *GI*. Entre as 83 notícias analisadas, cerca da metade (44) incluíram o nome completo da vítima, mas apenas 28 publicaram o nome do feminicida. Outro levantamento: em apenas uma das 83 notícias havia referência à cor da vítima, o que, segundo os autores, ajuda a mascarar a conhecida estatística de que a maioria das vítimas de feminicídio no país – quase 67%, de acordo ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública – são negras.

Isabela Rodrigues Regagnan e Bárbara Souto tratam sobre a machosfera, e apontam que um “redpill” como o coach do Campari vende “doses de realidade”. Na pós-verdade, os delírios masculinistas de que vivemos num matriarcado e as verdadeiras vítimas do mundo moderno são os homens brancos e hétero são tratados como “realistas”, assim como estatísticas de que 20% dos homens se relacionam com 80% das mulheres, ou que o valor sexual feminino acaba aos 30 anos (estatísticas tiradas diretamente do que chamo de “Instituto Mascu As Vozes Me Disseram”).

O realismo para os mascus não me parece tão distante da verdade dos evangélicos, principalmente daqueles descritos por Katharine Nataly Trajano Santos e Talita Fernandes Araujo, que falam de como a chamada “cura gay”, totalmente desacreditada pela ciência, é explorada por empresários da fé. Lotados de preconceitos, diante de frágeis certezas (as mulheres dominam o mundo, gays podem ser “curados” através da fé), ambos os grupos – mascus e cristãos simpatizantes à prática da conversão – se atém a “realidades” e “verdades” que eles sabem que não se sustentam.

Sem ir tão longe, é possível afirmar que muitos mascus creem em “cura lésbica” por meio de violência. Há anos eles propagam que “estupro corretivo” faz lésbicas deixarem de ser lésbicas. Em

2023, várias vereadoras, deputadas estaduais e federais de esquerda ligadas ao movimento LGBT (como as vereadoras de BH Iza Lourença e Cida Falabella, do PSOL, a vereadora de RJ Mônica Benício, do Psol, a vereadora de Belém Bia Caminha, do PT, a vereadora de Natal, Brisa Bracchi, do PT, a vereadora Duda Hidalgo, de Ribeirão Preto, do PT, as vereadoras de Uberlândia Amanda Gondim e Cláudia Guerra, ambas do PDT, a vereadora de Florianópolis Carla Ayres, do PT, as deputadas estaduais Bella Gonçalves, do PSOL, Lohanna França, do PV-MG, Rosa Amorim, do PT-PE, e as deputadas federais Daiana Santos, do PCdoB-RS, e Duda Salabert, do PDT-MG, entre outras) receberam ameaças de que seriam estupradas para “corrigi-las e curá-las”.

Essas ameaças hediondas foram enviadas aos emails das parlamentares a partir de agosto de 2023. Quem assina as ameaças é Astolfo, um “doutor em psicologia”, que diz que o estupro que propõe “não é violência, mas uma terapia de eficácia comprovada que ‘cura’ o ‘homossexualismo’ feminino, porque ser ‘sapatão’ é ser uma aberração”, e termina dizendo: “Se quiser, posso ir na sua casa (já tenho seu endereço) e fazer uma demonstração sem compromisso do Estupro Corretivo Terapêutico. O que acha?” O texto é idêntico àquele que circulava num site que viralizou em 2011, que pregava a legalização do estupro e da pedofilia e oferecia recompensas para quem me matasse e matasse o então deputado federal Jean Wyllys. Em março de 2012 os dois autores do site foram presos pela Operação Intolerância, mas foram soltos um ano e dois meses depois. Um deles passou cinco anos ininterruptos reciclando seu discurso de ódio em vários sites, um deles com o nome de “Tio Astolfo”. Em maio de 2018 ele foi finalmente preso de novo, desta vez pela Operação Bravata, e hoje encontra-se na prisão federal de segurança máxima em Campo Grande, MS. Sua missão na vida, diz ele, é me destruir. Ele sequer me conhece e eu nunca falei com ele, mas ele me odeia por eu ser feminista, e também por eu ser casada com um homem há 33 anos, o que vai contra suas crenças (de que toda feminista é lésbica e toda mulher gorda vai morrer sozinha). Infelizmente, um tipo desses, que chamamos de incel (celibatário involuntário, um subgrupo de mascu) tem discípulos, e são eles que vêm ameaçando parlamentares LGBT e negras, na maior parte das vezes sem se darem ao trabalho de mudar o texto.

Através do artigo de Ana Carolina Andrade de Camargo e Cristina Wolff sobre antifeminismo no Instagram de pessoas eleitas em SC, descobri que uma deputada estadual de extrema direita, que conseguiu se eleger ao processar a professora Marlene de Fáveri, que não quis mais orientá-la depois de ler as barbaridades que a moça dizia em suas redes sociais (depois ela perdeu o processo, mas já havia sido eleita), oferece uma oficina (paga) sobre “dez mentiras feministas”. É irônico e não deixa de ser divertido que bolsonaristas, logo eles, os reis das fake news, apontem mentiras de outros grupos. Bem, de mentiras eles entendem. Mas pensei: como sobra tanto tempo para essa deputada oferecer oficinas? É isso que ela está fazendo quando não está aprovando emendas de R\$ 250 mil para repassar verbas públicas para que seu advogado (aquele famoso por ofender Mari Ferrer numa audiência) use na Federação Catarinense de Hipismo que ele preside? Como ela encontra tempo livre para oficinas antifeministas se ela gastou um salário mínimo por dia (pago com nosso dinheiro) para custear viagens e participar de congressos de extrema direita pelo mundo? E por que confiar numa mulher que já disse várias vezes em suas redes sociais que as mulheres não deveriam trabalhar fora, e que ela mesma só trabalhava fora (era professora de história que ensinava os alunos que nazismo era de esquerda) enquanto não tivesse uma família para cuidar? Esta é uma das maiores contradições das antifeministas: elas fazem uma lucrativa carreira demonizando o feminismo, ao mesmo tempo que dizem que mulheres devem ficar em casa cuidando do marido e dos filhos.

A parte do livro dedicada a ferramentas de pesquisas também é fascinante, apesar de ser mais específica. Em “Mídias sociais on-line a serviço das humanas”, Mirella M. Moro e Ana Paula Couto da Silva destacam métodos e ferramentas computacionais dentro do “dilúvio de dados”, a fim de ofertar “uma breve coletânea de definições e referências para diferentes técnicas e ambientes computacionais que estão disponíveis para o processamento de tais dados, especialmente dados textuais”.

Em “Internet, quadrinhos e feminismos: uma análise automatizada do Mina de HQ”, Cintia Lima Crescêncio, Gabriela Alves Costa Fernandes Ferreira, Fernanda Rocha Gonçalves e Mirella M. Moro se debruçam sobre o Mina de HQ, projeto feminista de Gabriela Borges que resultou em site, revistas impressas (lançadas com financiamentos coletivos), e um selo independente.

Em “Premiação das mulheres na literatura e na música: análises de dados da Billboard e do Goodreads”, Marina O. Silva, Gabriel P. Oliveira, e Mirella M. Moro indicam que, no Goodreads, mulheres dominam a categoria de ficção, enquanto homens dominam a categoria de não ficção. Porém, na música, pelo menos no Billboard, o domínio é masculino em quase todas as categorias. Os autores concluem que “Em contraste com a indústria do livro, o padrão da música para a maioria das categorias é dominado por homens, com poucas demonstrando uma representação mais equilibrada”.

No artigo “LEGH online: um estudo netnográfico do Laboratório de Estudos de Gênero e História na Internet”, de Ailê V. Gonçalves, Emili Cristie Marchiori, Marina de Oliveira Bortolatto e Elaine Schmitt escrevem que em 2018, trágico ano em que Bolsonaro foi eleito, “as redes sociais on-line do Laboratório não apenas serviram como um meio efetivo de divulgação científica, mas também se transformaram em uma ferramenta estratégica de enfrentamento”. Exatamente: a opção diante da barbárie foi não se esconder.

A sensação que tenho ao ler *A internet como campo de disputas de gênero* é de alívio. É a de que sobrevivemos à tempestade perfeita, formada por um governo de extrema direita irracional e negacionista em meio à pior pandemia dos últimos cem anos. Nós, pesquisadoras e ativistas feministas, estivemos – estamos ainda – na linha de frente de combate ao bolsonarismo. Se não fosse o voto das mulheres, conquistado arduamente há cerca de um século ao redor da Terra, o mundo estaria dominado pela extrema direita. Em todos os países em que homens abraçam o extremismo de direita, a proporção de mulheres que o rejeitam é enorme. Somos a resistência num campo de disputas. E a mão em punho que tantas vezes levantamos é uma mão não servil.

INTERNET, FEMINISMOS, ANTIFEMINISMOS E NOSSAS PESQUISAS

CRISTINA SCHEIBE WOLFF E ELAINE SCHMITT

Em 2018, as pessoas que, como nós, dedicaram sua carreira aos estudos de gênero, levaram um grande susto. A eleição de um presidente da República autodenominado de extrema direita, cuja plataforma incluía de maneira central o combate à chamada “ideologia de gênero”, juntamente com um processo que já vinha perseguindo professoras por todo o país, gerou um clima de temor nas universidades e centros de pesquisa de gênero, mulheres, feminismos e sexualidades. Percebemos, muito cedo, que além da censura ao ensino crítico e emancipatório, a “desinformação generificada”, cujo objetivo é fortalecer narrativas que se opõem às pautas feministas e de gênero para criar obstáculos ao pleno exercício de direitos fundamentais de meninas, mulheres e outras minorias, já se tornava uma realidade amarga.

Na época, pensamos em duas formas de ação: ou nos “esconder” ou nos “mostrar”. Quer dizer, ou adotar um certo silêncio no espaço público, continuando as pesquisas e ensino sem muito alarde, ou expor de uma maneira mais explícita todo o trabalho que temos feito no Laboratório de Estudos de Gênero e História, localizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi assim que começamos a incrementar a presença do LEGH nas redes sociais, especialmente Instagram e Facebook (@legh.ufsc), além da organização de eventos on-line, da criação do canal do YouTube (@GeneroeHistoria), entre outras ações.

Essa eleição também gerou uma grande pergunta sobre a importância das redes sociais e outras formas de comunicação on-line neste processo contemporâneo de ascensão de movimentos de direita e de um discurso antifeminista e anti-LGBTQIAPN+. Nesse sentido, fomos compreendendo que a violência de gênero e a desinformação generificada possuem conexões importantes, como um *continuum* (Valente, 2023), uma vez que são amplamente atualizadas por meio da dinamicidade que redes sociais on-line e tecnologias apresentam, reforçando as já antigas desigualdades que estruturam a sociedade brasileira, além de construir novas.

Logo em 2020 veio a pandemia causada pelo coronavírus, e toda a nossa vida de professoras e pesquisadoras se deslocou, por um bom tempo, para o espaço on-line. Como dizia uma música feita na época, fomos morar no computador. Foi essa sensação de que algo estava acontecendo, e que ameaçava os caminhos trilhados pelos estudos feministas, bem como os direitos tão duramente conquistados por mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, e a valorização do espaço da internet, que nos levou a pensar em um projeto de pesquisa sobre a internet e a disputa entre feminismos e antifeminismos, incluindo sites, redes sociais e mídias sociais. O projeto, aprovado no Edital Universal de 2020 da FAPESC foi intitulado “A internet como campo de disputas pela igualdade de gênero” e inaugurou um rol de leituras e estudos no laboratório, que passou a refletir sobre seu potencial de mobilização, formação de comunidades, circulação de ideias e informações, mas também de pro-

dução de violência política, desinformação, e discursos de ódio¹. Com isso, o racismo, a misoginia e outras manifestações de intolerância formaram um pano de fundo que nos permitiu desenvolver investigações interdisciplinares consistentes, ainda que atravessadas por diversas limitações.

Neste livro, muitas temáticas e personagens importantes do ponto de vista historiográfico não ganharam a profundidade e a notoriedade merecida. São lacunas e indagações que nos instigam a continuar com as investigações aqui iniciadas e que foram marcadas por um contexto de profunda polarização política, em que os ataques às instituições democráticas e de proliferação de ideias conservadoras se tornaram nossa delirante realidade, ao mesmo tempo que nossos objetos de estudo. Mas, ao mesmo tempo, aqui temos um início de um programa de pesquisas que certamente terá continuidade².

Para concretizar esse projeto procuramos pessoas que pudessem nos ajudar a pensar as formas de pesquisa nesse ambiente virtual, e conseguimos uma conexão com a Profª. Mirella Moura Moro, do Departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais. Desde o seu início, e mesmo durante a formulação do próprio projeto, Mirella tem nos acompanhado e nos ajudado a promover este importante diálogo entre as “exatas” e as “humanas”, o que se pode ver em vários capítulos deste livro.

Outras pesquisadoras e pesquisadores se juntaram a nós nessa pesquisa, trazendo consigo estudantes de pós-graduação e graduação, como a Cláudia Maia, da Universidade de Montes Claros, a Cintia Lima Crescêncio, da Universidade Federal do ABC, a Janine Gomes da Silva e a Joana Maria Pedro, ambas da Universidade Federal de Santa Catarina. Elaine Schmitt, que esteve junto desde o começo como estudante de doutorado e depois voluntária, ganhou, a partir de 2023, uma bolsa de pós-doutorado júnior da FAPESC vinculada ao projeto, se tornando, de fato, uma co-coordenadora. Estudantes de pós-graduação e graduação da UFSC, UFMG, UDESC, UFRGS, UFMS, UFABC e UNIMONTES também participaram, como se pode ver nos capítulos a seguir. Tivemos também, em várias ocasiões, debates que envolveram as professoras Alejandra Oberti e Claudia Bacci, da Universidade de Buenos Aires.

Destacamos, ainda, a parceria com o Portal Catarinas, um veículo de jornalismo feminista e antirracista localizado em Florianópolis que atua, desde 2016, na produção de conteúdo, curadoria de informação e observação dos debates públicos sobre gênero e feminismos. A importante articulação entre pesquisa científica e produção jornalística, preocupada com uma divulgação científica abrangente e de qualidade, se somou à possibilidade de elaboração conjunta de alguns resultados, como dos vídeos ligados ao projeto e que poderão ser consultados no site produzido para concentrar os materiais³.

As reflexões deste livro, portanto, são parte do resultado desse projeto, que usou diferentes metodologias de pesquisa. Usamos a chamada “netnografia” (KOZINETS, 2014), uma série de

1 Este projeto, bem como a publicação deste livro, é resultado do projeto “A internet como campo de disputas pela igualdade de gênero, apoiado pelo Edital de Chamada Pública Fapesc No 12/2020”. Programa de Pesquisa Universal, Termo de Outorga No: 2021TR000566.

2 Já temos um projeto aprovado com o título Internet segura com perspectiva de gênero, também aprovado na Fapesc no Edital de Chamada Pública Fapesc/CNPq n.º 38/2022 Programa De Apoio à Pesquisa Aplicada para Fixação de Jovens Doutores em Santa Catarina, Termo de Outorga No: 2023TR000285, que propiciou bolsa de Pós-doutorado para Elaine Schmitt, e alguns recursos de custeio, e também o projeto de bolsa de produtividade do CNPq, intitulado Emoções e memórias em disputa: Feminismos e antifeminismos no Cone Sul (2010–2020), sob o n. 312656/2021-1.

3 Esses materiais estão disponíveis em <https://legh.cfh.ufsc.br/projeto-internet/>

metodologias quantitativas propiciadas pela coleta automatizada e pela coleta manual de dados na internet, e também metodologias qualitativas que permitissem interpretar múltiplos fatores, como de interseccionalidades e de contextos eleitorais específicos, que estão contidos em muitos dos dados coletados. Tomamos cuidado para acessar somente publicações on-line e com *status* público, utilizando, quando necessário, perfis criados especificamente para a pesquisa.

Para a organização, foram formadas pequenas equipes, a partir da afinidade às temáticas, mas que deveriam ter em comum a exploração de mídias e redes sociais on-line. Dessa forma, neste livro, temos capítulos que tratam de canais no YouTube, podcasts, perfis de Instagram, Facebook, Twitter (atual X) e sites diversos, sendo que vários deles mesclam várias destas redes. Ao dividir os capítulos em três grandes classificações, nossa intenção foi analisar dezenas de casos que, em seu conjunto, pudessem nos oferecer uma visão do embate entre as ideias e organizações democráticas e feministas, e as ideias e organizações antidemocráticas e antifeministas no Brasil.

Na primeira seção, intitulada “Feminismos e ativismos on-line”, as pesquisas dizem respeito às mobilizações e articulações brasileiras, como da luta contra a descriminalização do aborto encabeçado por grupos feministas latino-americanos, envolvendo embates jurídicos e constitucionais; da formação de duas comunidades formadas por profissionais da fotografia e do fotojornalismo, preocupadas com os ataques à democracia e a construção da história; dos enfrentamentos travados contra a gordofobia e a sorofobia em ambientes digitais, violências que se misturam aos memes e intolerâncias de um lado, e geração de informação e iniquidades de outro; e, ainda, da criação de canais importantes para o acolhimento e estabelecimento de diálogos interseccionais como no caso de podcasts criados e administrados por mulheres negras.

Na sequência, a seção “Antifeminismos e Discursos de Ódio” é a que mais comporta pesquisas, trazendo discussões como da “ideologia de gênero” e da desinformação generificada produzida por grupos específicos; da violência política de gênero em Santa Catarina, além de ataques on-line direcionados à vereadora do Rio de Janeiro e defensora dos direitos humanos Marielle Franco, que foi brutalmente assassinada em 2018 e sofreu uma intensa deslegitimação de sua atuação política, atravessada por marcadores sociais; das notícias de feminicídios cometidos durante a pandemia da Covid-19, o que levou em conta comentários, percepções e a comoção nas redes on-line; do fenômeno do movimento masculinista e do comportamento *redpill* que visa a propagação de noções de inferioridade de mulheres; e da perseguição às sexualidades dissidentes orquestrada por organizações neopentecostais em ambiente digital.

Por último, a seção chamada “Ferramentas de Pesquisa”, reúne uma série de pesquisas que pretendem não somente compreender, mas também tornar mais didático o debate sobre como as mídias sociais on-line podem estar a serviço das humanas, que é o tema de um capítulo. Dessa forma, ferramentas computacionais colaboraram para a análise de um site sobre histórias em quadrinhos; para análise sobre a premiação de mulheres na literatura e na música a partir de dados de sites especializados; e, por fim, para um primeiro levantamento sobre a presença do LEGH na internet.

Para que esse projeto fosse possível, tivemos o apoio financeiro da Fapesc n.º 12/2020, através do Edital de Chamada Pública Universal e do Edital de Chamada Pública Fapesc/CNPq n.º 38/2022 – Programa de Apoio à Pesquisa Aplicada para Fixação de Jovens Doutores em Santa Catarina, do CNPq através projeto de bolsa de produtividade do CNPq, intitulado Emoções e memórias em disputa: feminismos e antifeminismos no Cone Sul (2010–2020), sob o n. 312656/2021-1,

e da Universidade Federal de Santa Catarina que abriga o Laboratório de Estudos de Gênero e História.

Se entre 1980 e 1990 as fotocopiadoras e as rádios comunitárias foram amplamente utilizadas por diferentes grupos feministas, servindo não só para comunicação, mas também para formação de identidades e conscientização, hoje, a internet se tornou, também, este lugar. Fazer referência às diversas violências encontradas neste espaço é central, porém sabemos que não é somente isso.

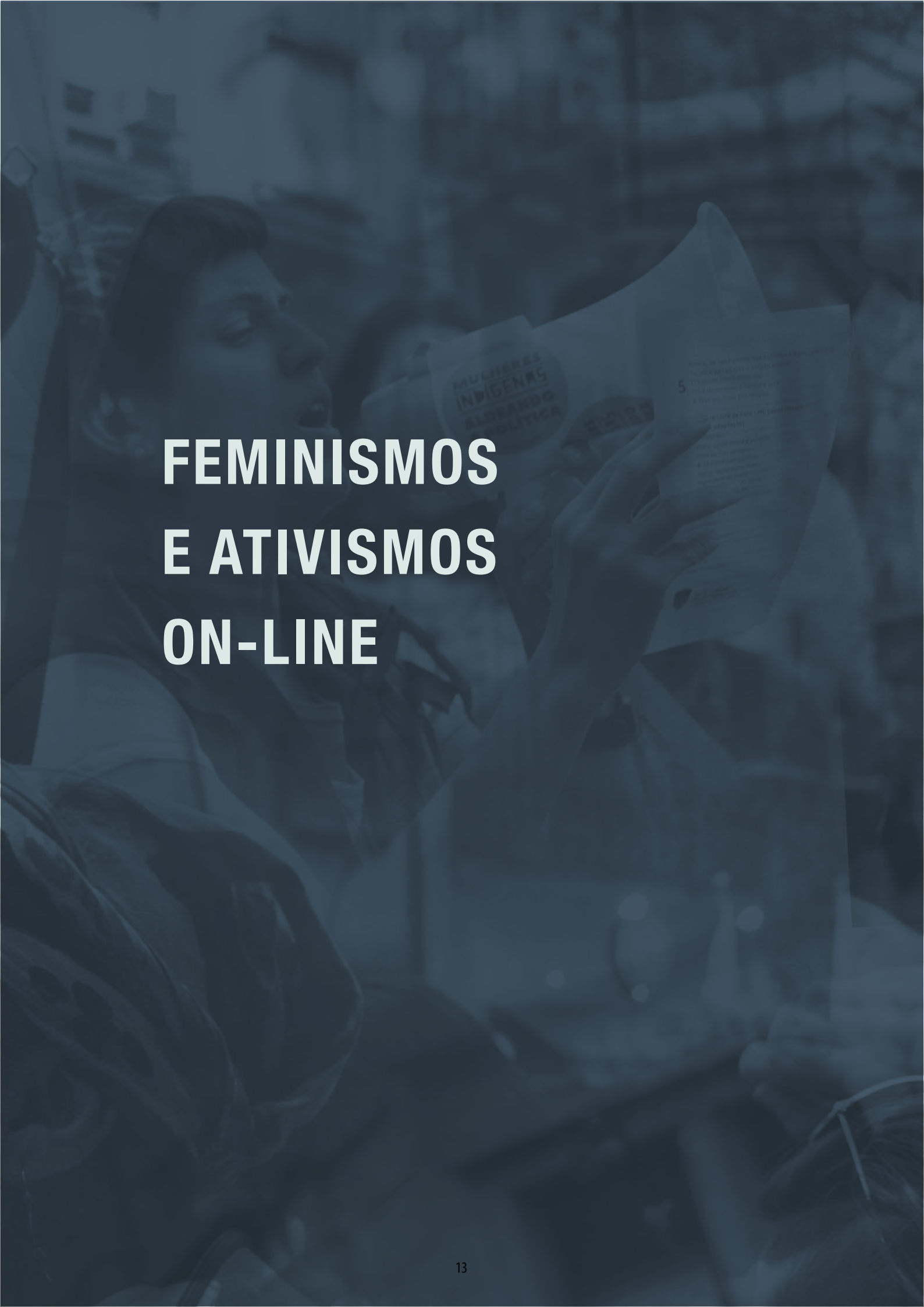
A internet é, potencialmente, lugar para produção de contrapúblicos interessados em construir comunidades e formular estratégias de impacto em outros públicos, algo como o que Patricia Hill Collins chamou de “espaços seguros” para as mulheres negras. Ela também vem sendo um espaço de novas possibilidades expressivas, seja para as mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, negras e indígenas que já perceberam que atuar nas entranhas desses espaços de articulação e agência, é tão fundamental quanto urgente.

Referências

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

KOZINETS, Robert V. *Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre, Penso, 2014. 203 páginas.

VALENTE, Mariana. *Misoginia na Internet: Uma Década de Disputas por Direitos*. Editora Fósforo, São Paulo: 2023.

A woman with long dark hair is shown in profile, looking down at a document she is holding. The document has the text "MULHERES INDÍGENAS ALBRANDO POLÍTICA" and the number "5" visible. The background is a blurred crowd of people, suggesting a public gathering or protest. The entire image is overlaid with a semi-transparent dark blue filter.

FEMINISMOS E ATIVISMOS ON-LINE

UMA INTERNET EM TEU CAMINHO: CORPO E AFETOS NO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL⁴

CRISTINA SCHEIBE WOLFF

Em junho de 2022, uma notícia colocou Florianópolis no centro das discussões pró e contra o aborto no Brasil e mobilizou afetos de forma muito forte em torno desta questão política tão importante. O caso foi assim: uma menina de 11 anos foi ao serviço de aborto legal no Hospital Universitário da UFSC, acompanhada de sua mãe. A menina estava grávida com 22 semanas, e solicitou o aborto. No Brasil o aborto é legal em três casos: risco de vida para a mãe, estupro ou feto anencefálico. Qualquer relação sexual com menores de 14 anos é considerada estupro pela legislação brasileira, ou seja, tratava-se de um caso de gravidez em consequência de estupro, portanto, um aborto legal. Acontece que o governo 2018-2022 do Brasil advogava contra o aborto mesmo nestes casos permitidos pela lei, em nome da ideia de que a vida começaria na concepção, defendida pelos grupos que se autointitulam “Pró-vida”. Instada por esse discurso, foi lançada uma portaria (PORTARIA n.º 2.282, DE 27 DE AGOSTO DE 2020) que regulamentava que a partir de 20 semanas, deveria haver uma autorização judicial para o aborto (pois consideram que neste caso não seria aborto, mas parto)⁵. Dessa forma, a menina e sua mãe foram enviadas ao sistema judiciário, e obtiveram uma audiência com uma juíza de direito. A Juíza, na audiência, apesar de saber que o aborto era um direito da menina, passou parte da audiência tentando convencê-la a ter a criança e doá-la para adoção, e ao final, além de não prover a mãe com a autorização necessária, retirou a menina da guarda de sua família, e a enviou para um abrigo, alegando que a mãe iria “forçá-la” a realizar o aborto. Entretanto, na nossa sociedade da informação e da internet, alguém gravou um áudio da audiência e ele “vazou” para a imprensa.

A partir deste áudio, dois portais da mídia independente realizaram uma reportagem: o Portal Catarinas, com sede em Florianópolis e com posicionamento claramente feminista; e o Intercept, portal de notícias com reconhecimento internacional, responsável, entre outras coisas, por graves denúncias à operação Lava Jato, e importante papel político no cenário brasileiro⁶. Além da reportagem, uma série de mobilizações na rede e na cidade foram feitas, para denunciar a questão e reivindicar o direito ao aborto legal, o qual acabou sendo realizado. É importante destacar,

4 Este estudo faz parte do Projeto “A internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc).

5 Com a entrada do novo governo no Brasil, a partir de 01/01/2023, diversas portarias que concernem aos direitos reprodutivos foram revogadas já em 16/01/2023. Cf. VALENGA, Daniela. Ministério da saúde revoga medidas que afetavam os direitos reprodutivos. Portal Catarinas, 17/01/2021. Disponível em <https://catarinas.info/ministerio-da-saude-revoga-medidas-que-afetavam-os-direitos-reprodutivos/>, acesso em 01/02/2023. Da mesma forma, o novo governo anunciou que deixou o Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, uma aliança internacional antiaborto, fundada em 2020, e assinou dois compromissos internacionais pelos direitos das mulheres e igualdade de gênero. Cf. VALENGA, Daniela. Brasil deixa declaração antiaborto e assina compromissos de igualdade de gênero. Portal Catarinas, 17/01/2023. Disponível em <https://catarinas.info/brasil-deixa-declaracao-antiaborto-e-assina-compromissos-de-igualdade-de-genero/>, acesso em 01/02/2023.

6 <https://catarinas.info/menina-gravida-de-sc-e-autorizada-a-deixar-abrigo/>

neste caso, estes portais de mídia, que não fazem parte das redes de mídia hegemônica, e que, através de sua divulgação na internet, e nas redes sociais de maneira particular, acabaram trazendo essa notícia para uma discussão social, que seria impossível em outros tempos.

Entre as manifestações organizadas por grupos feministas sobre o caso relatado acima, chamou a atenção a performance *Un violador en tu camino*, ou, em português, “Um esturador em teu caminho”.



Figura 1. Captura de tela da performance divulgada no Instagram @8brasilsc e @frentecatarinenseabortolegal, 06/07/2022.

Fonte: Reprodução do Instagram: <https://www.instagram.com/p/CfrHZ0hAMhW/>. Acesso em 31/07/2023.

Realizada na Universidade (onde funciona também um Fórum) e em frente à Assembleia Legislativa, e registrada nas redes sociais, a performance inaugurada pelo coletivo *Las Tesis* de feministas chilenas em protestos contra a violência sexual em 2019, foi reproduzida para marcar a relação deste caso com a cultura do estupro e com os movimentos feministas. Essa performance, quando realizada pela primeira vez no Chile, em 2019, foi divulgada nas mídias e redes sociais, e imediatamente “copiada” por feministas de muitas partes do mundo⁷. Por meio de redes e mídias sociais como Instagram, Facebook e YouTube, a performance se reproduziu por vários lugares, entrelaçando corpos, símbolos e construindo afetos.

Este é o tema deste texto: esse entrelaçamento entre corpos, afetos e símbolos, na construção dos movimentos feministas contemporâneos na América do Sul, especialmente no Brasil. Parto de Florianópolis, onde vivo, mas com o olhar atento ao que acontece no mundo, pois hoje esse mundo está cada vez menor, e o que acontece aqui acontece ao mesmo tempo, em muitos lugares, pois está no espaço do on-line, em muitos espaços simultâneos ou assíncronos.

A performance feita no Chile em outubro de 2019, chegou pela primeira vez a Florianópolis em dezembro do mesmo ano, constituindo um protesto que adquiriu aqui um cunho importante de oposição e resistência ao governo eleito em 2018. Na reportagem realizada pelo Portal Catarinas, Paula Guimarães chama a atenção para o caráter transnacional do protesto, mas também para as especificidades da “capital mais bolsonarista do país”, para o crescimento dos números de violência contra as mulheres desde o início daquele governo, e para os casos de estupros de meninas de menos de 13 anos, e para as declarações de um dos deputados estaduais que atribui os estupros às próprias mulheres por seu “comportamento”. Segundo ela, “Por isso, quando as manifestantes, de olhos vendados, afirmam veemente o ‘Estuprador és tu não miram no pai, padrasto ou mesmo um desconhecido que a violentou, mas na estrutura social que permite e autoriza esses homens a subordinar e descartar corpos femininos. Se a venda inicialmente não identifica o agressor, por outro lado, o dedo apontado é uma maneira de constranger aqueles que passam pelo local.” (GUIMARÃES, 2019).

Esse tipo de performance é uma característica dos movimentos feministas contemporâneos, como ficou muito patente no caso das Marchas das Vadias. (GUZZO e WOLFF, 2020) Estas marchas, realizadas no Brasil de 2011 a 2016, tiveram também uma conexão global. Seu início é associado a um episódio na Universidade de York, em Toronto, Canadá, em que numa palestra para estudantes, um policial sugeriu que as mulheres estariam mais seguras frente a casos de violência sexual se não se vestissem “como vadias” (*sluts*). As estudantes organizaram assim uma marcha das vadias (*Slutwalk*), vestindo-se de forma provocante, desnudando seios, e afirmando aquilo que é reafirmado na performance do estuprador em teu caminho: “E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia!”. Em várias partes do mundo apareceram estas “*slutwalks*”, e no Brasil tiveram uma durabilidade importante com, e uma série de características próprias. Entre elas está a presença de performances, algumas muito polêmicas, a exposição dos corpos, a escrita nos corpos, e a participação de mulheres jovens e mulheres trans. Como mostra Morgani Guzzo (2019) as Marchas das Vadias, ocorridas por todo o Brasil, foram portas de entrada para muitas mulheres jovens nos movimentos e mobilizações feministas, abrindo caminho para a chamada Primavera Feminista (2015) e para o movimento 8M a partir de 2017. (PEDRO, WOLFF e SILVA, 2022).

7 Como se vê no vídeo da Agência AFP (<https://youtu.be/Z4sbB1F5jyg>)



Figura 2. Performance “O estuprador és tu” em Florianópolis (2019)

Fonte: Portal Catarinas, foto de Cristina Gallo: https://catarinas.info/estuprador-es-tu-performance-de-denuncia-chega-as-ruas-de-florianopolis/?fbclid=IwAR2bpV-kSboyUnW3LB-ndMeN8UKSAVBm2S_gYi3LvvggcbzQLiwQOF89x8o

Nas Marchas das Vadias há muitos elementos performáticos. Na de Salvador, em 2012, por exemplo, Morgani Guzzo conta, por meio de entrevistas com as organizadoras, uma performance em que era lido um texto e, ao mesmo tempo, realizada uma coreografia em que as mulheres começavam maquiadas e bem vestidas, e aos poucos iam borrando a maquiagem e tirando as roupas, se “desmontando”, ou “desperformatizando” como “mulheres”, desnaturalizando e evidenciando o gênero como performatividade como elabora Judith Butler (2003, p.9). (GUZZO, 2019, pp. 127-128). Outra importante característica das Marchas, é que sua organização foi frequentemente realizada via Facebook ou outras redes sociais. E suas performances foram também divulgadas na internet, atingindo assim um público bem maior do que aquele que presenciava as marchas nas cidades.



Figura 3. Marcha das Vadias de Florianópolis em frente à Igreja Universal, 2013.

Fonte: Foto de Eduardo Valente. GUZZO, 2019, pp. 147.

Estas formas de protesto performáticas não são novas no feminismo. Até hoje se fala das feministas como “queimadoras de sutiã” em alusão a uma manifestação ocorrida em Arlington, nos Estados Unidos, em 1968. (PEDRO, 2008, p.60-61). Aliás, entre queimar sutiãs e trazer os seios nus para as ruas, marca das Marchas das Vadias, pode-se ver uma continuidade, uma reivindicação de autonomia sobre os seus próprios corpos. De certa forma é desapontador que, ao longo de mais de cinquenta anos, se só contarmos a partir dos anos 1970, as mulheres continuem com essa mesma reivindicação, que apesar das leis, acordos internacionais, e outras medidas formais, falam de uma falta de autonomia sobre os corpos femininos.

Ao analisar os movimentos de estudantes feministas ocorridos no Chile em 2018, Nelly Richard destaca vários elementos das performances, e da própria organização, marcados por quebras das formas tradicionais e das hierarquias. Um desses elementos é a forma como as manifestantes, na maioria mulheres jovens, utilizam o corpo como uma linguagem, carregado de símbolos, movimentos e sons.

Pero las estudiantes feministas no sólo redistribuyeron el espacio público de la ciudad sino la superficie de sus propios cuerpos. La dividieron entre zonas visibles y otras invisibles según reglas ya no subordinadas al deseo sexual masculino ni a los estereotipos del consumo publicitario de la iconicidad femenina. (RICHARD, 2021, p. 318)

Nas performances e nas manifestações, o corpo ou partes dele é muitas vezes mostrado, enquanto o rosto é coberto por “passamontanas”/balaclavas ou lenços amarrados, cobrindo nariz e boca.

Assim como no caso dos sutiãs supostamente queimados e dos seios nus, é possível pensar numa genealogia dessa forma de cobrir o rosto e seus significados. Nelly Richard lembra dos Zapatistas, do México, que utilizavam as balaclavas sistematicamente nas décadas anteriores, e também o grupo punk russo Pussy Riot.

Al usar el pasamontaña, las jóvenes feministas chilenas entrecruzaron el indigenismo de la rebelión zapatista como dialecto continental, con el internacionalismo de las versiones globalizadas de las insurrecciones populares que despliegan a escala planetaria su oposición anticapitalista. Híbridez de lenguaje, práctica situada e interferencias de contextos como estrategias de localización crítica de la cita insurreccional en una performatividad descolonizadora. (RICHARD, 2021, p. 318-319)

Assim como as balaclavas, são usadas outras formas para redistribuir e marcar a superfície dos corpos. As inscrições nos corpos, são muito comuns, e aparecem também nas performances *Un violador en tu camino*, assim como apareceram nas Marchas das Vadias, nas manifestações pela descriminalização do aborto, e nos atos de *Ni una a menos*.

As inscrições corporais têm uma série de significados a serem pensados. Os povos indígenas de toda a América usam pinturas corporais, no seu dia a dia, em seus rituais e na guerra. As mulheres indígenas brasileiras, que tem se colocado cada vez mais na cena pública na última década, também têm reiteradamente se utilizado dessas pinturas, parte de sua cultura ancestral, para demarcar sua identidade e explicitar suas reivindicações. Na 1ª. Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em Brasília em 2019, com o tema “Território, nosso corpo, nosso espírito”, elas foram pintadas e paramentadas com suas vestes tradicionais para as ruas. Mais de 2.500 mulheres indígenas, de 125 etnias de todo o Brasil, participaram deste momento que já vinha sendo preparado desde 2016. (cf. CASTILHO e GUIMARÃES, 2021). Para as mulheres indígenas há uma continuidade entre corpo e território, e demarcar seus territórios é também demarcar seus corpos. Afinal, o que é território, senão o domínio e a autonomia sobre um espaço, e este espaço é cheio de corpos e de natureza. A fala de Célia Xakriabá, hoje deputada eleita por Minas Gerais, mas então uma das porta-vozes do movimento, em um discurso que considero antológico, e que sobrevive no YouTube, deixa bem clara essa relação:

Os corações das mulheres indígenas, as mãos e os pés das mulheres indígenas, também guardam conhecimento. E vai ser nós, mulheres indígenas, com nossos corpos, que vamos descolonizar a sociedade brasileira que tem matado a nossa história, que tem matado a nossa memória⁸.

Corpo é território e território é corpo, o que implica ter autonomia nesse corpo território, defendê-lo contra a invasão, a violência, a doença. É demarcá-lo com pinturas de urucum e jenipapo, enfeitá-lo com cocares e adereços, é mostrá-lo, no espaço público. Ao aparecer nesse espaço assim demarcado, o corpo/território é clamado, reivindicado e apropriado pelas mulheres indígenas.

⁸ Ver o vídeo deste discurso em <https://youtu.be/wUn5ja0FrjY>.



Figura 4. Cartaz da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas, 9-13/08/2019.

Fonte: Ilustração de Cristiano Siqueira (@crisvector via @designativista) <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/590723-marcha-das-mulheres-indigenas-reunira-2-mil-em-brasilia>. Consulta em 12/03/2023.

Outro elemento simbólico e material e que (de)marca os corpos nas manifestações feministas da América Latina, são os lenços. Verdes para o aborto, roxos para o feminismo, pretos como os dos zapatistas e antifascistas. Na performance *Un violador en tu camino*, muitas vezes são usadas vendas pretas nos olhos, e os lenços verdes aparecem nos pescoços ou punhos. Conforme explicam Barbara Sutton e Nayla Luz Vacarezza (2020, p. 740):

The green kerchief immediately situates us in a broader social movement field of human rights activism and in a genealogy of feminist and women's struggle. In particular, the green kerchief operates as a semimimetic symbol with respect to that identified with a significant organization in Argentina: the Mothers of the Plaza de Mayo⁹.

Os lenços verdes, mas também os de outras cores que vão sendo criados e reapropriados pelos grupos feministas, nos colocam em uma conexão. É esse vínculo afetivo com o passado recente que o lenço verde evoca na Argentina. Mas evoca a relação transnacional quando exibido em outras partes da América Latina ou do mundo. Essas imagens foram símbolos do 8M de Florianópolis, em 2020 e 2021:

9 SUTTON, B., & VACAREZZA, N. L. (2020). Abortion Rights in Images: Visual Interventions by Activist Organizations in Argentina. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 45(3), 731–757. doi:10.1086/706489 p. 740. Tradução Livre: “O lenço verde nos situa imediatamente em um campo mais amplo de movimentos sociais de ativismo de direitos humanos, e em uma genealogia da luta feminista e de mulheres. Em particular, o lenço verde opera como um símbolo semi-mimético com relação ao que é identificado como uma organização significante na Argentina: as Mães da Plaza de Mayo.”



Figura 5: Símbolos das manifestações 8M em Florianópolis em 2020 e 2021

Fonte: <https://www.instagram.com/p/B8rrLgqnRWb/?igshid=ODhhZWM5NmlwOQ==> e https://www.instagram.com/p/CL2pb_uH47f/?igshid=ODhhZWM5NmlwOQ==, @8mbrasilsc (Consulta em 22/11/2023)

Na imagem da esquerda, o lenço verde que cobre a boca da mulher é a América Latina. E significativamente as palavras corpo e território estão aí, numa manifestação urbana de mulheres de uma cidade do Sul do Brasil. Através dessas palavras, elas se colocam ao lado das mulheres indígenas e quilombolas – que também existem nesse lugar – e com o lenço se colocam como latino-americanas, num mesmo movimento. As cores juntam o roxo do feminismo com o verde da luta pela descriminalização do aborto. E ainda está a inscrição Greve Internacional de Mulheres, que era a proposta desde 2017 do 8M, e que foi se perdendo pelo caminho.

Na imagem dos três punhos referente ao 8M SC 2021, chamado de Jornada Schirlei de Azevedo em homenagem a uma companheira que faleceu naquele ano, além do lenço verde e do roxo, aparece o vermelho, num contexto nacional em que essa cor identificava a oposição ao governo de então. Destacam-se também as cores de pele dos punhos, que procuram mostrar diversidade racial: negra, branca e uma que pode ser indígena ou parda. O punho levantado, especialmente um punho negro levantado, remete a outras histórias ainda, histórias da luta contra o racismo, no gesto identificado com o *Black Power*, mas também identificado com o feminismo.

Sobre o punho cerrado, que faz parte do símbolo do feminismo, Sara Ahmed, faz toda uma reflexão que fala do simbolismo do braço levantado como símbolo de obstinação. Faz também uma conexão deste punho como símbolo do movimento operário, mãos que param de trabalhar para colocar-se na luta.

O punho cerrado contido dentro do símbolo feminino é uma imagem fundamental do movimento de libertação das mulheres. O punho cerrado é um protesto contra o signo mulher (por estar no signo mulher), assim como uma resignificação das mãos do feminismo como mãos que protestam. As mãos feministas não são mãos servis, pois não ajudam as mulheres a servir. Quando uma mão se cerra como punho feminista, ela é uma mão em movimento. (AHMED, 2022, p. 144)

É nesses punhos que os lenços estão amarrados, mas nas manifestações eles também estão nos pescoços e nos rostos. Nessa genealogia simbólica, de lenços, véus e outras formas de cobrir o

rosto ou partes dele, outra relação que podemos fazer é com o “hijab” muçulmano, tão controverso nas discussões feministas, mas reivindicado pelas mulheres e feministas muçulmanas. Um outro feminismo, anticolonial, decolonial, contrário ao feminismo liberal e “civilizador”? (VERGÈS, 2020; MOHANTY, 2020.)

Cobrir o rosto, no contexto das manifestações, tem vários sentidos, materiais e simbólicos, como o de preservar e proteger as identidades, frente a possíveis repressões policiais e proteger nariz e boca do gás de mostarda e spray de pimenta, costumeiramente usados pela polícia para dispersar as marchas e atos políticos. Preserva também os rostos de aparecerem nas fotos e vídeos que percorrem as redes sociais e a mídia, que podem ser depois utilizados das formas mais aleatórias.

Mas este ato, de cobrir a face, também pode ser lido no sentido de privilegiar um coletivo ao invés do individual, o que vai contra uma postura liberal ou neoliberal, e se conecta com outros feminismos, aqueles que Luciana Balestrin (2017) chama de subalternos, mas que prefiro chamar simplesmente de feminismos, plurais, pois não vejo uma hierarquia entre estes e um suposto “feminismo hegemônico”. Aliás, quando é que o feminismo existiu no singular? Em nossas pesquisas sobre os anos 1970 e 1980 no Brasil e em outros países da América do Sul, vemos sempre a pluralidade marcando movimentos que se afirmaram feministas, e nesse sentido pensar o feminismo como campo discursivo de ação, dentro do qual muitas possibilidades de organização atuam, é fundamental. (ALVAREZ, 2014)

Atualmente é muito forte um movimento de diferenciar, de afirmar uma especificidade dos feminismos atuais, decoloniais, negros, indígenas ou mesmo materialistas, mas acho importante também pensar em uma tradição feminista, o que Sara Ahmed chama de conexão com as que vieram antes (2022). E uma dessas conexões é a ideia de coletivo, que se manifestava nos anos 1970 nas escritas coletivas, na recusa de uma autoria individual nos periódicos e manifestos feministas. O pessoal é político, o político é coletivo, assim, o pessoal é também coletivo. E o coletivo se constrói, com ideias, metodologias, e especialmente, com afetos. Amizade, solidariedade, amor, esperança e coragem. (WOLFF, 2021) Raiva também, como diria Audre Lord. E essas emoções constroem o político, e, conforme Helena López, precisam de uma tradução, uma reelaboração produtiva para se ativarem como ação transformadora. (2014, p. 258) E é precisamente isso que faz a performance *Un violador en tu camino*. Transforma afeto e emoção em ação e em conhecimento feminista transformador.

A performance, feita em grandes grupos, cria vínculos, vínculos feministas, entre aquelas que a performam, com aquelas que assistem e com as que performaram ou irão performar em outros lugares e tempos. Uma experiência. Só quem já esteve naquele corpo coletivo, se movendo, gritando, se arrepiando e sentindo fazer parte, consegue compreender a força dessa experiência. (SCOTT, 1999) Faz parte do continente dos afetos, daquilo que nem sempre é possível descrever.

As pessoas fazem movimentos coordenados, uma coreografia, que cria a impressão de um corpo só, uma só voz, um corpo e uma voz coletiva. Esse corpo coletivo é forte, porque a união faz a força. A força vem da coletividade, é uma força política, se uma mulher poderia ser dominada, muitas são fortes. “Companheirameajude, que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor...”¹⁰

10 Canto sempre entoado em manifestações feministas no Brasil.

É por isso que o dedo em riste pode ser apontado, e não somente para “o violador”, mas também para o patriarcado e para o estado. O estado opressor é um macho violador!

É também um corpo estraga-prazeres, no sentido que lhe dá Ahmed, pois confronta o violador/estuprador, olhando em frente e apontando o dedo para ele: O estuprador és tu! Trazendo desconforto para aqueles que se identificam com o masculino, e/ou o Estado. Vários homens cisgênero, presenciando essa performance, me disseram que sentiram como se aquele dedo estivesse apontando para eles. Desconforto é também um afeto. Trata-se de deixar aquela posição confortável, sentado na poltrona, para ter que se confrontar com os sentimentos da outra parte, no caso, das mulheres e pessoas LGBTQIA+, um desconforto pedagógico, necessário.

Sara Ahmed (2022) fala que ser feminista é ser esta estraga-prazeres, que não ri das piadinhas, faz cara feia e critica as atitudes, aponta com o dedo, que coloca o dedo na ferida, levanta o braço, encara a briga. Mas é também juntar-se às manas, agregar-se. Esse sentimento de pertencimento a um coletivo é um dos mais fortes na construção dos movimentos. Muitos falam que isso seria dado por uma identidade, e que produziria movimentos “identitários”. O feminismo seria das mulheres, o antirracismo seria dos negros, a denúncia da homofobia e da transfobia pertenceria a gays, lésbicas, pessoas trans, etc.

Mas isso não é o que vejo nesses novos movimentos. As identidades estão aí, mas não são somente identidades. Adotar um lenço verde (ou roxo), ou se colocar na performance, permite a muitas pessoas diferentes se colocar nesse espaço de afetos e lutas coletivas. Podem ser gordas, magras, corpos trans ou cis, negras, brancas, indígenas. Cada qual com suas especificidades, mas cada uma também ressignifica a performance, os objetos, e os reinventa, criando outras coletividades, outros vínculos feministas. Pois o que une nestes momentos não é a identidade, mas uma reivindicação, uma ideia, um desejo, e o reconhecimento. Pois quando chego em um espaço, os lenços verdes pendurados nas bolsas, nos punhos ou nos pescoços, os adesivos ou camisetas roxas, me dizem com quem posso contar, a quem posso sorrir, ao lado de quem posso me sentar. Como me disse a filósofa feminista argentina Alejandra Ciriza sobre o coletivo feminista do qual faz parte:

Eu acredito que nós temos uma possibilidade que é a possibilidade de diminuir nossas diferenças, de outro modo. Somos amigas muito próximas, porque hoje a confiança de que uma companheira é uma companheira, não vai te deixar largada, tua companheira não vai te abandonar, não vai te fazer mal, não vai te violentar, sua companheira¹¹.

Mesmo sem conhecer muito bem as pessoas, nesses movimentos massivos, com milhares de mulheres nas ruas, os lenços e as inscrições corporais indicam a nossa “tribo”, com as bandeiras e os gritos e cantos. Incorporam e traduzem afetos, transformando-se em ação, em ato feminista, obstinado e estragador de prazeres alheios, gerador de vínculos feministas.

É claro que entre os afetos também estão aqueles que desagregam, e os conflitos e disputas, por protagonismo, por direção, por palavras, por poder, estão sempre presentes. Os movimentos feministas não estão isentos desses conflitos que existem em todos os coletivos humanos, especialmente nos democráticos. E este é o desafio, como encarar essas disputas e os desconfortos que elas apontam e manter o diálogo, a articulação e a solidariedade? Nada fácil, nada automático. As redes sociais, com suas *hashtags* que congregam, também são cheias de “tretas”, de discussões, debates e

11 CIRIZA, Alejandra. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina, julho 2019. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Gabriele Marchioro Gomes. 10 p.

disputas, de cancelamentos e exclusões, e nada fáceis de navegar. Especialmente se pensarmos que a internet tem sido muito ocupada por discursos e imagens misóginas e antifeministas. Nesse sentido, Cara Snyder indica que os estudos sobre as misoginias on-line reconhecem que é necessário estar na internet – pois é um espaço de luta por políticas e pela cultura - e, ao mesmo tempo, destacam o perigo de ser uma feminista na internet. (2022, p.776)

Esta performance, *Un violador en tu camino*, e toda a sua repercussão on-line, também permite a denúncia de atos diversos que se enquadram no espectro das violações dos corpos femininos ou feminilizados. É por isso que ela se adequa à denúncia do caso da menina de 11 anos, violada por um estupro, mas também, de forma ainda mais contundente, por uma juíza, pela recusa do aborto legal. A exposição do caso na imprensa, na internet, única alternativa de justiça, viola, por outro lado, a privacidade, expondo a menina a outros tipos de violência. A mesma performance foi realizada em Florianópolis, no caso de Mariana Ferrer, estuprada em uma casa noturna, possivelmente com utilização de substância atordoante conhecida como “boa noite Cinderela”. Na audiência de juízo, Mariana teve que ouvir insultos do advogado de defesa, insultos que se repetiram e multiplicaram nas redes sociais, novas violações. O réu foi absolvido “por ausência de provas” apesar de encontrarem sêmen e sangue nas roupas da vítima, que era virgem. A cobertura jornalística alternativa e a ação imediata dos movimentos feministas, inclusive com a realização da performance, foi essencial nesse caso, que foi revisto, e acabou se tornando chave para a criação de uma lei de proteção às vítimas e testemunhas de crimes sexuais¹².

A internet acaba se tornando um lugar, com importância cada vez maior nas vidas das pessoas. A exposição dos casos, de estupro, violência doméstica, feminicídio e assédio, é ao mesmo tempo, solução e agravamento da violência, pois abre espaço para comentários extremamente violentos, que costumam atribuir a culpa às pessoas atingidas pela violação: “E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia” Discursos misóginos afloram nesses comentários e postagens, culpabilizando as mulheres pela sua própria violação. A menina de onze anos teria engravidado de um menino, menor de idade, e, portanto, os dois estariam iguais e não seria estupro. A Mariana teria bebido demais, culpa dela. A professora assassinada a facadas na escola do bairro onde eu moro, por seu ex-namorado, saiu com outros homens, “provocou”. Segundo Cara Snyder

The goal of gendertrolling is to push women out of digital spaces and the primary tactics are threats of physical harm, sexualized violence, and shaming. In this way, the methods used to silence women online are the same as those used to silence women offline, but the platform is different.¹³ (2022, 776)

A internet é via de mão dupla. Foi ela que permitiu que em questão de dias a performance *Un violador en tu camino* fosse reproduzida em tantos lugares do mundo, ampliando a noção de coletivo para uma escala global. Mas também tem seus perigos, suas armadilhas, pois tem auxiliado tanto na propagação dos feminismos, como talvez até mais na dos antifeminismos.

Mas uma novidade desse momento, desses feminismos, é que eles vêm do Sul Global – do Chile, da Argentina, do Brasil. Os corpos são cartazes, as cores e objetos tem significados,

12 Lei [14.245](#), 23/11/2021.

13 “O objetivo da trolagem de gênero é expulsar as mulheres dos espaços digitais e sua tática primária são ameaças de danos físicos, violência sexual e shaming (exposição). Dessa forma, os métodos usados para silenciar mulheres on-line são os mesmos usados para silenciar as mulheres off-line, mas a plataforma é diferente.” (tradução livre)

tem ritmo e sons, coreografias. E nós temos que ler essas outras linguagens, e compreendê-las não somente com as ferramentas reconhecidas pelas teorias e epistemologias cartesianas, mas com nossas compreensões envolvidas pelos batuques, que com seus ritmos aceleram o coração, e fazem nosso sangue circular em outra velocidade. Com as palavras, recitadas em conjunto, que nos emocionam de forma diversa, por seu significado, seu ritmo e beleza. Uma força que nos afeta, e que passa por questões simbólicas, emocionais e pelo próprio corpo e como ele se coloca nesse contexto.

O patriarcado é um juiz
Que nos julga por nascer
E o nosso castigo
É a violência que não vê
(...)
O estuprador és tu!

A internet permitiu que essa performance fosse reproduzida e ressignificada, e que emocionasse em lugares e situações diferentes. Nos juntamos iguais e diferentes, a um só tempo, construindo corpos em alianças, como propõe Butler (2018), mas não uma aliança como as que vemos reproduzindo a colonialidade, uma aliança cujo protagonismo vem do Sul.

Se cuida, se cuida, se cuida seu machista, a América Latina vai ser toda feminista!

Referências

- AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. trad. Jamille Pinheiro Dias, Sheyla Miranda e Mariana Ruggieri. São Paulo: Ubu, 2022.
- ALVAREZ, Sonia E.. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu* [on-line]. 2014, n. 43 [Acessado 1 Fevereiro 2023], pp. 13-56. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>>.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, p. 1035-1054, 2017.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Editora José Olympio, 2018.
- CASTILHO, M. W. V. de; GUIMARÃES, S. Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. *PerCursos*, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 319 - 353, 2021. DOI: 10.5965/1984724622482021319. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/per-cursos/article/view/19179>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- GUIMARÃES, Paula. Estuprador és tu: performance de denúncia chega às ruas de Florianópolis. *Portal Catarinas*. 11/12/2019. Disponível em https://catarinas.info/estuprador-es-tu-performance-de-denuncia-chega-as-ruas-de-florianopolis/?fbclid=IwAR2bpV-kSboyUnW3L-B-ndMeN8UKSAVBm2S_gYi3LvvggcbzQLiwQOF89x8o. Consulta em 11/03/2023.
- GUZZO, Morgani. *Campos e corpos plurais : os feminismos das Marchas das Vadias no Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198991?show=full>, Consulta em 11/03/2023.

GUZZO, Morgani, WOLFF, Cristina Scheibe. Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil (2011-2017). *Revista Estudos Feministas*. 2020; vol.28, n. 2: e72429. Available from: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n272429>. Consulta em 11/03/2023.

LÓPEZ, Helena. Emociones, afectividad, feminismo. En: SABIDO, Olga, GARCÍA, Adriana (eds.) *Cuerpo y afectividad en la sociedad contemporánea*. México: UAM A, 2014: 257-275. ISBN: 978 607 28 0261 2.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Sob olhos ocidentais*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020

PEDRO, Joana M., WOLFF, Cristina S., & SILVA, Janine G. da. (2022). Desafios dos feminismos na História do Brasil Contemporâneo. *História (São Paulo)*, 41, e2022016. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2022016>. Consulta em 11/03/2023.

PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*, n. 26-1, 2008, pp. 59-82.

RICHARD, Nelly. La insurgencia feminista de mayo 2018 en Chile. In: *Zona de tumultos: Memoria, arte y feminismo*. Textos reunidos de Nelly Richard: 1986-2020 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2021. Pp. 311-327.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara C. S ; RAMOS, Tânia R. O. (org.) *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-56.

SNYDER, Cara K. Navigating online misogyny: strategies, methods, and debates in digital feminism. *Feminist Studies*, 48:3, 2022. Pp. 776-789.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

FOTOGRAFIA, DEMOCRACIA E MOBILIZAÇÕES EM REDE¹⁴

ELAINE SCHMITT

Introdução

A Internet da forma que a utilizamos hoje, oferecendo a possibilidade de expressões e socialidades por meio das ferramentas de comunicação em uma escala e velocidade gigantesca, tem se constituído como uma plataforma digital que permite a formação e a manutenção de redes sociais, além da organização de setores profissionais e movimentos sociais. Estudar o ciberespaço e, principalmente, a criação de redes sociais on-line em sua forma de representar realidades e mudanças que foram trazidas para a sociedade contemporânea é um campo vasto para questionamentos, sobretudo pela quantidade de casos e acontecimentos que surgem e que proporcionam a observação curiosa de pesquisadoras e pesquisadores. Além disso, e conforme Mariana Valente (2023), mirar a internet como campo de pesquisa nos interessa, pois ele não somente participa da realidade, mas relaciona e reproduz a própria realidade, o que aponta para uma urgente de ser pensado e considerado quando olhamos, principalmente, para ascensão de discursos de ódio, misoginia e outras violências digitais: “entender os ambientes on-line a off-line como um *continuum* permite compreender melhor a realidade e dar a acontecimentos on-line as mesmas consequências jurídicas que são dadas a acontecimentos análogos off-line” (VALENTE, p.22, 2023).

Sabemos que a ideia de rede extrapola o contexto ao qual será trazido neste capítulo, pois foi utilizado há mais de um século em pesquisas que buscaram padrões e elementos de conexão, dinâmicas e estruturas da sociedade, no entanto, se estendeu com o passar do tempo para o universo da internet, dando vazão ao surgimento de sites e redes sociais on-line. Esses perfis, blogs, sites e outras plataformas, como os de distribuição de dados (*streamings*), compreendidos como ferramentas que traduzem e complexificam as redes sociais para o espaço on-line, trouxeram a possibilidade de examinar tanto as redes sociais, quanto sua interatividade e discursividade, em larga escala (RECUERO, 2015).

E, diferente da web 1.0, que possuía conteúdo estático e pouca possibilidade de interação, a internet que observamos hoje é marcada pelo seu caráter social, que abre caminho para a redefinição do papel desempenhado pela cidadania no campo da comunicação política e também de uma esfera pública para diálogos e disputas. Dentre as outras características deste modelo, estão o aumento da pluralidade de vozes, o surgimento de uma cultura colaborativa e a emergência de super-usuários. Estas possibilidades supõem um progresso no sentido de tirar o público de um papel passivo para uma “posição ativa” e fomentar a participação e o estabelecimento de dinâmicas relacionais (CASERO, 2010). Por outro lado, sabemos como a internet, há muito, é espaço para construção e

14 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

fortalecimento de movimentos de extrema direita – não somente no Brasil – (EMPOLI, 2019), e também para disseminação de notícias falsas e propagação de discursos de ódio, como os misóginos (VALENTE, 2023). Estes são elementos que estão sendo levados em conta durante toda a reflexão proposta, ainda que não sejam debatidos com a importância e a profundidade que necessitam e que, por isso, serão melhor apresentados em futuras investigações desta pesquisa.

Nessa forma de observar o que considero como viés esperançar da internet, inspirado em Paulo Freire (1992), vemos como as redes sociais on-line têm se constituído como um espaço de manifestação, denúncias e, ao mesmo tempo, de difusão de conhecimento e de organização que geram reações tanto na *web* quanto no mundo off-line. Considerando o cenário de ampliação do uso da internet por grupos e movimentos sociais que defendem a democracia, acredito que uma produção de conhecimento sobre a abrangência e o engajamento de conteúdos compartilhados via internet, tendo como foco o exame de diferentes aspectos das comunidades e sua cultura on-line de redes sociais ou plataformas de distribuição e divulgação de conteúdos, pode contribuir, também, para o fortalecimento da cidadania.

Este estudo, portanto, parte da Netnografia (KOZINERTS, 2014) para propor um mapeamento que se concentra, principalmente, na presença on-line de fotógrafas e fotógrafos, em especial, dedicados à fotografia documental e ao fotojornalismo das comunidades on-line chamadas “Fotografia pela Democracia” (FPD) e “Fotógrafas e Fotógrafos pela Democracia” (FFPD). O termo comunidade é utilizado por Kozinertz para denominar agrupamentos de pessoas em geral, o que pode acontecer no on-line ou off-line. Aqui, o termo foi mantido levando em consideração a formação destes dois grupos que têm o comum objetivo de alinhar suas práticas fotográficas aos propósitos democráticos e estabelecer-se na internet por meio da criação de diferentes canais de comunicação e divulgação como blog, Instagram, Facebook e Twitter/X. Ao surgirem, conforme será contado em breve, ambas se posicionaram em defesa da democracia, o que nos leva a refletir sobre as possibilidades de organização, ação e significados potencialmente produzidos em redes on-line (CRESWELL, 2009) e por pessoas que trabalham e que percebem a produção de imagens como importante prática para a construção de uma memória social que tenha compromisso com direitos humanos, equidade, interseccionalidade e justiça social.

Embora seja uma especialidade cada vez menos restrita a uma única pessoa, devido, também, à precarização das redações e agências de notícias, cabe ressaltar como a fotografia documental e o fotojornalismo seguem cristalizando realidades – hoje, principalmente, de forma on-line – ao proporcionar substância para uma história política brasileira que pode romper com enquadramentos regulados (BUTLER, 2015), sendo capaz de acionar narrativas históricas e formar a iconografia de uma memória social coletiva, um argumento que também está presente no manifesto on-line¹⁵ de uma das comunidades:

O encontro dessa diversidade de olhares cria uma rede de informações sobre a realidade brasileira. O Fotógrafas e Fotógrafos pela Democracia procura catalisar esse capital cultural em favor da democracia, organizar forças dispersas e desconstruir a narrativa de ódio da extrema direita. Expressamos um olhar alternativo em contraponto ao discurso hegemônico da mídia tradicional (FOTÓGRAFAS E FOTÓGRAFOS PELA DEMOCRACIA, s.d.).

¹⁵ Os manifestos podem ser encontrados neste [link](#) para formulário de adesão de “Fotógrafas e Fotógrafos pela democracia” e neste [link](#) para o documento escrito de Fotógrafos pela Democracia. Acessado em 10/08/2023.

É importante ressaltar que este estudo encontra limitações devido, principalmente, ao cenário fugaz que a internet apresenta, o que pode levar a uma rápida mudança de influência e desuso de redes, como foi o caso de antigas experiências como Orkut e Fotologs. A credibilidade do estudo, no entanto, segue operante, já que o objetivo principal é mapear características que constituem a comunidade fotográfica on-line brasileira, reunida por uma prática que evolui constantemente com a sociedade e o desenvolvimento tecnológico. Assim, o objetivo maior é compreender suas características a partir da sua distribuição por região e por gênero, revelando, possivelmente, nuances político-subjetivas pertinentes para a observação e compreensão das articulações expressivas na internet.

Além da dimensão quantitativo, a netnografia prevê, também, uma abordagem acerca das experiências da fotojornalista Rosa Gauditano, que pertencente a dois dos grupos sociais on-line apresentados, e que confere a uma proporção crítica da pesquisa e que pode levar a novos estudos e articulações políticas, a partir de uma perspectiva de gênero (BUTLER, 1990) no campo do foto(jornalismo). Perspectiva que têm como bússola valores pautados na democracia.

Breve contexto-histórico sobre as comunidades

Fundadas majoritariamente pela comunidade profissional brasileira entre os anos de 2016 e 2018, o objetivo principal dos dois grupos on-line, que está exposto em seus respectivos manifestos publicados na internet, foi de posicionar a categoria em favor da democracia brasileira, contrariando investidas neoliberais presentes no período atual. Entre elas, o golpe sofrido pela então Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, depois da votação pelo seu *impeachment* em 17 de abril de 2016, é considerado um ponto importante para tal surgimento:

Nós, do coletivo Fotógrafas e Fotógrafos pela Democracia, nascemos como Fotógrafos Contra o Golpe, em luta contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Somos um fragmento do campo da esquerda em oposição ao avanço do autoritarismo, um grupo de ativismo político independente, apartidário, sem filiação a qualquer instituição e de alcance nacional. A participação é voluntária e o coletivo é sem fins lucrativos; nos estruturamos a partir de relações horizontais, e temos como norma a cordialidade e respeito mútuo. A consciência do momento histórico de retrocesso político impulsionou o desejo de organizarmos um grupo com atuação constante em favor da democracia (FOTÓGRAFAS E FOTÓGRAFOS PELA DEMOCRACIA, s.d.).

O evento, que marcou o início de uma governança brasileira de direita com duração de seis longos anos (2016-2022), ajudou a elucidar os objetivos políticos, além do discurso construído e valorizado pela maioria do Plenário da Câmara, o que também pôde ser observado no discurso produzido por usuários da rede social on-line Twitter (COLUSSI; SCHMITT, 2016).

Dentre os objetivos de FFPD, expostos no manifesto oficial do grupo e que também faz parte do formulário de adesão aberto ao público, destacam-se pautas direcionadas aos “excluídos, aos sem-teto e aos sem-terra, aos povos indígenas, aos negros, às mulheres, aos presos políticos, aos LGBTQI+, às pessoas com deficiência física, aos trabalhadores e aos desempregados” colocadas como articuladoras, em conjunto com “antropólogos, jornalistas, professores e pesquisadores”, salientando a importância da construção fotográfica para a sociedade:

O grupo não representa a categoria ou segmento dela, entretanto, utiliza a fotografia como ferramenta contra a necropolítica, o neoliberalismo e as desigualdades sociais. [...] A característica do fazer fotografia nos coloca próximos dos acontecimentos, dos atores sociais e de todo desenvolvimento dos conflitos das forças atuantes na sociedade. O trabalho do fotógrafo é pensar visualmente sobre as ações humanas e o meio ambiente. O embate político contemporâneo se dá especialmente no campo das imagens, cabe ao grupo contribuir em favor da resistência ao fascismo. A fotografia é instrumento político potente e temos feito uso dessa energia nas nossas ações e redes sociais. O Fotógrafos pela Democracia está empenhado na luta simbólica que se trava entre o obscurantismo e a civilização, escolhemos o lado da ciência, do conhecimento e das artes (FOTÓGRAFAS E FOTÓGRAFOS PELA DEMOCRACIA, s.d.).

Diferentemente do grupo FFPD, que hoje possui, Instagram¹⁶ com 15,8 mil seguidores, Facebook¹⁷ com 5,4 mil seguidores, Twitter¹⁸ com 737 seguidores, um Blog¹⁹ e um canal de YouTube²⁰ com 353 inscritos, o grupo FPD possui apenas Instagram²¹ com 1637 seguidores, e Facebook²² que, até este momento, está com 2,1 mil seguidores. Ambas as redes desta última comunidade estão sem atualizações desde 2021, uma estagnação que aponta para a necessidade de uma metodologia que consiga, futuramente, refletir, também, sobre os motivos que levaram o grupo a parar sua atualização.

Por se tratarem de comunidades voltadas à cultura e divulgação de imagens, dentre todos os canais dos grupos, o que se mostrou mais ativo em ambas as comunidades foi o Instagram, uma rede de compartilhamento instantâneo de imagens criada em 2010 pelo brasileiro Mike Frieger e pelo norte-americano Kevin Systron, posteriormente vendida à empresa Meta, mesma empresa do Facebook. Até este momento, FFPD possui 7.287 publicações, enquanto FPD, conta com 104.

No manifesto elaborado e divulgado pela comunidade FPD, a candidatura de Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal, que viria a consolidar-se em outubro de 2018, é colocada como principal motivo para o surgimento de uma resistência política que passa, também, pela prática fotográfica:

Nós, fotógrafas e fotógrafos, professores, pesquisadores e editores, reafirmamos nosso lado na história. A fotografia nasce com e para a democracia e hoje não poderíamos estar em outro lugar. De um lado está o fascismo. A candidatura de Bolsonaro usa do ódio, clama pela volta dos armários, correntes, cassetetes e paus de arara para impor ao povo brasileiro uma única foto: o retrato de identificação policial. Aqui estão os que lutam pela vitória do bom senso, dignidade e civilização (FOTOGRAFIA PELA DEMOCRACIA, s.d.).

16 Link para a plataforma: <https://www.instagram.com/fotografasfotografosdemocracia/> Acessado em 20/11/2023

17 Link para a plataforma: <https://www.facebook.com/fotografasfotografosdemocracia/>. Acessado em 20/11/2023

18 Link para a plataforma: <https://twitter.com/FotoDemocracia>. Acessado em 20/11/2023

19 O blog ainda carrega a primeira nomenclatura usada pela comunidade "Fotógrafos pela Democracia" que utilizada o masculino universal. Nele, a aba nomeada "sobre" conta que, em 2018, parte da comunidade foi às ruas conversar com a população para tentar evitar a eleição de Jair Bolsonaro. Já em abril de 2019, realizaram o "Leilão Lula Livre", com fotos históricas sobre a trajetória do ex-presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva. A renda arrecadada foi doada à campanha pela sua libertação. Também realizaram varais de fotografias com o tema "Moradia", na Ocupação 9 de Julho, localizada no bairro Bela Vista, que fica no centro da cidade de São Paulo. A valor obtido com a venda das fotos expostas foi doado aos familiares de lideranças presas injustamente. Link para a plataforma: <https://fotografaspelademocracia.wordpress.com/>. Acessado em 20/11/2023

20 Link para a plataforma: <https://www.youtube.com/@FotografosPelaDemocracia/about>. Acessado em 20/11/2023

21 Link para a plataforma: <https://www.instagram.com/fotografiapelademocracia/>. Acessado em 20/11/2023

22 Link para a plataforma: <https://www.facebook.com/fotografiapelademocracia/>. Acessado em 20/11/2023

Em entrevista realizada com Rosa Gauditano (SCHMITT, 2022), fotojornalista que, durante o período da ditadura militar brasileiro de 1964, fez a cobertura de movimentos sociais brasileiros na cidade de São Paulo e principalmente para mídia não hegemônica, a sensação de que algo precisava ser pensado começou a surgir ainda em 2015:

[...] eu comecei a perceber um clima estranho aqui no Brasil. Me deu um sexto sentido e eu comecei a mexer com esse meu material da época da ditadura. E eu pensei “gente, eu acho que vai acontecer alguma coisa parecida aqui. Eu estou sentindo que vai acontecer alguma coisa aqui”. Aí eu comecei editar esse material, eu editei todas as fotos de todos os movimentos sociais, daí eu percebi que eu tinha um grande material e eu comecei a fazer um projeto do livro que chama “A mesma luta”. Porque eu estava achando que o Brasil ia dar uma guinada e ia voltar como aquela época, porque eu estava sentindo alguma coisa estranha. E eu editei esse material e estou com o projeto de fazer um livro, uma exposição com esse material (GAUDITANO, 2020)

Os efeitos da mobilização que vieram dessa espécie de *zeitgeist* experimentado por Rosa no contexto político e social de meados de 2015, resultaram no lançamento da obra “A Mesma Luta”, publicada em 2021 pela editora Lovely House, e na exposição “Vidas Proibidas”, lançada na 35ª Bienal de São Paulo, de 2023. Rosa, que também faz parte da comunidade FFPD, destacou a participação de mulheres dentro do grupo, marcado por uma juventude com ideais feministas muito bem delineados:

Eu acho que as mulheres, hoje, elas estão muito mais focadas na situação da mulher, na situação da mulher dentro do contexto social que estão. Eu vejo, eu participo do grupo Fotógrafas [e Fotógrafos] pela Democracia, eu vejo que a moçada mais jovem, às vezes, elas são super radicais, super feministas, elas vêm com um monte de discurso (GAUDITANO, 2020).

O potencial alcance de tais redes sociais e plataformas on-line, quando examinado diante de seus objetivos democráticos, podem ser compreendidos como outra forma de atuar sobre um contexto, uma forma de expandir seu engajamento ativista que visa consolidar a participação de uma entidade brasileira politicamente preocupada e consciente da necessidade em ocupar a internet.

Análise das comunidades on-line “Fotografia Pela Democracia” e “Fotógrafas e Fotógrafos Pela Democracia”

Na primeira fase deste estudo, como tentativa de compreender um pouco do seu alcance, são apresentados dados obtidos de uma base que contém informações de pessoas e grupos/coletivos que assinaram os manifestos dos grupos on-line “Fotógrafas e Fotógrafos Pela Democracia” (FFPD) e “Fotografia Pela Democracia” (FPD), fornecendo dados públicos como nome completo, cidade ou região em que reside/trabalha e possível vínculo com veículo de comunicação. Este mapeamento vai contribuir para a identificação de possíveis desertos de participação de profissionais em entidades democráticas da fotografia, e que podem ser comparados aos já conhecidos desertos de notícias²³.

No mapeamento iniciado, foi possível verificar que, juntas, e até o momento em que foi realizada a coleta (30/06/2023), as comunidades somavam mais de 2.550 assinaturas, representando o

23 Link para a plataforma: <https://www.atlas.jor.br/dados/app/> Acessado em 20/11/2023.

perfil de um grupo de ativismo político independente e nacional que possui, também, a participação de brasileiros e brasileiras que vivem fora do país, além de coletivos e/ou grupos organizados.

Nesse sentido, a comunidade FPD possui um total de 1143 assinaturas, enquanto o grupo FFPD possui 1339. Deste número total, 55 assinaturas estão sem identificação completa em FPD, o que também abrange a assinatura de coletivas e/ou grupos organizados (Figura 1). Já em FFPD, as assinaturas sem identificação individual somam 65 (Figura 2).

As assinaturas que continham afirmações ou *slogans* no campo destinado ao nome não foram consideradas. Da mesma forma, não foram considerados assinaturas que sinalizaram residir em outros países (total de 40), que colocaram “Brasil” como região ou, ainda, que colocaram mais de um estado no campo de preenchimento (total de 32).



Figura 1 – Mapeamento estadual da comunidade on-line FFPD, de 2023

Fonte: Elaine Schmitt (2023)



Figura 2 – Mapeamento estadual da comunidade on-line FPD, de 2023
 Fonte: Elaine Schmitt (2023)

Gênero em foco

Para a identificação de gênero de assinantes, foram analisados os pronomes presentes na descrição da pessoa para inferir seu gênero. Foram atribuídos os pronomes ele/dele para indicar o gênero masculino, e ela/dela para indicar o gênero feminino. A abordagem tem limitações reconhecidas, pois não leva em conta indivíduos não binários que também podem usar esses pronomes. Nesse sentido, a construção da coluna nomeada “identidade de gênero” foi um esforço em dar visibilidade para uma larga parcela de participantes de ambas as comunidades formadas por mulheres. Sua construção pautou-se na utilização da metodologia qualitativa que auxiliou a identificação de mulheres a partir da forma como são tradicionalmente atrelados os nomes. Quando não se fez possível interpretar em qual categoria a pessoa assinante estaria possivelmente identificada, seu gênero não foi contabilizado.

A comunidade FPD possui 540 assinaturas de gênero possivelmente feminino, enquanto 548 são possivelmente masculinas. Já em FFPD, 614 assinaturas são potencialmente de gênero feminino, enquanto 660 são masculinas.

Acredita-se que o campo de história das mulheres, como um estudo dinâmico e de grande validade na política da produção de conhecimento (SCOTT, 1992, p.77), pode ajudar na compreensão sobre a atuação de fotógrafas em redes sociais on-line, um cenário que não está descolado da história das mulheres fotógrafas. Essa premissa teórica, inevitavelmente política e crítica, implica

no questionamento das bases conceituais e dos supostos epistemológicos, uma vez que se entende à substância da história existente para além de uma categoria de gênero socialmente construída.

Colaborando com a almejada compreensão sobre as experiências de mulheres fotojornalistas, Joana Maria Pedro (2017) apresenta aspectos que corroboram para uma diferenciação cultural marcada pelo gênero e que definirá a maneira como se interpreta, ou enquadra-se, determinadas narrativas deste e de outros períodos da história:

[...] isso não significa considerar que só por serem mulheres ou homens possuem maneiras diversas de lembrar. O que se está entendendo é que, nas relações de gênero vigentes, [mulheres] ocupam funções e têm tarefas diferentes, e isso configura outra forma de narrar suas trajetórias. Considerando que nas narrativas as pessoas se constituem como gênero, o tempo, a relação e o lugar definem o que pode ser dito e o que continua escondido, o que vai ser destacado ou minimizado. (PEDRO, 2017, p.1).

É levando em consideração a ocupação de funções diferentes em nossa sociedade, majoritariamente atreladas aos papéis de gênero, que se acredita haver narrativas que evidenciam tanto semelhantes quanto diferentes formas de perceber e se relacionar com a prática da fotografia e do fotojornalismo a partir de um viés democrático, por exemplo. Questionar tais segmentações é também questionar políticas de inserção no setor da fotografia e do (foto)jornalismo, uma vez que a “feminilidade” foi e continua sendo capaz de restringir acessos e oportunidades de promover outras histórias e outras imagens.

Percebemos, dessa forma, como o gênero constitui-se como marcador de distinção, que corresponde às posições que as fotógrafas e (foto)jornalistas ocupam e a partir das quais são reconhecidas no universo de valores e posições dentro de muitos espaços. (PONTES, 2017).

O grupo Fotógrafas com Lula²⁴ foi criada em novembro de 2022, conta com 3,8 mil seguidores e contém 529 publicações até o momento desta pesquisa. A biografia traz a informação de que o perfil é formado por “ativistas da imagem” que visam “fortalecer a atuação das mulheres na construção de um futuro diverso e inclusivo”. Formada por 82 mulheres, o grupo também cunhou a *hashtag* #fotografascomplula” e divulgou o link para seu manifesto oficial publicado na internet²⁵, que enfatiza valores democráticos, direitos humanos, direitos das mulheres e de todas as minorias sociais. Em conjunto, posicionaram-se em apoio à candidatura e eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2022, e comprometeram-se com ações e atividades relacionadas a campanha eleitoral de Lula, uma vez que muitas participantes já fotografaram o presidente Lula em outros períodos da história política brasileira:

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, as mulheres foram maioria nas eleições de 2022, com cerca de 52,65% do eleitorado. Para além da superioridade numérica sem a correspondente representatividade em lugares de poder e decisão na sociedade, queremos destacar nosso protagonismo democrático contando histórias que nos revelam e evidenciam as nossas lutas. Pretendemos documentar esse momento histórico convergindo os nossos enfoques para as mulheres negras, indígenas, ribeirinhas, com deficiência, LGBTQIA+, idosas, de baixa renda e trabalhadoras da cidade e do campo, entre outras, em suas diferentes realidades, cuja participação se fez decisiva para a vitória da democracia brasileira.

24 Link para a plataforma: <https://www.instagram.com/fotografascomplula/>. Acessado em 20/11/2023

25 O manifesto oficial pode ser encontrado neste link: <https://drive.google.com/file/d/10YVCx81ojiDMbE44QfWxz0pcrcXBYUw/view>. Acessado em 20/11/2023

Prestar atenção ao processo fotográfico de uma maneira ampliada, considerando aspectos que abrangem gênero e cidadania, conforme os objetivos deste estudo, ajuda a romper com uma noção tradicionalmente associada às análises das condições de trabalho de fotógrafas e fotógrafos, e na qual, muitas vezes, desconsideram-se forças que, junto aos recursos técnicos e à linguagem fotográfica, devem ser compreendidas como elementos de significação e interpretação da imagem. Ao evidenciar modos de intervenção do âmbito espacial, temporal e histórico na prática do fotojornalismo, vemos o atravessamento de variados fatores que se fazem presentes no estudo atento da temática e que podem ser observados, hoje, quando falamos da atuação de fotojornalista em redes sociais on-line. Aspectos relacionados ao gênero, além de classe, raça e etnia, colaboram para uma produção de imagens históricas que, futuramente, nos ajudarão a contar história plurais ou, conforme Butler (2015) nos ajudarão a romper com os enquadramentos regulados pelo Estado, ou seja, com enquadramentos “oficiais”.

Para Rosa Gauditano, que também faz parte desta terceira comunidade on-line que versa fotojornalismo e democracia, revisitar seu acervo de 1960 e reativas suas produções com a intensão de manter viva uma memória imagética brasileira em disputa é um movimento urgente e necessário:

[...] a gente não tem que ficar com medo, [...] a gente não tem que ficar achando que vai ter AI-5, que os militares vão tomar o poder, que com militares ou sem militar a gente faz as coisas, o Brasil anda, sabe? E a gente vai contra eles e muda o jogo como nós mudamos em 64. Isso é uma coisa que para mim é muito claro. Eu vejo hoje o movimento indígena, por exemplo. Enquanto está todo mundo aí acuado com esses caras que estão no palácio, e o movimento indígena chega pra eles e bate... não bate a burduna [lança indígena] na mesa mais, mas bate os dossiês escritos pelos seus advogados, muito bem feitos por sinal. Politicamente muito bem organizados, e eles vão lá e fazem reunião e falam “isso daqui está errado”, “nós queremos que o Ministério Público faça isso”, “vocês estão mandando cloroquina para os índios no Amazonas, em Roraima e nós não queremos” e entram com uma ação, e entram com o Juiz, e o Juiz dá uma carta. É isso que nós temos que fazer. Nós temos que continuar fazendo isso (GAUDITANO, 2020).

Os desafios que recaem sobre a atuação de (foto)jornalistas, e em especial às mulheres dentro do campo, são, sobretudo, de ordem cultural e histórica, conforme aponta Nathália Cunha Silva (2017) sobre a influência de um estereótipo construído, simbolicamente, e a partir de uma perspectiva masculina.

Visto que nenhuma atividade está desvinculada dos atravessadores de gênero, sexualidade, etnia e classe social, se torna preciso compreender como o gênero está ligado à construção da valorização profissional feminina, sobretudo em áreas dominadas pelo estereótipo de pertencimento masculino, e como esta construção se reflete na prática profissional (SILVA, 2017, p. 2).

Para a autora, a conjuntura cultural do estereótipo no fotojornalismo, elaborado desde o início da profissão como constituinte de um homem forte, destemido e competitivo, colaborou para que a cultura profissional desestimulasse a participação feminina, cobrando um desempenho superior daquelas que desejaram ali se afirmar e permanecer. Por outro lado, vemos o surgimento de coletivos, eventos e agrupamentos que se dão no on-line e no off-line com a pretensão de demarcar o debate de gênero dentro da fotografia e do fotojornalismo brasileiro. O primeiro festival de Fotografias Latinoamericanas (FFALA), que aconteceu em abril de 2021 de forma totalmente virtual devido à pandemia causada pelo corona vírus, foi uma iniciativa que surgiu da “urgência por criar espaços de encontro, diálogo, reflexão, formação e exposição que valorizem a produção das

fotógrafas latino-americanas”. Conforme o próprio site de divulgação do evento²⁶, o Festival buscou um espaço político de pensamento e interlocução, mas também de celebração, uma vez que “que quando mulheres se juntam, é muita potência, resistência e criatividade” em ação.

A falta de apresentação de ícones femininos na atividade, por exemplo, é uma das pautas presente nestes espaços que discutem como as contribuições de mulheres em todas as épocas foram progressivamente apagadas ou diminuídas da história da imprensa, o que também influencia os dados apresentados neste capítulo. O afastamento das mulheres da especialização no fotojornalismo, ainda presente, é condizente com a cultura profissional construída no tecido social e histórico que as posiciona por atribuição de papéis que continuam na manutenção da segregação. Nesse sentido, é importante destacar que a falta de diligência diante das variadas injustiças só faz aumentar sua naturalização, o que acontece, também, pelo fato de haver uma partilha de valores e expectativas de gênero que precisam ser superadas (LELO, 2019). As lutas a serem travadas, como vemos, são diversas.

Considerações finais

Para além do exposto neste estudo, acredita-se que, com a análise das redes em questão, será possível aprofundar, futuramente, os elementos concernentes aos discursos utilizados e as interações que caracterizam as comunidades on-line “Fotografia pela Democracia” e Fotógrafas e Fotógrafos pela Democracia”, revelando, conjuntamente, sua estrutura de comunicação, além de vínculos sociais, tipos de relações e intercâmbios sociais entre membros e fluxos de comunicação e conexão entre as comunidades.

Tendo como principal objetivo fomentar uma produção científica e intelectual que esteja alinhada aos processos jornalísticos, a investigação teve como objetivo volta-se à especialização do fotojornalismo e suas relações de gênero, dizendo respeito, principalmente, às manifestações democráticas realizadas em redes sociais on-line.

Com o cuidado para não cair em essencialismos que levam à reprodução de noções taxativas sobre o tema que reiteram discursos biologizantes, é preciso destacar argumentos que se baseou em uma perspectiva construtivista do jornalismo (TUCHMAN, 1978), e que, ainda, englobam uma série complexa de fatores relacionados à construção subjetiva de cidadãs e cidadãos perpassada pela esfera social, política, subjetiva, econômica e também de construções de gênero.

Estudar o fotojornalismo a partir desta perspectiva, ainda que com fontes externas e recursos linguísticos para atribuir rótulos de gênero a assinantes que podem introduzir erros ou imprecisões, pode contribuir para a identificação de diversas desigualdades enfrentadas neste campo do jornalismo, possibilitando a compreensão crítica que tem potencial de tensionar e “efetivamente alargar o conhecimento sobre as relações de poder que sustentam o circuito profissional e artístico da fotografia em diversos momentos históricos” (COSTA; ZERWES, 2021, p.10).

Além disso, também se reconhece as limitações do quadro de gênero binário e a importância da representação não binária em pesquisas futuras. A análise concentrou-se principalmente na

26 Link para a plataforma: <https://www.ffala.com/>. Acessado em 20/11/2023

representação de gênero, mas deixou certamente de lado marcadores sociais como raça, etnia, classe e diferenças culturais que também podem contribuir para disparidades dentro das comunidades.

Por outro lado, e ainda que preliminarmente, adentrar análises que dialoguem com fenômenos políticos atuais, assim como com as articulações democráticas realizadas pela categoria de fotojornalistas, oportuniza uma produção de caráter crítico sobre um grupo de profissionais que potencialmente colaboram para o enquadramento e a cristalização da história visual brasileira.

Entrevista

GAUDITANO, Rosa. Entrevista concedida virtualmente a Elaine Schmitt. Florianópolis, SC, Brasil, 23/07/2020. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Elaine Schmitt. 14p

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. (Original publicado em 1990)

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2015.

CASERO, Andreu. El despertar del público? Comunicación política, ciudadanía y web 2.0. In: VICENTE, Maximiliano Martin; ROTHBERG, Danilo (orgs.). *Meios de comunicação e cidadania*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 107-122.

COLUSSI, Juliana; SCHMITT, Elaine. *Análise sobre o discurso construído em torno do #impeachmentday no Twitter: o processo metodológico*. IV ENCONTRO PARANAENSE DE PESQUISA EM JORNALISMO, 2016, Curitiba. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B7DQjd80WkOpeHZfeFg2S1ZVMjA/view?usp=share_link&resourcekey=-0-ndJ0Kktch0ifj_CzIIrLPg. Acesso em 15 de novembro de 2023.

COSTA, Eduardo Augusto. Fotógrafas no Brasil dos anos 1980: as mulheres nas publicações do Núcleo de Fotografia da Funarte e do INFoto. In: ZERWEZ, Erika; COSTA, Helouise. *Mulheres Fotógrafas / Mulheres Fotografadas: fotografias e gênero na América Latina*. Intermeios (Fapesp): São Paulo, 2021.

KOZINERTS, Robert V. *Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre, Penso, 2014. 203 páginas.

LELO, Thales Vilela. *A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades e gênero*. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v.27. n. 2, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

PONTES, Felipe S. *Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

E-compós, Brasília, v.20, n.1, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/1310/925>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

RECUERO, R; Bastos, M.; Zago, G. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SCHMITT, Elaine. *Obstinadas: experiências político subjetivas de mulheres fotojornalistas no Brasil ditatorial (1964-1985)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SILVA, Nathália Cunha. *Mulheres e fotojornalismo: influência cultural e formação na inserção profissional*. XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, 2017, Curitiba. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1145-1.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

TUCHMAN, Gaye. *Making News: a study in the construction of reality*. The Free Press, New York: 1978.

VALENTE, Mariana. *Misoginia na Internet: Uma Década de Disputas por Direitos*. Editora Fósforo, São Paulo: 2023.

ZERWEZ, Erika; Humanismo e política: fotografia e gênero entre a Europa e a América Latina. In: ZERWEZ, Erika; COSTA, Helouise. *Mulheres Fotógrafas / Mulheres Fotografadas: fotografias e gênero na América Latina*. Intermeios (Fapesp): São Paulo, 2021.

“Y LA CULPA NO ERA MÍA, NI DÓNDE ESTABA, NI CÓMO VESTÍA”: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ATIVISMO FEMINISTA NA INTERNET²⁷

CLÁUDIA MAIA
MARIA CLARA SILVA CHAVES
RENATA SANTOS MAIA

A violência de gênero é um problema estrutural que as mulheres enfrentam desde o início da formação de sociedades mais complexas até os dias atuais. Porém, nas últimas décadas ela se tornou mais visível, chamando a atenção especialmente durante o período de distanciamento social, como medida de enfrentamento à pandemia de COVID-19, quando as ocorrências de casos de violência contra a mulher aumentaram de forma preocupante.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), só no primeiro mês de *lockdown* no Brasil (março de 2020) houve um aumento de 43% de relatos de brigas de casais publicados na rede social Twitter. Sendo que, deste total, 5.583 menções indicavam ocorrência de violência doméstica. Além disso, em 2021, segundo a pesquisa, o disque 190 recebeu uma ligação a cada minuto para denunciar violência doméstica (FBSP, 2020).

Neste cenário, a internet se tornou um espaço onde as mulheres se sentiram mais confortáveis para denunciar os abusos que sofreram, usando de estratégias para dar visibilidade aos seus relatos e unindo-se em várias partes do mundo para lutar juntas contra a violência de gênero. Entretanto, esses ativismos feministas acabaram também ganhando um antagonismo, personificado nas manifestações sexistas e na formação de organizações antifeministas no ciberespaço, contra o qual vêm reunindo esforços para se sobrepor.

A internet e as redes sociais têm sido locais importantes para o debate acerca das violências sofridas pelas mulheres na sociedade. Nesse sentido, a relevância desta pesquisa está em conhecer ações e reações da sociedade contra a violência de gênero, pois tais reações são fundamentais para influenciar a mudança de comportamento e as políticas de intervenção estatal que deveriam assegurar o direito de proteção e de uma vida sem violência.

Nesse sentido, objetivamos neste capítulo discutir o ativismo feminista na internet na luta contra a violência de gênero, por meio da análise da performance de protesto *Un violador en tu camino*, criada pelo coletivo feminista chileno *Las Tesis*, que viralizou no final de 2019, bem como

²⁷ Este estudo faz parte do Projeto “A internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc). Registramos também nossos agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) pelo apoio financeiro à pesquisa que originou este capítulo.

os posicionamentos de internautas brasileiro(a)s através de comentários postados em notícias sobre a performance. Como procedimento metodológico, foi feita uma pesquisa netnográfica²⁸ exploratória nos comentários de postagens relacionadas à performance no Instagram e no YouTube utilizando a #UmEstupradornoseuCaminho como ferramenta de busca, o que auxiliou no direcionamento da pesquisa, mas também impossibilitou a visualização de postagens sem a *hashtag* escolhida como filtro.

Para a análise, selecionamos páginas de notícias brasileiras onde os comentários foram mais recorrentes. No Instagram, selecionamos o perfil do próprio coletivo *Las Tesis* e do jornalismo independente *MidiaNinja*. No YouTube, selecionamos as páginas dos jornais da grande mídia *O Globo* e *BBC News Brasil*. O período de análise dos comentários compreendeu o mês de novembro de 2019, ano em que a performance foi apresentada pela primeira vez no Chile, até dezembro do mesmo ano, mês em que ela foi reproduzida pela primeira vez no Brasil e gerou maior número de comentários.

Ciberfeminismo

Uma grande parte das teóricas feministas divide a história do movimento em ondas, o que costuma gerar controvérsias, visto que tal divisão transmite a impressão de um centro propulsor do conhecimento, que o emana para as margens, numa perspectiva ocidental e anglo-americana. Além disso, essa sucessão de ondas deixaria subentendida a ideia de uma sobreposição homogênea e linear nas pautas defendidas pelas mulheres (HEMMINGS, 2009).

Contudo, mesmo não havendo consenso quanto a essas demarcações, Joana Pedro e Marisa Baletto (2021, p. 5) apontam que, até o final da década de 1990, teria havido três ondas com pautas que vão desde “[...] a luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos” até o uso da categoria gênero para tratar “[...] das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade”. E, com o advento do século XXI, já há discussões sugerindo a “[...] emergência da quarta onda feminista, caracterizada por grandes manifestações de rua, e pelo uso intenso de recursos da internet e das redes sociais” (Idem).

O período de transição entre este século e o passado foi marcado por inúmeros avanços tecnológicos, e isso possibilitou a expansão do ativismo feminista também para o mundo virtual. Como assinalam Amanda Motta e Desirée Pires (2020), com os avanços na tecnologia das últimas décadas, os movimentos sociais, como o feminista, também tiveram que se adaptar para acompanhar os avanços e as demandas das novas gerações cada vez mais conectadas em redes sociais on-line.

Conforme, Mariana Lemos,

O *Ciberfeminismo* surgiu no início da década de 1990 com o aparecimento das primeiras redes de computadores. O movimento teve origens pontuais em diferentes partes do mundo, em especial, em alguns países da Europa, América do Norte, e principalmente na Austrália com o grupo VNS Matrix. (LEMOS, 2009, p. 12).

28 A netnografia é uma abordagem de pesquisa qualitativa desenvolvida por Robert V. Kozinets, na década de 1990. Esta abordagem é utilizada principalmente para estudar as interações humanas e a cultura on-line em comunidades virtuais, como fóruns, grupos de discussão, redes sociais, entre outros espaços na Internet onde as pessoas se reúnem para discutir interesses comuns. O termo “netnografia” combina “internet” e “etnografia”, sugerindo uma adaptação da pesquisa etnográfica tradicional ao ambiente digital. A netnografia envolve a imersão do pesquisador no ambiente on-line que está sendo estudado. Isto inclui a observação ativa de discussões, participação em interações comunitárias, coleta de dados, análise de conteúdo e interpretação de significados culturais presentes neste espaço virtual.

Existem diversas definições para o que seria exatamente o ciberfeminismo ou o ativismo feminista nas redes sociais. No livro *Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas* este conceito é definido como “[...] uma prática feminista em rede, que tem por intuito, tanto politicamente, quanto esteticamente, a construção de novas ordens e desmontagem de velhos mitos da sociedade através do uso da tecnologia” (LEMOS, 2009, p. 9).

O ciberfeminismo não traz para o movimento novas pautas e reivindicações, mas expõe novas formas de comunicação, diferentes maneiras de apresentar o feminismo para as pessoas e modos renovados de abordar as pautas que estavam presentes em outras estratégias de luta (SARMENTO, 2021). A partir dessas abordagens, o feminismo se ampliou e alcançou um número cada vez mais expressivo de mulheres, especialmente os segmentos mais jovens que se identificam com as demandas do movimento.

A presença constante do feminismo no ciberespaço possibilitou também a formação de inúmeros coletivos feministas nas redes sociais. Podemos encontrar perfis voltados para divulgar informações sobre as lutas feministas, organizar protestos ou acolher mulheres vítimas de violência (SARMENTO, 2021), tanto no Instagram – um dos focos principais deste artigo – quanto no Facebook e no Twitter. Portanto, meninas cada vez mais jovens vêm tendo acesso a este tipo de conteúdo, se juntando ao movimento e começando a estudar teoria feminista, incentivadas por essas páginas.

Além de tornar o movimento mais acessível para um maior número de mulheres, o ciberfeminismo também utiliza essas plataformas como uma estratégia política para fazer circular informações – em uma perspectiva feminista – e para construir redes de solidariedade e apoio a partir das redes sociais on-line. Como consequência, cresceram também os relatos públicos dos abusos sofridos por mulheres, sejam eles físicos e/ou psicológicos (SARMENTO, 2021). Com o aumento desses relatos, as ativistas começaram a recorrer a estratégias para que as vítimas fossem ouvidas. A principal delas é o uso de *hashtags* nas redes sociais para fazer com que determinado assunto seja mais comentado e, assim, ganhe visibilidade nas grandes mídias.

Alguns exemplos deste tipo de estratégia foram as #ELENÃO que viralizaram no ano de 2018 em protesto aos posicionamentos misóginos do então candidato à presidência Jair Bolsonaro (MOTTA; PIRES, 2020); a #justiçapormariferer que ganhou grande visibilidade em 2020, quando a jovem influenciadora Mariana Ferrer foi dopada e estuprada em um evento de trabalho, mas, mesmo com todas as provas, a justiça absolveu o estuprador; ou ainda a #UmEstupradornoseuCaminho, que será analisada neste capítulo, proveniente de um protesto feito pelo coletivo feminista chileno *Las Tesis* explicitando a impunidade dos crimes contra as mulheres no Chile, que acabou repercutindo pelo mundo todo, inclusive no Brasil, onde várias mulheres foram às ruas protestar contra a violência de gênero e a impunidade dos criminosos.

Um estuprador no seu caminho

A intervenção artística *Un violador en tu camino* foi criada pelo coletivo feminista *Las Tesis* e apresentada, pela primeira vez, no dia 20 de novembro de 2019 nas ruas da cidade portenha Valparaíso, no Chile, com o objetivo de denunciar a impunidade dos crimes de violência contra mulheres e o descaso da justiça. Este coletivo nasceu no ano de 2018 com as atrizes e professoras

Sibila Sotomayor e Dafne Valés, a diretora de arte Paula Cometa e a estilista e figurista Lea Cáceres, com a objetivo de transformar as teses feministas em apresentações artísticas, tornando o feminismo uma pauta mais acessível à população em geral.

Em entrevista para a BBC News, as criadoras da música contaram que, para escrevê-la, se inspiraram nas teorias sobre as estruturas elementares da violência, da antropóloga feminista argentina Rita Laura Segato, e no fato de que, no Chile, as mulheres vítimas de violência de gênero raramente encontram justiça (PAIS, 2019).

A peça para a qual a música foi criada seria lançada no dia 24 de outubro de 2019, conforme explicaram as ativistas. Porém, a partir do dia 18 foi iniciado no Chile uma série de protestos que tomou as principais ruas da capital, Santiago, expandindo-se logo para outras cidades do país. Estes protestos começaram devido ao aumento nas tarifas do transporte público, mas rapidamente ganharam proporções bem maiores, tornando-se uma grande explosão social contra o neoliberalismo, as políticas do governo de Sebastián Piñera – que ampliaram o custo de vida – as violações de direitos contra jovens mapuches, os baixos salários, a violência policial, dentre outras pautas, culminando no pleito por uma nova constituição nacional democrática e participativa em substituição à Constituição de 1980, herdada da ditadura do general Augusto Pinochet.

Nesse contexto de efervescência política e de reivindicação de direitos humanos, a estreia da peça foi cancelada, mas o coletivo *Las Tesis* foi convidado a se apresentar no dia 20 de novembro, como parte dos protestos na cidade portuária de Valparaíso, momento em que veio a público *Un violador en tu camino*. Conforme ressalta Gabriela Wieczorek (2021, p. 81), embora o propósito inicial do coletivo não fosse o de criar uma performance de protesto, “o trecho musicado ultrapassou a proposta da peça original e, em alguns dias, as integrantes receberam convites para coordenar a performance em diferentes cidades chilenas”.

Em 25 de novembro, após chamadas em redes sociais – principal meio de organização dos protestos chilenos naquele momento – a performance foi realizada nos arredores da *Plaza Baquedano*²⁹ rebatizada pelos manifestantes como *Plaza de la Dignidad*, onde centenas de pessoas reuniram-se para marcar o Dia Internacional para a Eliminação de todas as formas de Violência às Mulheres. Nove dias depois, em 04 de dezembro, foi a vez de mulheres da faixa etária acima de 40 anos performarem a música com milhares de manifestantes, em frente ao Estádio Nacional do Chile, símbolo da repressão da ditadura de Pinochet. Na mesma semana, mulheres mapuche também realizaram a performance adaptada para o idioma mapudungú (WIECZOREK, 2021, p.82).

No primeiro e segundo parágrafos, a música nos apresenta o patriarcado, sistema responsável pelas violências sofridas pelas mulheres, ao mesmo tempo, naturalizadas e obscurecidas.

O patriarcado é um juiz
que nos julga por nascer,
e nosso castigo
é a violência que você não vê
O patriarcado é um juiz
que nos julga por nascer,

29 Praça que homenageava o general Manuel Jesús Baquedano González, responsável pela invasão de territórios mapuches (povo indígena do centro-sul chileno), na região de Araucanía, nos anos 1860. A estátua do militar foi alvo dos protestos de novembro de 2019 e precisou ser retirada depois de ser, pichada, incendiada e atacada com martelos e serra elétrica (GIOVANAZ, 2021).

e nosso castigo
é a violência que você já vê
(COLETIVO LAS TESIS, 2019)³⁰

A música aponta o dedo para o sistema e o acusa de ser conivente com o feminicídio, o estupro e a impunidade dos criminosos; reitera veementemente que a culpa não é das mulheres e nem de nada que elas fizeram no momento da violência, mas do sistema patriarcal que estrutura todas as instituições e, em seu conjunto, oprimem as mulheres e são cúmplices das violências dirigidas a elas.

É feminicídio.
Impunidade para meu assassino.
É o desaparecimento.
É o estupro.
E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como me vestia.
O esturador era você. O esturador é você.
São os policiais,
os juízes,
o Estado,
o Presidente.
O Estado opressor é um macho esturador.
(COLETIVO LAS TESIS, 2019)

Por fim, no último parágrafo, a música denuncia de forma irônica a histórica violação de direitos humanos por parte da polícia chilena, ao fazer literalmente referência a trechos do hino da corporação dos Carabineiros.

Dorme tranquila, menina inocente,
sem preocupar-se com o bandido
que pelo teu sono doce e sorridente
cuida a tua querida polícia.
(COLETIVO LAS TESIS, 2019)

Conforme explicam María Vanesa Gisletti e Claudia Monteiro (2020), o hino estabelece sem nenhuma metáfora o modelo de mulher almejado na sociedade: passiva, frágil, dócil; aquela que merece ser protegida e resguardada pela instituição, logo pelo Estado. Esse modelo é o oposto das mulheres feministas, “desobedientes do mandato patriarcal”, portanto merecedoras, segundo o hino, de castigo por não permanecer obedientes no lugar historicamente reservado a elas. Os sentidos da letra que denunciam a violência policial são reforçados pelas faixas pretas nos olhos e os agachamentos presentes na coreografia.

Outro sentido manifesto na coreografia é a retirada da culpa das vítimas pela violência sofrida, quando as ativistas apontam os dedos para frente no trecho “o esturador é você” deixando claro que essa responsabilidade é de toda a sociedade que mantém o patriarcado e a violência que provém desse sistema e/ou o sustenta. A coreografia também exprime o aspecto de unidade e coletividade entre as mulheres, pois todas estão ali dançando e cantando como uma só, protestando a respeito de algo que afeta a todas, independente de raça, orientação sexual, classe social, religião, dentre outras diferenças e posições. Portanto, a coreografia reforça a ideia de coletividade do feminismo e de que sua força está justamente na coalizão das mulheres.

30 Tradução retirada da matéria jornalística “Movimentos feministas organizam versão em português do manifesto #ElVioladoreresTu. Disponível em: <https://jornalgnn.com.br/cidadania/movimentos-feministas-organizam-versao-em-portugues-do-manifesto-elvioladorerestu>



Figura 1 – Performance de *Un Violador en tu camino*, na *Plaza de Armas de Santiago*, em 25 de novembro de 2019.

Fonte: Captura de tela do vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GF5WnTnPqMs>

Uma das imagens mais divulgadas de *Un violador en tu camino* vem da apresentação ocorrida na *Plaza de Armas de Santiago*, centro nevrálgico da capital chilena, que abriga importantes monumentos históricos erguidos sobre o que – antes da invasão colonial espanhola – teria sido o ponto mais importante da civilização Inca nessa região, com santuários e um complexo sistema espacial e espiritual que davam um caráter sagrado a este local (ARÁNGUIZ, 2019).

Ao fundo aparece o Palácio da Corte Real, edificação que já serviu como sede para a Suprema Corte e o Congresso e onde funciona, atualmente, o Museu Histórico Nacional. A escolha tanto da praça quanto dessa construção, em particular, como cenário para a reprodução da performance, está em consonância com a letra da música entoada – em que justiça e governo são acusados pela violência contra mulheres, e chama a atenção para a necessidade de ressignificar locais públicos tomados por simbologias de opressores, entendendo-os como espaços de poder e de memória que estão em constante disputa.

Nessa imagem, além das roupas pretas, que remetem ao luto por milhares de mulheres vitimadas pela violência, destacam-se também os lenços verdes nos pulsos ou amarrados em outras partes do corpo de várias manifestantes. Esse adereço passou a simbolizar a luta das mulheres argentinas pelo direito ao aborto legal, e acabou se espalhando para outros países da América Latina, estando presente em diversas manifestações dos movimentos feministas, inclusive em outras reproduções da performance *Um estuprador no seu caminho* (TEMPONE, 2020).

Depois que as performances no Chile foram gravadas e postadas na internet, a música viralizou nas redes sociais e se tornou um hino feminista contra a impunidade dos crimes de violência de gênero. Ativistas de vários lugares do mundo traduziram e/ou adaptaram a música ao seu contexto e reproduziram a coreografia em seus países como forma de protesto. Gabriela Wieczorek destaca o aspecto notável do deslocamento entre a performance e o coletivo que originalmente a criou, pois “[...] demonstra que as articulações feministas de produção artística e epistêmica em rede são

mais importantes de serem destacadas do que questões de autoria, ainda que a mídia e a Academia insistam em reforçar este último aspecto” (WIECZOREK, 2021, p.82).

A partir da mobilização, por meio das redes sociais, a performance se espalhou, levando milhares de mulheres às ruas do México, Argentina, França, Espanha, Turquia, Colômbia, Estados Unidos, Austrália, Peru, Equador, Venezuela, Alemanha, Índia, entre outros países, para juntas ecoarem suas vozes contra violências, arbitrariedades e injustiças cometidas pelo patriarcado burguês racista.

O final do ano de 2019 também foi marcado por atos em todo o território brasileiro, com grupos de mulheres performando a coreografia e a música de *Um estuprador no seu caminho*. “No Brasil, a primeira intervenção ocorreu no DF, em 29 de novembro, pelo grupo Movielas, durante o Festival de Cinema Brasileiro, no Cine Brasília. Depois em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, entre outros estados” (CINTRA, 2019).

A grande maioria dos protestos ao redor do mundo foi gravada e postada nas redes sociais, gerando um amplo debate na internet a respeito da violência de gênero através da #UmEstupradornoseuCaminho e conseqüentemente conscientizando cada vez mais pessoas a respeito deste problema que as mulheres enfrentam diariamente, mas também mobilizando posições antifeministas.

O corpo-território na colonial-modernidade

Como mencionado no tópico anterior, a performance chilena *Un violador en tu camino* (2019) buscou inspiração nos escritos da antropóloga feminista decolonial Rita Laura Segato. Esta importante teórica conseguiu perceber, a partir da observação dos sistemáticos feminicídios negligenciados pelo Estado e pela imprensa – ocorridos em *Ciudad Juárez*, no México – uma espécie de linguagem ou código masculinista que ia além da misoginia.

Essa linguagem viril, de acordo com Segato (2005), passou a utilizar os corpos das mulheres como espaço para comunicar aos aliados ou aos inimigos, e também ao poder público, a sua capacidade de controle territorial. E a maior demonstração disso ficou evidenciada na impunidade e no descaso com que as vidas das mulheres foram tratadas pelos órgãos formadores de opinião e pelas instâncias políticas e jurídicas – realidade que não está, evidentemente, restrita ao México, mas se faz presente no mundo todo.

A crítica a essa inércia por parte do poder público em punir os perpetradores de feminicídios e estupros aparece na letra de *Um estuprador em seu caminho* através da masculinização pejorativa e intencional das instâncias de poder na afirmação: “O Estado opressor é um macho estuprador” e também no trecho “o estuprador é você, são os policiais, os juízes, o Estado, o presidente”. Quando masculiniza e relaciona essas instituições como corresponsáveis pelas violações de mulheres, o coletivo *Las Tesis* provoca o efeito de enxergar em tais instâncias uma espécie de pacto de silêncio ou (por que não?) o pacto de um certo tipo de masculinidade que encontra conexão com a rapinagem do próprio sistema da colonial-modernidade para transformar os corpos das mulheres em bens de consumo. A esse poder de mercadorização da vida, que a esteriliza e deixa inerte, Segato (2018) dá o nome de pedagogias da crueldade.

De maneira análoga à postura acusatória manifestada na música, François Vergès³¹ reitera não ser “[...] concebível falar em proteger as mulheres das violências sistêmicas a partir de uma abordagem binária, mulheres vítimas e homens algozes, na qual o papel de protetor é confiado ao Estado macho, estuprador” (VERGÈS, 2021, p. 39). Para esta teórica, o Estado é omissivo e seletivo na sua função de oferecer condições seguras de existência, principalmente para grupos historicamente vilipendiados e fragilizados. E a acentuada ação do neoliberalismo, somada ao fortalecimento das polícias, tem resultado na violência extrema do *capitalismo gore*³², um capitalismo nefasto e cruento “[...] que faz da masculinidade uma arma a serviço do seu projeto necropolítico” (VERGÈS, 2021, p. 31).

O argumento de Vergès (2021) se alinha ao de Rita Segato (2018) na medida em que ambas entendem o gerenciamento dicotômico da violência contra as mulheres como um debate estéril, uma vez que para elas a explicação para essa violência cada vez mais atroz não deve ser buscada na contraposição simplista entre masculino e feminino, mas na observação da fase histórica em que o modelo capitalista encontra-se, na qual prevalece a falência institucional e a ficcionalidade do Estado, e onde o sentimento de posse é cada vez mais endossado e valorizado.

Essa vontade de se apossar de algo (ou alguém), de acordo com Segato (2018), forja um tipo de masculinidade calcada na agressividade, no hábito de colocar-se em risco, na virilidade e no belicismo, entre outros predicados, que a autora conceitua como o mandato da masculinidade, um modo de agir que estabelece critérios de pertencimento e cria hierarquias para que os homens possam cotidianamente demonstrar que são dignos de tal titularidade. Esse modelo de conduta vê os corpos femininos como um dos locais onde os homens podem se comunicar com seus pares, ou seja, podem se apropriar desses corpos como territórios a fim de dominá-los como demonstração de controle. Por isso, a antropóloga afirma que “Na língua do feminicídio, corpo feminino também significa território, e sua etimologia é tão arcaica quanto suas transformações são recentes” (SEGATO, 2005, p. 278).

As duas situações, tanto a personificação da terra quanto a reificação dos corpos das mulheres, podem ser lidas como processos históricos que seguem colocando o feminino no lugar de submissão, de espaço a ser penetrado e sujeito a violências sem qualquer reparação. Essa é mais uma denúncia que pode ser percebida na letra de *Um estuprador no seu caminho*: “É feminicídio/ Impunidade para meu assassino/ É o desaparecimento/ É o estupro”. E o que esta performance faz é justamente romper com a ideia de passividade, através de um desabafo catártico e acusatório que retira as mulheres do papel de sujeição nesse cenário de violência e passa a cobrar respostas. A letra, o tom de voz e os movimentos corporais produzem o sentido de protagonismo para as mulheres, faz delas corpos políticos que possuem uma potência de vida e transformam a sua existência em uma prática de liberdade.

A correlação de significantes entre o corpo-território proposto por Segato (2005) e o território feminizado de que fala McClintock (2010) demonstra como o sentimento de posse alicerça as relações de gênero atravessando séculos e gerações, de modo a retroalimentar o patriarcado burguês racista que julga as mulheres desde o nascimento (“o patriarcado é um juiz que nos julga por

31 François Vergès, cientista social francesa, abre a introdução do seu livro *Uma teoria feminista da violência* (2021) citando a letra da performance *Um violador em seu caminho*.

32 Expressão cunhada pela ativista Sayak Valencia (2018).

nascer”). Pois é com base nos valores patriarcais que as mulheres têm seu comportamento visto, reiteradamente, com desconfiança. Nesse sentido, Segato (2018, p. 44) afirma que “[...] o estuprador nada mais é que um moralizador”, alguém que julga a sua vítima e a condena (ao estupro, como punição), por isso no verso “E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como me vestia” o coletivo *Las Tesis* refuta os discursos moralistas que tentam justificar a violência sexual questionando o comportamento ou os hábitos da vítima.

Na versão brasileira da performance, a parte final faz menção à morte da vereadora Marielle Franco, ocorrida em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro. O verso “Marielle presente, o assassino dela é amigo do presidente” denuncia a relação entre o então presidente Jair Messias Bolsonaro e os criminosos que executaram Marielle e seu motorista, Anderson Gomes. É preciso salientar que esses assassinatos e a demora em encontrar os mandantes ocorrem em um cenário de crescente desmantelamento de políticas públicas e de precarização da vida da população mais pobre, pautas que faziam parte da atuação de Marielle como vereadora.

Aspectos similares, inclusive, aos que mobilizaram as manifestações do outubro chileno de 2019, com demandas que se opuseram às intensas privatizações dos serviços básicos e à flexibilização de leis trabalhistas, bem como denunciavam casos de perseguição e assassinatos de líderes comunitárias e ativistas políticas como os de Macarena Valdés, Nicolasa Quintreman e Albertina Martínez Burgos (GISLETTI; MONTEIRO, 2020).

Não por acaso essa é também uma das questões que Rita Segato menciona quando problematiza as “misteriosas” mortes das mulheres de *Ciudad Juárez*, ocorridas em “[...] um contexto de desestatização e de neoliberalismo, [que] não pode senão instalar um totalitarismo de província, em uma conjunção regressiva entre pós-modernidade e feudalismo, em que o corpo feminino volta a ser anexado ao domínio territorial” (SEGATO, 2005, p. 280).

Embora muitos homens tenham se ressentido com a letra da música (como fica demonstrado em alguns comentários registrados nas plataformas onde a performance foi postada), a perspectiva que perpassa *Um estuprador no seu caminho* vai além da responsabilização individual dos homens pelos crimes de estupro, tanto que quando é dito “o estuprador é você”, na sequência também apontam: “são os policiais, os juízes, o Estado, o presidente”, pois como dito anteriormente, a partir de Segato e Vergès, o objetivo não é resumir o problema da violência contra as mulheres a uma oposição generificada.

Que essa performance tenha partido de um coletivo latino-americano – localizado em um continente que sofreu o processo de colonização, os regimes ditatoriais e, agora, concentra a maioria das cidades violentas do mundo (SEGATO, 2018) –, é também um fator que produz sentidos. A forte repercussão que ela alcançou demonstra que as mulheres do mundo todo – mas as da América Latina, principalmente – estão fartas de tanta violência, de ter seus corpos massacrados e descartados, de ver dedos apontados contra si, de ouvir que a polícia é capaz de protegê-las e de, cotidianamente, ter de lidar com assédios. Daí a grande importância da explicitação desse basta, nas ruas e nas redes, através de uma linguagem que se faz inteligível de múltiplas formas: no texto enunciado, na sonoridade da letra e na gestualidade dos corpos.

As efervescentes e intensas discussões, como as de Segato, Vergès e tantas outras teóricas feministas, sobre a relação entre o processo de colonização exercido nos territórios do Sul Global e a colonialidade que continua a ser aplicada sobre os corpos femininos – sobretudo os intersec-

cionados por marcadores de raça/etnia, classe, orientação sexual ou identidade de gênero – são, da mesma forma, fundamentais para buscarmos métodos eficazes de enfrentamento à violência contra as mulheres e todos os corpos feminizados e desobedientes ao mandato da masculinidade. A problematização das marcas aqui deixadas pela matriz colonial de poder implica em compreender como as hierarquias e os mecanismos de dominação continuam a ecoar nas relações de gênero da colonial-modernidade do presente.

Ressonâncias on-line

Os protestos com a música *Um Estuprador no seu Caminho* reverberaram no mundo todo, com um número expressivo de postagens na internet a este respeito, tornando-se notícia em vários canais de informação. Atualmente, é comum que os jornais ou páginas de informação postem suas reportagens nas redes sociais com o objetivo de atingir um número maior de pessoas, o que possibilita aos internautas espaço para compartilhar suas opiniões na sessão de comentários e isso não seria diferente com o protesto da #UmEstupradornoseuCaminho.

Em vista disso, foram selecionadas as matérias publicadas pelos jornais *O Globo* e *BBC News Brasil* em seus canais do YouTube e pela página de notícias *MídiaNinja* em sua conta do Instagram. Os dois tipos de veículos informativos são bem diferentes entre si, pois os jornais *O Globo* e *BBC News Brasil* se apresentam como noticiários mais tradicionais, com notícias pretensamente imparciais e ambos fazem parte de grandes grupos empresariais. Em contrapartida, o *MídiaNinja* se coloca como um veículo com posicionamento político que luta por uma informação democratizada, além de apoiar abertamente inúmeras causas e movimentos, sendo o feminismo um deles. Os comentários analisados no Instagram foram feitos entre os dias seis e dez de dezembro de 2019, enquanto os comentários do YouTube foram feitos entre os dias primeiro e quatorze de dezembro de 2019.

Não surpreende a grande divergência nos tipos de comentários encontrados nas duas formas de jornalismo. Os comentários feitos nas postagens do *MídiaNinja* são majoritariamente de mulheres apoiando os protestos, elogiando a música e parabenizando as ativistas que foram às ruas. Nessas postagens elas se dizem emocionadas e orgulhosas com o alcance dos protestos e incentivam a mobilização de outras mulheres: “Vamos pra rua! Avante mulheres! Um levante nacional é urgente e necessário!”.

Também existem comentários de homens elogiando o movimento, porém a maioria das postagens masculinas é negativa e contem ridicularizações, ou demonstram que se sentiram ofendidos pelos protestos. Este é o caso de um internauta que questiona: “É pré-requisito ser feia pra ser feminista? Kkkkkkkkkk..... gostei muito da parte onde elas me chamam de estuprador”; ou outro que reclama: “Meu pai é juiz, me senti ofendido. Meu pai nunca ia estuprar alguém”. É comum encontrar comentários, nas postagens negativas a respeito da performance, em que as manifestantes são chamadas de desocupadas, feias, histéricas e toscas, discursos que remetem para estereótipos associados ao movimento feminista desde a época da luta pelo sufrágio feminino, entre o final do século XIX e início do XX.

Já nos vídeos do YouTube postados pelos canais da *BBC News Brasil* e de *O Globo*, os comentários são mais diversificados, o número de pessoas apoiando e condenando o movimento é mais equilibrado, fato que resultou em inúmeras discussões entre as/os internautas. Enquanto alguns

homens demonstram ter entendido o propósito das reivindicações com comentários do tipo: “Oxe, bando de homem incomodado com mulher dizendo que não tem culpa por sofrer abuso sexual, que doidera”; existem outros que projetam um futuro distópico e se colocam como futuros oprimidos pelas mulheres: “Não duvido que daqui uns 30 anos, nós homens vamos ser aprisionados em prisões de segurança máxima e serviremos apenas para procriação”.

Há, ainda, um tipo de comentário que continua alimentando o discurso de que a responsabilidade por evitar a violência é da própria mulher, seja argumentando que são as mulheres que educam e criam as crianças e, portanto, se um homem pratica o estupro é porque a mãe falhou na função de educá-lo, ou dizendo para a mulher: “Não exija que o mundo seja como sua sala de estar segura, feminista. Pessoas loucas vão sempre existir, então é sua responsabilidade evitar situações que te coloquem em risco. O Estado não é seu pai e ele não tem que arcar com as consequências de suas decisões ruins”. Comentários como esse, antes de tudo, ignoram que nem mesmo a casa é um local seguro para as mulheres, visto que grande parte das violências acontece no espaço doméstico, e demonstram que muitos homens não entenderam ou se recusam, tacitamente, a entender o principal verso da música “E a culpa não era minha”.

Apesar das diferenças entre o teor dos comentários dos dois tipos de veículo de informação, existem também algumas semelhanças. Nos dois cenários, grande parte dos comentários negativos é feita por homens. Além disso, existe uma quantidade considerável de comentários ligando os protestos e o feminismo a certos espectros políticos. Porém, os mais importantes são aqueles vindos de mulheres que, vendo os protestos, se sentiram seguras o suficiente para compartilhar as suas histórias de abuso e agressão. Foi esse o caso de uma internauta que postou o seu relato:

Só uma mulher sabe o que significa esse canto. Fui abusada quando criança mas nunca contei pra ninguém. Tinha uns 5 ou 6 anos. Nem sabia que aquilo era um abuso. Morava em fazenda e com certeza eu seria a culpada. Aos 52 anos ainda dói muito. Por isso esse movimento me representa. Aos poucos estou me livrando dessa culpa.³³

Relatos como esse demonstram que a força do ativismo feminista, na internet, e a disseminação dos protestos virtuais fazem das redes sociais um espaço onde as mulheres que sofreram violência de gênero se sentem seguras e acolhidas. Assim, são encorajadas a compartilhar suas histórias denunciando os agressores e incentivando também outras mulheres a fazer o mesmo, o que cria uma rede de apoio e suporte virtual.

Considerações finais

Analisando o movimento da #UmEstupradornoseuCaminho, percebemos como a internet se tornou um espaço importante de luta feminista contra a violência de gênero. Com as ferramentas corretas é possível utilizar as redes sociais como local de debate, apoio, solidariedade e aprendizado. A capacidade e a velocidade com a qual as informações são distribuídas têm auxiliado na disseminação das lutas e pautas feministas, que estão alcançando cada vez mais mulheres de raça, sexualidade, classes sociais e nacionalidades diferentes.

33 Comentários retirados do vídeo a respeito dos protestos no Chile no YouTube do Jornal *O Globo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gD5CKuB0t3s>. Acesso em 11/12/ 2019.

A internet e as redes sociais conseguem reunir mulheres de vários lugares do Brasil e do mundo para lutarem contra a violência de gênero e a agência do Estado patriarcal que nos cerca. Fato que fortalece o movimento, pois o feminismo é uma luta coletiva e, para conseguirmos suprir as nossas pautas, precisamos estar unidas.

Nos comentários das postagens da #UmEstupradornoseuCaminho, identificamos alguns relatos de mulheres que conseguiram contar sobre as violências que passaram por se sentirem representadas e acolhidas pela letra da música cantada nos protestos. Assim, percebemos como o ciberespaço vem se mostrando uma ferramenta extremamente importante na luta contra a violência de gênero e como o movimento feminista tem aprendido a usá-la a seu favor.

Porém, infelizmente, ainda existe grande relutância das pessoas em relação ao feminismo e podemos perceber isso pelo número significativo de comentários negativos, provenientes principalmente de perfis masculinos, nas postagens a respeito dos protestos. Movimentos antifeministas vêm ganhando força nos últimos anos e a internet também se mostrou um lugar propício para que se espalhem cada vez mais.

Neste cenário, o ciberfeminismo se torna ainda mais importante, pois auxilia no combate efetivo contra os movimentos antifeministas, já que, diferente destes, é pautado em dados e em estudos científicos. Sendo assim, o ativismo feminista na internet, além de criar redes de apoio para mulheres, democratizar o movimento, denunciar violências e organizar protestos e reivindicações, também ajuda a desmentir as falácias espalhadas pelas organizações antifeministas que se beneficiam com o patriarcado burguês racista.

Referências

- ARÁNGUIZ, Cristian. *A história dos esquecidos*: descobertas arqueológicas reescrivem passado do Chile. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/fotografia/2019/09/historia-dos-esquecidos-descobertas-arqueologicas-reescrivem-passado-do-chile>. Acesso em 05/10/2023.
- CINTRA, Carolina. *Um estuprador em seu caminho*: ato feminista mundial chega a Brasília. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/12/12/interna_cidadesdf,813523/um-estuprador-em-seu-caminho-ato-feminista-mundial-chega-a-brasil.shtml. Acesso em 06/10/2023.
- DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. A primavera das mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. *Revista Feminismos* Vol.6, N.2, Mai.–Ago. 2018, 19–31.
- FBSP. Nota Técnica. *Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19*. São Paulo: FBSP/Decode, 2020.
- EL violador eres tu – o que é a performance que o mundo está reproduzindo? *MidiaNinja*, 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/el-violador-eres-tu-o-que-e-a-performance-que-o-mundo-esta-reproduzindo/>. Acesso em: 21/06/23.
- FONSECA, Inara. *O papel do movimento feminista chileno para enterrar o legado do ditador Pinochet*. Portal Catarinas, 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/o-papel-do-movimento-feminista-chileno-para-enterrar-o-legado-do-ditador-pinochet/>. Acesso em 23/11/2022.
- GIOVANAZ, Daniel. *Por que o local da foto símbolo dos protestos de 2019 é disputado até hoje no Chile?* Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/16/por-que-o-local-da-foto-simbolo-dos-protestos-de-2019-e-disputado-ate-hoje-no-chile>. Acesso em 06/10/2023.

- GISLETTI, Maria Vanesa.; MONTERO, Claudia. *El octubre chileno: voces y luchas feministas*. Descen- trada. La Plata: FAHCE, v. 4, n. 1, maço. 2020. Disponível em: [https://www.descentrada.fahce.unlp.edu. ar/article/view/DESe111](https://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe111). Acesso em: 02/10/2023.
- HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, 2009.
- KOZINETS, Robert. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. São Paulo: Editora Penso, 2010.
- LEMOS, Mariana Gazire. *Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. São Paulo, 2009.
- MAIA, C. J. Uma pandemia de longa duração: violência de gênero contra as mulheres. *Revista Mosaico*, v. 13, p. 219–231, 2020.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Edunicamp, 2010.
- MOTTA, Amanda; PIRES, Desirée. Todo espaço é político: Ativismo de mulheres nas redes sociais. Uni- versidade Federal do Rio Grande/FURG: *Revista Docência e Cibercultura*, 2020.
- MOVIMENTOS feministas organizam versão em português do manifesto #ElVioladorEresTu. Jornal GGN, 2019. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidadania/movimentos-feministas-organizam-ver- sao-em-portugues-do-manifesto-elvioladorerestu/>. Acesso em: 25/11/2022.
- QUEM somos. *MIDIA Ninja*. 2016. Disponível em: <https://midianinja.org/quem-somos/>. Acesso em 23/11/ 2022.
- PEDRO, Joana Maria; BARLETTTO, Marisa. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. *Revista Feminismos*, Bahia, v.7, n.1, 2019.
- PERGUNTAS frequentes. *MIDIA Ninja*. 2016. Disponível em: <https://midianinja.org/perguntas-fre- quentes/>
- PAIS, Ana. ‘O estuprador é você’: o que pensam as criadoras do hino feminista que virou fenômeno global. BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50711095>. Acesso em 12/07/23.
- SARMENTO, Rayza. *Ativismo Feminista Online: mapeando eixos de atuação*. Universidade Federal de Viçosa: Revista Sul-Americana de Ciência Política, v.7, n.1, 19-37, 2021.
- SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogías de la crueldade*. – 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Prometeo Libros, 2018.
- SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulhe- res de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n.2, p. 265-285, maio/agosto. 2005.
- TEMPONE, Denise. *Por que o lenço verde é um símbolo feminista na América Latina?* Disponível em: <https://www.domestika.org/pt/blog/6348-por-que-o-lenco-verde-e-um-simbolo-feminista-na-america-la- tina>. Acesso em: 04/10/2023.
- VERGÉS, François. *Uma teoria feminista da violência: por uma política antirracista da proteção*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- WIECZOREK, Gabriela Traple. O coletivo LAS TESIS, o *estallido* social chileno e a mobilização em rede nos espaços urbanos e digitais. *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, vol. 6, n.º 11, julho-dezembro de 2021.

HABITAR UM CORPO DISSIDENTE: COMO (RE) EXISTIR EM MEIO À SOROFOBIA E À GORDOFOBIA³⁴

LETÍCIA DE ASSIS

Introdução

Habitar um corpo dissidente é por si só um desafio em um mundo de padrões e encaixes. Na sociedade do espetáculo (DEBORD, 2007) e do consumo, ser um sujeito fora do enquadramento da normalidade implica viver uma série de exclusões que resultam na supressão ou negação de direitos, dos mais básicos aos subjetivos.

O estigma sempre me acompanhou de uma forma ou outra e talvez por isso não tenha compreendido uma vivência sem discriminação em nenhuma etapa da vida. Entretanto, de alguma forma nunca me vi só. Nem conhecia a palavra ativismo, muito menos militância, mas já enxergava olhos cúmplices na escola, na vizinhança e na igreja que frequentava com minhas tias. Como afirma Medeiros (2019), são as somas que nos fortalecem, mesmo antes de saber qual a casa ocupamos na equação:

Começo esta escrita, indicando que trago nela o eu e outros, pois percebo que nesta trajetória nunca estive só, estive sempre atravessada por várias/os outras/os que colaboraram e colaboram com meu crescimento, que me encorajam, desafiam, caminham e caminham ao meu lado, mesmo aquelas/es distantes, me orientavam e continuam a suscitar reflexão, que eu depois traduzia e traduzo para minha prática educativa e militante. (MEDEIROS, 2019. p. 45)

Para além dos recortes socioeconômicos que apartam, a evolução de tanto e de tudo não fez com que o peso, a cor da pele, a orientação sexual, o gênero, o local onde se nasce, as condições de saúde de cada um deixassem de relegar a todos um encaixe, padrões que segregam, isolam, estigmatizam e desqualificam os indivíduos conforme a “caixa” onde se enquadram.

Estigma é um conceito grego, criado para referenciar pessoas com sinais corporais, deficiências ou traços extraordinários. A sociedade da época buscava um termo que representasse o diferente, num sentido negativo. De acordo com Jimenez-Jimenez (2018), os sinais eram feitos com instrumentos de corte ou fogo nos corpos dos estigmatizados para avisar, marcar aquela pessoa de forma que todos soubessem que ela era escrava, incapaz, imoral, traidora ou criminoso. Essa pessoa deveria ser *evitada*.

34 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc)

O conceito atravessou séculos e firmou sua ponte de exclusão também nas redes sociais digitais, como explica Jimenez-Jimenez (2018):

O estigma, portanto, é uma forma de controle social, no qual existe uma seleção de acordo com princípios morais, religiosos, institucionais, políticos, culturais e comerciais, padronizando o que é adequado ou não em nossa sociedade. Aqueles sujeitos que não se encaixarem no pré-estabelecido, acabam por ser estigmatizados e então excluídos socialmente, podendo quase sempre ser eliminados literalmente da sociedade onde vivem. (JIMENEZ-JIMENEZ, 20218, página 06)

Goffman (1975) afirma que o conceito de estigma permeia a ideia da presença física entre estigmatizados e não-estigmatizados, e essa relação se estabelece no cotidiano como o normal e o anormal.

As pessoas consideradas normais elaboram categorias e atributos a um estranho, e essas pré-concepções elaboradas são transformadas em “expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso.” (GOFFMAN, 1975, p.12). Logo, ser gordo e ser soropositivo, não é algo considerado normal; é uma curva fora do trajeto, um desvio de comportamento, um existir em corpos dissidentes, passíveis de exclusão e discriminação.

Assim como eu, muitas pessoas também não conhecem o viver sem estigma, o que faz com que, ao longo da caminhada, encontrem saídas para amenizar, conviver e superar essa condição do diferente. Algumas dessas saídas se estruturam em forma de grupos de acolhimento e de ativismo em torno dos direitos das pessoas discriminadas e estigmatizadas de alguma forma.

Normatizar, se enquadrar ao esperado pelos demais, não diminui a dor, tampouco as limitações; pelo contrário, coloca os indivíduos em espécies de redemoinhos, num esforço sem fim para se tornar alguém que não se é. Normatizar se torna, portanto, ir contra o próprio normal de quem é estigmatizado.

Por outro lado, também não é possível viver na exclusão sem sacrificar a dignidade. E é nesse momento em que os ativismos se levantam: na representação de forças onde as dores individuais se tornam coletivas.

Soroativismo e gordoativismo: onde se encontram?

Se antes a militância se dava nas garagens, em espaços de ensino, se formava em grupos presenciais, clandestinos ou não, hoje ela acontece nas redes, que aglutinam pessoas em torno de um tema comum. Fatos concretos podem mobilizar a mídia em geral, as redes já constituídas e ter algum alcance sobre a opinião pública conforme consigam representar a heterogeneidade de atores envolvidos. A essa complexidade de interações que se fundem numa bandeira de múltiplos atores, grupos em constante formação/mutação, chamo aqui de ativismo digital.

De acordo com Lapa, Lanna e Silva (2019), o ambiente digital propicia a reflexão e a capacidade de indignação com os avanços negativos em áreas preciosas como os direitos humanos. Porém, “as pessoas vão consolidando a segregação espacial da era digital, em bolhas ideológicas, no discurso de ódio nas redes digitais, na profusão de *fake news*, no marketing customizado da vida política do cidadão de qualquer nação” (LAPA; PRETTO, 2019).

As mudanças culturais profundas, que refletem no olhar comum, sobretudo relativas ao consumo e à implementação de um mercado de massa, atravessam as questões pessoais do sujeito no mundo e como ele se relaciona com ele. Viver com HIV e ser uma pessoa gorda parecem sujeições separadas em origens e em implicações. A fusão surge justamente quando se pensa em estigma. O ponto de confluência entre esses sujeitos, que podem ou não habitar o mesmo corpo, são a exclusão, a anormalidade, o desencaixe social. Quando este corpo é feminino, a estigmatização é ainda mais cruel.

Canclini (2008) afirma que, de corpo ideal a corpo repulsivo, a condição feminina foi esmagada em uma regressão social, e as mulheres gordas, especialmente, foram aprisionadas em um encaixe de exclusão do belo e do aceito. Hoje, a palavra “gorda” se confunde com um insulto, enquanto o contrário – magra – se constitui um elogio tanto da parte de quem profere quanto para quem escuta. A palavra *aidético*, antes designada para as pessoas portadoras do HIV, carregou e de certa forma ainda carrega um sentido de morte, de encaixe promíscuo, de menos valia. As mudanças no léxico para “soropositivo” ou “pessoa vivendo com HIV” ampliaram o debate, mas não excluíram o preconceito.

Quando a necessidade de um recorte social ultrapassa a fronteira de reivindicar direitos justos, para lutar por sobrevivência e por permanência como ser humano natural, há que se recorrer às bases educacionais para que novas gerações passem a compreender o respeito novamente como norma. E nada melhor do que o digital para aproximar rapidamente conceitos do seu público-alvo.

Para Jenkins (2009), todas as principais mídias estão sendo influenciadas pela internet como uma forma de adaptação às transformações culturais, sociais e mercadológicas que ela trouxe aos meios de comunicação. O ativismo gordo e o soroativismo surgem, portanto, como forma de conversão, de voz para uma nova educação social progressiva com ética e respeito indiscriminado.

O contato com a diversidade de atores possibilita a profundidade de entendimento e a oferta de discursos sem a pretensão de imparcialidade, porém afinados com as teorias e as práticas que oferecem ferramentas de transformação social por meio da educação.

Os grupos e as convergências

A importância dos grupos de ativismo gordo e do soroativismo se convertem no apoio e na representatividade, ainda que tenham recortes e atuações bastante distintas.

O ativismo gordo ganhou força a partir do início da primeira década do século XXI, quando os conceitos passaram a ganhar força na academia, mas principalmente pela atuação de algumas personalidades importantes da militância latino-americana (ASSIS, 2022).

Como destaques:

- Maria Luisa Jimenez³⁵, autora de um dos principais livros sobre estudos do corpo gordo, *O Lute como uma Gorda*, é pesquisadora e professora universitária, além de palestrante e artista, colega no #pesquisagorda³⁶;

35 https://www.instagram.com/malujimenez_/

36 <https://www.instagram.com/pesquisagorda/>

- Kalli Fonseca³⁷, pioneira na escrita de blog especializado em moda e comportamento de pessoas gordas (foco para mulheres), autora e fundadora do projeto Beleza sem Tamanho;

- Thaís Carla³⁸, dançarina e ativista, ganhou notoriedade por ser uma das bailarinas gordas da cantora Anitta;

- Ellen Valias³⁹, atleta e militante pelos direitos das pessoas gordas e pela relação não punitiva com a atividade física, aplica um tom sarcástico e bem-humorado às suas críticas; é maratonista, jogadora de basquete, além de manter grupos de encontro para esportes coletivos nas periferias de São Paulo;

- Renata Gomes, advogada e criadora do site Voz das Gordas;

- Rayane Souza⁴⁰, do projeto Gorda na Lei, que tem feito inúmeras defesas e orientações em casos de gordofobia, principalmente no âmbito trabalhista;

- Laís Sellmer e Gabi Menezes⁴¹, do Saúde sem Gordofobia, projeto dedicado a mapear e reunir profissionais de saúde anti gordofóbicos por região do Brasil;

- Bianca Reis⁴², fundadora da primeira marca de lingerie e roupas de banho com tamanhos acima do 54 (o padrão da numeração maior das marcas *plus size*), a For All Types (FAT);

- Agnes Arruda⁴³, jornalista e militante, autora do primeiro livro que discute a gordofobia na mídia e do dicionário antigordofobia;

- Jéssica Balbino⁴⁴, jornalista e ativista, mantém colunas onde aborda o tema em alguns dos principais veículos do Brasil;

- Jamile Santos, do Coletivo Gordas Livres

- Jéssica Ipólito, do site Lugar de mulher Gorda e Sapatão;

- Adriana Santos⁴⁵, criadora do movimento Vai ter Gorda nas praias do Nordeste;

- Helena Custódio⁴⁶, responsável pela criação do movimento Vai ter Gorda na Praia, depois reinventado pela santista Erika Cador;

- Letícia de Assis, jornalista e fundadora dos coletivos Sim sou Diva e Desencaixa, além de ter sido responsável pelas duas edições do Vai Ter Gorda na Praia Sul, em Florianópolis;

- Juliana Dreher⁴⁷, primeira arquiteta a discutir publicamente os espaços e o acesso à cidade para todos os corpos, é palestrante, consultora e membro do coletivo Desencaixa⁴⁸ e participa comigo das ações do Vai ter Gorda na Praia Sul.

37 <https://www.instagram.com/belezasemtamanho/>

38 <https://www.instagram.com/thaiscarla/>

39 https://www.instagram.com/atleta_de_peso/

40 <https://www.instagram.com/gordanalei/>

41 <https://www.instagram.com/saudesemgordofobia/>

42 <https://www.instagram.com/beefatshiontalks/>

43 <https://www.instagram.com/arrudaagnes/>

44 https://www.instagram.com/jessicabalbino_/

45 <https://www.instagram.com/vaitergorda/>

46 <https://www.instagram.com/sougordinhasimoficial/>

47 <https://www.instagram.com/julianadreherconsultoria/>

48 <https://www.instagram.com/coletivodesencaixa/>

- Jussara Belchior⁴⁹, bailarina, doutora pela UDESC e ativista, uma das fundadoras dos Coletivo Manada e do Desencaixa, que faz interações antigordofobia por meio da arte.

No movimento de combate à sorofobia, temos muitos nomes no ativismo digital, a maioria homens, e por isso darei destaque aos pioneiros e às mulheres que atuam neste âmbito. Importante destacar que alguns coletivos, como o Loka do Efavirenz⁵⁰ e o Estrela Guia⁵¹ entrecruzam pautas relacionadas à sexualidade, trabalho sexual, LGBTQIAP+, transgeneridades, entre outros. Como destaque:

Marina Vergueiro, cinepoeta, jornalista, palestrante, autora de “Exposta” e apresentadora do “Senta Aqui”, na Agência Aids. [Destaco a Marina também por ser a única, entre as ativistas mulheres, que também engaja na pauta da gordofobia⁵²].

João Geraldo Netto, com larga experiência em comunicação e políticas públicas, fala sobre o HIV de forma clara, trazendo as novidades nas pesquisas sobre medicamentos e outros assuntos relacionados;

Marcelo Pacheco de Freitas, da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, coordenador da Aliança Nacional LGBTI+ no Estado de Santa Catarina;

Vanessa Campos, a sopsidHIVa, que vive com HIV há mais de 30 anos e fala sobre questões relacionadas ao feminismo e ao tratamento, entre outras;

Rafaela Queiroz, psicóloga, cujo ativismo foca nas pessoas com transmissão vertical e nas questões emocionais do viver com HIV/AIDS;

Pisci Bruja⁵³, transpóloga, pesquisadora e educadora, atleta ciclista que luta pelos direitos das pessoas trans e que vivem com HIV/AIDS.

eu, Letícia de Assis, que mantenho o canal “Tá Boa, Bunita?”⁵⁴ (atualmente sem conteúdos novos), onde conto minhas experiências e dou escuta empática. Em cima das dúvidas e dos comentários que surgem, eu crio os roteiros dos vídeos e as publicações para Instagram. Como também sou gordoativista, procuro interseccionar os temas sempre que possível. Fiz bastante esse trabalho na pandemia, principalmente nas questões relacionadas aos estudos sobre contágio e vacinação.

O que se lê nas nossas redes

Entre todos os sites, blogs e redes sociais destes e outros ativistas e militantes, há alguns recortes comuns quando se pensa nas trocas que temos com os públicos para quem falamos.

No caso da gordofobia, os comentários vão da hostilidade, passando pelo assédio sexual e do deboche, às ameaças, muitas vezes acompanhadas de capturas de tela de sites com dicas de emagrecimento, cirurgia bariátrica e afins.

49 <https://www.instagram.com/belchiorjussara/>

50 <https://www.instagram.com/loka.de.efavirenz/>

51 <https://www.instagram.com/estrelaguia.sc/>

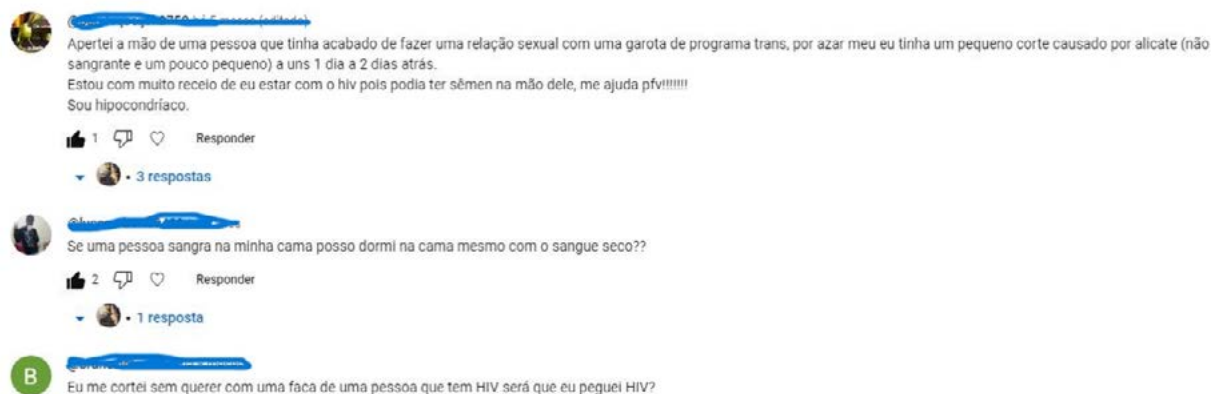
52 <https://agenciaaids.com.br/noticia/catraca-livre-gordofobia-levou-jornalista-a-contrair-hiv-e-quase-morrer-de-aids/> Entrevista concedida em junho de 2022, onde a interseccionalidade das pautas ativistas fica explícita

53 <https://www.instagram.com/piscibruja/>

54 <https://www.instagram.com/taboa.bunita/>

Ainda nos vídeos sobre HIV/AIDS, o teor mais comum – além da profunda desinformação de boa parte dos que interagem – é a piedade e a culpa. Aparecem elogios à coragem de se expor, muitas dúvidas, relatos pessoais ou de parentes/amigos próximos e confusões sobre as notícias veiculadas. A figura de Deus, da redenção, da cura surge com frequência. Na captura de tela abaixo, alguns dos comentários que explicitam o abismo de informação que ainda habita a maioria das pessoas.

Captura de tela do meu canal, “Tá Boa, Bunita?”, na seção “Viver Bem com HIV”:

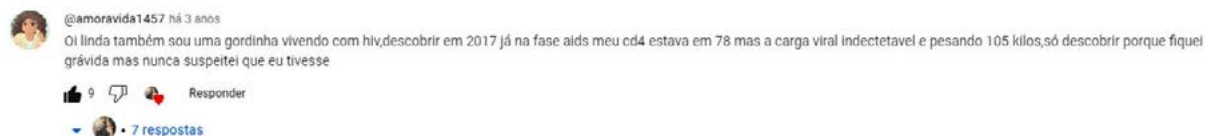


Quando o roteiro aponta situações de gordofobia e afins, os comentários tendem a ser violentamente diretos, pela impermanência do corpo gordo, que deve ser eliminado ou modificado a qualquer custo, mesmo que isso custe um risco de vida muito maior do que o ser gorda. Um exemplo de interação violenta unindo o fetiche ao nojo, o qual capturei e criei um subtexto para a rede Instagram, é o abaixo, da seção “Gordosfera”. Trata-se de um vídeo sobre fetiche⁵⁵:



55 Transcrição do texto que fiz para o Instagram: “Quando a gente se propõe a representar, a ser militante, algumas coisas chatas vão surgir mais cedo ou mais tarde. Uma delas é a quantidade de comentários e abordagens de ódio que surgem, a maior parte vinda de perfis criados apenas para este fim, os chamados *haters* 😞”

Como a intersecção entre gordofobia e sorofobia é feita publicamente em canais de pessoas que ocupam os mesmos corpos dissidentes se dá, nesta pesquisa, nos perfis de Marina Vergueira e o meu, há poucos registros que possam exemplificar as violências entrecruzadas. Porém, é notório que somos perdoadas por sermos positHIVas, mas nada poupadas por sermos mulheres gordas. Abaixo, um exemplo de atraso na detecção do HIV, que levou à pessoa ao estado de AIDS, por ela ser gorda:



Representar e autopreservar

Escrever sobre mim carrega a dimensão do que represento. O percurso autoetnográfico está repleto de interações, forças ressonantes que partem do meu eu sensível na relação com os que me cercam (MEDEIROS, 2019). Acredito que essa imersão tem potência, tem riqueza, tem os atributos de quem vive as trajetórias de estigmatização. Descrevo parte da minha vida atrelada ao contínuo processo de ensino-aprendizagem e militância dentro do ativismo gordo e, mais recentemente, dentro do soroativismo.

É interseccional e é embrionário diante de tantos atravessamentos e de uma “pressa” por descobertas em um mundo tão acelerado, polimorfo. Como prática crítica, a interseccionalidade desafia o *status quo*, invocando um amplo sentido das estruturas interseccionais para estudar a diversidade de fenômenos sociais, incluindo os ativismos e suas múltiplas manifestações (COLLINS, 2021, p.53).

O ativismo gordo acendeu discussões em torno da autoestima e da gordofobia graças às redes de pertencimento da *web*, mesmo que preconceito e a discriminação sejam assunto bem mais antigos. Especificamente contra pessoas com sobrepeso, é nos anos de 1970 e 1980 que surgiram verdadeiros movimentos entre medicina e publicidade para patologizar a obesidade como um dos males do século (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020).

Como na maioria dos casos em que há atitudes preconceituosas, a gordofobia também vem disfarçada de justificativas (NERY, 2018). A gordofobia médica é uma das argumentações mais utilizadas, pois o acusador parte do princípio de que as pessoas que estão acima do peso têm problemas de saúde, muitas vezes, sem ao menos conhecer a realidade em que o outro vive. O fato é que o tamanho da barriga ou o valor do peso não justifica o quão saudável a pessoa é; o que determinará se ela está saudável ou não são exames médicos, como o que detecta o colesterol e o percentual de

Convivo com eles desde o Sim sou Diva, principalmente nas ações do Vai Ter Gorda na Praia. Foram centenas, alguns bobos e outros com ameaças sérias. No geral, a gente se prepara psicologicamente para essa dura realidade de viver num mundo com internet. Porém, há dias que não é fácil. A gente pode estar com alguma fragilidade, pode desencadear algum gatilho... enfim, os motivos são muitos e um comentário desses derruba nossa energia 😞

O do print é só um dos exemplos dos muitos que recebo em todas as redes, principalmente quando os vídeos falam de gordofobia. É também uma prova de algo que falamos incansavelmente - nós, as ativistas gordas: a gordofobia é estrutural, legitimada na sociedade como algo natural, no máximo caricato. Quando, na realidade, é um estigma que causa muitos problemas e até a morte 😞

Como nem tudo são flores, quis trazer a vocês um exemplo de um dia em que não lidei bem com um desses comentários. Denunciem quando presenciarem esse tipo de situação, seja lá a quem for destinada, porque ninguém merece trabalhar contra um inimigo invisível, covarde, mesquinho 😞

Sigamos... porque os frutos positivos são sempre maiores; são alicerces para a mudança que queremos ver na sociedade 😊”.

gordura, entre outros. Este tipo de crítica, muitas vezes, é internalizada pelas pessoas que sofrem o preconceito da gordofobia, e, a partir daí, começam a reproduzir discursos baseados no “estilo de vida saudável”, mesmo sem ter nenhum problema de saúde.

[...] Portanto, o empoderamento é o melhor mecanismo para tentar minimizar as consequências desse processo que traz sofrimento e causa graves problemas psicológicos a muitas pessoas que estão fora do padrão social, construído pelo apelo consumista e pautado em elementos que são prejudiciais à saúde física e mental (NERY, J., 2018. P. 27).

O ativismo entra em cena no fator empoderamento. Bruno Latour (2012), em sua Teoria Ator-Rede (TAR), oferece a compreensão de que o social é o que emerge dos grupos, das associações entre o que ele chama de actantes, sejam pessoas, sejam máquinas, sejam representações, avatares e tudo que possa ser criado nessa inter-relação. Essa visão sobre o social torna-se interessante para se pensar corpo e espaço nos processos de mídia e educação, inclusive para pensar o ativismo dentro desse olhar.

Refletindo sobre o sorroativismo, ele existe porque os esforços políticos e socioeducacionais não dão conta do combate à sorofobia. Assim, pessoas que vivem com HIV, declarantes ou não da sua sorologia, passaram a encontrar nas redes o local de interação social e, por meio dos atravessamentos, um meio de luta efetiva para o combate ao estigma.

De acordo com a TAR, o espaço pode ser compreendido muito além da ideia de uma infraestrutura por onde passam coisas e ser apreendido em sua dinâmica móvel e associativa. São dinâmicas que se cruzam do micro (interação) para o macro (estrutura social), e vice-versa, no que podemos chamar de atravessamentos (LEMOS, 2013).

Se considerarmos que o ciberespaço é uma dinâmica de atravessamentos, o espaço se confirma como algo abstrato, assim como o entendimento do corpo, que pode ser um conjunto de órgãos, tecidos, músculos e ossos, ou uma personagem atribuída ou criada, ou mesmo uma memória afetiva, entre outras representações.

Corpo e espaço passam a ser compreendidos como relacionais, em formação permanente pela articulação de objetos, humanos e não humanos. Latour (2005) propõe pensar o ciberespaço como espaço-rede, saindo da micro e da macrodimensões, protagonizando o social se formando, se moldando, se deformando e se reinventando. “A internet vai produzindo espacialização na relação dos lugares e nas movimentações pelas conexões de tudo e todos, em um espaço de controle que se faz e se desfaz nesse movimento, no tempo” (LEMOS, 2013). Entender o corpo como não-restrito faz parte, portanto, do ciberespaço.

Quando comecei no ativismo, sem ainda saber que estava nele, os sites e as redes sociais da época cumpriram o papel agregador. Nunca ouvira falar em Teoria Ator-Rede e pouco conhecia dos feminismos latinos. Passamos a conhecer as histórias umas das outras. O que nos separava eram condições que, para aquele arranjo, não importavam. Aqueles laços que antes necessitavam da interação para serem construídos (laços emergentes) passaram a ser agrupados também pela associação (laços associativos) e passaram a ser mantidos pelos próprios sites e redes sociais. (RECUERO, 2009)

Tornamo-nos inacabados em nossos saberes, o que se manifesta em nossos perfis e também nos grupos em que participamos. Estes grupos passam a ser mutáveis, nunca acabados; afinal, “não há grupos estáticos e sim a formação de grupos contínuos” (LATOURE, 2012).

Embora exista o poder historicamente estabelecido e suas disputas pela hegemonia dentro das sociedades assimétricas, é inegável perceber que a condição de mutabilidade elevou os debates e as construções de conhecimento a outro centro de discussão. Um corpo gordo e um corpo que (con)vive com HIV requerem seu espaço visível. O corpo e o espaço que ocupa estão no cerne dessa teia:

Por falta de opções, nos autodenominamos sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, filósofos e antropólogos. [...] Qualquer que seja a etiqueta, a questão é sempre a de reatar o nó górdio atravessando, quantas vezes forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura. Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruídos sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas por onde quer que estas nos levem. Nosso meio de transporte é a noção de tradução ou de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica do que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas. (LATOURET, 1994. p. 09)

Construir sentido a partir de interações é o que se busca nas redes sociais. Mais do que espaços de exposição, as redes estabelecem terreno para que relações simples e complexas se firmem. Quando falamos de ativismos, podemos afirmar que permanência, buscabilidade, replicabilidade e presença das audiências invisíveis, são características fundamentais das redes para que eles se edifiquem, se fortaleçam e se propaguem (RECUERO apud PRIMO, 2013). É o que Recuero (2013) chama de hiperconexão das redes: “ferramentas amplificadas pelas práticas sociais dos atores, amplificando também todas as características dos públicos em rede”. Passamos a usar termos como conexão, teia, rede, matriz e interação associados com a hipertextualidade – link, *web*, *network*, matrix, *interweaving* (FELINTO, 2005).

Tecendo a resistência, não há como negar a importância do feminismo na construção do ativismo gordo e também do soroativismo. Vêm dessa fonte os alertas mais contundentes contra a uniformização dos corpos, a favor da diversidade e do respeito. Corpos não-restritos, fazendo a ponte entre os feminismos e a TAR.

O corpo feminino é historicamente ponto de confluência e disputa de poder, desde as relações mais primitivas e ‘naturais’ até as mais complexas, que envolvem o consumo e a própria estrutura do capitalismo. É um corpo em vigilância constante, de domínio público, manipulável, que existe como moeda de troca. Um corpo que se pretende manter estático. Eis a primeira grande vantagem das discussões do ativismo gordo no ciberespaço: o fim da corponormatividade.

Durante a investigação, alguns dos questionamentos mais inquietantes que tenho são relacionados às regras. De acordo com Butler (1999), podemos pensar a matéria dos corpos como uma espécie de materialização governada por normas. Essa “regulação” têm a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que pode ser legitimamente considerado como um corpo viável.

Como essa materialização da norma na formação corporal produz um domínio de corpos abjetos, um campo de deformação, o qual, ao deixar de ser considerado como plenamente humano, reforça aquelas normas regulatórias? Que questionamento esse domínio excluído e abjeto produz relativamente à hegemonia simbólica? Esse questionamento poderia forçar uma rearticulação radical daquilo que pode ser legitimamente considerado como corpos que pesam, como formas de viver que contam como “vida”, como vidas que vale a pena proteger, como vidas que vale a pena salvar, como vidas que vale a pena prantear? (BUTLER, 1999. p.17).

Na minha história, habitar o corpo feminino-gordo-positivo demonstrou, nessa ordem, qual o percurso deveria ser combatido ou mantido. Por demorar mais a compreender os tentáculos do machismo na própria trajetória, enxerguei nos estudos do corpo gordo um respiro de compreensão do meu próprio existir, estendendo aos pares de vivências dissidentes essa reflexão.

Os *Fat Studies* e o ativismo gordo, são influenciados pela teoria biopolítica de Foucault (1976), termo utilizado pelo autor para designar a forma na qual o poder tende a se modificar a partir do final do século XIX e início do século XX. A biopolítica coloca em prática as relações de biopoder locais ou centralizadas e, por elas, as pessoas são alvo e também instrumento em uma relação de poder, ainda que virtual. Podemos exemplificar aqui as questões de autoestima como um conceito pasteurizado, que pode ser comprado ou vendido, como se os corpos e os espaços não fossem sensíveis aos meios em que transitam e seus atravessamentos. Autoestima esta que afeta de forma contundente pessoas vivendo com HIV, não só por efeitos colaterais como a lipodistrofia (GRECO, 2016), mas pelo estigma de corpo deformado física e moralmente.

Sendo assim, o feminismo se apropria da relação pessoa X ser político, principalmente na segunda onda do feminismo, após 1960 (RANGEL, 2018). Liberdade sexual, direito ao voto, o trabalho fora dos lares, controle de natalidade e certa autonomia sobre seu poder de consumo são exemplos da transcendência do campo privado para o campo público e político. Com a vivência do espaço e do corpo como conceitos em rede, as lutas se fortalecem, bebem de outras fontes, transformam e ressignificam o corpo da mulher no espaço multidimensional.

A perspectiva do corpo gordo continua orbitando o campo da saúde num olhar individualista. Em seu artigo sobre invisibilidade gorda e sua luta⁵⁶, Montalbetti e Rodriguez (2019) afirmam que o serviço de saúde direcionado aos corpos gordos vem acompanhado de diferentes violências simbólicas e verbais, e de um discurso paternalista e infantilizador.

Para Rodriguez (2021), partimos do pressuposto que felicidade, saúde, *status* social e autoestima são valores correlacionados política e economicamente, em uma sociedade gordofóbica e sorofóbica, entre outros processos de discriminação. “A gordofobia é coletiva; a gordofobia e a sorofobia são estruturais e por isso estão presentes nas políticas públicas de saúde, já que vivemos numa realidade onde se tem ‘fome de magreza’, onde se precisa estar saudável a qualquer custo”.

Sobre saúde, pessoas com corpos dissidentes, ainda que sejam médicas especialistas, são vistas como números sem voz. A permissão de falar sobre saúde está diretamente ligada ao ‘ser magro’, ao cuidar do corpo, ao não portar nenhuma patologia. Por isso, a descolonização do saber é o meio apontado pelos ativistas para rever quem tem permissão de falar e quem pode ser escutado – ou seja, todas as pessoas que necessitam dos serviços de saúde. Montalbetti e Rodriguez (2019) falam sobre a vigilância biomédica e também tecnológica sobre os corpos dissidentes:

Existe um imperativo da saúde. Estamos, ainda, habitando a sociedade do risco (Ulrich Beck) e nos deixando capturar por ela. Como toda corpa-pessoa está em risco de ficar doente, deve ser cuidada, vigiada e controlada. Caso contrário, esta corpa-pessoa será culpabilizada e punida. Este território do risco conversa com a ideia do corpo impuro, enquanto ser orgânico e finito, traçando ainda mais a necessidade de regulação deste por meio da medicalização e da higienização. (MONTALBETTI e RODRIGUEZ, 2019. p. 02)

56 <https://peita.me/blogs/news/invisibilidade-gorda-e-a-sua-luta-por> - acessado em 16/03/2022 às 15h22

Se entendermos o corpo gordo e o corpo com HIV como um corpo em transição, é possível transportar o imaginário dos grupos hegemônicos, sobretudo os que orbitam o campo da saúde, para a noção mais aceita e difundida do que seria o ‘eu gordo’ e o ‘eu soropositivo’. Uma pessoa gorda não é aceita no seu existir gordo; ela é aceita como alguém que era magro e engordou, ou alguém que quer emagrecer. Uma pessoa que vive com HIV é aceita como alguém culpado por ter condenado a própria vida à morte precoce. Fora desse entendimento, passa-se ao olhar do estigma de pessoa deslocada, fracassada, prejudicial ao coletivo e fatalmente doente.

Existe uma história, um percurso onde pessoas se mutilaram ou foram mutiladas, algumas morreram com e em consequência dessa luta que orbita o corpo dissidente como doente, incapaz e público; essa luta contra a corponormatividade capitalista, que jamais deixou de ser política, porque envolve todas as esferas de existência de ser e permanecer.

Dossiês e outros tipos de estudos aprofundados são publicados com cada vez mais frequência, demonstrando o poder da discriminação e as raízes onde eles se fortalecem:

Dada a relevância e a permanência do estigma e da discriminação como barreiras ao enfrentamento da epidemia de AIDS, foram muitos os esforços em diversos locais do mundo, até o momento, voltados a descrevê-los. O Índice de Estigma de PVHA, as campanhas Zero Discriminação e Zero Discriminação na Saúde do Unaid, à qual aderiram vários países, estados e cidades, incluindo o Brasil, e a mais recente Abrace a Positividade, são exemplos disso (COSTA, 2019. p.47).⁵⁷

O mundo vive uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher: o mito da beleza. Ele é a versão moderna de um reflexo social em vigor desde a Revolução Industrial. À medida que as mulheres se liberaram da mística feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social (WOLF, 1992). E a reação das pessoas, anonimamente ou não, é tão violenta porque a ideologia da beleza é a última das antigas ideologias femininas que ainda tem o poder de controlar aquelas mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado relativamente incontroláveis. Ela se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar. As mulheres gordas e soropositivas, então, buscam representação como forma de recuperar seu poder feminino e seu lugar de cidadãs. E o ativismo digital deu a oportunidade de criar uma cultura gorda; está a caminho de estabelecer a cultura do “ser positHIVo”.

Considerações finais

Unir os conceitos de gordofobia e sorofobia em torno de seus ativismos e, por consequência, apresentar uma convergência desses espaços por meio do estigma, apresentando a autoetnografia e os atravessamentos que esses sujeitos perpassam dentro das teias digitais, é também um desafio interseccional de (re) existência e representatividade.

⁵⁷ O Índice de Estigma de PVHA13 (The People Living with HIV Stigma Index) é uma iniciativa internacional de quatro instituições parceiras: a Rede Global de Pessoas Vivendo com HIV (Global Network of People living with HIV, GNP+); a Comunidade Internacional de Mulheres vivendo com HIV/ Aids (International Community of Women living with HIV/ Aids, ICW); a Federação Internacional de Planejamento Familiar (International Planned Parenthood Federation, IPPF); e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (The Joint United Nations Programme on HIV/ AIDS, UNAIDS). Desde 2005, essas instituições reuniram-se com vistas a gerar evidências e informações que permitam a construção de uma ferramenta que mensure o grau de estigma e discriminação a que pessoas vivendo com HIV estão submetidas (PETRACCI e ROMEIO, 2011).

Pensar de forma alternativa as questões relacionadas aos corpos dissidentes e considerar o que a militância colhe em suas experiências e enfrentamentos pode, inclusive, oferecer ferramentas seguras para uma educação inclusiva, aberta para mudanças reais na sociedade. O impacto na saúde integral também podem ser experimentados justamente porque é no acolhimento que as dores se diluem e se resignificam.

No acerto e no erro, os ativismos oportunizam desconstrução e um olhar decolonial justamente nos pontos obtusos do relacionamento de servidores e cidadãos; crianças, jovens e adultos; não apenas como aprendizes, mas como sujeitos actantes, que interagem socialmente dentro e fora de ambientes públicos como postos de saúde, hospitais, redes de apoio, escola e, claro, nas redes sociais.

Coexistir em paz é a busca e agir de forma militante para tal é fundamental. A autoetnografia, entendida aqui como próxima da autobiografia, dos relatórios sobre si, das histórias de vida e dos relatos anedóticos, se caracteriza por uma escrita do “eu” que permite o ir e vir entre a experiência pessoal e as dimensões culturais a fim de colocar em ressonância a parte interior e mais sensível de si. (FORTIN, 2009, p.83)

Meu interesse pelos grupos e temas acerca do ativismo gordo surgiu das minhas próprias experiências e da observação de experiências similares na relação com o corpo gordo. A discussão é sobre o “ser gordo” e, nesse sentido, ela é mutável dentro da própria transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Da mesma forma, uma pessoa que vive com HIV, estando indetectável ou em recusa de adesão ao tratamento, será vista de maneira estigmatizada: um doente com alto risco de morte, que chegou a essa condição por um comportamento inadequado, promíscuo ou condenável.

São exemplos de como a mutabilidade e, ao mesmo tempo, a resistência nas análises dos campos vigentes precisam ser discutidas nos ativismos em perspectiva feminista. Adotar o olhar interseccional é uma forma mais abrangente de compreender os movimentos ativistas, sem negligenciar as disputas e os significados, empíricos e epistemológicos, que unem esses grupos, proporcionando ferramentas de uso midiático e educacional.

Referências

- AMORIM, Bárbara. *Novo corpo, nova vida: o mercado de cirurgia bariátrica em perspectiva sociológica*. Tese Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.
- ASSIS, Letícia B. *O ativismo gordo: da militância à autoetnografia, da voz à educação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.
- BUTTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CANCLINI, Néstor García: *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO, A. L. *Culto ao corpo e sociedade – mídia, estilos de vida e cultura de consumo*. São Paulo: Annablume, 2007.
- COLLINS, Patrícia H., BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

- COSTA, A.B.(pesq. Responsável). *Índice de estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS*. Brasília, DF, 2019.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: 50 anos depois, mais atual do que nunca*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2007.
- FORTIN, S. Contribuições possíveis da etnografia e da auto-etnografia para a pesquisa na prática artística. *Revista Cena*, Porto Alegre, v. 01, n. 7, 2009.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- GRECO, Dirceu B. Trinta anos de enfrentamento à epidemia da AIDS no Brasil, 1985-2015. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 1553-1564, 2016.
- JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.
- JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luísa. *Lute como uma gorda*. São Paulo: Philos, 2020.
- JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa; ABONIZIO, Juliana. *Gordofobia e Ativismo gordo: o corpo feminino que rompe padrões*. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/1243_maria_luisa_jimenez_jimenez.pdf
- LAPA, A.B., LANNA, L.C., SILVA, S.S. Desafios da pesquisa ativista em educação. *Revista Teias*, v. 20 (Edição Especial - 2019): Educação ativista na cibercultura: experiências plurais
- LATOURETTE, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012.
- LEMONS, André. Espaço, mídia locativa e ator-rede. *Revista Galáxia*. vol.13 no.25 São Paulo, 2013
- MATTOS, R. *Sobrevivendo ao estigma da gordura*. São Paulo: Vetor; 2012.
- MEDEIROS, M. B. Autoetnografia de trajetória na vida, no trabalho e na militância. *Revista Diversidade e Educação*, v.07 Especial. Rio Grande, 2019.
- MELO, Z. M. (2000). Estigma: espaço para exclusão social. *Revista Symposium*, 4 (especial), 18-22.
- MONTALBETTI, C.L., RODRIGUEZ, A.M. (In)Visibilidade gorda e sua luta. *Revista Peita*. Curitiba, 2019. Disponível em <https://peita.me/blogs/news/invisibilidade-gorda-e-a-sua-luta-por>
- NERY, Joseanne. Gordofobia: discursos de empoderamento de mulheres gordas ao preconceito. Disponível em <https://www.uni7.edu.br/periodicos/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/368>
- RANGEL, Natália. A emergência do ativismo gordo no Brasil. Disponível em <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499466334>
- ROSA, M.E., SILVA, T.B.P. O feminismo como ator-rede nas transformações do processo da comunicação. *Revista Mídia e Cotidiano*. V. 13, nº 02, Niterói, 2019.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet: considerações iniciais*. Porto Alegre, Sulina: 2014.
- WOLF, Naomi. *O mito da beleza*. Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.

“AFETOS TE AJUDA”: TRANSFORMANDO LINGUAGEM EM AÇÃO⁵⁸

ALINE DIAS DOS SANTOS
RENATA CAVAZZANA DA SILVA

Introdução

O racismo é reconhecido globalmente como um fenômeno que prejudica as pessoas racializadas e negras em todas as esferas sociais. As discussões da II Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, trouxeram avanços na abordagem social do racismo para os países que aderiram ao acordo.

No Brasil, os resultados dessa conferência serviram de guia para políticas públicas de combate ao racismo, afetando várias áreas estruturais do país e levando à coleta sistemática de dados de cor/raça por organizações públicas e privadas. Segundo a filósofa Sueli Carneiro, seus efeitos têm uma intensidade maior nas questões que envolvem as mulheres negras, pois havia uma dificuldade em fazer com que questões importantes dessa comunidade fossem consideradas (CARNEIRO, 2011, p. 121).

A autora trata destas questões de maneira profunda em seu importante artigo “Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” denunciado que as mulheres vinham sendo tratadas como um bloco homogêneo, o que mantém hierarquias sociais que sombreiam as especificidades das mulheres negras, que não eram protagonistas de suas demandas e seus possíveis caminhos resolutivos.

O artigo destacou a importância de entender as diferenças entre as mulheres sem hierarquias, promovendo a interseção de gênero e raça e efetivar a construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, em que a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade. Essa ideia levou à criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2003 e à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010, ambos originados a partir da conferência de Durban.

Com mais mulheres negras ingressando nas universidades e diversos movimentos sociais promovendo leituras de autoras da diáspora negra, como bell hooks, Grada Kilomba e Angela Davis, o feminismo negro se tornou um solo fértil para diferentes ativismos abraçarem o feminismo, superando históricos conflitos e a ausência de mulheres negras como bem registrou bell hooks: “as pessoas negras sabem o que significa ver a educação como prática da liberdade” (hooks, 2019, p. 111).

58 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Contribuindo para esse processo, grupos e ativistas feministas negras têm usado a internet como ferramenta de comunicação para fazer circular materiais e impulsionar debates centrados em questões de gênero, raça e classe. A relação entre gênero, mídias e tecnologia desempenha um papel crucial na formação de opiniões e na promoção da igualdade de gênero. Com a popularização do computador e o advento da internet, o ciberespaço passou a chamar a atenção das pesquisadoras dedicadas aos estudos de gênero, que se inspiraram nos estudos feministas da tecnologia, no feminismo ciborgue e ciberfeminismo, para investigar o espaço virtual como um lugar de interação, permeado de gênero, raça e outros marcadores da diferença, onde se reproduzem as relações de poder e se fomentam ações de resistência (BARROS, 2016).

Concomitante a esse contexto de empoderamento das mulheres negras, a popularização dos podcasts no Brasil se destaca. Os podcasts são arquivos digitais de áudio disponibilizados na internet e que podem ser acessados on-line ou baixados para dispositivos móveis, ou por meio de plataformas de streaming. Sua facilidade de criação e reprodução democratizou o acesso, tornando-os atraentes devido à sua variedade de conteúdo, muitas vezes informativo, fazendo com que essa mídia atingisse os mais diversos nichos: o jornalismo é um deles (LIMA, 2019). Essa acessibilidade na produção e distribuição de conteúdo permite que grupos que não encontram espaço na mídia tradicional possam compartilhar suas vozes e discutir suas particularidades.

Ao explorar a podosfera, nosso interesse se concentra no podcast *Afetos*, roteirizado e apresentado por Gabi Oliveira e Karina Vieira, com a participação de Deia Freitas, rompendo com diversas ausências, conectando-se a mulheres negras que vivem em silêncio em qualquer lugar” (hooks, 2019, p.43). Mais especificamente, o quadro “Afetos Te Ajuda”, apresentado quinzenalmente, com um novo episódio toda primeira sexta-feira do mês. Os episódios exploram emoções como amizade, família, vulnerabilidade, amor, e também discutem questões relacionadas à negritude, raça, classe, e tópicos sociais sugeridos pelas ouvintes por meio de um grupo no Telegram e por e-mail.

Os podcasts consistem em uma mídia de nicho, isto é, cada programa é focado em um público específico, que compartilha interesses ou uma identidade comum. A identificação entre as apresentadoras e as ouvintes e entre as ouvintes é um elemento central para a formação dessas comunidades. Cada episódio do podcast *Afetos* se concentra em temas específicos, que evocam as experiências das apresentadoras marcadas por questões de gênero, raça e classe, despertando empatia e possibilitando a identificação das ouvintes - um elemento fundamental na construção dessas comunidades.

Portanto, *Afetos* se configura como um espaço de apoio e acolhimento, onde as ouvintes integram, compartilham experiências pessoais e sugerem tópicos para futuros episódios, construindo um lugar possível para discutir suas visões de mundo, mediadas por essa linha de confiança que vai sendo traçada nesse território. Além disso, o podcast rompe com o silêncio imposto às mulheres, especialmente negras, a respeito dos problemas que as afetam, evidenciando que esses problemas são coletivos e têm gênero, raça, classe e sexualidade. Refletindo sobre a história de uma ouvinte, Gabi Oliveira analisa o papel de cuidado imposto às mulheres e a ideia que estas devem oferecer apoio incondicional aos homens para que se desenvolvam em sua carreira, sobretudo em relacionamentos heterossexuais:

E eu acho que é muito do que a gente é treinada durante a vida, mesmo que de forma inconsciente. E o que a gente consome, se for ver, na TV e no audiovisual, normalmente,

o cara consegue outro emprego, um emprego fora da cidade ou fora do país, a mulher está ali disponível para ir com ele. É o suporte, sabe? E isso não acontece do outro lado. Esse lugar de “tô com você pra tudo”. Acho que a gente é treinada para isso, para estar nesse papel de cuidadora, de pessoa que impulsiona, que estimula.⁵⁹

Não é por acaso que o quadro analisado seja intitulado “Afetos Te Ajuda”. As apresentadoras do programa oferecem conselhos e *insights* para os dilemas de suas ouvintes, que buscam caminhos e para solucionar problemas que enfrentam em seus relacionamentos, famílias ou ambiente de trabalho. Mais do que o compartilhamento de experiências e conselhos, as apresentadoras propõem um olhar crítico para sociedade e as estruturas que engendram as dificuldades e angústias mais cotidianas das mulheres.

Mulheres e a brecha digital

Para Zelinda Barros (2016), as categorias de gênero e raça explicam diferenças na forma como homens e mulheres se relacionam com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), considerando a desigualdade no domínio de habilidades técnicas e de *expertise*. A antropóloga destaca que, devido ao acúmulo de tarefas com o trabalho doméstico e de cuidado, as mulheres têm menos tempo para se dedicarem a atividades on-line, impactando diretamente sua apropriação das tecnologias digitais.

De modo semelhante, Cecilia Castaño Collado (2008) aponta que brechas digitais se interpoem de maneira mais frequente e intensa entre as mulheres, obstaculizando o uso pleno da internet e da tecnologia. O mero acesso à tecnologia e à internet constitui-se em uma primeira brecha digital, enquanto a qualidade e a intensidade do uso da internet apontam para a segunda brecha digital. Tais brechas podem ser explicadas por meio de uma perspectiva de gênero porque “O acesso à internet é um fenômeno social e as condições sociais de acesso são importantes”⁶⁰.

Em uma sociedade marcada por assimetrias de poder e desigualdades de gênero, o acesso das mulheres à tecnologia e à internet é limitado. Soma-se a isso, as barreiras relacionadas a habilidades necessárias para se beneficiar da internet. Inovações tecnológicas não são difundidas de forma regular por toda a sociedade, visto que nem todos os indivíduos se convertem em usuários de novas tecnologias, tampouco em usuários avançados (COLLADO, 2008). Portanto, garantir o acesso não é suficiente, pois o uso de computadores e da internet exige habilidades específicas para que seja de fato vantajoso como ferramenta.

Além de habilidades como ler e escrever, o uso da internet requer capacidade para buscar informação, processá-la e utilizá-la, como a memória e o pensamento abstrato. A segunda brecha digital está relacionada com a brecha do conhecimento e, mais especificamente, com as habilidades digitais necessárias para viver e trabalhar em sociedades caracterizadas pela crescente importância do que se denomina como *digital literacy* – isto é, a alfabetização digital. O termo designa “todo o conjunto de habilidades técnicas cognitivas e sociais necessárias para desempenhar tarefas em ambientes digitais”⁶¹.

59 OLIVEIRA, Gabi. VIEIRA, Karina. FREITAS, Deia. AFETOS TE AJUDA PART. NÃO INVIABILIZE: #102. *Afetos Podcast*. Rio de Janeiro, jul., 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6HkyiekETIbWPable2M0n1>. Acesso em 21/11/2023. 22' 15".

60 “El acceso a Internet es un fenómeno social y las condiciones sociales del acceso son importantes” (COLLADO, 2008, p. 6)

61 “todo el conjunto de habilidades técnicas cognitivas y sociales necesarias para desempeñar tareas en entornos digitales” (COLLADO, 2008, p. 4)

Brechas digitais impactam a homens e mulheres de formas diferentes, sendo estas as mais afetadas pela dificuldade de acesso e apropriação de novas tecnologias. A brecha tecnológica de gênero pode ser definida como uma “[...] limitação de acesso, uso e apropriação das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) pelas mulheres”, que incide não apenas sobre questões de gênero, mas também de raça e classe (LIMA, OLIVEIRA, 2020, p. 4).

Dulcilia Lima e Taís Oliveira (2020) analisam que a maioria das mulheres tem acesso à internet apenas por meio de celulares, que possuem recursos limitados quando comparados aos computadores. Além disso, as mulheres geralmente fazem uso do celular durante os trajetos para o trabalho e para casa. Cecília Collado (2008) aponta que, mesmo quando as mulheres possuem acesso a computadores e à internet, não têm tempo para usá-lo, especialmente devido ao cuidado com crianças.

Outro fator que impacta a qualidade e a intensidade do uso da internet e das tecnologias pelas mulheres é que a tecnologia tende a ser usada principalmente como uma ferramenta para a administração doméstica de forma remota, acompanhando a rotina dos filhos e solucionando problemas ligados ao ambiente doméstico.

Diante disso, o podcast se torna uma ferramenta em potencial para a conquista de espaços para as mulheres no ciberespaço, visto que é uma mídia de fácil acesso e consumo. É possível ouvir um programa de podcast enquanto realizamos atividades domésticas cotidianas ou no trajeto para o trabalho. Os podcasts passam a ser “uma alternativa atrativa para as mulheres criarem e consumirem conteúdo, tendo autonomia e liberdade para debater temas que a mídia tradicional, ainda, não discute” (CAVALCANTE; REIS, 2022, p. 94).

Os diversos avanços sociais para as mulheres negras brasileiras não dão conta de assegurar espaços seguros para discussões de temas relativos às mulheres negras que na conjugação do racismo e sexismo são atravessadas por um tipo de “asfixia social”, causando reflexos negativos em diversas áreas da vida, sobretudo no rebaixamento da autoestima desse grupo de mulheres (CARNEIRO 2011, p.62). Por isso, observar sobre como as mulheres negras estão transitando em linguagens novas de comunicação é importante, visto que

A linguagem é também um lugar de luta. O oprimido luta na linguagem para recuperar a si – para reescrever, reconciliar, renovar. Nossas palavras não são sem sentido. Elas são uma ação – uma resistência. A linguagem é também um lugar de luta (hooks, 2019, p. 58).

Além disso, embora o ciberespaço seja profundamente marcado por estereótipos de gênero e raça, condicionando nossa relação com o mundo virtual, é também um espaço que possibilita a recriação de identidades. Dulcilia Lima e Thais Oliveira (2020) analisam que a ampliação do acesso é ambígua, visto que a internet pode ser tanto uma ferramenta que permite a criação de novos canais de informação e que contribui para construção de identidades, quanto um espaço de crescente violência contra mulheres e pessoas racializadas, com a disseminação do ódio e a hipervigilância.

Apesar disso, interessa-nos mais colocar em foco a produção de podcasts por mulheres negras e a formação de comunidades on-line, que demonstram a capacidade de criar novas narrativas e imagens no ambiente digital. Essa característica, de acordo com Aldenora Cavalcante (2021, p. 55), “estimula uma interação mais consistente, posto que a interação tende a se desdobrar para outros ambientes no ciberespaço”.

Conseqüentemente, podemos observar o crescimento das comunidades de podcasts com a adição de mais participantes e o desenvolvimento de apoio mútuo dentro da podosfera, incluindo colaborações e compartilhamento entre apresentadoras de diferentes podcasts. A criação de um segmento colaborativo no programa *Afetos*, juntamente com a criadora do podcast Não Inviabilize, ilustra esse fenômeno.

Afetos Te Ajuda

Criado em junho de 2019, o podcast *Afetos* começa com uma série de episódios sobre emoções, cada um dedicado a uma emoção diferente: insegurança, felicidade, raiva, medo e amor. Conforme a descrição nas plataformas de streaming, “No podcast *Afetos* nós falamos sobre tudo que nos afeta, aproximando pessoas por meio do que nos sensibiliza”.

A ideia de um quadro dentro do programa *Afetos* surgiu a partir da demanda de ouvintes. Conforme os episódios do *Afetos* foram sendo disponibilizados e a interação entre as apresentadoras e ouvintes aumentando, elas perceberam que muitas ouvintes não tinham coragem de discutir alguns assuntos em outros lugares e encontravam no podcast um lugar seguro, corroborando com bell hooks (2019, p. 25), quando a autora afirma que “muitas pessoas negras são criadas para acreditar que há muitas coisas sobre as quais não se deve falar, nem no privado, nem em público.”

Gabi Oliveira e Karina Vieira, decidiram então criar um quadro para acolher as ouvintes. A definição do que deveria ser o quadro foi realizada no primeiro episódio do “Afetos Te Ajuda”, em fevereiro de 2021 (*Afetos* #81), quando a apresentadora Gabi Oliveira descreve o formato como semelhante “você sentar numa mesa de bar com as suas amigas, cada uma vai dando uma opinião, você conta um caso”⁶².

Os relatos são enviados por e-mail e, para proteger a privacidade das ouvintes, informações pessoais, como nomes e locais, são alteradas pelas apresentadoras. Após a publicação, os episódios são comentados na comunidade de ouvintes no Telegram, e as trocas de opiniões e conselhos são expostas por mensagem de texto ou áudio.

A ideia de acolhimento é reforçada inclusive nas capas produzidas especialmente para o quadro (Imagem 1). A arte consiste em um grupo de quatro mulheres, com diferentes tons de pele, abraçando uma à outra, num círculo centralizado. O abraço simboliza o acolhimento que as apresentadoras do podcast buscam oferecer por meio do programa, e que também se estende aos espaços dedicados à comunidade no Telegram.

Acima, do lado esquerdo, encontra-se a logo do podcast, em uma fonte que imita letras cursivas, com um coração no lugar da letra “o”, denotando escrita e desenhos feitos à mão e sugerindo suavidade e intimidade. Essa arte foi usada nos primeiros 13 episódios, apenas com variações de cores de episódio para episódio. A arte de capa foi substituída por outra, com fotos das duas apresentadoras e da convidada do programa (Imagem 2). A mudança da arte do quadro acompanhou as mudanças do design do podcast de modo geral.

62 OLIVEIRA, Gabi. VIEIRA, Karina. FREITAS, Deia. AFETOS TE AJUDA PART. NÃO INVIABILIZE: parte 1 #81. *Afetos Podcast*. Rio de Janeiro, 4 fev., 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1KwMLmc3Qv9JnVAGlo3ype?si=xNBgsfuGTPGq3p8kWT21Dg>. Acesso em 21/11/2023. 1'39”.



Imagem 1: Primeira capa do quadro "Afetos Te Ajuda"

Fonte: Podcast Afetos. <https://open.spotify.com/show/3cEqpvXRLlyOZXAJTOERBR>



Imagem 2: Nova capa do quadro "Afetos Te Ajuda"

Fonte: Podcast Afetos. <https://open.spotify.com/show/3cEqpvXRLlyOZXAJTOERBR>



Imagem 3: Capa do podcast *Afetos*

Fonte: Podcast *Afetos*. <https://open.spotify.com/show/3cEqpvXRLlyOZXAJTOERBR>



Imagem 4: Capa do podcast *Afetos*, episódio 211

Fonte: Podcast *Afetos*. <https://open.spotify.com/show/3cEqpvXRLlyOZXAJTOERBR>

A busca por lugares seguros para apresentar vulnerabilidade, é descrita por bell hooks como um processo de memória do corpo, que presentifica as violências coloniais através de diversos dispositivos de uma educação dada às pessoas negras para não expressar emoções

Expressar os sentimentos poderia significar uma punição ainda maior. Os pais avisavam: “Não quero ver nem uma lágrima”. E se a criança chorava, ameaçavam: “Se não parar, vou te dar mais uma razão para chorar.” Como é possível diferenciar esse comportamento daquele do senhor de engenho que espancava seu escravo sem permitir que ele experimentasse qualquer forma de consolo, ou mesmo que tivesse um espaço para expressar sua dor? Muitos negros têm passado essa ideia de geração a geração: se nos deixarmos levar e render pelas emoções, estaremos comprometendo nossa sobrevivência (hooks, 2010, p. 4).

Então, aprenderam a seguir seus impulsos somente em situações de grande necessidade e esperar por um momento seguro quando seria possível expressar seus sentimentos. (hooks, 2010, p. 2). Desde sua criação, o quadro “Afetos Te Ajuda”, com 27 episódios que foram ao ar até agosto de 2023, tem se desenhado como um território que traz segurança e representatividade.

No episódio de estreia, Déia Freitas, *podcaster* e criadora do “Não inviabilize⁶³” participou por sugestão dos ouvintes de ambos os programas. Embora inicialmente tenha sido uma colaboração pontual⁶⁴, a colaboração de Deia no quadro tornou-se regular a partir do terceiro episódio.

Neste episódio, Karina comenta que houveram “Muitos pedidos de vocês [ouvintes], pedidos nossos, pedidos da Deia, pedidos de todo mundo. Todo mundo queria isso. Deia Freitas é a nova integrante desse quadro, integrante fixa.”⁶⁵ A partir do quinto episódio, em junho, o quadro se tornou fixo.

No site do seu podcast, Déia se apresenta com sua marcante saudação “oi, gente!”, sendo usada no início de cada episódio do Não Inviabilize. Em seu *site*, a *podcaster* se apresenta:

Meu nome é Déia Freitas, tenho 47 anos, sou psicóloga, *podcaster*, roteirista, escritora, uma contadora de histórias! Sou ativista da causa animal, preocupada com o meio ambiente, vegana e voluntária em várias causas sociais (NÃO INVIABILIZE, 2022, grifo do *site*).

Os pedidos para a *podcaster* no “Afetos Te Ajuda” surgem devido à confiança e empatia construídas, principalmente entre mulheres, através do sucesso do podcast “Não Inviabilize”, iniciado em fevereiro de 2020 na pandemia de COVID-19 no Spotify⁶⁶. Esse programa apresenta histórias comuns por e-mail, incluindo o segmento mais famoso, “Picolé de Limão”, onde predominam relatos sobre traições e violência, principalmente protagonizadas por homens. Isso cria uma rede de apoio para mulheres compartilharem experiências semelhantes.

63 O podcast ocupa frequentemente os primeiros lugares no ranking de mais ouvidos no país em grandes plataformas de *streaming*. Não Inviabilize possui mais de 700 episódios e 11 diferentes quadros, como o “Amor nas Redes”, que conta histórias de amizades, famílias e romances, e o “Picolé de Limão”, que aborda diversos temas, desde traições em relacionamentos monogâmicos até relatos de vítimas de golpes. Não Inviabilize tem um milhão de ouvintes por mês e alcançou o número de 130 milhões de plays. O podcast possui ainda um canal do YouTube onde os episódios são legendados em vídeo e traduzidos em Libras. Ver mais em: <https://naoinviabilize.com.br/sobre/>

64 No segundo episódio do quadro (Afetos #85), Déia Freitas não participou, e as apresentadoras do Afetos conduziram o quadro.

65 OLIVEIRA, Gabi. VIEIRA, Karina. FREITAS, Deia. AFETOS TE AJUDA PART. NÃO INVIABILIZE: parte 3 #89. *Afetos Podcast*. Rio de Janeiro, 1 abr., 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6FTPbsh0veZr3TLB6F7B5x?si=0Bps18uqTpm54FNXPfeWuQ>. Acesso em 30/10/2023.

66 O podcast virou um fenômeno em 2022, com mais de 97 milhões de reproduções, mais de 940 mil ouvintes e mais de 140 mil reproduções por episódio (OLIVEIRA, 2023, p.11).

Essa abordagem franca e descomplicada ressoa com as mulheres, proporcionando um espaço onde podem se sentir ouvidas e compreendidas⁶⁷. A presença de Déia adiciona outra dimensão ao quadro “Afetos Te Ajuda”.

Se considerarmos a tomada de consciência das mulheres negras, associada a busca pela construção de suas próprias narrativas e protagonismo, a partir das estratégias de luta e resistências presentes no Feminismo Negro, é possível considerar que as mulheres negras utilizam ferramentas e espaços diversos com a finalidade de construir narrativas e subjetividades. Uma dessas ferramentas é encontrada no espaço on-line, mais especificamente, na produção de podcasts. Nos episódios do podcast *Afetos* e, especialmente, os do quadro “Afetos Te Ajuda”, as histórias recebidas geram a identificação das ouvintes e das próprias apresentadoras.

As experiências de Gabi Oliveira, Karina Vieira e Deia Freitas se misturam às histórias recebidas por e-mail, pois trazem à memória situações parecidas. No episódio de número 89, em que respondem a uma ouvinte sobre como perder a vergonha de se expor nas redes sociais, Deia Freitas relata como estereótipos sobre as mulheres negras impactam sua relação com a própria imagem, e sua exposição na internet:

Uma vez eu cheguei numa reunião em que os produtos que estavam ali, eu que tinha feito [...]. E tava todo mundo aclamando aquilo. E quando eu cheguei na reunião, mesmo estando bem arrumada, pediram um café pra mim. Eu fui tratada como a tia do café. Sem demérito nenhum à tia do café, mas ali naquela hora que eu cheguei ninguém me identificou com a pessoa que fez aquela reunião acontecer, que fez aquela coleção sair do papel [...] E com o podcast aconteceu também. Eu cheguei a postar uma foto no começo. E aí várias pessoas falavam “não imaginava que você era assim”. Outras pessoas, sem noção, diziam “imaginava que você fosse branca”.⁶⁸

Sara Ahmed (2018) afirma que os vínculos, se referindo também aos vínculos feministas, podem ser estabelecidos a partir do compartilhamento de vivências de violência e dor, ainda que seja importante considerar que essas vivências são sempre singulares e variam frente às experiências de cada pessoa. Relatos como o citado acima, permeiam o quadro e são um dos possíveis exemplos de assuntos que não tinham, até então, espaços para serem conversados por não acontecer um acolhimento satisfatório, mas que no podcast acaba por fortalecer o ensinamento de Audre Lorde quando a autora diz que “Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você” (LORDE, 2020, p. 42).

Pois, para a Audre Lorde, “à medida que os conhecemos e os aceitamos, nossos sentimentos, e o ato de explorá-los com honestidade, se tornam santuários e campos férteis para as ideias mais radicais e ousadas” (LORDE, 2020, p. 37). Ao responder às questões e angústias das ouvintes, as apresentadoras fortalecem uma rede de mulheres que precisam ser ouvidas e conduzem o processo de tornar o silêncio angustiante em ações que buscam romper o sofrimento, através de ferramentas contemporâneas.

67 A identificação das mulheres não se restringe ao “Picolé de Limão”, e se estende às mensagens da *podcaster* durante a narração. Ela encoraja, especialmente as mulheres da classe trabalhadora, a não se tornarem “ONG de Macho,” uma expressão que descreve a sobrecarga emocional que muitas mulheres enfrentam ao equilibrar casa, filhos, trabalho e vida conjugal, frequentemente prejudicando sua saúde mental. Além de promover a autodefesa e a independência das mulheres, a apresentadora também desempenha um papel fundamental na desnaturalização de diversas formas de violência cotidiana, destacando a importância de reconhecer que o pessoal também é político.

68 OLIVEIRA, Gabi. VIEIRA, Karina. FREITAS, Deia. AFETOS TE AJUDA PART. NÃO INVIABILIZE: parte 3 #89. *Afetos Podcast*. Rio de Janeiro, 1 abr., 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6FTPbshOveZr3TLB6F7B5x?si=0Bps18uqTpm54FNXPfeWuQ>. Acesso em 30/10/2023. 12'25"

A escolha de analisar o quadro “Afetos Te Ajuda” surgiu da nossa identificação como mulheres negras cis e lésbica com os temas e o ambiente acolhedor do programa, capaz de abraçar infinitas realidades das populações negras porque caminha entre entendimento e cura de nossas dores sociais em comum.

Essa troca, promove um circuito de emoções que rompe com o silêncio imposto pela estrutura colonial, meio por onde a branquitude se mantém dominante, ampliando os dizeres da escritora negra bell hooks quando ela nos ensina sobre a importância da fala pois

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para o sujeito – a voz liberta. (hooks, 2019, p. 32)

Durante a escuta dos episódios a fim de analisá-los para este artigo, compreendemos que o podcast “Afetos Te Ajuda” enquanto projeto de sociedade organizado por mulheres negras, possibilita que aconteça em cada episódio que vai ao ar atos de resignificação da linguagem criada em desfavor desse grupo, e para romper o silêncio e erguer a voz (hooks, 2019) organizando emoções e conhecendo possibilidades de ser e estar no mundo.

O reconhecimento surge pela aproximação do feminismo das mulheres negras em suas realidades diversas dentro da classe trabalhadora que aconteceu pela popularização do feminismo negro e o enegrecimento de outras vertentes feministas (CARNEIRO, 2003). As mulheres negras têm empregado várias estratégias de resistência ao longo de nossas trajetórias, sendo o podcast *Afetos* uma dessas estratégias que enfatiza a importância da questão racial nas experiências das mulheres negras.

Olhar para esses movimentos de solidariedade criados por e para mulheres negras amplia o sentido de sobrevivência, “pode ser o que fazemos por outras pessoas, com outras pessoas. Precisamos que a outra resista; precisamos ser parte da sobrevivência da outra” (AHMED, 2004, p. 319).

Dentro deste contexto, o programa “Afetos Te Ajuda” movimenta uma gama de emoções, incentivando romper os silêncios ao oferecer um espaço seguro para expressar vulnerabilidades. Como mencionado por Wolff (2021, p. 241), emoções como raiva, ódio, amor, voluntariedade, riso e esperança têm o poder de nos ajudar a superar medos e lutos, permitindo-nos viver por meio da amizade e solidariedade”, funcionando como um convite para a libertação pessoal e coletiva por meio da expressão e da mudança ativa.

Referências bibliográficas

BARROS, Zelinda dos Santos. Intersecção de gênero e raça num território privativo do ciberespaço. In: 30ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Anais 30ª RBA - Associação Brasileira de Antropologia. João Pessoa: 2016, p. 1-16.

CAVALCANTE, Aldenora Teófilo Vieira Santos. *Enegrecendo a pauta: mulheres negras, afeto e resistência na podosfera brasileira*. 2021. Universidade do Porto. Mestrado em Ciências da Comunicação.

- CAVALCANTE, Aldenora Teófilo Vieira Santos; REIS, Ana Isabel. A influência do feminismo negro na podosfera brasileira. *Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana-MG, v. 13, n. 01, p. 97-127, jan./abr. 2022.
- COLLADO, Cecilia Castaño. La segunda brecha digital y las mujeres. *Telos. Cuadernos de comunicación, tecnología y sociedad*, p. 24-33, 2008.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Editora: Selo Negro Coleção: Consciência em Debate: 2011.
- CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano 141 Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.
- LIMA, Dulcilei C.; OLIVEIRA, Taís. Negras in tech: Apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência. *cadernos pagu*, 2021.
- HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo, Elefante, 2019.
- _____. *Ensinando a Transgredir – A educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla – 2. Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.
- _____. *Vivendo de Amor*. Editora Bertrand Brasil, 2010
- LORDE, Audre. *Sister outsider: Essays and speeches*. Trumansburg, NY: The Crossing Press, 1984.
- WOLFF, Cristina Scheibe; GASPARETTO, Vera. Esperança Equilibrista: emoções e gênero nas lutas contra as ditaduras no Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (Org.). *Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 229-241.



ANTIFEMINISMOS E DISCURSOS DE ÓDIO

IDEOLOGIA DE GÊNERO E *FAKE NEWS* NO SITE ESCOLA SEM PARTIDO⁶⁹

ELIONAY RODRIGUES MARQUES

JANINE GOMES DA SILVA

O trabalho docente nas escolas públicas e privadas no Brasil vem sofrendo uma desqualificação e sucateamento. Grandes jornadas de trabalho, por vezes em escolas diferentes, com remuneração insuficiente, falta de apoio e incentivo a formação continuada, salas superlotadas e problemas de indisciplina de alunos e alunas são alguns dos problemas enfrentados. Entretanto, devido à onda conservadora, que cresce a passos largos no Brasil, outro problema sério tem ganhado destaque: ataques aos profissionais da educação por pessoas de outras áreas, influenciadas por informações falsas, descontextualizadas e criminosas.

Vários temas trabalhados em sala de aula com respaldo nos documentos oficiais da educação viraram alvos de ataques. Dentre os temas pode-se destacar desigualdades sociais, racismo, gênero, entre outros. Ao trabalhar com algum desses temas, alguns estudantes e pais se revoltam e acusam professores e professoras de “doutrinação ideológica”. Esses ataques não são realizados de forma isolada, mas articulados e inflamados por figuras públicas da extrema direita, principalmente pela internet.

Para desqualificar o trabalho docente e atrapalhar o desenvolvimento de estudos que visam debates críticos sobre a sociedade, as informações falsas, categorizadas como *fake news*, devido a sua estrutura, são peças-chave na generalização da confusão. Divulgadas pelas redes sociais, essas *fake news* circulam em velocidade recorde e chegam sempre aos grupos que deveriam chegar através de algoritmos. Estas publicações, propositalmente de informações falsas, não são novidades na era da internet, mas vem sendo cada vez mais usadas como estratégia política.

Os algoritmos facilitam a criação de “bolhas” nas redes sociais e uma vez inseridas nessas bolhas, as informações que chegam ali são aquelas que atendem às expectativas ideológicas e pessoais de quem as forma. Desta maneira, dificilmente uma pessoa que tem um mínimo de esclarecimento sobre o assunto chegará a uma *fake news* de que mamadeiras com bicos em formato de órgão genital são distribuídas em escolas, por exemplo⁷⁰. Os *social bots*, que são algoritmos automatizados,

69 Este texto foi escrito com referências e fontes do projeto de dissertação junto ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre o impacto das *fake news* relacionadas às questões de gênero no trabalho das professoras e professores de História. A pesquisa também integra o projeto “Internet como campo de disputas pela igualdade de gênero”, coordenado pela Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

70 <https://www.aosfatos.org/noticias/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/> Referência as notícias que envolveram o candidato Fernando Haddad (PT), nas eleições de 2018, como o “criador do Kit Gay para crianças”. Esta informação foi amplamente divulgada pelas redes sociais em um vídeo que um homem mostra um objeto semelhante a uma mamadeira e diz que ela foi distribuída na creche, para seu filho, para combater a homofobia.

trabalham na distribuição de *fake news*, segundo Amaral e Santos (2019, p. 77) “... são utilizados na manipulação direta de utilizadores. Estão programados para publicarem conteúdos e interagirem com outros utilizadores, estabelecendo ligações sociais”. Diante disso, devemos ter clareza que as *fake news* não se limitam apenas à disseminação de mentiras em momentos decisivos da política institucional, por exemplo, mas utilizam robôs para replicar essa ideia e “pressionam com centenas de milhares de postagens buscando massacrar opiniões adversas” (MARCONDES FILHO, 2019, p. 19-20).

Apesar do termo *fake news* ser novo nos debates acadêmicos, principalmente em análises de processos democráticos, a prática não é tão nova assim. Entretanto, a internet facilitou ainda mais a disseminação dessas desinformações. No Brasil, durante as eleições presidenciais de 2018 a prática foi amplamente popularizada e muitas das *fake news* produzidas e disparadas nesse período continuam presentes no imaginário de boa parte dos brasileiros e ainda circulam em redes sociais.

Ao trabalhar sobre o assunto *fake news*, deve-se ponderar que o termo é relativamente novo (mesmo que sua prática não seja) e encontra-se imerso nas discussões da chamada “pós-verdade”. Ao trabalhar com o conceito de pós-verdade, D’Ancona (2018) apoia-se na definição do dicionário Oxford, no qual a pós-verdade, escolhida como palavra do ano de 2016, é definida como “circunstância em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (p. 20). Dentro da lógica da pós-verdade o que importa é a divulgação das informações (ou desinformações) e como ela é feita, visto que o seu conteúdo aparece sempre de forma apelativa, onde “o que importa não é a veracidade, mas o impacto” (D’ANCONA, 2018, p. 25).

Em uma pesquisa realizada pelo aplicativo DFNDR Security, quase 65% das 35 mil pessoas entrevistadas afirmaram ter recebido algum conteúdo falso em suas redes sociais como WhatsApp ou Facebook Messenger. Ainda segundo os dados apresentados pela mesma pesquisa, o grande número de pessoas que recebe essas falsas informações se dá pelo “tom alarmante ou sensacionalista e o fato de solicitar compartilhamento” (PECSON, 2018), reforçando que a emoção é o grande motor da repercussão das *fake news*.

Somado a isso temos, segundo a análise de Kozinets (2014, p. 10) que

Em 2009 o número de usuários de internet ao redor do mundo ultrapassou 1,5 bilhão, o que corresponde a 22% da população mundial. Além disso, esses usuários não estão consumindo conteúdo de forma passiva, como muitos estavam em 1996, eles estavam se comunicando ativamente uns com os outros.

Essa comunicação ativa permanece com as facilidades de compartilhamento que as redes sociais oferecem. Uma vez disponibilizada a desinformação, quem a recebeu rapidamente quer disseminá-la sem antes checar sua fonte ou refletir sobre ela, traço fundamental que as *fake news* causam em sinônimo de sensibilização. O objetivo das *fake news* é mexer diretamente com o emocional das pessoas e não levá-las a uma reflexão crítica sobre a informação que recebeu.

Ao realizar um estudo sobre o tema, Marcondes Filho (2019, p. 20) explica que as *fake news* têm uma atuação em dois planos que são básicos. Analisando o primeiro plano temos o: “bombardeio a médio prazo, constante e intermitente, através de blocos monolíticos de pensamento (os estereótipos), de fácil absorção e nenhuma reflexão”.

As *fake news* tomaram forças nas últimas décadas, principalmente durante as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. O candidato da extrema direita, Jair Messias Bolsonaro, utilizou-se desse recurso durante toda a sua campanha. O candidato fez toda a sua caminhada política até o poder pautada no ódio a minorias e desqualificando o fazer docente, as *fake news* foram suas grandes aliadas. Várias pessoas, instituições e partidos políticos foram atingidos por essas informações fraudulentas, principalmente os partidos da esquerda e suas principais lideranças.

Neste momento em que as *fake news* tiveram grande alcance, verificamos que um dos estereótipos que foram explorados é a “defesa da família”, e que, segundo as principais *fake news* veiculadas, ela estava ameaçada por candidatos da esquerda e principalmente, nas escolas, a partir da ideologia de gênero. O segundo plano básico de atuação das *fake news*, ainda segundo Marcondes Filho (2019, p. 20), caracteriza-se na “ação pontual em momentos decisivos por meio do massacre volumoso de postagens no Facebook, Twitters, WhatsApp de um grande círculo de pessoas”, chave fundamental para a difusão tão rápida da desinformação.

O discurso conservador sempre foi muito forte dentro da política brasileira e em 2018 esse debate foi ainda mais intenso. Para os candidatos conservadores era necessário “reconstruir a família”, mas antes disso era necessário apontar o inimigo dela, no caso, a “esquerda”. É muito claro aqui que esta família seria a família patriarcal, cisheteronormativa, pois para estes grupos os principais inimigos dessa família seriam o feminismo e os direitos das pessoas LGBTQIA+.

Uma vez naturalizada, essa lógica é replicada pelo setor conservador que, atrelado à facilidade que a internet proporciona, chega de forma muito rápida àqueles que acreditam nessa narrativa e, uma vez receptores, acabam replicando essas informações movidos pela emoção que lhe causam:

A lógica das *fake news* é antiga: destruir reputações, fomentar o ódio, provocar celeuma, obter vantagens com o prejuízo alheio, gerar confusão, obter prazer com a propagação daquilo que atrapalha o discernimento, etc. Novidade é a tecnologia de produção, montagem e disseminação do falso. Quando todos podem ser emissores e difusores de dados, não há mais limite para a circulação do inverídico. Nunca foi tão fácil e rápido mentir para todos. A notícia falsa disputa com a verdadeira a atenção dos públicos. A sua vantagem é a liberdade que se dá para usar técnicas jornalísticas atreladas ao sensacionalismo para mexer com as emoções, mais especificamente as paixões dos indivíduos (SILVA, 2019, p. 43).

A utilização da família em seu modelo cisheteronormativo constituiu-se como base para ataques da ala conservadora do congresso, principalmente pela bancada evangélica. Tudo que possa questionar as bases patriarcais que sustentam a sociedade é visto como uma ameaça.

Esses questionamentos e análises geralmente acontecem a partir de uma educação crítica nas escolas, apoiados nas propostas pedagógicas presentes na BNCC e nos currículos de bases estaduais, o que foi alvo de críticas pelo setor conservador e encontrou forças nas discussões presentes no *site* Escola Sem Partido. Imagens, vídeos e textos circularam em páginas de blogs e redes sociais com conteúdos falsos e apelativos. Grande parte desse conteúdo visava colocar a sociedade contra os professores e professoras, criando a ideia de que eles estavam doutrinando os estudantes a serem “esquerdistas”.

Outro foco dessa “doutrinação” que se espalhou pelas *fake news*, partia da ideia da “ideologia de gênero”. Segundo essa falácia, estudantes eram induzidos a tornarem-se homossexuais e as crianças aprendiam sobre sexo na escola, recebendo inclusive material para isso, mais conhecido

como “kit gay”. Para endossar essa fala, as desinformações circulavam sobre os currículos escolares, os materiais didáticos e a formação de professores e professoras ainda na universidade. Os ataques também aconteciam diretamente aos docentes.⁷¹

A noção de “ideologia de gênero” não possui nenhuma validade científica, entretanto grupos conservadores da sociedade e produtores e disseminadores de *fake news*, utilizam o termo para causar pânico moral. (Richard MISKOLCI, Maximiliano CAMPANA, 2017) Assuntos atrelados à ideologia de gênero circulam sempre com a justificativa de destruir a família. As desinformações circularam de forma muito rápida devido às imagens e textos apelativos e de fácil entendimento. A partir disso, professores e professoras começaram a ter seu trabalho questionado.

Outro fator que contribuiu para essa confusão generalizada foi o Movimento Escola Sem Partido, idealizado em 2004 (ALGEBAILLE, 2017), mas que cresceu dando coro ao discurso contra a ideologia de gênero nas escolas. O *site* do movimento foi como um “ponto de encontro” de pessoas indignadas, perseguindo e ameaçando o trabalho docente. Segundo Manhas (2016, p. 17-18) a relação entre Escola Sem Partido e a “ideologia de gênero” concentra-se nos “fundamentalismos conservadores que tentam passar às pessoas suas ideologias e crenças”. O *site* em questão foi idealizado pelo procurador Miguel Nagib em 2004 e permaneceu disponível até a primeira metade do ano de 2023 no endereço <http://www.escolasempartido.org/>⁷². Apesar do *site* não ser tão movimentado nos últimos anos, no momento de sua fundação e em relação ao apoio que recebeu, teve força para apresentar-se como uma proposta da extrema direita contra a suposta “doutrinação ideológica” promovida pela esquerda nas escolas públicas e privadas do Brasil. O *site* do movimento ainda contava com anteprojetos que poderiam ser facilmente acessados e editados para serem implementados em câmaras de todo o Brasil.

O movimento Escola Sem Partido foi um dos grandes protagonistas na criação de uma confusão generalizada em relação à categoria teórica de “gênero”, transformando-a em uma pretensa ideologia sem a problematização que o tema suscita (MANHAS, 2016).

Ao analisar o fenômeno conservador no Brasil atrelado ao Escola Sem Partido, Sepulveda e Sepulveda (2020, p. 97) reiteram que:

Movimentos conservadores como “Escola sem Partido” (Mesp) e as teorias conservadoras baseadas no combate à tal “ideologia de gênero” vêm promovendo uma série de ataques ao campo educacional, seja por meio de projetos de leis nas diferentes câmaras legislativas ou através do pânico moral, produzindo um imaginário que compreende o gênero como alienígena, algo que estaria fora da escola e assim deveria permanecer.

O “pânico moral” citado acima deve ser considerado em relação aos estragos que pode proporcionar. Por mais que diversas *fake news* já tenham sido amplamente desmentidas, suas consequências permanecem, afinal, segundo Silva (2019, p. 43) “As falsas informações acabam sendo refutadas. O efeito que provocam, porém, é dificilmente desconstruído”.

O *site* do movimento contava com críticas à escola pública e a formação de professores e professoras em universidades públicas do país. Ao realizar a leitura dos textos que compunham o *site* era facilmente identificado o teor agressivo com que faziam suas “denúncias”. Os textos do site

71 Especialmente sobre esta temática, ver: MENIN, 2023.

72 Acesso em maio de 2022.

criticavam tudo aquilo que consideravam “de esquerda” em todas as disciplinas escolares. Essas críticas são replicadas em relação aos documentos oficiais sobre o ensino no Brasil e nos estados, como a Base Nacional Comum Curricular e os Planos Curriculares, e aos materiais didáticos presentes nas escolas.

Fernando Penna (2017, p. 35) analisa que apesar de o fato do site trazer colocações e debates absurdos e infundados legalmente, a ideia se espalhou com muita força pelas redes sociais, visto que “utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional”. O autor ainda identifica a utilização do termo “ideologia de gênero” pelo site como “ideologia antifamília, uma tentativa de transformar os jovens em gays e lésbicas, um ataque à família” (2017, p. 45).

Ao realizar uma busca no site Escola Sem Partido das palavras-chave “ideologia de gênero”, nove páginas de artigos e depoimentos foram filtradas. A maioria dos títulos filtrados nessa busca apresentam teor sensacionalista, sempre falando no imperativo ou com um ar de denúncia, como, por exemplo: “Flagrante de doutrinação ideológica em livro didático”⁷³, “Escola sem limites: o papel das universidades na crise da autoridade docente”⁷⁴ e “Por que o pensamento pedagógico de Paulo Freire leva à doutrinação ideológica, política e partidária”⁷⁵ e “Lavagem cerebral com ideologia de gênero em escola particular em Brasília”⁷⁶. Estes são alguns exemplos das notícias sensacionalistas, que induzem a/o leitora/a acreditar que existe uma “imposição da ideologia de gênero” nas escolas.

Sodré (2019, p. 102) faz uma análise sobre a forma como as notícias se colocam que auxiliam na compreensão do seu formato:

Novidade e emoção represada são dois componentes afetivos de sua estrutura, que ajudam a explicar o seu funcionamento. A novidade mobiliza inicialmente a atenção do interlocutor, suscitando uma espécie de alerta. A emoção represada, em que atuam fortemente resquícios de imaginário coletivo, leva à aceitação acrítica do fato embutido na novidade e epidemicamente acelerado pela velocidade circulatória das redes. O efeito é análogo ao da contaminação viral. E havendo gratificação afetiva ou autossatisfação narcísica, desaparece a antinomia entre verdade e mentira.

Para despertar essa emoção, palavras como “lavagem cerebral”, “estupro”, “doutrinação”, “crime”, “tragédia”, “flagrante”, “satanismo”, “pedofilia”, “totalitarismo” são evocadas nos títulos.

Para tentar fundamentar a “legitimidade constitucional” do site, segundo o próprio administrador no texto “Fundamentos Constitucionais e legais do Escola sem Partido”⁷⁷, foi publicado um texto, apresentando um parágrafo como se fosse um artigo da constituição federal. Segundo o autor, na constituição consta que “o Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento

73 <http://www.escolasempartido.org/blog/flagrante-de-doutracao-ideologica/>, 2012. Acesso em setembro de 2023.

74 <http://www.escolasempartido.org/blog/escola-sem-limites-o-papel-das-universidades-na-crise-da-autoridade-docente/>, 2014. Acesso em setembro de 2023.

75 <http://www.escolasempartido.org/blog/por-que-o-pensamento-pedagogico-de-paulo-freire-leva-a-doutracao-ideologica-politica-e-partidaria/>, 2019. Acesso em setembro de 2023.

76 <http://www.escolasempartido.org/blog/lavagem-cerebral-com-ideologia-de-genero-em-escola-particular-de-brasilia/>, 2020. Acesso em setembro de 2023.

77 Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/fundamentos-constitucionais-e-legais-do-escola-sem-partido/>>. Acesso em setembro de 2023.

sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”. Todavia, ressalta-se que este artigo não existe na constituição. Foi apresentado como parte da legislação, mas não faz parte da constituição. Ao trazer o suposto artigo da constituição, o autor do texto deixa implícito que a luta do movimento é contra quem age fora daquilo que ele coloca como “lei já em vigor”.

O texto “Lavagem cerebral com ideologia de gênero em escola particular de Brasília”⁷⁸, mencionado anteriormente, assinado por Roberta Simão, traz o que parece ser um depoimento de aluno com uma foto do livro didático. Na foto é possível observar o título do texto “Chico usa vestido: Carol cria o filho sem imposições de gênero”. As informações do relato falam brevemente que os alunos são obrigados a aceitar as imposições das atividades sobre gênero. Simão, que aparece como autora do texto e assina outros textos do site, não apresenta nenhum tipo de análise ou crítica sobre o assunto. Em sua conta no Twitter (@robertasimaocc) há apenas 32 seguidores e sua última postagem foi em janeiro de 2022 (Imagem). Entretanto, entre os últimos *tweets* têm *retweets* de figuras da extrema direita como Rodrigo Constantino, Alexandre Garcia, Bia Kicis entre outros. Dentre suas postagens estão presentes críticas ao STF, denúncias de “crisofobia” e repostagens do Twitter do Escola Sem Partido, inclusive pedindo que as aulas sejam gravadas.



Imagem 1: Twitter Roberta Simão

Fonte: <https://twitter.com/robertasimaocc/status/1287524348480430081>

Ao analisar o texto “A ideologia de gênero no banco dos réus”⁷⁹, escrita pelo fundador do site, Miguel Nagib em setembro de 2015, pode-se perceber vários elementos da narrativa das *fake news*. Nagib inicia seu texto falando sobre o 2º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, promovido pela Universidade Federal da Bahia. Em suas palavras, “O público-alvo, quase sempre, é formado de professores da educação básica; e o objetivo – que está sendo plenamente alcançado –, não podia ser mais claro: martelar esses assuntos nas cabeças dos professores para que eles os martelem nas cabeças dos alunos”. Nesta informação já se percebem os equívocos que poderiam ser facilmente desconstruídos: ao realizar uma pesquisa no próprio site do evento no link “Apresentação” encontram-se as informações de como o evento foi idealizado e a quem se destina: “espaço de interlocução entre as pessoas que trabalham com os estudos *queer*, em sua interface com os estudos das subalternidades

78 Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/lavagem-cerebral-com-ideologia-de-genero-em-escola-particular-de-brasilia/>>. Acesso em setembro de 2023.

79 Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/a-ideologia-de-genero-no-banco-dos-reus/>>. Acesso em setembro de 2023.

e pós-colonialidades”⁸⁰, e não professores da educação básica como mencionado por Nagib. Entretanto, como já discutido por Silva (2019, p. 44) pode-se identificar que “A verdade exige tempo de apuração, de verificação e de ponderação. A falsificação ocupa os espaços vazios, acelerando sempre mais o seu fluxo. Nessa perspectiva, a tecnologia deu ao falso o seu maior trunfo: a velocidade de difusão”. Neste caso, Nagib utiliza-se de seu site e das facilidades de difusão das desinformações dali para realizar uma manipulação que é aceita por sua bolha.

O tom de ameaça aos professores e professoras é visivelmente presente nas palavras de Nagib, que termina o texto com as seguintes palavras: “O professor é pessoalmente responsável pelos danos que causar no exercício das suas funções. Por isso, é melhor ficar esperto e pensar duas vezes antes de seguir as recomendações do MEC. Na dúvida, vale consultar um advogado”. Frases como esta fomentam o ódio aos professores e professoras que se amparam em bases legais para trabalhar com as questões de gênero em sala de aula, comprometendo o seu trabalho que fica sob ataque e constante vigília por alguns estudantes e seus responsáveis.

Um caso a ser destacado, também presente no site do Escola Sem Partido como relato de um estudante, apresenta-se com o título “Não aguento mais receber trabalhos cujo objetivo é f*der com a mentalidade dos alunos”. O texto é assinado por Nagib e traz as palavras do estudante que realiza a denúncia:

Gostaria de expor algumas coisas que estão acontecendo em minha “escola”, mais precisamente no Google Classroom que é o meio em que nós estamos tendo aula no momento. Sou aluno do 1º ano do ensino médio da Escola Ernesto Dornelles, em Porto Alegre-RS. Minha professora de Sociologia/Ensino Religioso está mandando tarefas à distância pelo site Classroom, assim como todos os outros professores.

Acontece que ela está mandando muitos trabalhos relacionados com Ideologia de Gênero/Machismo/Igualdade e tudo aquilo que uma professora de esquerda mandaria para doutrinar e alienar seus alunos.

Gostaria de saber se tem como fazer alguma coisa, porque eu não aguento mais receber trabalhos cujo objetivo é foder com a mentalidade dos alunos (desculpe a palavra, mas é que isso está me estressando mesmo).

O estudante não tem sua identidade revelada, entretanto, ao enviar imagens das atividades que critica, o e-mail da professora está presente. Dentre as atividades que o estudante compartilha tentando “fazer alguma coisa”, percebe-se o uso de textos e interpretações dos mesmos em relação às questões de gênero, assuntos que fazem referência a uma das competências específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Ensino Médio segundo a Base Nacional Comum Curricular: “Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos”. A BNCC ainda traz uma reflexão acerca dessa competência:

O exercício de reflexão, que preside a construção do pensamento filosófico, permite aos jovens compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças (culturais, religiosas, étnico-raciais, etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos. Para a realização desse exercício, é fundamental abordar circunstâncias da vida cotidiana que permitam desnaturalizar condutas, relativizar costumes, perceber a desigualdade e o preconceito presente em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto de âmbito nacional como internacional (BRASIL, 2018, p. 564).

80 <http://www.desfazendogenero.ufba.br/> Acesso em: maio de 2022.

Entre as atividades propostas pela professora, ela aborda as questões de sexo biológico, patriarado, orientação sexual, entre outros assuntos relacionados à categoria gênero e propõe reflexões. Não há por parte do aluno ou de Nagib nenhuma análise em relação às atividades que possam comprovar o seu teor de “doutrinação”. É visível perceber mais uma vez como a narrativa das *fake news* se faz presente: existe um ódio que já vem sendo alimentado em relação ao tema, entretanto não há uma explicação para tal. Ou seja, o estudante coloca-se de uma forma extremamente negativa em relação ao estudo do tema, mas não argumenta o motivo para isso.

A ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, é citada no site e tem um vídeo de um de seus discursos vinculado ao texto. No vídeo⁸¹ importado do YouTube, Damares fala em uma igreja evangélica sobre a educação no Brasil. O foco dela é “proteger as crianças” do que acontece na escola e logo no início do vídeo, aos 10’56” ela menciona que a ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, teria gasto 2 milhões de reais com o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS) para “ensinar professores das creches sobre ereção e masturbação em bebês”. Ela fala ainda no vídeo que “a prática de masturbar bebês na Holanda” seria comum, sendo iniciada nos meninos aos 7 meses e material para ensinar os pais a fazê-lo. Alves também apresenta várias imagens de cartilhas que, segundo ela, seriam distribuídas nas escolas públicas do Brasil para ensinar crianças desde os dois anos como fazer sexo. O texto da página em que o vídeo está inserido faz o apelo de que “Vale a pena assistir e divulgar entre seus familiares e amigos”.

O texto “Escola sem limites: o papel das universidades: a crise da autoridade docente” foi escrito a partir da palestra do sociólogo e jornalista José Maria e Silva no 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas, em julho de 2014. Segundo ele:

Hoje, quando a universidade brasileira tornou-se obcecada por essa estranha mistura de Paulo Freire com Michel Foucault, a esquerda já não quer saber de reivindicar para o proletariado o acesso à alta cultura – o que esses marxistas pós-modernos querem é simplesmente destruir a cultura, transformando a escola numa terra devoluta, onde esperam cultivar o homem novo, fazendo das crianças verdadeiras cobaias de seus experimentos revolucionários. A guerra selvagem contra o sexo biológico, travada pelos corrosivos estudos de gênero, é um exemplo cabal dessa transformação das crianças em cobaias dos engenheiros sociais. (SILVA, 2014)

Como de costume, a página utiliza discursos que lhes agradam, sem nenhum tipo de fonte ou embasamento sobre o que é dito, afinal o que conta aqui é a convicção e não a racionalidade (D’ANCONA, 2018). Para o pânico moral surtir maiores efeitos, as questões de gênero são levantadas e atreladas às crianças. O mesmo autor também assina o texto “Plano Nacional de Educação irá aprofundar doutrinação no ensino”⁸². O texto inicia com uma contextualização:

Durante uma audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, realizada em 22 de outubro do ano passado, o economista e professor Cláudio de Moura Castro, ao término de sua palestra, resolveu apresentar uma proposta ao Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Professor visitante de renomadas universidades estrangeiras, PhD. em Economia pela Vanderbilt University, nos Estados Unidos, e conceituado pesquisador da educação, com vários livros publicados, Moura Castro, com um ligeiro sorriso no rosto, anunciou: “Já que todo mundo botou um negócio no plano, um artiguinho, eu também quero propor um artiguinho no plano: um bônus para as

81 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BKWc0sU0vVM&t=1804s>

82 Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/blog/plano-nacional-de-educacao-ira-aprofundar-doutracao-no-ensino/>

caboclinhas de Pernambuco e do Ceará conseguirem se casar com os engenheiros estrangeiros, porque aí eles ficam [no País], e aumenta o capital humano no Brasil, aumenta a nossa oferta de engenheiros”. (SILVA, 2014)

Ao citar a frase extremamente preconceituosa e machista do professor Cláudio de Moura Castro, o autor do texto, José Maria e Silva, fala da repercussão negativa da fala, alvo de manifestações de repúdio por mais de 50 entidades. Entretanto, logo em seguida minimiza as suas palavras em:

O humor pode não ser o forte do professor Cláudio de Moura Castro e sua declaração revela certo mau gosto. Como carioca, ele poderia propor o bônus para as calipégias passistas das escolas de samba que se expõem muito mais ao olhar estrangeiro do que as caboclinhas do sertão nordestino, poupando Pernambuco e Ceará de uma referência gratuita. Mas é um exagero considerar uma mera frase infeliz como discriminatória, preconceituosa e machista, até ameaçando o professor com processo judicial, sobretudo quando se conhece o contexto em que foi formulada. (SILVA, 2014)

A partir dessa primeira análise, pode-se perceber que a “ideologia de gênero” que apavora os leitores em vários textos do site não passa de uma falácia. Ao tratar de forma branda o que foi dito por Cláudio de Moura Castro, Silva demonstra que a grande preocupação com a inocência das crianças é apenas uma desculpa para disseminar o pânico moral, afinal, mais importante do que é dito, a caça às bruxas realizada pelo movimento é por quem professa aquilo que chamam de ideologia de gênero, ou seja, as professoras e professores. O texto continua com uma análise do Plano Nacional de Educação e críticas ao mesmo. O foco aqui recai sobre a crítica em relação às questões de gênero propostas no plano:

Outro ponto polêmico do plano é a questão de gênero, que já constava do projeto original do Executivo, mas de forma menos radical, falando apenas em “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”. Na Câmara, acrescentou-se a esse texto a discriminação racial. Como se não bastasse a incitação à guerra de raças, os deputados tornaram o texto mais prolixo, acrescentando novas diretrizes ao plano, entre elas a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Percebem a brutal diferença? Não se trata mais de combater a possível discriminação de um aluno homossexual, mas de promover a “igualdade de gênero”, o que significa igualar ao sexo biológico as mais variadas fantasias de desajustados sexuais, perseguindo o que os ideólogos chamam pejorativamente de “heteronormatividade”, isto é, o sexo papai-e-mãe, que deve ser discriminado na escola em nome das relações homem-com-homem, mulher-com-mulher, trans-com-todos, etc.

Para se ter uma ideia da importância que a maioria petista da Câmara dá à questão, essa diretriz é a terceira, logo depois da “erradicação do analfabetismo” (primeira) e da “universalização do atendimento escolar” (segunda) e à frente de “melhoria da qualidade da educação” (quarta) e “formação para o trabalho e a cidadania” (quinta). O Senado bem que tentou corrigir essa insanidade e, onde a Câmara falava em preconceito de gênero e raça, os senadores falam em “políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito”. Já no trecho em que a Câmara falava em “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, o Senado, agindo com bom senso, sintetizou: “com ênfase na promoção da cidadania”. Agora que o Plano Nacional de Educação voltou à Câmara, o relator do substitutivo oriundo do Senado, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), já recomendou, em seu relatório, que o texto aprovado na Câmara seja restabelecido, com a ênfase na questão de gênero – para gáudio das minorias de estimação do PT e desespero da bancada evangélica, talvez o único setor da sociedade a perceber, até agora, o grande perigo da ditadura gay. (SILVA, 2014)

É evidente a interpretação equivocada e maliciosa realizada pelo autor ao trazer esse ponto, deixando de lado todas as questões que envolvem a importância em trabalhar as questões de gênero em sala de aula. Ao invés disso, como estratégia de assustar quem é leigo no assunto e lê o texto, o autor incita as pessoas a esperar por uma “ditadura gay”. Outro ponto duramente criticado concentra-se no fato do texto remeter-se aos gêneros masculino e feminino ao mencionar os sujeitos a quem se refere:

O preciosismo ideológico da maioria petista na Câmara é tanto que o projeto do Executivo foi reescrito na novílingua orwelliana: sempre que apareciam expressões como “os estudantes”, “os alunos”, “os profissionais da educação”, foram acrescentadas as partículas “os/as”, tornando o texto ilegível: “os(as) estudantes”, “os(as) alunos(as)”; “os(as) profissionais de educação”. O Senado, primando pela boa técnica legislativa e pelo bom senso antropológico, suprimiu todos esses penduricalhos feministas do texto, para indignação do deputado Ângelo Vanhoni (foto), que, em seu relatório, já recomendou a recomposição da vulgata feminista da Câmara. Caso o Plano Nacional de Educação seja aprovado, em definitivo, com essa redação sexista (isso mesmo: sexista), a nação brasileira corre o risco de ter sua língua sequestrada pelos ideólogos de esquerda. Não tardam e hão de querer revisar o texto da própria Constituição para adicionar-lhe esses penduricalhos de mau gosto. (SILVA, 2014)

Percebe-se o incômodo do autor ao mencionar o assunto e chamar de “redação sexista” as menções a ambos os sexos no texto. Ele continua sua crítica infundada ao uso do “X” ao invés da identificação do gênero masculino ou feminino, algo que não é mencionado no Plano Nacional de Educação. Ele ainda reitera que o uso do “X” seja mais para “agradar o sexo cambiante dos gays do que para valorizar, de fato, as mulheres”, demonstrando sua completa ignorância em relação às questões de identidade de gênero e orientação sexual.

Ao propor uma “solução” para o assunto, Silva desenvolve um raciocínio machista e elitista:

Uma opção seria variar o gênero da palavra principal. Mas como decidir os critérios para essa escolha? Contabilizando quantos homens e mulheres há na categoria mencionada e optando pelo gênero que fosse a maioria? Ainda assim, o suposto machismo não iria desaparecer – apenas mudaria de lugar, transferindo-se da língua para a sociologia. As funções e profissões socialmente valorizadas, nas quais os homens são a grande maioria, continuariam sendo escritas primeiramente no masculino: neurocirurgião(ã), engenheiro(a), ministro(a), juiz(a); enquanto para as mulheres sobriariam: “doméstica(o)”, “enfermeira(o)”, “educadora(or)”. Isso mostra que a língua é complexa demais para caber na lógica mecanicista da luta de classes ou no ressentimento maniqueísta das minorias de estimação. (SILVA, 2014)

Silva finaliza seu texto falando da linguagem neutra, abrindo margem a interpretação de que o Plano Nacional de Educação traz propostas neste sentido. Estratégia amplamente utilizada pela narrativa das *fake news* em causar confusão no entendimento e induzindo os leitores ao erro na interpretação do documento que sequer é citado na íntegra ou apresenta link para seu acesso.

Ao querer neutralizar as palavras de suas eventuais cargas negativas, a esquerda revela seu espírito totalitário, pois uma língua que não soubesse exprimir desigualdade, preconceito e ódio não seria uma linguagem humana e mataria seus falantes de angústia. A propósito, os ideólogos que não acreditam nas determinações sociais do sexo biológico e acham que tudo é construção de gênero saberiam me dizer se o masculino de “babá” é “babão”? Como se vê, um Plano Nacional de Educação que, no país do analfabetismo funcional, negligência o mérito, incita a escola contra a família e, em vez de estimular a leitura, polícia as palavras, transformando a língua num instrumento de opressão ideológica, nada

tem a ver com ensino – é apenas uma doutrinação totalitária que tenta fazer da escola uma incubadora de subversões. (SILVA, 2014)

O tom do parágrafo final é mais agressivo e incisivo que o adotado no início, levando o leitor a sentir desprezo por aquilo que ele mesmo determinou que seja o Plano Nacional de Educação. As informações presentes no texto são facilmente desconstruídas ao realizar a leitura do documento, entretanto, ao invés de realizar a leitura, a informação vai sendo divulgada por aqueles que desejam que aquilo seja verdade.

Entre os textos analisados é visível a estrutura da desinformação que propagam. A internet traz a facilidade no compartilhamento e bombardeia informações falsas o tempo todo. Ciavatta (2017, p. 9) analisa o fenômeno como “inverdades reproduzidas, curtidas, compartilhadas nas redes sociais. O critério de verdade é abandonado em favor de rumores e opiniões que ajudam na difusão de inverdades e na organização das forças sociais com base em suposições”. Para barrar esse tipo de desinformação, muitas agências de checagem⁸³ trabalham nesse sentido. Essas agências estão disponíveis também nas redes sociais como Instagram e Twitter.

Mas, de maneira geral, até a checagem a notícia já viralizou e as *fake news* se espalharam. Especialmente sobre as questões de gênero, sabemos o quanto a desinformação contribui com um ambiente polarizado. O caráter ideológico das notícias implica no engajamento das pessoas e no pânico moral. Nos últimos anos, com a ascensão de uma direita mais conservadora, encontrando espaço fértil especialmente no estado de Santa Catarina, percebemos o aumento de um movimento antigênero. Aliás, muitas vezes, um movimento antigênero como sinônimo de antipetismo. Se há uma perseguição ao gênero no Brasil, em Santa Catarina, teve espaço em diferentes lugares, como escolas públicas e privadas, igrejas, câmaras municipais e na Assembleia Legislativa. Segundo Assis Felipe Menin, “O movimento ‘Escola Sem Partido’ ganha destaque, mas significativo com projetos de leis e com discursos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e nas câmaras de vereadores após as eleições de Jair Bolsonaro” (2023, p. 164). O antigênero nas escolas, os discursos sobre ideologia de gênero disseminados a partir de *fake news*, replicando muitas vezes notícias semelhantes às publicadas no site do Escola Sem Partido, “[...] se espraia pelo interior de Santa Catarina, com principal ataque ao gênero nos Planos Municipais e posteriormente na BNCC [...]”. (MENIN, 2023, P. 188).

Para finalizar, gostaríamos de registrar os limites de analisar a ascensão e a estrutura das *fake news*, sobre o tema gênero, mais precisamente com notícias que envolvem a chamada “ideologia de gênero”, amplamente disseminadas nas redes sociais e pelo site Escola Sem Partido. Falamos de limites, pois os discursos afloram pelas redes e capturamos um pouco... Cada vez mais a internet ganha espaço na vida das pessoas, as *fake news* proliferam, bem como, nosso desejo que possamos ser mais rápidas no sentido de compreender como as notícias nas redes e se espraiam... Kozinets defende que “[...] existem oportunidades emergentes quase ilimitadas para estudar a crescente variedade de culturas e comunidades eletrônicas [...]” (2014, p. 163). Aceitar o desafio de investigar estas problemáticas por meio das redes sociais na internet é uma interessante maneira de perspectivar os temas de pesquisa contemporâneos que atravessam nossa sociedade.

83 Agência Lupa: <https://lupa.uol.com.br/>
Aos Fatos: <https://www.aosfatos.org/>

Referências

- ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- AMARAL, Inês; SANTOS, Sofia José. Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news na era da pós-verdade. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Silvio (Org). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Ensino Médio*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018.
- _____. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- CIAVATTA, Maria. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade*. Trad. SZLAK, Carlos. 1 ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- KOZINETS, Robert V. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Trad. BUENO, Daniel. Porto Alegre: Penso, 2014.
- MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “Escola Sem Partido”. In: AÇÃO Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Apresentação - Fake News: o buraco é muito mais embaixo. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Silvio (Org). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- MENIN, Assis Felipe. *Do global ao local, a onda conservadora sai do “armário”? O debate sobre gênero e diferença sexual nas escolas do interior de Santa Catarina*. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725–748, set. 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.
- PECSON, Thaysi. Brasileiros acessaram fake news 4,8 milhões de vezes entre julho e setembro de 2018. *PSafe Blog*. 2018. Disponível em: <<https://www.psafe.com/blog/fake-news-no-brasil/>>. Acesso em 11 jun. 2020.
- PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antônio. Laicidade do Estado e da educação: valorizando as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas. *Revista Retratos da Escola*, v. 14, n. 28, jan/abr. 2020.
- SILVA, Juremir Machado da. Fake News, a novidade das velhas falsificações. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Silvio (Org). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- SODRÉ, Muniz. O facto falso: do factóide às fake news. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Silvio (Org). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

QUANDO O ÓDIO ENTRA NAS REDES: VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E ATAQUES EM AMBIENTES VIRTUAIS.⁸⁴

ATHAYSI COLAÇO GOMES

EDUARDO DOS SANTOS CHAVES

JOANA MARIA PEDRO

Os ambientes virtuais⁸⁵ têm se tornado um espaço importante para a proliferação de violência política de gênero. Categorizada recentemente, essa violência possui punição regulamentada no Brasil pela lei n.º 14.192⁸⁶, de 2021, e se expressa pela prática de ameaçar, prejudicar, assediar, humilhar, uma candidata ou uma mulher eleita, por se identificar como mulher. Trata-se, portanto, de uma violência política em razão do gênero e pode ser feita em relação à própria pessoa ou a seus familiares.

Laura Albaine (2015) lembra que, desde 1993, as Nações Unidas e, desde 1994, a Convenção de Belém do Pará já estabeleciam como violência de gênero qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte ou sofrimento físico ou psíquico, seja esta realizada tanto no espaço privado quanto no espaço público. Deste modo, já se falava de violência de gênero na esfera pública na década de 1990, o que não significa dizer que, em décadas anteriores, as mulheres que ansiavam ou que ocupavam lugares na política não tenham sido alvo de violência política de gênero. Entretanto, o que temos assistido nos últimos 10 anos, com o aparecimento das redes sociais em ambientes virtuais, é o crescimento de ataques, cada vez mais sofisticados e em larga escala, contra mulheres candidatas ou que ocupam lugares no cenário político.

Pode-se afirmar que as políticas que visaram, desde a segunda metade dos anos 1990, o aumento do número de mulheres em cargos de poder político no Brasil, como as leis de cotas, provocaram reações em setores conservadores e reacionários e, conseqüentemente, o crescimento de ações de violência política de gênero. Apesar da política de cotas, inúmeras pesquisas têm apontado para a ausência das mulheres em espaços de poder no Brasil como resultado dessa violência, ressaltando, dessa forma, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em pleitos eleitorais, e quando assumem os mais diferentes mandatos políticos (D'AVILA, 2021; ARAUJO, 2016; MIGUEL e BIROLI, 2011). Neste capítulo, demonstraremos como os ambientes virtuais se tornaram centrais na propagação da violência política de gênero, contribuindo, em certa medida, para a baixa inserção de mulheres na esfera política. Para tanto, analisamos as expressões de violências por meio de uma

84 Este texto foi escrito com referências e fontes oriundas do projeto "Internet como campo de disputas pela igualdade de gênero" coordenado pela Professora Dra. Cristina Scheibe Wolff, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc).

85 Chamamos de espaços virtuais as plataformas das redes sociais como Facebook, Instagram, YouTube, WhatsApp e X (antigo Twitter).

86 Para mais informações, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em: 03/11/2023.

das plataformas, o YouTube, mais especificamente os comentários dos vídeos relativos a três mulheres políticas: 1) Talíria Petrone (PSOL-RJ), 2) Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), duas parlamentares com agendas políticas voltadas, dentre outros aspectos, para a luta feminista e para as causas sociais; e 3) Geovania de Sá (PSDB-SC), deputada alinhada ao ex-presidente Jair Bolsonaro e à pauta neoliberal. Embora os ataques sejam variados em aspectos e intensidade, neste capítulo centraremos nossa análise nos temas da maternidade, da beleza e da homofobia.

É importante adiantar que independente do campo político em que estas mulheres se situam, à esquerda ou à direita do espectro político (BOBBIO, 1995), todas, em algum momento, podem sofrer com violência política de gênero. No entanto, pela pesquisa que realizamos, nem todas foram alvo de violência política de gênero nas redes sociais. Nesse sentido, o estudo ora realizado aponta, em primeiro lugar, para a necessidade de se diferenciar “violência política” de “violência política de gênero” como elemento-chave na compreensão dos ataques às mulheres na política; e em segundo lugar, a pesquisa constata que as mulheres de esquerda são alvos preferenciais dos ataques.

Talíria Petrone

Desde que eu disponibilizei meu corpo para a tarefa pública, não houve nenhum dia de paz. São os tensionamentos no plenário, as ameaças nas redes, as ameaças da milícia, as violências simbólicas, a interrupção. São muitas camadas de violência, até não ter lugar para trocar a fralda de um bebê no Congresso Nacional (PETRONE, 2022a).

Talíria Petrone Soares nasceu em 9 de abril de 1985, na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro (BRAGA, 2019). Formou-se em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro do Rio de Janeiro (UERJ), em 2009, e defendeu seu mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2019.

Desde que se formou, em 2009, Talíria atuou como professora de História da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, lecionando nos municípios de Niterói e São Gonçalo. Em 2010, ela filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e em 2012 foi candidata à Câmara de Vereadores de Niterói, mas obteve apenas 21 votos. Ainda como professora, em 2012 passou a lecionar no curso pré-vestibular Redes da Maré, uma organização não governamental sediada na cidade do Rio de Janeiro, que desde 1997 desenvolve ações sociais em 16 favelas que formam a Maré e outras partes da cidade da capital fluminense. Nessas atividades junto às comunidades é que Talíria conheceu sua correligionária Marielle Franco, socióloga e política brasileira que se apresentava com orgulho como “cria da maré” (CARNEIRO, 2018). Juntas, Talíria e Marielle se notabilizaram na defesa das causas das comunidades negras e LGBTQIAPN+, assim como estiveram envolvidas com as bandeiras e lutas do movimento feminista.

Longe de desistir de ocupar uma vaga como vereadora na Câmara Municipal de Niterói, Talíria retornou a disputa em 2016, sendo eleita com 5.121 votos, a mais votada para o cargo. Como vereadora, ela deu continuidade às lutas que vinha travando desde quando atuava como professora na Maré. Em seus dois anos de mandato como vereadora, ela presidiu a Comissão de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente; denunciou a atuação irregular da Polícia Militar do Rio de Janeiro no recolhimento compulsório às delegacias de polícia de pessoas em situação de rua; e foi coautora em um projeto que deu origem a Lei Municipal que prevê medidas de prevenção e combate ao assédio sexual de mulheres nos meios de transporte de Niterói (BRAGA 2019).

No entanto, ainda como vereadora e diante do crescimento das ações violentas de grupos de extrema direita, que desde 2016 tomou corpo nos mais variados espaços políticos e sociais, Talíria começou a receber ameaças anônimas. Não era um caso isolado, uma vez que seus companheiros e companheiras também recebiam ameaças semelhantes, sem deixar de lembrar que seu partido, o PSOL, teve sua sede, em Niterói, ameaçada de ser explodida em 2017 (BRAGA 2019). Daí em diante, Talíria passou a contar com escolta policial, o que não é incomum para muitas mulheres e homens posicionados à esquerda do espectro político.

Mesmo assim, Talíria não desistiu de continuar sua caminhada nas esferas da política institucional, que, segundo ela afirma, precisa ser ocupada. Em 2018 foi candidata à Câmara Federal, sendo eleita com mais de 100 mil votos, a nona deputada federal mais votada pelo estado do Rio de Janeiro. Meses após a sua posse, Talíria continuava contando com escolta policial, mas dessa vez da Polícia Legislativa de Brasília, devido às ameaças de morte que vinha sofrendo por parte de grupos extremistas. As intimidações foram constatadas pela Polícia Federal, que revelou que havia um plano contra a vida de Talíria após a morte de Marielle Franco, em março de 2018 (BRAGA, 2019).

Desde então, os ataques a Talíria são cotidianos, sobretudo nas redes sociais, onde muitas de suas atividades e pautas políticas também são divulgadas. Nesses espaços virtuais, percebem-se ações de violência política de gênero perpetradas, na maior parte das vezes, por segmentos da extrema direita, em que há a proliferação de insultos e acusações falsas. Entendemos que esses ataques à parlamentar não são casos isolados e, portanto, fazem parte das estratégias da extrema direita, cujo elemento central é fazer uso da violência política contra os seus “inimigos” para eliminá-los da arena política (TELLES, 2029, p. 63). Nesse sentido, Talíria é, antes de tudo, alvo a ser violentado, uma vez que é parlamentar de esquerda, mulher negra e feminista ocupando espaços historicamente dominados pela branquitude e pela masculinidade, que, por sua vez, se veem ameaçados, e apelam para a violência, para não ceder espaços de poder (SEGATO, 2003).

O corpo de Talíria, bem como a forma pela qual ela se posiciona politicamente, são os elementos geradores de reações violentas desferidas à parlamentar nos últimos anos nas redes sociais. Orquestrados ou não, é preciso observar também que esses ataques correspondem a formas semelhantes de desferir ofensas e provocações, o que revela elementos de uma cultura política marcada pela violência na longa e média duração, e que atualmente foi potencializada pela ascensão da extrema direita ao poder (AARÃO REIS, 2020).

Ao analisar os comentários aos vídeos disponibilizados no YouTube, é possível notar inúmeros debates que fazem parte da agenda política da parlamentar. Entretanto, para os fins deste capítulo, destacaremos a questão da maternidade, ponto importante na agenda política de Talíria, e gerador de reações violentas contra sua pessoa – mulher negra, feminista e de esquerda.

Sobre maternidade, Talíria propôs o PL 2757/2021, que institui os cuidados maternos como trabalho, para posteriormente ser contabilizado para fins de aposentadoria⁸⁷. A proposta está exposta no programa eleitoral de Talíria como candidata à Câmara Federal, publicado em setembro de 2022 em seu canal no YouTube (PETRONE, 2022a). Sob o título de “A Nossa Maternidade é Política”, Talíria apontou as dificuldades das inúmeras mulheres brasileiras que precisam deixar de

87 Para maiores detalhes, conf. o PL 2757/2021, de autoria de Talíria Petrone (PSOL/RJ). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2293477>. Acesso em: 09/07/2023.

trabalhar para cuidar de seus filhos, sem que isso seja pensado como trabalho. O vídeo teve 1.129 visualizações e apenas 3 comentários, dos quais 2 são de ataques. Inclusive ambos buscam desvirtuar a proposta apresentada pela parlamentar, dos cuidados maternos como trabalho, afirmando que ela é defensora do aborto: “Você já mudou de ideia sobre o aborto? Ou é família tradicional pra você, e as meninas podem abortar?”; “Falou a mulher que é a favor do aborto”.

O aborto, e mais especificamente a maneira pela qual ele é apresentado nesses comentários no YouTube, parece ser um elemento que aciona os denominados pânicos morais, tão caros aos segmentos conservadores e da extrema direita (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Exemplo disso é o comentário a outro vídeo, “Maternidade Política”, publicado em 12 de abril de 2021, no canal Católicas pelo Direito de Decidir (CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, 2021). O comentário é o seguinte: “Catolicismo e socialismo são como água e óleo, a cruz e o diabo. Como podem se misturar, sendo que o socialismo já foi criticado por papas? Vocês vivem uma mentira. Eu não quero que a igreja mude”. Embora a discussão não tenha sido essa, e sim o debate sobre o “mito da maternidade”, que, por sua vez, coloca as mulheres em situação de subordinação e dependência, retirando-lhe o direito de gestar e de decidir interromper uma gravidez, é preciso considerar que o comentário é uma reação à fala de Talíria e ao canal Católicas pelo Direito de Decidir. Nesse sentido, o que se quer aqui não é debater o tema, com reflexões e proposições, mas o de cindir, de criar mundos diferentes, de forma dual. Como uma mulher negra, feminista e de esquerda, comprometida com as causas sociais e raciais, o aparecimento público de Talíria, sua circularidade em outros meios, para além da Câmara Federal, e sua fala combativa em defesa das mulheres mães, acaba se tornando alvo de segmentos conservadores e da direita radical e, por consequência, instrumentos para a propagação de pânicos morais, cujo centro é o que chamam de “defesa da religiosidade, da família e da pátria”. Interessante observar que essa forma dual – bem contra o mal, Deus contra o Diabo, nós contra eles, etc. – fez/faz parte do repertório da extrema direita, sobretudo como forma de dividir grupos (AARÃO REIS, 2020; MOTTA, 2019). Além disso, como alerta Ahmed (2015), é por amor à pátria, que entendem estar ameaçada pela esquerda, e não por ódio que atacam pessoas como Talíria, que estaria, de acordo com eles, destruindo os valores tradicionais.

Outro aspecto relacionado aos ataques diz respeito ao aleitamento materno. Talíria levou, muitas vezes, sua filha nas sessões do plenário em que discursou, inclusive ao mesmo tempo, em que amamentava. No canal Metrópolis, do YouTube, há um vídeo, de 21 de junho de 2021, em que Talíria amamentava sua filha enquanto discursava contra o projeto de privatização da Eletrobrás (METRÓPOLES, 2021). O vídeo tem aproximadamente 3.900 visualizações e 53 comentários, quase todos de críticas ao comportamento da deputada, nenhum relacionado ao seu pronunciamento propriamente, e alguns poucos comentários elogiosos a sua atuação. Chama atenção que as críticas a Talíria se referem ao fato de acreditarem que o aleitamento seria “sagrado” e, portanto, ao fazer isso no espaço público, da política, este comportamento seria imoral, desrespeitoso e vergonhoso.

Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! É isso mesmo que eu estou vendo? Mas que pouca vergonha dessa deputada ela quer ser única? Nesses atos vergonhosos? Então ela conseguiu para sua desonra e vergonha, pois esse vídeo vai perdurar por muito tempo. Eu acho que um presidente do Senado ou qualquer outro parlamentar deveria ter chamado atenção para essa pouca vergonha. Que ridículo isso dessa deputada, ridículo, nojenta essa atitude (METRÓPOLES, 2021).

O ato de amamentar durante as horas de trabalho não seria merecedor de respeito: “Coisa feia! Respeite o seu local de trabalho, procure um lugar sem holofotes para amamentar”; “Mulher te preserva! Resguarda teu filho!”. Assim sendo, os comentários também se baseiam em aspectos moralistas, que buscam enquadrar a parlamentar como desequilibrada e “louca”, insultos que se tornaram comuns às mulheres feministas e de esquerda nas redes sociais. Nesse sentido, os comentários são extremamente ofensivos: “a infeliz usa o próprio filho para lactação”; “Fico com pena da criança. Essa mulher não pode ser bem certa. Isso mostra tb, de uma forma até bizarra, o nível dessa classe política que infelizmente nós colocamos lá”; “Louca e ridícula!”; “Triste a criança ter que passar por isso. Simplesmente desnecessário. Só pra aparecer mesmo”.

Outros ataques a Talíria, semelhantes a esses, foram feitos na posse para o seu segundo mandato como deputada federal, em 1º de fevereiro de 2023. Com a filha recém-nascida em seus braços, com apenas 22 dias de vida, Talíria tomou posse remotamente, o que lhe foi concedido graças à lei de sua autoria, que permite que mulheres em licença maternidade possam proferir o juramento de posse virtualmente. O pequeno vídeo da posse de Talíria foi postado no Canal do UOL, obtendo cerca de 3600 visualizações e 48 comentários (CANAL UOL, 2023). Sobre esses, a maioria são de ataques à deputada, desmerecendo sua trajetória enquanto mulher parlamentar e sua maternidade. Dois dos ataques, por exemplo, afirmam novamente que Talíria seria defensora do aborto apenas para as outras mulheres, sugerindo que a deputada age falsamente: “Vejam, ela apoia o aborto, mas não para ela, hipocrisia”; “Não é a favor do aborto, ah entendi, só é a favor com o filho de outras”. Há também ataques que desmerecem a maternidade, afirmando que a atitude de Talíria levaria outros parlamentares a utilizar seus animais de estimação durante as sessões: “Nossa, que lindo, logo mais vai aparecer outro com o cachorro, papagaio, etc.”. E novamente vê-se, nos comentários, acusação de que se Talíria utiliza da maternidade, de suas condições de mãe e, sobretudo, de seu filho, para fins políticos: “Cada um tem a sua maneira de conquistar os seus 10 minutos de fama. Esta vai com um bebê no colo, sem o bebê ninguém sabe quem é Talíria da vida”. Importante notar que há respostas para alguns dos comentários postados, rebatendo as falas violentas contra a parlamentar. Para exemplificar, mostraremos duas respostas à acusação acima: “Você leu a descrição do vídeo? Ela não estava na Câmara. Não sabe sequer do que está falando”; “Santa ignorância, hein sujeito”. Contudo, apesar de haver aqueles que se colocam em defesa de Talíria, procurando desmentir notícias falsas e/ou rebater mensagens violentas, parece ser as redes sociais o palco preferido daqueles que, alinhados de uma forma ou outra à extrema direita, tentam eliminar seus “inimigos”, destruí-los no que consideram ser uma “guerra cultural”. Tal aspecto pode ser visto na resposta do agressor: “frescura pra se aparecer. Se não fosse o bebê no colo dela, jamais sairia em alguma manchete, a não ser por coisas erradas”.

Diante do que foi exposto, parece que o problema não é a defesa da maternidade em si, mas a maneira pela qual essa discussão foi aberta, ampliada e entendida como “labor” pela parlamentar. Dessa forma, podemos dizer que os ataques à Talíria se constituem como respostas violentas às ações da parlamentar em torno de sua agenda política de esquerda e combativa, e pelo fato de Talíria ser uma mulher negra e feminista, defensora dos direitos das mulheres.

Da mesma forma, é preciso compreender que os ataques estavam igualmente relacionados à sua declarada e permanente oposição ao presidente e candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, e ao apoio dela e de seu partido, o PSOL, ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, nas eleições de 2022.

Bolsonaro, através de suas falas racistas, misóginas e homofóbicas, parece ter despertado sentimentos, crenças e valores em muitos brasileiros, que a partir de sua projeção nacional em 2018, o enxergaram como sua representação maior. Portanto, a forma agressiva, violenta, pela qual Talíria foi e permanece sendo atacada nas redes sociais deve ser vista pelo giro direitista vivenciado no Brasil desde 2013 (NICOLAU, 2020). Porém, acreditamos que a violência deve ser entendida como resultado de elementos da longa duração, como o racismo e a misoginia, que acabam por se reproduzir, sob diferentes aspectos, ao longo do tempo, bem como de elementos de média e curta duração, como a ascensão da extrema direita ao poder e, conseqüentemente, o impulsionamento de agendas políticas discriminatórias.

Manuela d'Ávila

Os ataques também têm atingido com muita força Manuela d'Ávila, caso representativo de como funciona essa violência contra as mulheres. Manuela possui atuação política intensa e, apesar de jovem, longa. Pode-se afirmar que ela vem sofrendo com ataques muito antes do termo “violência política de gênero” ser amplamente conhecido e pautado pela academia, pela mídia, pela imprensa e ter se tornado objeto de projetos de lei no Brasil.

Manuela Pinto Vieira d'Ávila é jornalista, escritora e política porto-alegrense filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Formou-se em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e é mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 2004, foi eleita, pelo PCdoB, a vereadora mais jovem do município de Porto Alegre.

Em 2014, candidatou-se ao cargo de deputada estadual, sendo eleita com a maior votação daquele pleito e em 2016 era uma das candidatas favoritas à prefeitura de Porto Alegre, mas optou por ausentar-se da política partidária institucional para cuidar de sua filha Laura, então com 5 meses de vida. No ano seguinte, foi pré-candidata às eleições presidenciais pelo PCdoB, mas decidiu se retirar da disputa e integrar, como vice-presidente, a chapa do Partido dos Trabalhadores (PT) ao lado do candidato à Presidência, Fernando Haddad, nas eleições de 2018.

Durante a campanha, Manuela se destacou por levar a filha Laura aos eventos e compromissos; e fotos das duas viralizaram nas redes sociais, possuindo forte apelo político. No entanto, Manuela foi alvo de muitas *fake news* e fotomontagens com mensagens difamatórias e falsas em tom violento e agressivo. A partir disso, em 2018 criou o “Instituto E se fosse você”, com o intuito de combater notícias falsas e discursos de ódio que marcaram as eleições de 2018. Através da publicação e da venda de livros sobre a temática, a instituição promove eventos e palestras em escolas e universidades, instruindo sobre o combate às *fake news* e a desinformação. Uma das mais importantes obras lançadas pelo Instituto, *Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil (2022)*, foi organizada por Manuela e contou com um capítulo escrito pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

Em 2020, Manuela foi candidata à prefeitura de Porto Alegre pela coligação Muda Porto Alegre e possuía vantagens nas pesquisas de opinião. No entanto, foi novamente alvo de intensos ataques de *fake news*, o que contribuiu para sua derrota no segundo turno das eleições.

Como já foi mencionado, o ano de 2018 foi um catalisador de transformações importantes na sociedade brasileira geradas em anos anteriores. Destas destacamos o antipetismo, o crescimento do conservadorismo e a participação recorde de mulheres candidatas disputando os mais diversos

cargos no pleito, incluindo a vice-presidência (MOTTA, 2019). As explicações mais imediatas para tais dados, podem ser encontradas no golpe parlamentar de 2016, que depôs a então presidenta Dilma Rousseff e escancarou a misoginia presente nas instituições de poder representativo no Brasil (ROUSSEFF, 2022). Embora tenha crescido a participação de mulheres na política, a igualdade é uma utopia em vista dos constantes ataques que as candidatas sofrem. Importante destacar que esse processo de violência não se resume apenas ao processo eleitoral, conforme destacam Mona Krook e Juliana Sanín (2016), visto que muitos ataques acontecem após a eleição e acompanham a atuação das candidatas após a posse, no cumprimento de suas atividades políticas. Também consideramos necessário pontuar que os ataques são estendidos a outras pessoas ligadas às representantes políticas, como familiares e apoiadores. Este é o caso de Manuela d'Ávila, que tem sua família, em especial a filha Laura, constantemente atacada, através, principalmente, das redes sociais. As agressões já extrapolaram a virtualidade e se concretizaram em alguns episódios relatados por Manuela em diversas matérias publicadas em jornais nacionais (LONGO, 2022).

Neste capítulo, analisamos os comentários ofensivos postados por várias pessoas no canal de Manuela D'Ávila no YouTube. A seleção do material fonte foi feita assim: coletamos vídeos publicados em 2018 durante a campanha eleitoral. Esse período foi escolhido devido ao destaque nacional que a candidata obteve ao integrar a chapa que substituiu a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que estava preso devido à operação “Lava Jato”.

Para este artigo, escolhemos analisar os comentários na rede social YouTube, na qual a interação virtual entre as criadoras de conteúdo aqui analisadas e os seus seguidores, tornaram-no um espaço propício para o debate de ideias políticas em meio à crescente polarização do país. A candidatura de Manuela D'Ávila como vice-presidente fez com que suas redes sociais, especialmente o canal no YouTube, se tornassem um espaço político importante, pois, durante as eleições de 2018, essa plataforma foi usada como estratégia de campanha para estabelecer uma comunicação direta de ideias, divulgar propostas de governo e permitir um diálogo mais próximo entre a candidata e os eleitores por meio dos comentários em cada vídeo.

Na pesquisa, encontramos no canal do YouTube da candidata, 46 vídeos. Destes, 10 tiveram seus comentários desativados. Do restante, optamos por focalizar aqueles que traziam comentários sobre a aparência física da candidata, destacando os que expressavam a violência política de gênero.

São muito frequentes menções à beleza de Manuela nos comentários da plataforma. Normalmente mensagens em tom de assédio, realizadas por homens, muitos dos quais afirmam serem bolsonaristas. Enquanto homens recebem elogios e críticas por sua atuação política, seus projetos de lei ou acusações relacionadas a casos de corrupção ou má gestão da vida pública, as mulheres são atacadas por sua aparência e, sobretudo, recebem insultos de cunho sexual, constituindo violência política de gênero (ALBAINE, 2022).

No canal do YouTube de Manuela d'Ávila, além de julgamentos sobre sua beleza física, os comentários versam sobre a relação entre sua aparência e sua capacidade de fazer um bom governo. Estes pretendem deslegitimar a candidata com base em uma beleza e juventude ausentes, de acordo com os autores do comentário. No vídeo “Pronunciamento de Manuela d'Ávila vice-presidenta da república na chapa do Lula e Haddad”, “Gatinha, sexy, é chata, mas é linda” são alguns dos comentários escritos por homens que ressaltam serem contra o modelo de política defendido por Manuela. Os apelos da beleza e da juventude feminina como atributos que conferem valor a uma

mulher são marcas da cultura machista que reificam as mulheres como seres exclusivamente sexuais. Esses comentários têm sido apontados por pesquisadoras/es como sendo muito comuns na violência política de gênero: a deslegitimidade das capacidades de governança por mulheres que se encaixam em padrões de beleza, ou seja, brancas, magras, que performem feminilidade, etc. Ou seja, tentam indicar que a política não é espaço para mulheres, sejam ela negras, brancas, lésbicas, e até mesmo, se essas mulheres forem vistas como bonitas pelos padrões de beleza construídos socialmente (MIGUEL; BIROLI, 2014). Assim, a eleição que a candidata poderia ganhar seria de uma revista de ensaios de nu artístico de mulheres, como foi expresso neste comentário: “poderia rolar eleição próxima capa da Playboy manu ganha sem dúvida”, mas não um pleito cujo objetivo fosse assumir a vice-presidência da República.

Comentários no canal de Manuela d’Ávila exemplificam como as mulheres na política são alvo de ataques de gênero. Esses comentários não abordam sua atuação política, mas atacam sua condição de mulher. Ao contrário de críticas políticas direcionadas aos homens, os comentários ofensivos, xingamentos, assédio e ameaças são muito mais frequentes e carregam elementos de misoginia e cultura machista, para ofendê-la com base em seu gênero. No vídeo “Como a gente enfrenta quem grita com mulher”, destacam-se os seguintes comentários: “tenho coragem de esbagaçar ela até virar mulher de verdade #17”, “cretina, bandida, ridícula, égua”, “aço e selva te esperam #b17”.

Nestes exemplos destacados, vemos uma referência ao candidato rival da chapa integrada por Manuela. O #17 faz referência ao número do candidato à Presidência Jair Bolsonaro. As ameaças destinadas à Manuela são constantemente denunciadas tanto na imprensa quanto nas instâncias jurídicas, mesmo antes da sua candidatura à vice-presidência. O segundo comentário faz alusão a uma ameaça de estupro com o uso do termo “esbagaçar” associado ao fim de torná-la uma “mulher de verdade”, um recurso muito utilizado pela chamada “cultura do estupro” que associa feministas e lésbicas como sujeitos desviantes e que, portanto, devem ser forçadamente corrigidas por um homem e seu falo como instrumento de violência e de violação.

Laura Albaine (2016) afirma que a violência política de gênero está relacionada com as desigualdades de gênero e é mais acentuada em países onde tal desigualdade é mais expressiva. Portanto, a escalada da violência política está intimamente relacionada com as políticas adotadas pelos países sobre equidade de gênero e justiça social. A violência política é uma ferramenta de controle social e de normatização dos corpos marginalizados, isto é, atacar uma mulher candidata é um mecanismo de intencionalidade repressora visando cercear seu direito à participação política representativa.

É difícil identificar cada uma das pessoas que postaram xingamentos e ameaças a Manuela, nos comentários do YouTube, assim como não se consegue saber, com certeza, se são perfis “verdadeiros” ou “fakes” pagos para disparar tais mensagens. Não é o objetivo desta análise adentrar nesta seara, o que nos interessa é perceber como as redes sociais se constituem enquanto mecanismos de controle político normatizador e repressor ao atacar as mulheres na política representativa e institucional. Portanto, entendemos que tais ataques pretendem, além de ferir a moral e a índole das candidatas, impedir a participação política de mulheres.

Geovania de Sá

Embora tenha sido filiada ao Partido Social Cristão (PSC-SC), entre 2000 e 2011, a atuação de Geovania de Sá na política representativa e institucional ocorreu somente após seu ingresso no Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB-SC), em 2011. A partir de então, em 2012, foi eleita vereadora em Criciúma, município do Sul do estado de Santa Catarina, e empossada como Secretária Municipal de Saúde de Criciúma, onde permaneceu até 2014. Posteriormente foi eleita deputada federal por Santa Catarina nas eleições 2014 e 2018; porém, no pleito de 2022, ficou como suplente da coligação PSDB-CIDADANIA.

Geovania nasceu em 30 de março de 1972, na cidade de Criciúma, em uma família de evangélicos da Igreja Assembleia de Deus. Seu pai foi maestro do coral e da banda da Igreja, e Geovania, seguindo a tradição, também participou no coral, tocando sax e trompa, e posteriormente gravou um álbum de músicas religiosas com sua irmã, Geomira. Geovania possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), e especialização em Gestão de Pessoas pela Universidade Bagozzi de Curitiba e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi casada com Senair Rodrigues, com quem teve duas filhas, e atualmente encontra-se divorciada.

Sua atuação política tem sido marcada pelo neoconservadorismo⁸⁸: votou a favor do impeachment de Dilma Rousseff, pelo teto dos gastos, e apresentou proposta para impedir a utilização de linguagem neutra nas escolas públicas e privadas. Nas eleições de 2022, Geovania não conseguiu se reeleger, entretanto, por pertencer à coligação PSDB-CIDADANIA, mas quando Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), foi empossada como Secretária de Saúde do Estado de Santa Catarina, assumiu o cargo de deputada federal como suplente. Nessa função, tem apresentado uma atuação ainda mais conservadora: fez parte da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST); requereu regime de urgência para a apreciação do projeto que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas; e solicitou o registro para a criação da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional.

Todavia, embora tenha um perfil à direita do espectro político, votou contra a reforma trabalhista de 2017, além de ter apresentado e conseguido que fosse aprovado um projeto de lei que garante prioridade de vaga em centros de educação infantil, próximos de suas residências, para filhos de mulheres vítimas de violência doméstica.

Apesar de ser uma parlamentar neoconservadora, que atua no campo da direita e com perfil religioso, ela também foi alvo de ataques do próprio campo em que atua. Estes ataques passaram a acontecer a partir de 2021, quando o PSDB, partido do qual ela era dirigente em Santa Catarina, estava definindo seu candidato à presidência da República nas eleições de 2022. Na disputa entre João Dória, governador de São Paulo, e Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, pela candidatura à presidência da República pelo PSDB, Geovania e o partido em Santa Catarina declararam apoio ao segundo (INFORME BLUMENAU, 2021).

⁸⁸ Estamos chamando de neoconservadorismo a posição política liberal na economia e conservadora nos costumes. É uma categoria que define grupos contrários aos debates sobre gênero, ou seja, como um movimento político que se organiza de maneira reativa às mudanças na estrutura social e histórica, unindo o conservadorismo cristão ao individualismo da ideologia liberal (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Tal fato desencadeou uma série de críticas à Geovania e ao partido. Eram declarações que não podem ser identificadas como violência política de gênero, uma vez que não era a parlamentar Geovania, mulher, o alvo, mas o posicionamento político que assumira nas prévias do PSDB. Em realidade, o ataque era desferido contra o candidato Eduardo Leite, que em julho de 2021, em entrevista ao repórter Pedro Bial, informou que era gay e que estava vivendo um relacionamento estável com o médico Thalís Bolzan. Ou seja, Geovania desagradava grande parte de seu eleitorado, que, mediante posições homofóbicas, repudiava Eduardo Leite. Ela não se enquadrava mais como representante de parte importante de uma base política radicalizada.

Os ataques à Geovania ficaram mais evidentes logo após a decisão do partido, em 2 de outubro de 2021, quando o pastor da Assembleia de Deus, Valdir Paulino, fez um vídeo, vestido com roupa de dormir, dizendo que tivera a notícia deste apoio, e que Geovania não teria mais o apoio da Assembleia de Deus em futuras eleições. O próprio pastor admitiu que a forma como ele estava falando com ela, no vídeo, era muito diferente da maneira como costumava fazer, ou seja, vestido adequadamente, de forma respeitosa. Ao gravar o vídeo, afirmou que ela não merecia que ele se vestisse adequadamente:

[...] tu vais ver que o povo das igrejas evangélicas de Santa Catarina vão fazer para você na urna, você vai passar vergonha. Eu espero que nem para vereador do teu município, de Criciúma, você venha a se eleger mais [...]. Geovania, você pra mim, assinou, decretou a tua morte política. Ligue para mim, por favor, pelo menos um pedido de desculpas por esse teu erro gravíssimo, vergonhoso, que você acaba de fazer, declarando teu apoio à presidência da República para um homem desse tipo que declarou quem ele é no Rio Grande do Sul e no Brasil (LUCIANO, 2021).

Cumprindo a afirmação do pastor, em fevereiro de 2022, a Assembleia de Deus passou a apoiar Ismael dos Santos (PSD) como seu candidato a deputado federal por Santa Catarina, e, como informamos acima, Geovania não se elegeu como deputada, ficando, entretanto, na suplência.

É possível encontrar vários vídeos de Geovania no YouTube, desde o tempo em que era vereadora por Criciúma até o período mais recente, quando foi eleita deputada federal. De modo geral, eles demonstram a forma pela qual o apoio da parlamentar a Eduardo Leite nas prévias do PSDB, provocou rupturas em sua base política. Se na época em que foram produzidos e postados há inúmeros elogios ao desempenho político de Geovania, o mesmo não acontece após 2021, quando ela passa a receber críticas relacionadas ao seu posicionamento político. Não a atacam pessoalmente, falam que votaram nela e não votam mais, que ela traiu seus eleitores ao apoiar Eduardo Leite. Um comentarista, que assina como @Hulliganjrrepete, afirmou: “Deputada que votou a favor de manter o deputado Daniel Silveira preso num ato inconstitucional do tirano STF. Meu voto e da minha família não tem mais.” (BALANÇO GERAL CRICIÚMA, 2021). Chama-nos atenção que perfis como estes, cuja conta no YouTube não tem qualquer vídeo postado, terá provavelmente sido criado apenas com a finalidade de atacar.

Dentre os comentários, encontramos críticas oriundas do campo da esquerda à Geovania, todas se referindo ao seu comportamento marcadamente conservador. Não encontramos nessa plataforma qualquer ataque que pudesse se constituir como violência política de gênero. O que deve ser considerado como tal é o vídeo do pastor, que nunca gravaria um vídeo de desagravo, vestido com roupas de dormir, se o personagem a ser rejeitado fosse um homem. Certamente esse caso nem viria a público.

Considerações finais

Ser mulher na política tem como significado ser desrespeitada, ser interrompida, ser assediada nos espaços de poder. No YouTube, rede social que analisamos, os comentários parecem ser o lugar estrategicamente preferido para os ataques que focalizam o corpo, a feminilidade e a maternidade das mulheres. Note-se, entretanto, que, pela pesquisa que realizamos, são as mulheres de esquerda os alvos primordiais dos ataques nas redes sociais. Isso porque consta no cerne de suas bandeiras a luta pelos direitos e pela emancipação das mulheres, bem como a luta por espaços na política representativa e institucional. Esses aspectos, da mesma forma que explicam os ataques desferidos às mulheres de esquerda, elucidam o porquê as mulheres de direita sofrerem raramente com violência política de gênero, uma vez que para muitas delas as desigualdades de gênero são e devem permanecer desiguais. Não se quer aqui afirmar que as mulheres de direita estejam de fora da mira da violência política de gênero, contudo, a pesquisa com as três parlamentares procurou demonstrar que é preciso discernir entre violência política, o que é comum a todas as pessoas que atuam nesse campo, e violência política de gênero. O que nos pareceu muito evidente no caso da deputada de direita analisada, é que a violência política de gênero não se efetivou em suas redes sociais, mas no confronto político dentro do próprio grupo que lhe apoia. Já para mulheres do campo da esquerda, não parece haver lugar protegido nas redes.

Referências

- AARÃO REIS, Daniel. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n.º 1, p. 1-11, jan./abr. 2020.
- AHMED, Sarah. *La política cultural de las emociones*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.
- ALBAINE, Laura. Obstáculos y desafíos de la paridad de género. Violencia política, sistema electoral e interculturalidad. *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 52, p. 145-162, maio 2015.
- ALBAINE, Laura. *Violencia política de género: leyes y protocolos en América Latina*. Madrid: Fundación Carolina, 2022.
- ARAUJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero Mediações entre participação política e representação democrática. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 36-61, abr./jun. 2016.
- BALANÇO GERAL CRICIÚMA. *Karina Manarin comenta suspensão do apoio da Assembleia de Deus para a deputada Geovania de Sá*. YouTube, 04/10/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vdnsEhl4IyU>. Acesso em: 20/10/2022.
- BOBBIO, Noberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BRAGA, Rodrigo Guimarães Saturnino. Talíria Petrone Soares. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC*, 2019. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/taliria-petrone-soares>. Acesso em: 07/06/2023.
- CANAL UOL. *Deputada Talíria Petrone toma posse na Câmara com filha no colo*. YouTube, 01/02/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ChAdXhZC2g4>. Acesso em: 13/11/2022.
- CARNEIRO, Júlia Dias. Mulher, negra, favelada, Marielle Franco foi de ‘cria da Maré’ a símbolo de novas lutas políticas no Rio. *BBC News Brasil*, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/>

brasil-43423055. Acesso em: 20/09/2022.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. *Maternidade Política com Talíria Petrone*. YouTube, 12/04/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EEQTdIccOfg>. Acesso em: 09/07/2023.

D'ÁVILA, Manuela. Como a gente enfrenta quem grita com mulher? YouTube, 05/09/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aaFORyT-15I&list=PLYQrrlbR_9S_1AV4IffNZz3QBb_WQT03k. Acesso em: 10/10/2023.

_____. Pronunciamento de Manuela d'Ávila vice-presidenta da república na chapa do Lula e Haddad. YouTube, 07/08/2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=pe48sXGmOGQ>>. Acesso em: 10/10/23.

INFORME BLUMENAU. *Deputada Geovania de Sá declara apoio do PSDB de Santa Catarina para Eduardo Leite*. YouTube, 29/09/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JAYKZnThkcs>. Acesso em: 21/10/2022.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. "Gender and political violence in Latin America". *Política y gobierno*, v. 23, n. 1, p. 125-157, 2016.

LONGO, Ivan. *Manuela d'Ávila relembra: fake news do MBL levou à agressão física de sua filha recém-nascida*. *Revista Fórum*, 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/3/10/manuela-davila-relembra-fake-news-do-mbl-levou-agresso-fisica-de-sua-filha-recem-nascida-111326.html>. Acesso em: 04/11/2023.

LUCIANO, Denis. *Pastor da Assembleia de Deus sobre Geovania de Sá: "para mim, você morreu"*. YouTube, 02/10/2021. Disponível em: <https://youtu.be/sEPjEiye4tM>. Acesso em: 20/10/2022.

METRÓPOLES. *Deputada amamenta sua filha enquanto discursa no plenário da Câmara dos Deputados*. YouTube, 21/06/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FirVHzdT670>. Acesso em: 20/10/2022.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n.º 3, p. 725-747, set./dez. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVISKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019. p. 75-97.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PETRONE, Talíria. *A Nossa Maternidade é Política*. YouTube, 22/09/2022a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E0IXA7rfPDM>. Acesso em: 10/07/2023.

ROUSSEFF, Dilma. A misoginia e a manipulação da mídia. In: D'ÁVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre: Instituto E se fosse você, 2022. p. 48-61.

SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

TELLES, Helcimara. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? In: ROCHA, Camila; SOLANO, Esther (Orgs.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 55-89.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.

AS FACETAS DO ÓDIO EM DISCURSOS DIRECIONADOS À MARIELLE FRANCO NO TWITTER/X: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE REDES SOCIAIS⁸⁹

LARA LUCENA ZACCHI

LUIZ AUGUSTO POSSAMAI BORGES

Introdução

Vocês querem nos matar, nos controlar
Vocês não vão nos calar
Mesmo sangrando a gente vai tá lá
Pra marchar e gritar
Eu sou Marielle, Cláudia, eu sou Marisa
Eu sou a preta que podia ser sua filha
Solidariedade, mais empatia
O povo preto tá sangrando todo dia [...]
(MC CAROL, 2018).

[...] Marielle presente
Na ausência do medo
Que já se instaurou
Mas ela sempre foi guerreira
E por nós lutou
Pela representatividade
Que o gueto gritou [...]
(VILLAÇA, 2019).

A epígrafe que abre as discussões deste capítulo expressa reivindicações e denúncias em torno do assassinato de Marielle Franco, à época vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/RJ). Ativista e socióloga, foi morta a tiros no dia catorze de março de 2018 na cidade do Rio de Janeiro, com seu motorista, Anderson Gomes. O crime chocou o Brasil e o mundo e gerou uma onda de manifestações em defesa da democracia e dos direitos humanos. Os versos que iniciam este trabalho ecoam parte das demandas sociais por respostas e por justiça em torno deste crime que ainda não obteve seu pleno desfecho. Perguntas como “Quem matou Marielle Franco?”; “Quem mandou matar Marielle Franco?” estiveram (e continuam) presentes nos discursos e em manifestações públicas de indivíduos e grupos que se posicionaram contra as diversas formas de violações aos direitos humanos, tanto no âmbito nacional, quanto internacional.

⁸⁹ O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Desde seu assassinato, embates foram travados na esfera pública, caracterizando discussões que perpassam pelas pautas de movimentos sociais, por debates jurídicos e políticos e pelos espaços on-line das redes sociais, por exemplo. Nesse escopo, ao mesmo tempo em que muitos indivíduos se solidarizaram com a morte de Marielle Franco e exigiram justiça, outros utilizaram a dimensão pública das redes sociais para disseminar discursos de ódio, racismo e violência contra sua figura e contra as pautas por ela representadas. Travaram-se, assim, disputas narrativas, simbólicas e discursivas no ciberespaço (OLIVEIRA; LIMA; PENTEADO, 2020). Esses embates mobilizaram, ainda, diferentes formas de reivindicações, identificações e representações, de um lado, ao mesmo tempo em que geraram, de outro, a propagação de preconceitos baseados em desigualdades de gênero, sexualidade, raça e classe.

Considerando a complexidade de tais embates em torno do assassinato de Marielle Franco, os quais se inserem como fenômenos da história política recente brasileira e produzem, até hoje, suas continuidades, distintas inquietações vieram à tona. Principalmente, atreladas aos nossos anseios em compreender tais questões, no contexto analisado: *como o discurso de ódio se desenvolve nas redes sociais? De qual maneira ele se expressa? A quais grupos ele se destina?*

Intentando refletir sobre essas questões, buscamos problematizar os padrões de ódio nos discursos proferidos no Twitter/X a partir de comentários direcionados a Marielle Franco e ao seu assassinato. Para isso, nos baseamos na metodologia da história digital, da netnografia e da análise social de redes. A partir desses campos, se torna possível identificarmos como os usuários se comunicam, se identificam e como se comportam em relação à Marielle Franco nas redes sociais, possibilitando, assim, a observação das interações entre usuários, suas práticas e discursos, bem como seus padrões de comportamento.

A utilização da história digital, por sua vez, se ancora em recentes pesquisas do campo. Dentre elas, destacamos as ponderações de Fábio Chang de Almeida (2011), uma vez que o autor sugere metodologias para a análise dos documentos digitais enquanto fontes históricas. Consideramos que essas fontes produzidas no espaço digital possuem um caráter atualista, em sentido próximo à noção de “tempo atualista” (PEREIRA; NICODEMO; ARAÚJO; 2022), na medida em que são atualizadas a todo instante. Nessa dimensão, trabalhar com fontes digitais significa considerar suas possíveis efemeridades, bem como suas abundâncias, fator que implica na necessidade de um recorte que respeite critérios específicos (ALMEIDA, 2011)⁹⁰.

Ressaltando as mídias sociais como espaços propícios para a construção de redes de sociabilidades entre grupos políticos, realizamos, então, um levantamento de comentários voltados à Marielle Franco durante os anos de 2018 e 2023 na rede social Twitter/X. As fontes digitais analisadas se referem a comentários proferidos em três publicações da página oficial de Marielle Franco (2018) e quatro publicações do Instituto Marielle Franco (2023), dentre elas, reportagens de outros perfis oficiais⁹¹. O critério utilizado para a seleção das publicações foi o de se tratarem de postagens

90 Nesse sentido, o tratamento para com os documentos digitais exige certo cuidado, principalmente no que tange seu armazenamento e sua constante atualização. Assim, as fontes digitais utilizadas foram recorrentemente capturadas em imagens e salvas em formato PDF, visando a produção de arquivos pessoais e/ou públicos digitais, tal qual defendido por Fábio Chang de Almeida (2011).

91 O perfil oficial de Marielle Franco no Twitter/X encontra-se ativo, apesar de, desde julho de 2018, não realizar mais nenhuma postagem. O perfil conta com 52.100 seguidores. Pelo fato da equipe que conduzia o perfil ter parado suas atividades em 2018, optamos por selecionar o perfil oficial do Instituto Marielle Franco para as análises do discurso de ódio na atualidade, por ele representar uma página oficial ligada à luta e à memória de Marielle. Este perfil possui 88.100 seguidores e começou suas atividades em janeiro de 2020. Todos os dados citados foram coletados até setembro de 2023 e, posteriormente, salvos em nossos arquivos digitais pessoais.

que rememoram os marcos em relação à data de assassinato de Marielle e Anderson (14/03/2018), e exigem, sobretudo, respostas sobre o crime. Os comentários das publicações foram analisados a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que estabeleceu critérios para evidenciar as disputas travadas a partir do discurso de ódio nas publicações.

Foram entendidos como mobilizadores de discurso de ódio os comentários que expressaram explicitamente alguma forma de violência, fosse ela verbal e/ou que manifestasse defesa e/ou comemoração ao assassinato da vereadora. Nesse sentido, comentários como, “Só lamento pelo motorista...[...].” (TWITTER/X, 2018) e “Tchau Marielle, que outros iguais a você possam ter seu mesmo destino!” (TWITTER/X, 2019), podem exemplificar os tuítes que se associaram à propagação discursiva do ódio a partir da desumanização da vida de Marielle. Na medida em que compreendemos o discurso de ódio como uma forma de performatividade da linguagem, em diálogo com Judith Butler (2021), realizamos as análises entendendo sua capacidade em degradar e humilhar um indivíduo e, ainda, todo um grupo social por ele identificado.

Face a estes exemplos de comentários citados e considerando, então, a dimensão política do espaço das redes sociais, quais devem ser os limites da liberdade em se poder tudo expressar, quando essa expressão não apenas banaliza a violência e a própria vida, como mobiliza a naturalização do ódio e a opressão do outro? Para além de objetivar responder tais questionamentos, pretendemos com este trabalho instigar reflexões sobre este passado recente da violência política, da misoginia e do racismo no Brasil, pensando em suas continuidades nos dias de hoje. Também, intentamos suscitar ponderações sobre a utilização das redes sociais e a dimensão política que ela pode alcançar em um recorte de sociedade cada vez mais conectada⁹².

Ainda, convém afirmarmos que a escolha em analisar o discurso de ódio destinado à Marielle Franco perpassou por nossa inserção no tempo contemporâneo ao vivido por ela. Consideramos, dessa forma, que as indagações lançadas às fontes muito têm a ver com a continuidade das injustiças, com o racismo, desigualdades, violências e impunidades que assolam o tempo presente e que se colocam também como continuidades de um passado recente. Nós, historiadora e historiador, ao passo em que vivenciamos os processos políticos dos últimos anos, não poderíamos deixar de afirmar que o assassinato de Marielle Franco representou um marco na história política brasileira e deixou em aberto lacunas que devem, ao nosso ver, ser cada vez mais tensionadas.

Intentando produzir reflexões nesse sentido, o capítulo se divide em duas partes. A primeira, busca analisar as facetas do ódio direcionado à Marielle Franco nos dois perfis do Twitter/X já referenciados. Como objetivo, buscamos realizar um estudo de caso, ressaltando os principais aspectos que se relacionam aos discursos de ódio proferidos nas fontes, os preconceitos por ele perpetuados e os grupos possivelmente atingidos. Ainda, procuramos destacar as possíveis continuidades e rupturas expressas ao longo dos anos, objetivando contribuir para pensarmos no cenário político recente brasileiro, ainda que sobre um contexto específico analisado. Na segunda parte do capítulo, por sua vez, destacamos o papel das redes sociais na sociedade brasileira contemporânea, pensando na expansão da extrema direita e na propagação de discursos de ódio no mundo digital.

⁹² Ao longo dos últimos anos, distintos trabalhos se propuseram a analisar as violências produzidas no âmbito das redes sociais e dirigidas à Marielle Franco. Entretanto, este trabalho busca analisar dois perfis específicos da rede social do Twitter/X, compreendendo um recorte temporal mais amplo. É dessa forma que este capítulo busca inserir suas reflexões no campo das Ciências Humanas e da historiografia, visando expandir análises e, mais que isso, suscitar reflexões e debates ainda inconclusos.

As facetas do ódio em torno de Marielle Franco

Marielle Franco, durante sua atuação política, enfatizava o racismo, a desigualdade social e a misoginia, por exemplo, como marcadores que estruturam as relações de opressão e desigualdade na sociedade brasileira. Em biografia de seu perfil oficial do Twitter/X, administrado por sua equipe, Marielle foi descrita como “mulher negra, da favela, defensora de Direitos Humanos, socióloga e vereadora do Rio (PSOL)” (TWITTER/X, 2018). A atuação política de Marielle Franco, portanto, se alinhava com suas próprias identidades, visto que ela recorrentemente frisava-se como uma mulher negra, bissexual, feminista e “cria da favela da Maré”, referenciando a potencialidade de suas lutas e do espaço político por ela ocupado. Nesse escopo, defendia os direitos das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, denunciava o racismo e a desigualdade social, o genocídio do povo negro; expondo e questionando as intervenções militarizadas, a violência e a repressão do Estado sobre as comunidades pobres e racializadas. Denunciava recorrentemente a questão da segurança pública, fundamentada, segundo ela, pela “continuidade de uma lógica racista de ocupação dos presídios por negros e pobres, adicionada do elemento de descartar uma parte da população ao direito da cidade” (FRANCO, 2014, p. 126).

Pensar sobre quem foi Marielle Franco, bem como sobre sua atuação política, importa para refletirmos sobre todos os outros sujeitos que se afetaram com seu assassinato, fazendo com que sua imagem se tornasse símbolo de distintas lutas. Nesse sentido, a trajetória política da vereadora, após sua morte, foi reivindicada por movimentos sociais distintos, como o de mulheres, da população negra, da comunidade LGBTQIA+, de grupos de esquerda e em prol dos direitos humanos. Refletir sobre tais aspectos importa também como contexto para analisarmos o próprio discurso de ódio proferido contra sua imagem, ao longo dos anos, em espaços públicos, como os das redes sociais. Nesse sentido, para além da imagem de Marielle Franco, a *quem é* destinada à violência verbal e os discursos de ódio proferidos como ataques em suas redes sociais oficiais? Quais as facetas deste discurso?

Em um comentário de um tuíte realizado em 2018 que referenciava a morte de Marielle em seu perfil oficial, os dizeres “#UmaaMenos”, em forma de *reply*⁹³, exemplificam a violência referida acima. Em forma de *hashtag*, o perfil que realizou tal resposta expressava que, para além de não demonstrar sensibilidade pelo crime ocorrido, ainda comemorou a morte da vereadora, tal qual expresso na Imagem 1:

93 As chamadas *reply* dizem respeito às respostas realizadas em forma de comentários nas postagens do Twitter/X. Em uma tradução literal, a interação poderia ser entendida a partir do verbo “responder”.



Imagem 1: Comentário realizado em postagem feita pela conta oficial do Twitter/X de Marielle Franco⁹⁴.
Fonte: Perfil oficial do Twitter/X de Marielle Franco. Imagem capturada pela autora e autor no dia 24/07/2023.

O perfil que teceu o comentário, em abril de 2018, demarcou violências, ainda mais considerando o conteúdo da publicação postada pelo perfil de Marielle. Este, questionava a falta de respostas em relação à resolução de seu assassinato, e, mais que isso, questionava a constante violência e genocídio de pessoas marginalizadas pelos recortes de raça e classe, fruto da violência estatal. A *hashtag* “#UmaaMenos” pode destacar, para além de um ódio à Marielle Franco, um ódio destinado às pessoas que sua luta defendia: uma mulher a menos; uma pessoa periférica a menos; uma pessoa negra a menos; uma defensora dos direitos humanos a menos. Pode produzir diferentes identificações e se destinar a diferentes pessoas. Convém mencionar que a *hashtag* mobiliza uma alusão à campanha feminista latino-americana “¡Ni una a menos!”, sendo capaz de produzir, inclusive, um ataque que se destinaria a luta deste movimento que foi travado, sobretudo, nas redes sociais (MARQUES, 2019). Uma vez que este movimento transnacional se colocou no cerne do enfrentamento à contínua violência contra as mulheres na América Latina (MARQUES, 2019), a *hashtag* pode reforçar valores antifeministas, sustentados também pelo racismo.

A violência e o ódio presentes no comentário se intensificam se considerarmos a forma operacional das redes sociais, em que as *hashtags* atuam como uma maneira de atingir um número maior de usuários. Nessa lógica, são mais divulgadas que outros comentários, e a amplitude de seu alcance tende a ser maior, sendo inclusive acessadas por perfis que não seguem, necessariamente, a conta que realizou a publicação. Em concordância com Inês Signorini (2022), as *hashtags* podem ser utilizadas para embasar um comportamento de “cascata” no espalhamento do discurso de ódio no ciberespaço, delimitando a categoria específica do *cyberhate*⁹⁵. Por conseguinte, as *hashtags* permi-

94 Optamos por deixar em anônimo apenas a foto do perfil que realizou o comentário, pelo fato de não vermos necessidade em expor a imagem da pessoa, considerando as dimensões éticas do trabalho com indivíduos que compartilham o mesmo tempo presente que nós. Com relação ao nome do perfil que realizou tal comentário, optamos por não deixar em anônimo por se referir a um perfil de acesso público nas redes sociais. Ainda mais, considerando que o nome do usuário nos parece um nome fictício, um pseudônimo, fato que instiga diversas questões caras à pesquisa histórica. Tal decisão encontra-se alinhada ao manual “Social media research: a guide to ethics” (TOWNSEND; WALLACE, 2016), utilizado e referenciado por Signorini e Lucena (2023).

95 Em tradução literal ao português, a categoria é definida como “cyber ódio”.

tem construir redes de identificação que se baseiam em diferentes formas de “fobias e preconceitos” (SIGNORINI, 2022). Em concomitância, a *reply* analisada expressa a relativização da própria vida através dos dispositivos do ódio, que diminuem a existência do outro, aqui baseando-se em estruturas racistas, reforçando uma “alteridade desumanizada”, tal qual debatida por Sueli Carneiro (2023). É sob esta perspectiva que podemos considerar que o *cyberhate* pode se articular com o conceito de *misogynoir* (SNYDER, 2022) – a ideia de uma opressão que interconecta a misoginia e o racismo –, ou, ainda, com as noções cunhadas por Lélia Gonzalez (2020), no sentido do entendimento das opressões firmadas pela misoginia e pelo racismo como componentes das relações presentes na sociedade brasileira.

Outro aspecto que chama atenção são os chamados *emojis*⁹⁶ escolhidos pelo usuário que proferiu o comentário. Os *emojis* “🙄🙄🙏🇧🇷🙄🙄🙄👉👉👉” podem se configurar como “classificações simbólicas” (SIGNORINI; LUCENA, 2023), produzindo uma gama de sentidos e discursos. Tais *emojis* permitem interpretações que envolvem a defesa do fundamentalismo religioso, do patriotismo, da família e da violência. É provável que esta última se refira ao gesto de “arminha”, tão presente nas campanhas eleitorais bolsonaristas em 2018, a qual, ainda que de forma implícita, mobiliza a imposição de uma ameaça. Podemos considerar que, assim como nesta fonte, outras contribuem para a noção de que muitos dos perfis que destilaram discurso de ódio contra Marielle Franco possuíam alinhamento com ideais bolsonaristas. Dessa forma, travaram disputas cujos interesses perpassam pela equiparação da violência vivida por Marielle com outros episódios da história recente, buscando, assim, uma possível relativização de seu assassinato.

Nesse sentido, destacamos dois comentários: “Fora esquerda lixo!!! Acabou!!! Quem@mandou matar Bolsonaro?? Presidente!!!!” (TWITTER/X, 2020); “QUEM MANDOU MATAR O NOSSO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO?” (TWITTER/X, 2023). Ainda que realizados em contextos diferentes (2020 e 2023, respectivamente), ambos comentários citam o nome de Bolsonaro em uma publicação que em nada se referia à sua figura, trazendo elementos enfáticos, como o uso de frases em *capslock*⁹⁷ e a sequência de pontos de exclamação. Atacam explicitamente, não apenas a figura de Marielle Franco, como os movimentos e grupos políticos da esquerda brasileira. A partir do discurso de ódio, podem, ainda, desviar o foco público de questões relevantes associadas à justiça em torno do caso de Marielle. Essa disputa discursiva emerge de um contexto de polarização, ao mesmo tempo em que o fortalece, onde discursos de ódio tensionam a opinião pública em torno da imagem de Marielle, inclusive a partir da desinformação e da propagação de *fake news* (SOARES; VIEGAS; SUDBRACK; RECUERO; HUTTNER, 2019).

Ao longo da análise das publicações⁹⁸, e, conseqüentemente, dos comentários proferidos, pudemos inferir algumas considerações. Durante o contexto das três publicações estudadas realiza-

96 Os chamados *emojis* são ícones/ideogramas em forma de figuras, comumente utilizadas para representar e/ou ilustrar determinada ideia expressa nas redes sociais.

97 Nas redes sociais, o uso do *capslock* pode se referir ao ato de uma expressão mais enfática que a fala, podendo significar o ato de gritar, por exemplo.

98 Na tentativa de quantificar parte do cenário das disputas discursivas em torno do assassinato de Marielle Franco nas redes sociais, realizamos uma tabela com o levantamento dos *tuites* analisados por nós, considerando as escolhas e os recortes metodológicos já expostos, em diálogo com a história digital e a análise social de redes. A tabela serviu para pensarmos a quantidade de comentários que frisam algum tipo de discurso de ódio e/ou violência verbal sobre a vida e a morte de Marielle Franco, em comparação aos comentários empáticos com suas causas. Assim, possibilitando uma reflexão sobre a dimensão das referidas disputas travadas a partir de comentários no Twitter/X.

das em 2018 pelo perfil oficial de Marielle houve um maior percentual de *replies* que mobilizaram o discurso de ódio em algum sentido. Percentual esse que compreende, aproximadamente: em 1, 54,5%; em 2, 43,75%; em 3, 50% com relação aos comentários que mobilizaram outros conteúdos. Já nas publicações realizadas em 2023 pelo perfil do Instituto Marielle Franco, percebemos uma menor frequência dessas *replies*, cujos números compreendem, respectivamente, uma ocorrência em sete comentários (14,29%) e nenhuma ocorrência em dois comentários (0%). As mudanças expressam uma maior mobilização de comentários de apoio quando se tratando das *replies* destinadas às publicações originais do Instituto Marielle Franco em 2023, bem como uma diminuição na disseminação dos discursos de ódio e *fake news* ao longo dos anos.

Considerando o pressuposto de que o discurso é historicamente situado, e que as práticas e discursos dos indivíduos estão dentro de um quadro mais amplo de questões sociais e políticas (BURKE, 1992), nossa hipótese inicial para esta mudança se deu a partir do entendimento de que os dois contextos analisados compreendem diferentes momentos da história e da política brasileira. Este recorte acompanhou o agravamento de uma crise econômica neoliberal, o fortalecimento de grupos da extrema direita e, ainda, um contexto de pandemia que produziu consequências na aceleração e na ampliação do uso da internet e das redes sociais. Além disso, compreendeu duas campanhas eleitorais (2018 e 2022) onde o discurso de ódio e as *fake news* foram amplamente disseminadas em prol de campanhas políticas⁹⁹. Ao mesmo tempo, a luta pública por esclarecimento sobre a execução de Marielle mobilizou setores da sociedade, ainda mais considerando as constantes execuções de defensores dos direitos humanos e a perpetuação da violência de Estado, incluindo o genocídio da população baseada na necropolítica.

Se os discursos mobilizados compreendem momentos que se divergem – o que pode acarretar consequências na forma em que os grupos sociais se mobilizam em torno de uma causa – a maior quantidade de apoio no Twitter/X à Marielle em 2023 poderia se relacionar com alguns fatores. Por exemplo, de que em 2023 haveria um maior alcance e uma maior sensibilização em torno de seu assassinato, somado às constantes injustiças e violências disseminadas durante o contexto estudado e às investigações em torno de sua execução. Dado o fato de termos analisado um número limitado de tuítes¹⁰⁰, tais argumentos nos emergem enquanto hipóteses em aberto. Porém, é entendido que nem o discurso de ódio, nem o racismo, nem a violência de gênero e nem a disseminação de *fake news* contra a figura de Marielle se encerrou com o tempo. Segundo Albuquerque, Faria e Oliveira (2022), as *fake news* são utilizadas até hoje, neste caso, para compor um “enredo de difamação permanente” as quais, no processo difamatório de Marielle Franco, contribuíram para o “extermínio simbólico de indivíduos e coletividades”.

Diante deste fato e da brusca diminuição de comentários de ódio voltados à página do Instituto Marielle Franco, ampliamos a análise incluindo postagens realizadas por outrem e repostadas pelo perfil do instituto, postagens essas que também cobram por justiça e resposta e rememoram o marco de 5 anos de assassinato da Marielle. Tais postagens foram realizadas pela atual vereadora de São Paulo, Erika Hilton, e por Anielle Franco, atual ministra da Igualdade Racial e irmã de Marielle Franco. Mesmo que brevemente, podemos confirmar que o discurso de ódio voltado à Marielle não

99 Sobre as *fake news* na campanha de 2018, ver mais em: ALMEIDA, 2018.

100 Tais limitações se deram, principalmente, pelo espaço deste trabalho. Ainda, destacamos aqui uma das lacunas que podem ser exploradas em trabalhos futuros que se proponham a realizar análises quantitativas e qualitativas de ainda mais tuítes.

diminuiu com o tempo, mas mudou de alvo, estando também destinado às pessoas que representam a atual política do país, com destaque específico às mulheres; mulheres de esquerda que militam pelos direitos humanos, que fazem parte da comunidade periférica, negra e LGBTQIA+. Os perfis que destilam o ódio demarcam, para além de uma violência política de gênero, uma violência estruturada pelo racismo, aspectos esses fortemente presentes no cenário de ascensão de grupos da extrema direita brasileira, cujo caráter conservador foi, frequentemente, posto à tona.

Redes sociais e a nova direita brasileira

A internet oferece espaços para o acesso e compartilhamento de informações entre os usuários, ajudando na difusão de ideias diversas, tornando-se uma arena vital nos dias de hoje. Nessas interações nas redes sociais, ocorrem diversas relações sociais, culturais e subjetivas. Essas mudanças podem ser vistas nas formas como os atores sociais se expressam, se relacionam, se organizam e se percebem hoje no mundo, através das redes sociais e do mundo virtual (WASSERMAN; FAUST, 1994; FREEMAN, 2004; ACIOLI, 2007).

É através das interações feitas por cada um de nós, atores sociais, em nossos respectivos laços relacionais na internet, que ocorre a formação de grupos e redes. As redes sociais digitais, diferentemente das redes sociais tradicionais ou analógicas, expandem a dimensão espacial de nossas interações e possibilidades, proporcionando uma ampliação e conexão nas relações sociais, culturais e afetivas com pessoas e informações em várias partes do mundo. Embora tudo isso esteja cada vez mais rápido e no alcance de nossas mãos, este desenvolvimento técnico-informático nem sempre implica melhorias nas relações sociais, em termos éticos e políticos (WASSERMAN et al., 1994; FREEMAN, 2004; ARRUDA, 2011)

A formação da nova direita no Brasil teve início após o auge da popularidade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato (2003–2007), com os escândalos e processos que envolveram o Mensalão, em 2005. Nesse período, a vergonha em se dizer de direita começou a se dissipar, sobretudo a partir das redes sociais. Nesse sentido, foi especialmente importante o surgimento da rede social Orkut um ano antes, em 2004, que acabou por se tornar um espaço importante nas arenas discursivas que dariam origem à nova direita brasileira (ROCHA, 2021).

De acordo com Camila Rocha (2021), a nova direita que emerge nos anos 2000 se define de uma forma mais evidente no debate público, através de um amálgama de ideais: o ultraliberalismo-conservador¹⁰¹, que serviria para derrotar a “hegemonia cultural esquerdista”. Durante o primeiro governo Lula, as comunidades do Orkut, assim como blogs e demais fóruns da internet existentes na época¹⁰², concederam espaços para a ampliação de vozes do campo direita, atraindo simpatizantes, da classe média e alta, que tinham acesso à internet na época. Nesse momento, portanto, a nova direita perdeu parte da vergonha de se afirmar como tal e sinaliza críticas ferrenhas ao pacto democrático de 1988. Assim, a internet e as redes sociais foram fundamentais para a formação da

101 Se tratando dos debates da extrema direita e do neoliberalismo, esses grupos defendiam teorias econômicas e morais antigas, porém, nas redes sociais, buscaram dar uma roupagem mais digital e moderna, apropriada aos dias de hoje (ROCHA, 2021).

102 Vale lembrar que um dos primeiros passos da extrema direita foi dado ainda no fim dos anos 1990, com a criação do blog de Olavo de Carvalho. Contando com a colaboração de outros críticos do marxismo e da esquerda nacional, no ano de 2002, Carvalho publicou *O imbecil coletivo* e criou, em 2004, o site *Mídia Sem Máscara*, fazendo com que passasse a se tornar mais conhecido pelos brasileiros que possuíam acesso à internet na época (ROCHA, 2021).

nova direita no Brasil, permitindo que pessoas, com ideias semelhantes, se conectassem e trocassem informações e opiniões no mundo virtual (ROCHA, 2021).

A partir desse momento, e com a popularização e barateamento de smartphones e internet ao longo da década de 2010, a nova direita passou a utilizar a internet como uma ferramenta para disseminar suas ideias e mobilizar novos seguidores. A nova direita no Brasil teve um papel importante durante as manifestações de junho de 2013, quando grupos, como os Revoltados Online e Movimento Brasil Livre (MBL), utilizaram a internet e as redes sociais para mobilizar manifestantes e disseminar suas ideias contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (ROCHA, 2018).

O radicalismo político no Brasil vem crescendo desde as Manifestações de 2013, passando pelas Eleições de 2014, o Golpe de 2016 e as Eleições de 2018 e 2022. Esse radicalismo se apresentou de diversas formas, tanto no mundo real quanto nas redes sociais. Na realidade, o radicalismo político exprimiu-se em atividades violentas, incluindo ataques às sedes dos partidos, hospitais e à esquerda no geral. Já no mundo virtual, o radicalismo político nas redes sociais expressou-se em ataques pessoais, na divulgação de notícias falsas e em discursos de ódio. Manifestou-se também na polarização política, dividindo a sociedade brasileira em dois grupos opostos, na lógica do fascismo do “nós e eles”. No perfil de Marielle, em março de 2018, tinha vários exemplos que refletiam o cenário político do Brasil, como neste comentário poucos dias após seu assassinato:

Quantos mais pais de família tem k morrer nesse país que estava abandonado, nas mãos de nazistas, onde seu chefe tá preso! Nossas universidades e tantos outros meios que foram invadidos, e a lavagem cerebral feita?! Partido das Trevas Socialistas hipócritas!! O Brasil é nosso! (TWITTER/X, 2018).

O pânico moral e a criminalização da esquerda, sobretudo ao PT, eram a tônica deste momento em 2018. Camila Rocha (2021) destaca a importância da política do choque como uma estratégia utilizada pela nova direita para chamar a atenção para suas ideias e mobilizar seguidores. Esse método muitas vezes envolvia, e ainda envolve, a utilização de discursos polêmicos e controversos, disseminados por meio da internet e das redes sociais. Ainda poucos dias da sua morte, comentários racistas e classistas eram comuns: “Talvez a resposta esteja no morro, porque vc não pergunta aos traficantes de onde vc mora, ou não mora mais no morro” (TWITTER/X, 2018).

O termo *misogynoir*, misoginiapreta em português, é particularmente interessante para compreender o ódio destinado a mulheres negras. Refere-se à combinação de misoginia e racismo, ou seja, a discriminação e o ódio dirigidos especificamente a mulheres negras. Cara Snyder (2022) nos explica que, em 2008, a professora Moya Bailey criou o termo *misogynoir* para descrever a violência e o assédio que as mulheres negras enfrentam tanto on-line quanto off-line. Bailey aborda o tema em seu livro “*Misogynoir Transformed: Black Women’s Digital Resistance*”.

Nos últimos anos, um fenômeno preocupante que se observa em todo o mundo é o crescimento da supremacia branca e da extrema direita nas redes sociais. Esses grupos usam as redes sociais para propagar suas crenças racistas e xenófobas, atrair novos membros e planejar atos violentos. Eles também usam as plataformas para assédio e intimidação (SNYDER, 2022).

No Brasil, as eleições e a vitória de Jair Bolsonaro à presidência da república foram um marco importante na formação da nova direita brasileira através da internet e das redes sociais. Bolsonaro utilizou as redes sociais intensamente durante sua campanha, divulgando suas ideias, propostas e *fake news* aos/às eleitores/as. Sua retórica polêmica, autoritária e sem filtros conquistou, e ainda

conquista, uma base de seguidores que se identificavam com suas ideias e propostas conservadoras e radicais (ROCHA, 2021).

Essa postura do ex-presidente Bolsonaro, autorizou, em boa medida, sua base de apoio a agir similarmente, utilizando a justificativa constitucional da liberdade de expressão para espalhar ódio e preconceito. Poucos dias do assassinato da morte de Marielle, comentários como estes eram comuns no período: “ta vendendo peneira com sua cara estampada. #lutacontramiliciano” (TWITTER/X, 2018), “O PSOL foi responsável pela morte do cinegrafista da BAND financiando os BLACKBLOCS, o PSOL é o partido pelo qual o esfaqueador de BOLSONARO fazia parte... enfim !” (TWITTER/X, 2018) e “Povo vagabundo, quantos morreram e ninguém lembra? ai morre uma petista aí ficam nessa viagem...” (TWITTER/X, 2018).

No Brasil, apesar da crença popular de que o anonimato explicaria a facilidade com que declarações racistas e preconceituosas podem ser propagadas na internet (QUADRADO; FERREIRA, 2020), foi possível ao longo da nossa investigação constatar o uso explícito de contas pessoais, com vínculos com a extrema direita, em especial o bolsonarismo, na propagação de mensagens de ódio, tanto em 2018, como nos dias de hoje em 2023¹⁰³.

Muitas das falas que observamos nos dão ferramentas analíticas para problematizar a sociedade brasileira contemporânea. Se nos debruçarmos nos comentários que vimos no Twitter/X, constatamos que a internet acaba simulando a realidade das brutais desigualdades do nosso país, sendo também palco discursivo da nova direita brasileira. Em nossas investigações, além de comentários racistas, classistas, LGBTQIA+fóbicos, buscavam também diminuir a vida de Marielle, como já exposto. No aniversário de cinco anos da morte de Marielle, em março de 2023, ainda havia muitos comentários odiosos, como: “5 anos enchendo o sac0 e no final das contas essa militante nada produziu para a nação”, “Procura o mandante entre ‘amigos’” (TWITTER/X, 2023) e “Mulheres negras, bissexual, mãe, etc. são mais especiais do que brancas, heterossexual, sem filhos? Todo crime deve ser investigado, mas infelizmente. Uivos não são solucionados. Quem mandou andar com bandidos?” (TWITTER/X, 2023).

Na internet, o preconceito se amplia especialmente no mundo virtual. As redes produzem espaços de validação e propagação do seu ódio, um sentimento de grupo, já que possuem ideias e comportamentos em comum. Nesses laços relacionais dos/as atores sociais conservadores e da extrema direita, formam-se bases para formação de redes de ódio, enquanto membros de uma identidade, racionalidade e grupo em comum. Além disso, é possível constatar que nas redes sociais as pessoas perdem a vergonha e o medo de cometerem crimes na escrita de seus comentários.

Considerações finais

Ao longo de nossas análises tivemos acesso a discursos claramente criminosos. Atualmente, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) está examinando dois processos relacionados à regulação e criminalização das redes sociais. Em um dos casos, o ministro Luís Roberto Barroso sugeriu uma legislação que criminalize a propagação de discursos de ódio nas redes sociais. No outro processo,

103 Não cabe a este capítulo dar conta dessas discussões quantitativas, porém, é importante ressaltar que havia perfis públicos pessoais.

o ministro Alexandre de Moraes sugeriu a criação de um mecanismo para moderar o conteúdo das redes sociais.

Quando o STF tomará uma decisão sobre esses processos permanece incerto. Mas a criminalização e a regulação das redes sociais são questões importantes para o fortalecimento da democracia no Brasil. Até que ponto a liberdade de expressão pode ser utilizada como justificativa para ofender e violentar o outro? Apesar de não haver leis específicas sobre as redes sociais, muitos comentários poderiam se enquadrar em outros crimes já em vigência no Brasil, como: injúria, calúnia, difamação, apologia ao crime, discriminação racial, ameaças e agressão. No caso de Marielle, os discursos de ódio foram utilizados para atacar sua trajetória política, identidade e memória. A vereadora foi acusada de ser uma terrorista, traficante e defensora da criminalidade, entre outras acusações. Essas acusações, baseadas em preconceitos e mentiras sobre sua identidade, foram difundidas pela extrema direita nas redes sociais.

A partir dos comentários que vimos, percebemos haver disputas e discussões a todo momento nas redes, e muitas pessoas parecem estar dispostas a rebater qualquer opinião divergente. Esse tipo de comportamento, e a lógica dos algoritmos encarregados de divulgar e organizar as redes sociais, estão diretamente relacionados com a popularização da intolerância e radicalismo na contemporaneidade, sobretudo no Brasil, nos últimos vinte anos, com ascensão da direita e da extrema direita.

Referências

- DE ALMEIDA, Fábio Chang. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011.
- ALMEIDA, R. Q. Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. *Ciência e Cultura*, v. 70, n. 2, p. 9-12, 2018.
- BUTLER, Judith. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Trad. de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo. Editora Unesp Digital, 2021.
- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Informação & Informação*, Londrina, v. 12, p. 8-19, 2007. Número especial.
- ARRUDA, Gisele Regina Paes de. *Movimentos Sociais no Ciberespaço: Uma Investigação sobre o Ciberativismo*. Mestrado - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 115. 2011.
- BURKE; Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- BOAVENTURA, Luis Henrique; DE FREITAS, Ernani Cesar. Encenação e ubiquidade no Twitter: a intolerância dos discursos sobre Marielle Franco. *Letrônica*, v. 13, n. 2, p. e35963-e35963, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CAROL, MC. Marielle Franco (Desabafo). S/C: Baile Sounds, 2018. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/3kT93PwAxAgw5ZzJHCsZek?si=xQG6q-YiRvic67Xux3qBkA>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- DE ALBUQUERQUE, Andréa Moreira Gonçalves; DE FARIA, Evangelina Maria Brito; OLIVEIRA, Christiane Maria da Bôa Viagem. Um Olhar sobre as Fake News e o Enredo da Difamação de Marielle Franco. *Revista Linguagem & Ensino*, 2022, 25.3: 4-30.

- FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- FREEMAN, Linton. 2004. *The Development of Social Network Analysis: A Study in the Sociology of Science*. Vancouver, Empirical Press, 218 p.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- KOZINERTS, Robert V. *Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre, Penso, 2014.
- LYRIO, Camili Rodrigues; CORRÊA, Júlia; FAGUNDES, João Vitor Marques; QUADRADO, Jaqueline Carvalho. Netnografia das redes: como as redes sociais moldam o comportamento social e político. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 5, n. 1, p. 101-118, 2023.
- MARQUES, Brenda Moreira. A atuação do movimento Ni Una Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional na luta contra a violência de gênero na Argentina (2014-2016). *Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais*, 18(35), 62-87, 2018.
- PEREIRA, Néli. Redes sociais validam o ódio das pessoas, diz psicanalista. *BBC Brasil*, São Paulo, 10 jan. 2017. Não paginado. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38563773>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- PERRONE, Cláudia Maria; PFITSCHER, Mariana de A. Discurso de ódio na internet: pontuações metodológicas. In: *Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*. 2017. p. 1-6.
- QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. *Revista Katálysis*, v. 23, p. 419-428, 2020.
- RAZEN, J. Justificando, 2015. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2015/04/16/o-que-ha-de-real-no-racismo-virtual/>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. Todavia, 2021.
- ROCHA, Thalita Souza. *Mulheres negras e internet: do racismo ao ativismo*. 2017. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)–Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SILVA, Luciana Soares da; CANO, Márcio Rogério de Oliveira; O Discurso Racista na Internet: Uma Análise dos Comentários, p. 61 -82. In: *Discurso, Cultura e Negritude – Discurso e Cultura*, Vol. 4. São Paulo: Blucher, 2021.
- SILVA, Rosimeri Aquino da; SANTOS, Jennifer Simpson dos. Marielle Franco, abjeção e vulnerabilidade compartilhada. In: FACHINETTO, Rochele Fellini; SILVA, Rosimeri Aquino; SEFFNER, Fernando. *O gênero da violência: contribuições analíticas em contextos contemporâneos*. Porto Alegre: CirKula, 2022. p. 101-117.
- SIGNORINI, Inês, ed. *Language Practices of Cyberhate in Unfolding Global and Local Realities*. Cambridge Scholars Publishing, 2022.
- SIGNORINI, Inês; LUCENA, Maria Inez. Linguagem e economia política em ativismos no twitter sobre o uso de “linguagem neutra”. *Revista da Abralin*, v. 22, n. 1, p. 1-29, 2023.
- VILLAÇA. Marielle Presente. S/C: Villaça Music, 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/4gUTqbJS0dMcBDTm7C30pN?si=mUIJ2W4JQqisyP1AXbi4dQ> Acesso em: 20 ago. 2023.
- WASSERMAN, Stanley.; FAUST, Katherine. 1994. *Social Network Analysis. Methods and Applications*. Cambridge, Cambridge University Press, 857p.
- SNYDER, Cara K. Navigating Online Misogyny: Strategies, Methods, and Debates in Digital Feminism. *Feminist Studies*, v. 48, n. 3, p. 776-789, 2022.

NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIOS NA INTERNET DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: COMENTÁRIOS, PERCEPÇÕES E COMOÇÃO¹⁰⁴

PEDRO AUGUSTO AGUIAR E SILVA
RAYANE PEREIRA ASSUNÇÃO
CLÁUDIA MAIA

Entre janeiro de 2020 e maio de 2023, período em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu o início e o fim da Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional, o mundo viveu uma pandemia de proporções jamais vistas. Oficialmente reconhecida em 11 de março de 2020, a pandemia da COVID-19 obrigou governos a estabelecerem medidas de contenção do vírus que se espalhava rapidamente. Dentre essas, surgiram as medidas de distanciamento social, especialmente o *lockdown*, acionado no Brasil unilateralmente pelos governos estaduais, iniciando-se pelo Distrito Federal em 11 de março de 2023. Enquanto se esperava a criação de uma vacina, essa medida se mostrou a mais eficaz, no entanto, ela ocasionou o agravamento de desigualdades e conflitos previamente existentes, dentre eles a violência doméstica. Muitas mulheres, para além dos sentimentos e dores vivenciadas pela maior parte da população, como medo, insegurança, luto pela perda, desemprego e ansiedade, também tiveram que conviver com a violência física e psicológica, especialmente em casa, uma vez que o confinamento obrigou o convívio mais intenso por mais tempo com os agressores. Nesse viés, o acirramento da violência doméstica contra mulheres e meninas levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a lançar um documento de alerta aos governos quanto ao aprofundamento das desigualdades de gênero e recomendar uma série de medidas para o enfrentamento da violência contra mulheres durante a pandemia (ONU, 2020; MAIA, 2020).

Em 16 de abril de 2023, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou um relatório com números da violência de gênero relativos ao primeiro mês da pandemia. A partir de dados de registros fornecidos pelas secretarias estaduais de Segurança Pública, foi verificado que, em comparação com o primeiro semestre de 2019, houve uma diminuição de 9,9% nos registros de lesão corporal dolosa com vítimas do sexo feminino; 15,8% nos registros de ameaça e 22,2% nos registros de estupro. Em contrapartida, houve aumento de 3,8% na quantidade de ligações para o disque denúncia 190, relativas à violência doméstica (FBSP, 2020b). Ao analisar relatos de brigas de casais publicados na internet por meio de redes sociais no mês de março, verificou-se um aumento de 431% em relação às menções de março de 2019 (FBSP, 2020a). A divulgação dessa

104 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradecemos à Fapesc, ao CNPq e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

pesquisa acendeu o alerta das autoridades e especialmente da grande mídia, que passou a dar uma atenção maior ao fenômeno da violência doméstica e influenciar iniciativas para proteger mulheres em perigo. Os dados da pesquisa indicam, por um lado, que, na prática, não houve diminuição na violência em si, mas apenas nos seus registros, uma vez que os serviços de atendimento ficaram fechados ou com horários mais restritos; além das dificuldades de acioná-los devido ao isolamento, ao convívio com o agressor e aos vários níveis de insegurança provocados pela situação da pandemia, dentre elas a insegurança econômica. Os dados da pesquisa do FBSP chamaram a atenção também para duas outras importantes questões que mobilizaram esse artigo.

Primeiro, o aumento assustador do número de feminicídios registrados no primeiro mês de confinamento. Em comparação com o mês de março de 2019, houve aumento em cinco dos seis estados pesquisados, com destaque para o estado do Mato Grosso, que registrou em março de 2020 um aumento de 400% no número de feminicídios (FBSP, 2020a).

O feminicídio tem sido verificado como o último estágio de um *continuum* de violências sofridas por uma mulher numa relação íntima. Como um conceito, começou a ser elaborado pelas feministas ainda nos anos de 1970 para denunciar os assassinatos de mulheres, muitos dos quais impunes, sob a alegação de crimes da paixão que obscureciam relações de poder, de posse, de dominação, mas também de menosprezo dos homens sobre as mulheres. De maneira mais ampla, o conceito de feminicídio é utilizado para designar o “conjunto de violências dirigidas especificamente à eliminação das mulheres por sua condição de mulher” (SEGATO, 2016, p. 141), mas também para denunciar a impunidade que cerca essas mortes. Nesse tipo de crime, o que se procura eliminar não é apenas o corpo de uma mulher especial, mas os signos do feminino presentes nesse corpo, por isso, os feminicídios são crimes de ódio dirigidos não a uma mulher em específico, mas aos corpos feminilizados, inclusive os de mulheres trans (MAIA, 2019)¹⁰⁵. No Brasil, o feminicídio foi qualificado pela Lei n.º 13.104 de 2015, como homicídio motivado por “razões da condição de sexo feminino”; desde então, verifica-se um número sempre crescente nos registros; nota-se também que, embora “as razões da condição de sexo feminino”, ou em outras palavras, das relações de poder constituintes das representações de gênero que movem esses crimes, sejam variadas, na prática – nos discursos da grande mídia, na concepção/enquadramento de autoridades policiais e na apreensão do grande público – os sentidos em torno do feminicídio continuam associados aos chamados “crimes da paixão”, e o comportamento da mulher o seu principal determinante¹⁰⁶.

A segunda questão que a *Nota Técnica sobre a violência doméstica durante a Pandemia da COVID-19* do FBSP (2020a) suscitou foi a importância da internet, aqui em especial das redes sociais, para visibilizar e discutir a violência contra mulheres, a qual na maioria não chega ao conhecimento das autoridades e conseqüentemente do registro oficial. Em parceria com a empresa de análise de dados e redes sociais Decode, o FBSP realizou um monitoramento no Twitter entre fevereiro e abril de 2020; foi coletado um universo de pouco mais de 52.000 (cinquenta e duas mil) menções contendo algum indicativo de briga entre casais vizinhos; em seguida foi realizada

105 Embora mais comum nas relações íntimas, o feminicídio também ocorre em contextos marcados pela impessoalidade, conforme defende Rita Laura Segato. Ela chama a atenção para o caráter cada vez mais frequente e sistemático de assassinatos de mulheres por desconhecidos ou fora de relações pessoais como resultado das novas formas de guerra que caracterizam os cenários bélicos no mundo atual. Para aprofundar esse debate cf. Segato, 2016.

106 Para uma análise da construção da concepção dos chamados “crimes da paixão” no âmbito do direito e dos tribunais, consultar o clássico livro de Mariza Corrêa, *Os Crimes da Paixão* (1981)

uma filtragem com foco apenas nas mensagens que indicassem a ocorrência de violência doméstica, resultando em 5.583 (cinco mil, quinhentas e oitenta e três) menções; 53% destas ocorreram no mês de abril quando a maioria dos estados já havia decretado *lockdown* (FBSP, 2020a, p.11–12). Um dos relatos registrados na pesquisa informa:

Gente os vizinhos estão brigando e a mulher dele tá berrando e to preocupado pq ta bem pesado já vou ficar com o telefone da polícia.” (relato de usuário em redes sociais)

Comentários como esse em redes sociais evidenciam, conforme destaca o FBSP, que a percepção de agentes externos sobre os episódios possibilita que eles denunciem possíveis crimes e que seja assegurada às vítimas as medidas de proteção. Por outro lado, os comentários em redes também podem contribuir para reforçar estereótipos que atuam para justificar e naturalizar a violência às mulheres.

Devido a essas questões, este artigo tem por objetivo analisar notícias de feminicídios publicadas na internet durante a pandemia no período compreendido entre janeiro de 2020 a dezembro de 2021. Selecionou-se para análise a página do Portal *G1* do Estado de Minas Gerais, por ser um dos principais jornais de notícia disponibilizados virtualmente na região, e três dos noticiários on-line mais populares em Montes Claros, na região Norte do Estado, sendo eles *Moc Alerta*, *Moc News* e *Moc Urgent*.

Metodologia

Para a construção da presente pesquisa, inicialmente foram analisadas todas as notícias veiculadas no Portal *G1*, cujo endereço eletrônico é www.g1.globo.com, que envolvessem casos de feminicídio nas modalidades tentada ou consumada, exclusivamente de cidades do Estado de Minas Gerais. A escolha do *G1* se deu por ser um portal de notícias conhecido e veiculado em praticamente todas as regiões do Estado, devido a parcerias entre emissoras locais e a Rede Globo. Cabe informar, ainda, que as notícias do *G1* Minas Gerais são categorizadas por regiões, sendo elas: Belo Horizonte e região, Centro-oeste, Grande Minas, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Vales de Minas Gerais e Zona da Mata.

Para tanto, foi aplicado mês a mês, ao longo do período da pandemia compreendido entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021, um filtro na pesquisa por palavras-chave no *G1*, para encontrar todas as notícias que trouxessem os termos “feminicídio” e “mulher” e se relacionassem a casos ocorridos em Minas Gerais. A pesquisa por palavras-chave foi executada diretamente na página principal do *G1*, na aba “filtrar por data”, contudo, após a aplicação dos filtros de maneira manual, as notícias redirecionam o usuário à página correspondente a cada região do Estado.

Foram localizadas 83 (oitenta e três) notícias veiculadas no *G1* em cidades de MG, cada uma relatando o caso de uma vítima de feminicídio, na modalidade de tentativa ou consumação. Além disso, as notícias concentraram crimes praticados em 50 (cinquenta) municípios mineiros distintos, e vítimas das mais variadas idades, sendo a mais nova com um ano e dois meses e a de idade mais elevada com 61 (sessenta e um) anos.

Em seguida, as notícias foram analisadas por completo, desde o título até o corpo do texto e comentários, se houvesse algum. Foram coletados os dados para quantificação a partir dos seguintes recortes: data de ocorrência do fato, cidade, local, forma de cometimento do crime, nome da

vítima, idade, cor, profissão, número de filhos e parentesco ou grau de relação com o autor; bem como nome do agente do crime, idade, cor, profissão, número de filhos e parentesco ou grau de relação com a vítima. Também foram coletados todos os links das páginas analisadas. Em geral, as notícias do *GI* são relativamente curtas, portanto, nos casos em que não foi possível localizar algum dos parâmetros de análise estabelecidos, o campo foi preenchido com “não há”, indicando que o portal não trouxe essa informação.

Após a coleta e classificação dos dados, foi copiado o título e o corpo do texto de cada uma das notícias, para ser inserido em uma ferramenta de geração de nuvem de palavras, que concentra os termos mais recorrentes em um texto ou conjunto de textos e indica a frequência do vocábulo a partir do seu tamanho na imagem gerada.

A utilização de nuvens de palavras, que “são recursos gráficos que representam frequências de termos em hipertextos” e “imagens compostas de palavras utilizadas em um texto nos quais o tamanho de cada palavra indica sua frequência ou importância” (Silva; Jorge, 2019, p. 42), permite visualizar com maior clareza a recorrência com que termos relativos ao crime de feminicídio se repetem nas notícias, como local e forma de cometimento do fato. Ou seja, é uma forma de verificar se as informações coletadas em estatísticas e dados oficiais são replicadas em *sites* jornalísticos.

Dados do Grupo Globo indicaram que o número de visitas no *GI* em 2018 foi de 3,1 bilhões, mas não há informações que tragam a quantidade de visitantes apenas em Minas Gerais. Sabe-se, entretanto, que por se tratar de um veículo jornalístico formal da grande mídia, as notícias veiculadas são constantemente atualizadas e estão menos propensas a trazer conteúdos sensacionalistas ou falsos, podendo exigir, ademais, nível de instrução um pouco mais elevado para compreensão do texto em sua totalidade.

Por outro lado, esta pesquisa também concentrou esforços em investigar de que modo casos de feminicídio foram noticiados em páginas de notícias locais e informais do município de Montes Claros–MG, sendo os principais *Moc News*, *Moc Alerta* e *Moc Urgent*. No recorte temporal de novembro de 2020 a dezembro de 2021, foi analisado o total de 25 (vinte e cinco) notícias, concentrando-se em páginas desses portais nas redes sociais Facebook e Instagram.

As redes sociais desempenham um papel significativo na disseminação de informações, especialmente durante eventos críticos como a pandemia da COVID-19 e em casos de violência de gênero, mas falta cautela no trato de como essas notícias chegam ao público mais amplo e como agem como formadoras de opinião. Neste contexto, noticiários populares presentes no Instagram e Facebook ganharam mais destaque como fontes de informação, por isso uma parte da pesquisa se concentrou nesse campo.

A página *Moc News* possui 49.500 (quarenta e nove mil e quinhentos) seguidores no Instagram, enquanto no Facebook o número é consideravelmente maior, chegando a 141.000 (cento e quarenta e um mil) seguidores. A página *Moc Urgent* possui o total de 50.300 (cinquenta mil e trezentos) seguidores no *Instagram* e no Facebook a somatória de 81.000 (oitenta e um mil) seguidores.

Por sua vez, a página *Moc Alerta* possui 63.800 (sessenta e três mil e oitocentos) seguidores no Instagram e também uma segunda página reserva que possui 47.800 (quarenta e sete mil e oitocentos) seguidores, gerando um alcance maior que as outras duas páginas no Instagram. Já no

Facebook, possui aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) seguidores, equiparando-se à página *Moc Urgent*. A média de publicações diárias de cada uma é bastante imprecisa e parece não seguir um padrão, pois no período de investigação foi possível contabilizar em meio a notícias e anúncios cerca de 9 (nove) a 20 (vinte) publicações diárias.

É importante destacar que essas páginas não possuem vínculos com grandes veículos de comunicação ou credibilidade e formalidade no campo jornalístico. No entanto, elas conseguem exercer uma influência significativa sobre a população devido ao rápido e elevado alcance. Elas são idealizadas por cidadãos comuns e não é explícito quem assina as notícias publicadas, sendo recorrente o anonimato. As três páginas se dispõem a informar os seguidores acerca dos eventos mais relevantes no norte de Minas Gerais, seja por meio de publicações de própria autoria, cópias de manchetes de jornais como *GI* ou informações advindas de grupos de WhatsApp criados para esses fins.

Crimes passados que já haviam sido publicados foram localizados através do sistema de lupa das próprias redes sociais, utilizando-se de palavras-chave, como violência, feminicídio, estupro e agressão. Todavia, casos que ocorreram durante o período de estudo foram analisados diariamente. Logo após o material ser recolhido, as notícias e comentários eram arquivados e catalogados com suas respectivas datas para a análise e para que o conteúdo não fosse perdido, tendo em vista que comentários e publicações em redes sociais podem ser excluídos definitivamente a qualquer tempo.

A metodologia utilizada foi a netnográfica juntamente com uma análise quantitativa dos dados colhidos no portal *GI*. A netnografia é uma modalidade de pesquisa, de certo modo recente, porém necessária, tendo em vista como a sociedade se organiza por meio de tecnologia, mídias e redes sociais. O antropólogo Robert V. Kozinets informa em seu livro *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online* (2014, p.10) que “a netnografia foi desenvolvida na área da pesquisa de marketing e consumo, um campo interdisciplinar aplicado que está aberto ao rápido desenvolvimento e à adoção de novas técnicas”.

O netnógrafo ou webnógrafo deve perceber as mudanças e tendências na sociedade, principalmente através de ferramentas como páginas e blogs que interferem de forma incisiva no cotidiano, para conseguir compreender como se move a sociedade moderna. Sendo assim, a netnografia se trata de uma etnografia aplicada no âmbito digital e com ela é possível obter resultados através da análise de discurso, focando principalmente em como a sociedade se comporta diante de determinadas situações. No caso do crime de feminicídio, percebem-se nuances de horror ou simplesmente desdém, ou indignação temporária por parte dos usuários. Sobre as engrenagens da netnografia, Soares e Strangel (2021) afirmam:

Assim como toda pesquisa empírica, a netnografia é caracterizada por cinco grandes etapas, que compreendem: definição das questões de pesquisa; identificação e seleção da parcela da internet que será estudada; a entrada no campo, marcada pela observação participante ou não, além da coleta de dados; análise e interpretação dos dados produzidos e, por fim, a redação e o relato dos resultados de pesquisa, articulando-os à teoria. (SOARES; STANGEL, 2021, p. 2)

Portanto, a pesquisa concentrou esforços em duas formas distintas de transmitir notícias, quais sejam, o jornalismo tradicional e dotado de formalidades, como no caso do *GI*, e as páginas de comunicação informal através de redes sociais. À medida que casos de feminicídio eram noticia-

dos em Minas Gerais durante o período da pandemia, foi possível analisar as diferenças no discurso e nos dados coletados entre ambas as comunidades virtuais.

O que dizem as notícias e os comentários

A análise realizada com as 83 (oitenta e três) notícias encontradas no *G1* Minas Gerais para o período entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021 objetivou concentrar os dados relativos à cidade, ao local e à forma de acometimento do crime de feminicídio, bem como nome, idade, cor, profissão, número de filhos e parentesco dos envolvidos. No entanto, a investigação também buscou entender em que medida o *G1*, enquanto portal jornalístico da grande mídia, veicula mais informações pessoais da vítima do que do agente do fato, apresentando um dissenso entre a exposição da mulher, que foi assassinada ou está/esteve sob perigo de morte, e o autor do crime, quem de fato deverá responder perante a justiça por sua conduta.

Nesse viés, foi possível perceber que, dentre as 83 (oitenta e três) notícias analisadas, 44 (quarenta e quatro) trouxeram o nome completo da vítima, enquanto 39 (trinta e nove) não publicaram esse dado. Em relação aos agentes, o número é consideravelmente inferior: apenas 28 (vinte e oito) das notícias informaram o nome do autor, sendo que 55 (cinquenta e cinco) não dispunham dessa informação, um número quase 30% maior em comparação à exposição do nome das mulheres. É possível observar o mesmo padrão em relação a fotos das vítimas ao longo do corpo do texto, que são mais frequentes do que registros dos autores, os quais muitas vezes sequer são mencionados.

Apenas uma das 83 (oitenta e três) notícias coletadas trouxe a cor da vítima, sendo esta a cor branca. Por sua vez, 09 (nove) notícias acompanharam fotos do rosto das mulheres, o que possibilitaria mencionar a sua cor, contudo, o corpo do texto nada trouxe acerca desse dado. Por parte dos autores dos crimes, foi apontada a cor de apenas um deles, havendo um número inferior de fotos, um total de 06 (seis).

A ausência de dados acerca da cor, principalmente das mulheres, impossibilita uma percepção mais ampla do fenômeno do feminicídio no Brasil, haja vista que, conforme aponta o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020b), 66,6% das 1.326 (mil e trezentos e vinte e seis) vítimas de feminicídio no Brasil eram negras, demonstrando uma clara prevalência racial nos casos de feminicídio observados no país. Assim, ao ficar em silêncio no corpo da notícia, o *G1* contribui para mascarar estatísticas e invisibilizar desigualdades, deixando de levar à sociedade informações relevantes para construção de políticas públicas.

Em relação às cidades onde os fatos ocorreram, o município que mais apareceu no estudo foi Belo Horizonte (17 vezes), seguido por Santa Luzia (04 vezes) e Ribeirão das Neves (04 vezes), ambos na região metropolitana de Belo Horizonte, Alfenas (03 vezes) e Pouso Alegre (03 vezes). No entanto, a reincidência de casos na capital e região metropolitana não simboliza que os crimes se concentram nesta região, mas pode ser um indicativo de que a efetividade e a estrutura para disponibilização da informação estão em ritmo mais acelerado que no interior do Estado.

Estatísticas da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais indicam que, em 2020, as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) do interior registraram 120 (cento e vinte) casos de feminicídio consumado e 125 (cento e vinte e cinco) casos de feminicídio tentado, contra 29 (vinte e nove) e 65 (sessenta e cinco) casos, respectivamente, nas RISPs da região metropolitana (Belo Horizonte, Contagem e Vespasiano).

Em relação ao local de acometimento do crime, o mais frequente foi o ambiente domiciliar, com a casa representando 56 (cinquenta e seis) casos e mais de 60% dos dados coletados no G1. Houve também 09 (nove) casos na rua, 04 (quatro) em que não foi informado, 02 (dois) na estrada e 01 (um) em festa de aniversário, vizinhança, trabalho, hotel, carro, casa de familiar, clínica médica, centro da cidade, casa de amiga, bar, local de trabalho e zona rural.

Tratando-se da forma de acometimento do crime, 22 (vinte e duas) notícias veicularam casos de feminicídio na modalidade tentada, enquanto 61 (sessenta e um) se referiam a crimes consumados. Desses, as formas de assassinato mais frequentes que foram noticiadas foram: esfaqueamento (18 casos), disparo de arma de fogo (12 casos) e asfixiamento (04 casos). Não foi informada a forma de acometimento do crime em 10 (dez) casos, e também foram encontradas situações de golpes de machado, golpes de facão, golpes com barra de ferro, golpes com objeto cortante, golpes com “pé de cabra”, golpes de martelo e facão, esquartejamento, pauladas, pulsos cortados, esgorjamento, envenenamento, carbonização e pancadas na região torácica.

A idade da vítima foi informada em 70 (setenta) notícias, o que representa quase 85% de todos os casos. No caso dos agentes do crime, foram informadas as idades de 48 (quarenta e oito) homens, o que representa cerca de 57%. Entre os agentes, a idade maior é de 70 (setenta) anos, e a mais nova 21 (vinte e um) anos.

Já em relação à profissão, foram disponibilizadas informações de apenas 13 (treze) mulheres, enquanto 70 (setenta) notícias não mencionaram a profissão das vítimas. Em relação aos agentes, o número é um pouco menor: foi informada a profissão de apenas 10 (dez) homens, estando entre elas pedreiro e servente de pedreiro, motorista por aplicativo, vereador e candidato a vereador, tatuador, servidor público, secretário municipal de esportes, policial militar reformado e ex-vereador e promotor de justiça. Em relação ao feminicídio, cujo autor foi um promotor de justiça, inclusive, trata-se de um caso que foi recorrente e ocupou as manchetes mais de uma vez. Foi o caso de André Luis Garcia de Pinheiro, que assassinou a esposa por asfixiamento em 02 de abril de 2021 em Belo Horizonte, em seu domicílio, por entender que a mulher não estaria “cumprindo com o seu papel de esposa e mãe”.

Já em relação à quantidade de filhos das vítimas, 59 (cinquenta e nove) notícias não mencionaram se a vítima possuía filhos ou não, enquanto 24 (vinte e quatro) trouxeram essa informação. Desse número, 10 (dez) mulheres possuíam um(a) filho(a). Em relação aos agentes, o número novamente é inferior – apenas 17 (dezessete) notícias mencionaram a quantidade de filhos do autor, frente a 66 (sessenta e seis) casos em que esse dado não foi citado.

Por fim, no tocante ao parentesco ou grau de relação entre a vítima e o agressor, a classificação foi realizada considerando os campos esposa, ex-esposa, companheira, ex-companheira, namorada, ex-namorada, mãe e outros. Desses, 21 (vinte e um) casos de feminicídio tiveram como vítimas as esposas, 12 (doze) as ex-companheiras, 10 (dez) as companheiras, 09 (nove) as ex-esposas e ex-namoradas, cada. Também foram observados casos em que a mulher era vizinha, enteada, amante, filha, ex-sogra ou desconhecida do agente.

Com os dados coletados, foi produzida a nuvem de palavras mencionada e disponibilizada a seguir:



Figura 1 - Nuvem de Palavras

Conforme se observa, para além dos termos que são mais frequentes por envolverem praticamente todas as notícias, como é o caso de mulher, vítima, homem e crime, as maiores palavras estão relacionadas aos dados trazidos, à medida que quanto maior é o vocábulo, mais frequentemente ele apareceu no conjunto de textos. Este é o caso de “casa”, local de acometimento do crime mais comum; “Belo Horizonte”, cidade em que foram localizadas mais notícias; “marido”, parentesco mais recorrente entre a vítima e o agente; e “facada”, forma de assassinato mais constatada.

No que diz respeito aos dados coletados nas redes sociais para as páginas *Moc Alerta*, *Moc News* e *Moc Urgent*, os crimes acompanhados são em sua maioria feminicídios, estando entre os de maior repercussão o caso Kamila Souza, uma jovem entre 18 e 30 anos morta em 28 de março de 2021 e teve seu corpo atirado em uma cisterna na cidade de Montes Claros, e Cíntia Taís, de 21 anos, que desapareceu no dia 8 de abril de 2021 e após 07 (sete) dias seu corpo foi encontrado dentro de uma mala na cidade de Engenheiro Navarro. A vítima foi estrangulada, esquartejada e teve o cadáver vilipendiado após a morte.

Em que pese às notícias trazerem informações reais, por mais chocantes e cruéis que sejam, muitas dessas páginas possuem teor sensacionalista, estimulando a espetacularização do horror e descumprindo com a ética jornalística. Mesmo quando as notícias são replicadas de veículos de maior credibilidade, como é o caso do *GI*, as reações nos comentários seguem o mesmo padrão. Em Capitão Enéas, por exemplo, uma mulher foi assassinada pelo próprio irmão no dia 12 de maio de 2021, e a notícia foi veiculada da seguinte forma:

Feminicídio. No início desta manhã de quarta-feira, (12), aconteceu um feminicídio no bairro Santo Antônio, na cidade de Capitão Enéas. De acordo com as informações, após discussão, um homem matou a própria irmã com tiros de espingarda, e ainda cortou o pescoço da mesma com um facão.

Sem mais informações, a página divulga uma montagem contendo uma fotografia da vítima em vida ao lado da fotografia do assassino. É possível de antemão observar que, além de informar de forma incisiva, a página destaca propositalmente o emprego de crueldade com a intenção de impactar

o público. Atingindo esse objetivo, a postagem causa comoção e recebe número considerável de indignações e “pedidos por justiça”. Todavia, um comentário se destaca, sendo uma personificação genuína das reações antifeministas muito comuns nas redes sociais. O autor se expressa da seguinte forma:

Feminicídio aí meu Deus... Porquê não dizem apenas crime??? Olha quantos homens morrem por dia e quantas mulheres!! O Brasil é um país extremamente violento e tem que parar com isso para ambos os lados!!

O comentário recebe respaldo de outro indivíduo, mas em seguida ambos são repreendidos por algumas mulheres que intervêm gerando uma discussão: “*Você tá precisando é se informar melhor! Feminicídio sim!!!!*”, bem como “*Espera acontecer com uma mulher próxima a você, que aí sim saberá o significado da palavra “feminicídio”*”. O internauta ignora e segue apresentando argumentos genéricos para sustentar que assassinatos no Brasil acontecem indiferentemente do sexo e para que a palavra feminicídio deixe de ser usada, desqualificando completamente um problema estrutural, que é a violência de gênero.

No caso da vítima Cíntia Taís, a visão dos internautas em sua maioria é que o fato de a mulher ter sido estrangulada, esquartejada e ter o corpo violado após a morte se resume à justificativa de que ela se envolveu com entorpecentes, retirando o foco do assassino que findou a sua vida com requintes de crueldade.

A beleza de Cíntia também é enfatizada nos comentários com demasiada frequência: “tão jovem, bonita porque usar drogas?”, “tão bonita e com toda vida pela frente”, “Que dó! Tão linda”, e “Gostaria de saber como estas mulheres bonitas têm esta caída por bandidos, homicidas e drogados”. Os comentários indicam que pessoas “bonitas” – em outras palavras identificadas com o padrão de beleza ocidental, quase sempre branco – têm sua perda mais lamentada, fazendo crer que a aparência física das vítimas pode gerar mais empatia e comoção dos internautas, porém através de mais um julgamento.

Também, muitos internautas associaram as condutas da vítima e a suposta relação com as drogas como responsáveis pela sua morte. Entre os comentários do caso Cíntia Taís, destacam-se “que triste, dois jovens que a droga destrói” e “fica de aviso para quem achar que fumar um chá com amigo não afeta em nada a sua vida”, seguidos de opiniões semelhantes, o que reflete com precisão um pensamento conservador que busca justificativas externas ao ocorrido e isenta os agressores da conduta praticada, bem como as representações de gênero e o patriarcado em que tal conduta se fundamenta. Com isso, devia-se a atenção das reais motivações dos feminicídios, circunscrevendo o assassinato ao uso de drogas. No caso da vítima Kamila Souza, o mesmo se repete. A notícia trouxe a informação de que ela foi assassinada por um cadeirante e um internauta realizou o seguinte comentário: “uai, dava para ela ter corrido, ele não ia dar conta de ir atrás, vai saber né, o que houve”. O tom de deboche e a incerteza lançada sobre a possibilidade de defesa da vítima, lança uma co-participação da vítima, atenuando a ação do assassino.

Além de associarem Kamila a atividades ilícitas, os comentários jocosos na publicação, como o descrito anteriormente, criam a percepção de que a vida dela é menos enlutável (BUTLER, 2009; MAIA, 2019), por outro lado, indica que, além das relações de dominação, fatores como raça e classe não devem ser ignorados, pois são determinantes para os níveis de comoção dos internautas. Kamila era uma jovem negra e periférica, perfil que domina as estatísticas de assassinatos e feminicídios, conforme comprova o FBSP (2020).

Ao comparar a forma com que o crime praticado contra Cíntia Taís foi veiculado nas páginas das redes sociais com a matéria publicada no *GI*, é notório perceber que, para além da formalidade da linguagem e da disposição das informações de forma linear, o portal de notícias se preocupou em afastar a correlação entre o crime e o consumo de drogas e destacar no texto que a vítima foi assassinada por enforcamento. Além disso, replicou a informação de que o agente teria negado a prática de feminicídio, assim como a página no Facebook fez, contudo, trouxe trechos do laudo médico e falas do delegado do caso que comprovaram os fatos.

Já em relação a uma mulher grávida assassinada em Brasília de Minas no dia 25 de novembro de 2021, nota-se que a vítima também não foi isenta de comentários misóginos e repletos de juízo de valor na matéria publicada nas páginas *Moc News* e *Moc Alerta*. Ela não possuía envolvimento com atividades ilícitas ou “conduta perigosa”, como no caso de Kamila e Cíntia Taís, mas apenas pela sua condição de mulher, um usuário teceu o comentário: “mas não podemos deixar de observar que uma parte das mulheres não se valorizam e se envolvem com homens que não prestam” e “se ele estava ameaçando, ela tinha que ter matado ele antes para evitar algo assim...”.

Percebe-se que, em que pese o crime estar explicitado na notícia, muitos leitores lançam mão do “benefício da dúvida” e buscam meios de respaldar a atitude de um homem que assassina a própria esposa que esperava seu filho, pois não desejava a responsabilidade de ser pai. Por outro lado, os comentários – tecidos de maneira espontânea no calor da notícia – são exemplares do desconhecimento de parcela da população sobre os significados do feminicídio e assinala para a necessidade de ampliar as discussões em torno da violência de gênero para romper e desconstruir estereótipos que historicamente informam e justificam o assassinato de mulheres.

Considerações finais

A análise das fontes permitiu compreender como muitos indivíduos percebem a internet como um lugar onde a legislação é branda, e essas páginas irregulares funcionam como uma comunidade, onde comentários são livres e não sofrem sanções ou moderações. É possível, inclusive, perceber pessoas que comentam a maior parte das notícias com frequência, bem como alinhar o perfil dos usuários que mais consomem esse conteúdo, sendo formado majoritariamente por pais e mães de família de idade mediana, especialmente o público masculino.

Questões como crimes contra a mulher e demais minorias são tratadas com personalismo, dando conforto aos comentaristas que se sentem no direito de expressar suas opiniões e emitir julgamentos independentemente do teor controverso, tornando as páginas um espaço comunal.

Por outro lado, ao comparar as reações dos internautas nas redes sociais com aquelas percebidas nos sites jornalísticos tradicionais, tem-se que são poucas as situações em que há comentários nas notícias do *GI*, e muitas vezes o corpo do texto é simples, direto e sem detalhamento dos fatos. A falta de comentários pode estar relacionada a alguns fatores, como a necessidade de inscrição prévia e o formalismo do portal de notícias, que devido às proporções e notoriedade pode desencorajar usuários de deixarem mensagens “sem filtro”.

Entretanto, isto não significa que o modo como as notícias são veiculadas no *GI* não é passível de críticas. Da mesma maneira que os dados indicaram que o portal traz mais informações acerca da vítima do que do agente, carecendo completamente em apresentar materiais sobre a cor

dos envolvidos, foram observados numerosos comentários no Facebook e no Instagram das páginas analisadas em que foi possível perceber clamores da população para que fosse divulgado nome e foto dos autores dos crimes. Destacam-se os comentários: “Se fosse pobre o nome já estaria na mídia, mas como é empresário fica no sigilo” e “se fosse pobre, a primeira coisa seria divulgar o nome e o endereço”.

Outrossim, foi possível identificar que, do mesmo modo que ocorreu no *GI*, a grande maioria das notícias veiculadas nas páginas alternativas se refere a crimes praticados por cônjuges, ex-companheiros e familiares. Destaca-se, ainda, a forma como os crimes são percebidos pelos internautas como casos isolados, e em que medida as reações mudam quando envolvem questões de raça e classe, ou simplesmente como são entendidos como frutos de questões passionais.

Perceber os comentários que questionam a índole e o caráter das vítimas, bem como que se utilizam de justificativas religiosas, remonta às relações de poder estritamente ligadas ao feminicídio e à violência contra a mulher como um todo, sendo frequente a manifesta misoginia e a banalização da morte. É possível perceber a distribuição diferenciada do direito ao luto, ou seja, quais vidas são dignas de serem choradas, que sua perda é lamentada (BUTLER, 2009). Ademais, não se deve ignorar os sistemas de dominação, a posição que as mulheres se encontram em relação aos homens na era da tecnologia e o clima de terror instaurado em uma sociedade patriarcal, que afeta diretamente as mulheres e suas vivências.

Por fim, mostra-se urgente adotar medidas de maior conscientização sobre a necessidade de fontes jornalísticas éticas e confiáveis no âmbito digital, para respeitar a integridade das vítimas e encerrar o ciclo de propagação de violência e estigmatização das mulheres. Ainda no ambiente virtual, a violência de gênero se fundamenta na cultura e em relações de poder entre homens e mulheres, por isso a necessidade de alterar comportamentos e significados culturais inscritos na sociedade como medida de prevenção, quais sejam, retratar os casos de forma mais completa e equânime, quando possível, na divulgação de informações do agressor e da vítima, e coibir textos e comentários inadequados. Assim, a interconexão do cotidiano com o digital contribuirá para o combate ao feminicídio e à violência contra a mulher.

Referências

- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (coleção Tudo é História).
- FBSP. *Nota Técnica. Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19*. São Paulo: FBSP/Decode, 2020a.
- FBSP. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. Coord. Samira Bueno e Renato S. de Lima. São Paulo: FBSP, 2020b.
- Grupo Globo bate recorde de acessos no digital e passa de 100 milhões de usuários únicos. *G1*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2018/11/26/grupo-globo-bate-recorde-de-acessos-no-digital-e-passa-de-100-milhoes-de-usuarios-unicos.ghtml>. Acesso em 29/09/2023.
- JORGE, Tania Araujo; SILVA, Paulo Vasconcellos. Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares. In: Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa, Lisboa, v.1, 41–48 p., 08 jul. 2019.

Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2319>. Acesso em 05/10/2023.

KOZINETS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. [recurso eletrônico]. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

MAIA, Cláudia. Sobre o (des)valor da vida: feminicídio e biopolítica. *História*. Franca/Assis, UNESP, v.38, 2019. Disp. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100309. Acesso em 24/09/2023.

MAIA, Cláudia. Uma pandemia de longa duração: violência de gênero contra mulheres. *Revista Mosaico*, v. 13, p. 219-231, 2020. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8681/pdf>. Acesso em 24/09/2023.

MOC ALERTA. Montes Claros. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/MocAlerta>. Acesso em: 30/09/2023.

MOC ALERTA. Montes Claros. Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/mocalertanews>. Acesso em: 30/09/2023.

MOC NEWS. Montes Claros. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/MocNewsJornalismo>. Acesso em 30/09/2023.

MOC NEWS. Montes Claros. Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/mocnewsoficial>. Acesso em: 30/09/2023.

MOC URGENT. Montes Claros. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/MocUrgent>. Acesso em: 30/09/2023.

MOC URGENT. Montes Claros. Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/mocurgent>. Acesso em: 30/09/2023.

ONU Mulheres. *Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe*: dimensões de gênero na resposta. Brasília: ONU Mulheres Brasil, Mar. 2020.

Polícia Civil de Minas Gerais. Relatório Estatístico: Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher nas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Diretoria de Estatística e Análise Criminal, 2021. 112 p.

SEGATO, R. L. *La guerra contra las mujeres*. Madrid/Argentina: Traficantes de Sonhos, 2016.

SOARES, S. S. D. & STENGEL, M. Netnografia e pesquisa científica na internet. *Psicologia*. USP. v.32, n.2. p. 1-11, 2021.

UM HOMEM SEM SUA PÍLULA VERMELHA ESTÁ FADADO AO FRACASSO: DESVENDANDO O COMPORTAMENTO REDPILL¹⁰⁷

ISABELA RODRIGUES REGAGNAN
BÁRBARA SOUTO

Introdução

No início deste ano, um “influenciador” saiu da bolha masculinista quando um trecho de um de seus vídeos se tornou viral. Nesse trecho, ele descreve um cenário hipotético no qual uma mulher oferece cerveja a um homem que já está bebendo outra coisa, nesse caso, um Campari¹⁰⁸. Ele argumenta que essa oferta é um tipo de teste que as mulheres aplicam para rebaixar e subjugar os homens desde o primeiro contato. Essa situação resultou em uma onda de ridicularização e levou o influenciador a enfrentar consequências legais depois que ele ameaçou uma humorista de morte por satirizar suas declarações. “Você tem 24 horas para retirar seu conteúdo sobre mim. Depois disso processo ou bala. Você escolhe”, escreveu o autor em mensagem para a humorista. Ao adotar essa narrativa, o *coach* fundamenta sua visão em um estereótipo do “homem verdadeiramente masculino”, sustentado pela defesa de uma ordem patriarcal e cisheteronormativa na sociedade contemporânea. Por outro lado, percebemos como este caso evidencia as fragilidades subjacentes à construção de uma identidade masculina moderna.

Tendo em vista a ascensão dos governos totalitários e do neoliberalismo, é visível na sociedade atual a raiva enfurecida dirigida aos movimentos feministas e seus avanços no âmbito do social. Flávia Biroli (2020, p. 174) aponta que “A construção do feminismo como ameaça a toda sociedade, pelos neoconservadores, indica sua reação não apenas aos avanços[...], mas também aos feminismos, assim como os movimentos LGBTQI, *enquanto atores políticos*”.

Através do que é trazido por essa autora, percebemos como esses movimentos afetam outros sujeitos de forma cultural, social e política. Fazemos esses apontamentos para refletir sobre o ódio direcionado aos movimentos feministas e às mulheres, para além dos movimentos sociais em espaços públicos, mas também, para tentar compreender como este ódio se alastrou com veemência no *ciberespaço*, principalmente por homens que elaboraram comunidades e fóruns e que, hoje,

107 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

108 Em meio a essa discussão o Grupo Campari emitiu uma nota “em razão dos últimos acontecimentos envolvendo o nome da companhia, vem a público informar que não tem, e nem nunca teve, nenhum tipo de relação, vínculo ou contato com Thiago Schutz. Campari se solidariza com todas as mulheres que foram envolvidas nesse caso de misoginia e ameaças, e rechaça veementemente toda atitude preconceituosa e violenta manifestada por este influenciador.”

perpetuam discursos de ódio e comportamentos misóginos dentro e fora desse universo virtual, um *continuum* que borra as fronteiras entre as ações e consequências consideradas reais e/ou virtuais (VALENTE, 2023).

Este capítulo surge, portanto, da necessidade de contextualizar – considerando questões de gênero, raça, classe e os padrões heteronormativos –, de um grupo de homens dito *redpill*¹⁰⁹, que ganhou vida na internet, fazendo uso compulsório do espaço on-line para odiar, humilhar, categorizar as mulheres, enquadrando-as em uma estrutura hierárquica de poder na qual as mulheres deveriam ser submissas, ou seja, submetidas a estes homens que muitas vezes se intitulam “alphas”.

Utilizando a metodologia de “Análise de redes sociais” que pode ser encontrada nos estudos netnográficos (KOZINETTS, 2014), a pesquisa em questão optou por analisar os perfis públicos de um brasileiro autointitulado *coach*, que ficou famoso por se enquadrar em um caso de misoginia e se autointitular *redpill*. Desse modo, a metodologia visa, de forma qualitativa, descrever as redes de relações em uma forma completa, extraíndo padrões proeminentes, traçando fluxo de informações, tentando descobrir quais efeitos essas relações e redes geram nas pessoas e/ou organizações (GARTON et al., 1999).

Acreditamos que a tentativa de avaliar os efeitos que essas relações estabelecidas em redes trazem, considerando que o sujeito em questão usa a própria imagem, de inúmeras maneiras, para disseminar e vender uma gama de valores moralmente fundamentalistas e de cunho misógeno, que categorizam e disseminam o enraivecimento contra as mulheres, principalmente para outros homens, além de um antifeminismo enraizado. Por meio de dicas e estratégias elencadas em cursos, mentorias e livros que podem ser adquiridos pelo valor de em média 350,00 reais por ano, estaria garantido o respeito das “verdadeiras mulheres” aos “verdadeiros homens”.

É diante de tais apontamentos, analisando os perfis públicos do indivíduo em questão, que contextualizamos o grupo masculinista *redpill*. A pesquisa busca debater, também, o ambiente que esses homens construíram e que tem sido chamado de “machoesfera”. É importante ressaltar que critérios como gênero, raça e classe são pilares importantíssimos da análise.

Tomando a pílula vermelha, vivendo na machoesfera

O que acontece com o grupo de homens que “tomam” a pílula vermelha? São revestidos pela realidade do ódio, da misoginia, da ideia de que as mulheres devem ser submissas a eles? Ou que os ideais feministas estão alienando em massa a sociedade contemporânea? Qual é a retórica por trás da “machoesfera” em que se enquadram os ditos *redpills*?

O termo *redpill* diz respeito a uma apropriação da ideia da “pílula vermelha”, que o personagem do filme *Matrix* (1999) ingere para ter uma certa noção do “mundo real”. Entretanto, achamos necessário informar o quão irônico é o uso do termo pelos grupos masculinistas, tendo em vista que a obra cinematográfica foi dirigida e roteirizada por mulheres transsexuais, sendo elas: Lana Wachowski e Lilly Wachowski. Desse modo, e seguindo a lógica proposta por membros dos grupos, o século XX estaria encoberto pelo uso da tecnologia em massa, o que proporcionou o encontro de um determinado perfil de masculinidade e que formaram a dita “machoesfera”. A partir disso, ques-

109 A explicação sobre o termo e tradução se encontra no tópico “Tomando a pílula vermelha, vivendo na machoesfera”.

tionamos a legitimidade de um espaço que discute táticas e encoraja novos membros a ridicularizar e proferir ódio às mulheres no campo da internet.

A “machoesfera”, ou a esfera masculina, pode ser vista como um espaço heterogêneo de comunidades e fóruns on-line, pioneiro de técnicas de assédio que alavancam indivíduos, comunidades e governos (VILAÇA; D’ANDRÉA, 2021). Pesquisas recentes feitas nos Estados Unidos da América apontam que entre quatro participantes do grupo daquele país, três eram homens brancos, heterossexuais, de caráter político conservador, com idade entre 18 e 35 anos, ou seja, podemos perceber a existência de um perfil comum e que estaria diretamente voltada para um “movimento do direito dos homens” e do antifeminismo (VILAÇA; D’ANDRÉA, 2021, p. 414). Cabe ressaltar também que o movimento se consolidou nos Estados Unidos da América nos anos 2000, apoiando-se no conservadorismo e nos valores da direita, chegando ao Brasil como um movimento importado por essa mesma onda conservadora e extremista em meados de 2010.

A *manosphere*, e aqui no Brasil, “machoesfera”, tem como elemento constituidor o entrelaçamento com as plataformas on-line, juntamente com as políticas e práticas culturais que caracterizam esses mesmos ambientes on-line (d’Ándrea, 2020). Desse modo, de acordo com Gracila Vilaça e Carlos d’Andréa (2021), esse ambiente on-line é permeado por agrupamentos conservadores que se relacionam diretamente com as ideologias e materialidades da cultura digital, que intensamente vêm abrigando discussões e ações da “machoesfera”. Essa esfera falocêntrica tem consigo temas subjacentes, onde a masculinidade é exacerbada, mesmo que as plataformas tenham finalidades distintas e com públicos heterogêneos (DE SOUZA LIMA-SANTOS; DOS SANTOS, 2022).

A *manosphere* brasileira é ainda um tanto quanto difusa e incipiente, porém tem se expandido extraordinariamente nos últimos anos, particularmente com a ascensão da ideologia autoritária e dos ataques antidemocráticos às instituições brasileiras. Esse incremento pode ser facilmente observado nas redes sociais mais difundidas, como o Facebook, Instagram, YouTube e, notadamente, os chans (DE SOUZA; DOS SANTOS, 2022, p. 1090).

Esse espaço on-line corrobora para que os grupos masculinistas, como os *redpill*, manifestem, de forma espontânea e desimpedida, o assédio e o ódio às mulheres, por simplesmente se mostrarem como mulheres. Os discursos proferidos por esses grupos “objetificam a figura feminina com clara conotação misógina. Ou seja, não existem apenas mecanismos de desigualdade de gênero em jogo, mas uma aversão pelo gênero feminino” (DE SOUZA LIMA-SANTOS; DOS SANTOS, 2022, p. 1096).

De acordo com André Villela de Souza Lima-Santos e Manoel Antônio dos Santos (2022), tal ressentimento sedimenta uma crença de que as mulheres deveriam ser tratadas como gado, tendo seus corpos percebidos enquanto um recurso público, onde os homens teriam o direito pleno de usufruí-los. Todo esse discurso de ódio organiza formas de misoginia on-line, sendo essa uma prática contemporânea. A misoginia adquire configurações diferentes, entretanto, se configura como um meio de perpetuar formas de hierarquia, assim como jogos de poder, onde se há a necessidade de controle (ZANELLO, 2020). É no ambiente on-line, muitas vezes cobertos pelo *status* “anônimo”, que os grupos masculinistas colocam em xeque seus jogos de poder e controle.

Dentro desse espaço virtual onde permeiam questões de gênero, raça e classe, alguns homens dizem ter tomado tal “pílula vermelha” e estão, mais do que nunca, acordados para a realidade da sociedade atual. Uma realidade na qual as mulheres buscam alienar e dominar o social, inferior-

rizando e ridicularizando os homens. Por outras lentes, as ações descritas pejorativamente como “dominação social” podem ser entendidas como parte da mobilização, avanços de direitos de mulheres e conscientização feminista, discussões que também estão presente no *ciberespaço* e que causam reações. Nesse sentido, membros do grupo acreditam ser necessário tomar atitudes para que, em hipótese alguma, o poder das mulheres reverbere ainda mais. A atitude, portanto, estaria em utilizar o espaço on-line para propagar o ódio e a misoginia.

Ainda segundo membros do grupo, a lógica da “pílula vermelha” é que, “mesmo ela sendo difícil de engolir, quando é internalizada, começa-se a enxergar e viver melhor a nova vida”. Mesmo que a verdade doa, eles acreditam existir ali um certo tipo de libertação. Enquanto a obra cinematográfica sugere um tipo de exploração humana, ressaltando o uso das máquinas, o grupo *redpill*, acredita que o feminismo, com um véu de disfarce, explora e oprime os homens (VAN VALKENBURGH, 2021). Esta seria uma espécie de inversão dos ideais feministas que, para os membros do grupo, é erroneamente equiparado ao machismo, mas direcionado aos homens.

Vemos, portanto, que a “machoesfera” é permeada por uma filosofia que rejeita os feminismos. Desse modo, sujeitos que fazem parte da “machoesfera”, entendem a realidade empírica como uma perseguição aos homens e à masculinidade. Ao tomarem a “pílula vermelha”, há uma suposta quebra com estes discursos, há uma transgressão da realidade, como afirma Luís Antônio Alves Meira (2021). Podemos considerar o fenômeno como medo do feminismo e da perda de privilégios? Um contragolpe ou uma reação?

Considerando essa filosofia da “machoesfera” e dos *redpill*, compreendemos que há o (res) surgimento de uma política permeada pelo antifeminismo da esfera on-line, como afirma Angela Nagle (2017). Já Mariana Valente (2023) percebe o crescimento da misoginia on-line como um *continuum* de um ódio que se faz presente na realidade e não como algo inédito. A partir desta questão, podemos pensar qual a importância da regulamentação da internet e das grandes empresas de tecnologia donas das redes sociais que monetizam por meio de algoritmos. Para Meira,

a “Red Pill” funciona como objeto de filiação de sujeitos que se sintam frustrados com alguma inadequação engendrada pelo feminismo e que, portanto, serve como palavra-chave para algoritmos de recomendação que, conseqüentemente, oferecem mais conteúdo de relacionado ao ressentimento engendrado pela inadequação com relacionamentos amorosos (MEIRA, 2021, p. 71).

É importante considerarmos o assunto sobre relacionamentos amorosos desse grupo de homens, pois essa é uma das pautas principais que permeiam tais indivíduos a discursos misóginos dentro do virtual. Em sites de notícias nacionais, existem diversas entrevistas feitas com homens que se enquadram ou já se enquadraram como *redpill*. Nessas entrevistas, eles contextualizam como a frustração com relacionamentos amorosos com mulheres os fazem se voltar a um discurso que perpetua o ódio.

Além de sites de notícias, existem livros, vídeos e outros meios de propagação dos discursos *redpill*. É como se eles definissem uma cartilha para “espalhar a palavra”. Uma das ideias no que tange os relacionamentos e o grupo, é que, com o pacto ao movimento, estes homens fiquem blindados a futuros relacionamentos que tendem ao fracasso, evitando uma suposta “castração masculina”. Na lógica *redpill*, quando uma mulher o rejeita, ela o rejeita não por estar desinteressada, mas sim porque apresenta indicadores que buscam testar a persistência de um homem. Cabe a eles ignorar

esses protestos (VAN VALKENBURGH, 2021). Homens que se sentem banalizados por mulheres, principalmente em relacionamentos amorosos, sentem trincar a sua virilidade, sendo-os reduzidos à humilhação e ao enfraquecimento de sua autoestima.

Podemos dizer que a rejeição é um fator importante para estes homens. No fundo, talvez, eles nutram o desejo e um certo tipo de admissão de possuir segurança emocional e intimidade com as mulheres, como se procurassem “um porto seguro”¹¹⁰ (VAN VALKENBURGH, 2021, p. 95. Tradução nossa). Na busca por parceiras sexuais, estes homens ignoram o lado emocional, que, para eles, não passa de um reflexo feminista que busca iludi-los (VAN VALKENBURGH, 2021). O sucesso sexual deles, portanto, dependeria muito mais do que apenas uma parceira em potencial. “De fato, ser vitorioso no campo de batalha sexual, é preciso impor um campo de treinamento emocional: “Você deve estar disposto e firme com ela, dar-lhe ordens e dizer-lhe ‘não’, mesmo contra uma enxurrada de lágrimas”¹¹¹ (VAN VALKENBURGH, 2021, p. 97 – Tradução nossa). De acordo com esse mesmo autor, o mecanismo para dominar mulheres é ignorar as pistas emocionais. Aos membros da “machosfera”, cabe ser viril. Ignorar e escrutinar os traços de generosidade, simpatia e suas emoções também faria parte deste novo treinamento emocional. Caberia a eles ignorar desconfortos e sinais de protestos vindo das mulheres.

Mentiras sobre como a sociedade funciona de fato

A subcultura masculinista e antifeminista faz amplo uso do termo *redpill* para se diferenciar dos homens que continuariam a viver uma ilusão, sendo, então, enganados pelas mulheres. Os membros dessa subcultura recorrem a discursos violentos direcionados às mulheres (sejam elas cis, transsexuais ou travestis), pois as culpam por, supostamente, terem causado a perda de seus privilégios. Um dos principais líderes desse movimento no Brasil é o já mencionado autor do livro “Pílulas da realidade (autoconhecimento, propósito, dinheiro & mulheres) – Guia para homens que querem entender o mundo real e trabalhar em seu máximo propósito”. Mais conhecido como “Coach do Campari”, o autor se propõe a resolver questões relacionadas a “relacionamento e masculinidade” para os homens que o seguem por meio de uma conta no Instagram intitulada “Manual Red Pill Brasil”, onde acumula mais de 300 mil seguidores.

Diferentemente da superficialidade pregada no ambiente digital pelos *coachs* masculinistas, o campo de estudos sobre as masculinidades têm sido construído e sistematizado desde a segunda metade da década de 1990, na qual, teóricas/os têm se preocupado em pensar os homens e as masculinidades como faces das relações que produzem desigualdades de gênero, a partir de uma perspectiva feminista crítica (MEDRADO; LYRA, 2008). Nesse sentido, Pedro Ambra (2013, p. 16) utiliza-se do caráter histórico para compreender a construção e o desenvolvimento da masculinidade no Ocidente e apresenta “a atual crise da masculinidade” não como um fenômeno do nosso tempo, mas como característica que atravessa momentos históricos distintos, podendo até ser caracterizada como um fenômeno que marca a própria constituição dessa identidade. Nesse sentido, o autor traça um percurso histórico que expõe diversas crises que surgiram desde o final do

110 No original: “This would seem to be an admission that men harbor a genuine, fundamental yearning for emotional safety and intimacy with women – a “safe haven.”

111 No original: “Indeed, in order to be victorious on the sexual battlefield, one must impose an emotional boot camp “you must be willing to be firm with her, give her orders, and tell her ‘no,’ even against a flood of her tears.”

século XVII na Europa e posteriormente nos Estados Unidos da América e traça um comum desse fenômeno “nascem em países de civilização requintada, onde mulheres gozam de maior liberdade relativa e parecem consecutivas a alterações ideológicas, econômicas ou sociais”. Assim, sendo a crise da masculinidade um fenômeno que não se situa só num determinado tempo histórico, o que possibilitou a emergência desse fenômeno nos dias atuais?

Segundo pesquisas realizadas em 2010, há um movimento pela defesa da moral cristã na América Latina nos países que passaram a ter governos de esquerda a partir da superação das ditaduras militares. Esse movimento seria uma reação conservadora frente ao novo regime democrático, uma vez que os movimentos sociais feministas e população LGBTQIAP+, puderam pautar demandas de direitos humanos, como direitos sexuais e reprodutivos, entrando em choque com a moral nacionalista familiar do secularismo religioso (2010). Os pesquisadores caracterizaram esse movimento como uma contraofensiva conservadora frente ao que os setores religiosos denominaram de “ideologia de gênero”, uma ofensiva que teve origem no seio da Igreja Católica, em reação à adoção da perspectiva de gênero em todas as políticas econômicas e sociais pela comunidade internacional.

Segundo a teórica feminista Mara Viveros Vigoya (2019), essa mesma ideologia conservadora permeia as diversas experiências interseccionais da “Nossa América”. A autora analisa as distintas marcas que hierarquizam os corpos masculinos (em particular, corpos cisgêneros) e compõem a heterogeneidade dessa experiência no continente. Com isso, percebe como a persistência do modelo de masculinidade branca na América Latina serve para a manutenção e estabilidade político econômica do projeto moderno/colonial. Vigoya (ibid.) analisa uma série de representações midiáticas do ex-presidente colombiano, Álvaro Uribe, e como os valores associados à masculinidade e à branquitude contribuíram para legitimar sua imagem e governo. Apesar de Uribe ter enfrentado diversas críticas pela comunidade internacional, incluindo questionamentos sobre sua ligação com o paramilitarismo e o envolvimento de vários de seus funcionários do alto escalão em corrupção ou vínculos com grupos ilegais, esses escândalos tiveram pouco ou nenhum impacto em sua popularidade local.

Há paralelos significativos com a narrativa que conduziu à eleição do ex-presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro. Esses incluem a criação de um inimigo interno para proteger os “cidadãos de bem”, a adoção de uma abordagem bélica e armamentista de governo, a construção de uma figura heroica e viril em defesa dos valores tradicionais. Esses discursos e práticas legitimaram uma perspectiva conservadora de Direitos Humanos, ancorada em valores morais e sustentada por um modelo normativo de masculinidade branca. Esse projeto político de identidade nacional, centrado em uma reafirmação de valores tradicionais, fortaleceu a política antigênero e resultou no silenciamento dessas desigualdades (MOSCHKOVICH, 2023).

Nesse sentido, é possível compreender a ascensão do combate ao que foi denominado “ideologia de gênero”, juntamente da eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2018, como movimentos que fundamentaram o fortalecimento de uma volta a um passado patriarcal. Isso, por sua vez, deu sustentação a uma narrativa violenta ao gênero e aos (poucos) avanços dos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQ+. De acordo com a análise das pesquisadoras Carmen Campos e Márcias Bernardes (2022), é possível identificar traços característicos de governos fascistas durante o mandato do ex-presidente, como o desejo de retorno a um passado patriarcal mítico para perpetuar hierarquias que privilegiam homens cis e heterossexuais. Discursos semelhantes são reiterados pelo

universo masculinista dos *redpill*, onde esses homens se utilizam de um léxico discursivo que se opõe ao que consideram um “sistema que favorece mulheres”. Esse discurso, no entanto, não passa de uma tentativa de inverter as hierarquias sociais, – alegando serem marginalizadas pelo quadro político contemporâneo –, para garantir a continuidade de seus privilégios (PAMPLONA, 2021).

Os pilares para a construção de um homem realmente masculino

Ele faz parte da elite masculina e ocupa o topo da pirâmide social, tem a admiração das mulheres e o respeito dos homens. Ele também é branco, cisgênero, heterossexual e ocupa um lugar de privilégio material. O subtítulo deste texto foi retirado da página de mentoria do *coach*, onde, ele utiliza de um discurso de masculinidade essencialista que relega ao corpo uma verdade fundamental ao remeter a uma concepção de natureza fixa do “sexo”, na qual, a biologia determinaria os papéis sociais. Paul Preciado (2022) entende essa diferença sexual como uma epistemologia política do corpo, forjada junto da taxonomia racial durante o século XIX, sendo composta por um conjunto de discursos, práticas e acordos culturais, que permitem à sociedade estabelecer uma ordem normativa da sexualidade. “Essa epistemologia, longe de ser a representação da realidade, é uma máquina performativa que produz e legitima uma ordem política e econômica específica: o patriarcado heterocolonial (PRECIADO, 2022, p. 49).”

Essa concepção que descreve as diferenças estabelecidas entre mulheres e homens como originárias da biologia tem sido uma preocupação dos Estudos de Gênero e Estudos Feministas. Para combater argumentos que de um determinismo biológico se estabeleceu uma distinção entre sexo e gênero, onde o segundo estabelece sentidos e significados construídos socialmente sobre o primeiro; no entanto, a dificuldade em analisar essa relação se dá pela impossibilidade de compreender uma propriedade biológica fora da matriz social (MOORE, 1997). Ou seja, não há nada anterior a cultura, tanto sexo como gênero são construídos socialmente.

Essa epistemologia persistente da diferença sexual, aliada às narrativas de sucesso e *coaching* do neoliberalismo, se faz presente no discurso do influenciador. Através dessa engenharia social, há um processo de destituição subjetiva da ideia de contradição e conflito inerente aos seres humanos, no qual, os sujeitos não se veem mais como portadores de conflitos estruturais, mas sim como operadores de performances; em decorrência disso, os indivíduos internalizam um ideal empresarial de si, no qual, o que define a racionalidade das ações é a lógica de investimento e retorno de capitais (SAFATLE, 2021). Não é sem relação a essa narrativa que o *coach* mercantiliza o tema dos relacionamentos amorosos, no qual, através da analogia da *red pill* ele propõe “doses” de “realidade” sobre diversos temas, como comportamento feminino, casamento, dinheiro e propósito masculino, para descartar tudo que possa entrar no caminho entre o homem e o “sucesso”. Assim, os relacionamentos nada mais são que outro produto a ser consumido. Aliados ao discurso da branquitude e da família tradicional, vende-se uma ideia de sucesso baseada no modelo que sempre ocupou o topo da hierarquia social.

Assim, o “homem realmente masculino” pode ser pensado como um discurso que visa atribuir sentidos ao corpo como uma forma de regulação social que polícia os sujeitos e seus comportamentos. A partir disso, se estabelece uma oposição normativa dos comportamentos considerados

normais ou anormais, no qual, a heterossexualidade é marcada como natural, sendo assim, todos os sujeitos devem organizar suas vidas a partir desse modelo supostamente coerente entre sexo-gênero-desejo. Também apoiada nessa concepção, os estudos de masculinidades compreendem a masculinidade hegemônica como normativa, no sentido de que ela exige que todos os homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação das mulheres aos homens (CONNELL, 2013).

Como argumenta a pesquisadora Raewyn Connell (2013), esse discurso normativo exprime as expectativas em relação às identidades, mas também as práticas que possibilitam a dominação dos homens, podendo ser compreendido através da chave de leitura da masculinidade hegemônica. A ideia é que cada contexto produz as formas mais “honradas” de ser homem, produzindo uma hierarquia das masculinidades, onde, cada cenário social exprime os padrões de hegemonia da masculinidade. Assim, em outras palavras, o “homem” é provisório, pois é constituído no contexto de acordo com os marcadores sociais em determinado tempo-espaço, a partir do que cada época prescreve, narra ou silencia seu modo de ser.

Na ideologia *redpill*, essa hierarquia se estabelece entre os homens *alpha* e *betas*, mas também em relação com às feminilidades; os primeiros são descritos como homens dentro do padrão de beleza europeu, racionais, de personalidade dominadora e lógica, que privilegiam a razão em detrimento da emoção, não se deixando seduzir pelas mulheres; enquanto os *betas* são identificados como homens com menor capital material e com características corporais que não correspondem ao padrão de beleza hegemônico. Segundo a análise dos pesquisadores André Lima-Santos e Manoel dos Santos (2022) os homens *beta* sentem-se injustiçados porque as mulheres não lhe deveriam mais satisfação sexual, o que é sentido por eles como uma violação de um direito natural dos homens.

É interessante pensar como essa hierarquia interna de masculinidades expõe o caráter fictício da construção de uma masculinidade biológica. Michael Kimmel (1998) enxerga essa relação como a produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas na medida em que as relações de poder se entrecruzam e produzem desigualdades de raça, classe social, sexualidade, etc. A partir disso, é possível compreender a subjetividade e o desejo não mais como uma condição natural humana, mas sim produto de uma construção histórica, social e política, fomentada por discursos e disciplinas reguladoras de um território colonizado (MANSANO, 2009). Assim, quando o *coach* expõe que “não tem atração por mulheres de pele escura” como uma opinião, ele revela a ignorância que só um lugar de privilégio pode lhe presentear. Kimmel (1998) retoma a escrita de Georg Simmel (1911) para questionar esse lugar de dupla invisibilidade de um lugar não marcado que a masculinidade branca ocupa:

Se alguém percebe grosseiramente as relações entre os sexos como a relação entre senhor e escravos, então se dará conta que é privilégio dos senhores não ter que pensar continuamente sobre o fato de que são senhores. Ao contrário, a posição do escravo é tal que nunca o deixa esquecer isto. Não há dúvida nenhuma de que a mulher muito mais raramente perde o sentido do que ser mulher significa do que o homem a respeito do que é ser homem (SIMMEL, 1911 apud KIMMEL, 1998, p. 116).

Ao analisarmos a construção discursiva a partir de uma perspectiva de gênero, questionamos quais violências estamos apagando quando optamos por ver “a” realidade por uma só lente? E quando ela é explicada (e vendida) por um senhor? Em um país marcadamente racista como o Brasil, que produz uma continuidade moral, intelectual e estética para justificar as relações de dominação,

têm-se diferentes sentidos sobre a produção das masculinidades não-brancas. Deividson Faustino (2018, p.9) argumenta que “Enquanto “o negro não for um homem” (e sim um homem negro), e os brancos forem expressão universal da humanidade, a atração incontrolável pela mulher branca não será apenas reflexo de um padrão estético de beleza embranquecido e ocidentalizado”. Esse reflexo não se dá apenas nas masculinidades subalternas, como podemos ver através do discurso *redpill*.

Ao pensarmos a dimensão relacional do conceito de gênero, entendemos que a construção das masculinidades e feminilidades acontecem simultaneamente; a exemplo, a concepção de uma natureza passiva ao feminino e a cultura ativa ao masculino (BUTLER, 2018). Em oposição as teorias e gênero contemporâneas, o movimento *redpill* pauta o caráter natural e biológico do sexo binário que estabelece uma suposta complementação entre os sexos, no qual, pauta essa complementariedade através das relações amorosas com mulheres que “entendem” seu papel no lar e no casamento, que buscam ter filhos e ter o homem como o principal provedor.

Pensando nisso, a mentoria que o *coach* do Campari vende visa “identificar os comportamentos femininos que podem arruinar a vida de todos os homens”, comportamentos que ele define como “*red flags*”; isso inclui: vício em compras e/ou reality shows, “drama excessivo”, mulheres “surtadas”, “mentirosas patológicas”, *sugar baby*, mães solteiras e mulheres que tiveram “incontáveis” parceiros sexuais ou ainda aquelas que mantém homens do passado por perto. Aqui, evidencia-se a complexa rede de regulação social que polícia os sujeitos e seus comportamentos, em particular, as mulheres.

A partir da netnografia das redes sociais do influenciador podemos perceber que existe um sentido muito estrito do que é entendido como homem e mulher, no qual, quem é percebido como pessoas “de valor” são pessoas que possuem valores morais cristãos, como colocar a família em primeiro lugar (mesmo que esta seja permeada por violências), obediência e serventia. Não à toa, esses são valores gendrados e valorizados em mulheres. Sobre essa perspectiva, Letícia Nascimento (2022) retoma a concepção de Beauvoir para pensar que na nossa sociedade as mulheres determinam-se em relação aos homens, ocupando uma hierarquia de submissão em relação a eles, sendo, assim, marcadamente entendidas como o Outro do homem, impedidas de constituir um “ser para si”. As considerações de Grada Kilomba (2020) sobre a mulher negra, no entanto, apontam não haver uma relação de reciprocidade tampouco com a mulher branca, sendo assim, o Outro do Outro. Dessa forma, a pesquisadora complexifica essas concepções para pensar a experiência de mulheres transsexuais e travestis, que são impedidas de serem reconhecidas dentro das mulheridades e feminilidades.

Nesse sentido, essa invisibilidade é intensificada para as mulheres que ocupam outros lugares de vulnerabilidade, como mulheres negras, indígenas, transexuais e travestis, que no movimento *redpill* tem pouco (ou nenhum) lugar no “mercado sexual”. As mulheres “de valor” exaltadas no *site* do *coach* são mulheres jovens, brancas, magras, e, na sua maioria, loiras. Segundo o teórico Carlos Hasenbalg (2005), a raça faz essa estratificação social, onde o fenótipo por si só é um capital simbólico, onde a brancura da pele se torna uma posse por si só, fazendo com que esse capital simbólico gere possibilidades de virar capital material, o que podemos constatar a partir dessa netnografia, onde o casamento com uma mulher branca se constitui como o objetivo de vida a ser alcançado.

Considerações Finais

Por meio da análise de redes sociais, o presente texto buscou articular reflexões em torno do caso do Coach do Campari e como a ascensão da extrema direita propiciou o fortalecimento da ideologia *redpill*, baseada em ideais cristãos conservadores e no uso da violência como expressão de masculinidade.

Buscamos refletir sobre as masculinidades, no plural, entendidas como expressões da diferença sexual e dos processos combinados da racialização. Assim, embora esse movimento se apresenta como defensor dos direitos dos homens, através da noção que eles são as figuras que sofrem opressão pelo tecido social feminista, nos atentamos em mostrar que, na verdade, essa ideologia apenas se preocupa em manter os privilégios de uma parcela dos homens, a elite masculina branca.

É notório como os homens ditos *redpill*, criam padrões estéticos para as mulheres, e padrões também para eles mesmos. Dentro desses mesmos padrões, perpetuar a misoginia é um dos seus principais focos. Como vimos por meio de alguns trechos colhidos das redes sociais do *redpill* analisado, há todo um manual de como ser um homem como esse, e quais critérios seguir, focalizando em uma masculinidade hegemônica, branca e cisheterossexual.

Referências

- AMBRA, Pedro Eduardo Silva. *A noção de homem em Lacan: uma leitura das fórmulas da sexuação a partir da história da masculinidade no Ocidente*. 2013. 128, pp. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BIROLI, Flávia. *Gênero, “valores familiares” e democracia*. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos (orgs). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 224, pp.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 2018.
- CAMPOS, Carmen Hein; BERNARDES, Márcia Nina. Ideologia de gênero e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Rev. Estud. Fem.* 30 (3), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/43NqLDdCy6Gjzb8BSPfj5H/?lang=pt>. Acesso: 17/07/2023.
- CONNELL, Robert W; MESSERCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.* 21. 1, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>. Acesso: 14/07/2023.
- D’ANDRÉA, Carlos. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: EDUFBA, 2020.
- DE SOUZA LIMA-SANTOS, André Villela; DOS SANTOS, Manoel Antônio. Incels e Misoginia On-line em Tempos de Cultura Digital. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 22, n. 3, p. 1081–1102, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/69802>. Acesso: 14/07/2023.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. “O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo.” *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014: 75–104.

- GARTON, Laura; HAYTHORNTHWAITE, Caroline; WELLMAN, Barry. 'Studying Online Social Networks', in Steve Jones (ed.), *Doing Internet. Research: Critical Issues in Methods for Examining The Net*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. 1ªed, 1999, 348, pp.
- HASENBALG, Carlos *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos* [on-line]. 1998, v. 4, n. 9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10/05/2023.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2020.
- KOZINETS, Robert. V. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na Contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2),110–117. 2018. Disponível em: <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/78>. Acesso: 17/07/2023.
- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 809–840, 2008.
- MEIRA, Luís Antonio. Alves. *Infiltrado no chan: economia e linguagem do ódio*. 2020. p. 100. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Campinas, 2021.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Soc. estado*. 32 (03), Sep-Dec 2017: 725–748, pp. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt>. Acesso: 20/07/2023.
- MOORE, Henrietta. "Compreendendo sexo e gênero". In: INGOLD, Tim (1ª ed.) – *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997, p. 813–830.
- MOSCHKOVICH, Marília. "Família" e a nova gramática dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro: (2019–2021). Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America, São Paulo, The Mecila Working Paper Series, 2023, 43, pp.
- NAGLE, Angela. *Kill all normies: online culture wars from 4chan to Tumblr to Trump and the alt-right*. Winchester: Zero Books, 2017.
- NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo, Editora Jandaíra, 2021.
- PALMA, Isaac. 'As cores da masculinidade', de Mara Viveros Vigoya. *Revista Epistemologias do Sul*, 3.1, 2019, 200–208, pp. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2456>. Acesso: 20/07/2023.
- PAMPLONA, Roberta Silveira; BARROS, Bétina Warmling. As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. *BIB – Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (95). 2021, pp. 1-20. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/115>. Acesso: 10/07/2023.
- PRECIADO, Paul B. *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. São Paulo, Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.
- SAFATLE, Vladimir Pinheiro, JUNIOR DA SILVA, Nelson, DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. São Paulo, Autêntica Editora, 2021.

VALENTE, M. *Misoginia na internet: uma década de disputas por direitos*. São Paulo, Fósforo Editora, 2023.

VAN VALKENBURGH, SHAWN P. Digesting the Red Pill: Masculinity and Neoliberalism in the Manosphere. *Men and Masculinities*, 24(1), 84–103, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1097184X18816118>. Acesso: 20/07/2023.

VILAÇA, GRACILA ; D'ANDRÉA, Carlos . Da manosphere à machosfera: Práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas anonimizadas . *Revista Eco-Pós (on-line)*, v. 24, p. 410–440, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27703. Acesso: 20/07/2013.

ZANELLO, Valeska. . Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de WhatsApp masculinos no Brasil. In: Larissa Ferreira. (Org.). *Gênero em perspectiva*. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2020. 194, pp.

DISCURSOS ANTIFEMINISTAS NO INSTAGRAM DE PESSOAS ELEITAS EM SANTA CATARINA¹¹²

ANA CAROLINA ANDRADE DE CAMARGO

CRISTINA SCHEIBE WOLFF

Introdução

O mundo não é mais o mesmo. O atual cenário da popularização das tecnologias digitais comunicacionais, principalmente as redes sociais, traz mudanças sem precedentes nas interações sociais, uma vez que vivemos uma era em que as atividades econômicas, políticas e sociais passam a se estruturar através da internet, e são medidas pelas curtidas, visualizações ou *tweets*. (FURLANI, 2021, p. 34). Novas questões, novos métodos, novas interações. Os atores sociais mudam e são modificados por esta lógica, atuando em diferentes esferas ao mesmo tempo – muitas vezes convergindo o on-line e o off-line –, agindo em um ambiente midiático (FÁTIMA; MIRANDA, 2022) e constantemente controlado e observado.

O meio digital atinge o cerne das questões sociais, alterando as pré-existentes e criando questões que impactam a experiência humana de alguma forma. Esse impacto chega até o campo dos movimentos sociais, desde a sua caracterização até mesmo na formulação das diferentes estratégias de atuação que precisam se adaptar ao seu novo “público”. Mais do que um entretenimento, as redes vão cada vez mais sendo apropriadas como um espaço de luta: o engajamento se torna sua arma e fomenta a divulgação dos ideais, sendo a divulgação facilitada e ampliada (LANGNER; ZULIANI; MENDONÇA, 2015). Este é o fenômeno do *ciberativismo* ou ativismo digital, que também tem sido utilizado pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, negros, indígenas, bem como por sindicatos, partidos e associações.

Com o ambiente on-line tornando-se cada vez mais presente e se mesclando com o off-line, gerando uma “cultura de convergência” (URUPÁ apud FURLANI, 2021), os conflitos sociais antes existentes agora tomam uma nova dimensão, propiciando o surgimento e a disseminação de discursos de ódio sob novas formas (BUTLER, 2021). No caso da agenda antifeminista, eles surgem como forma de oposição ao feminismo – que cada vez mais conquista seu espaço nas redes, paradoxalmente crescendo em conjunção. Esse grupo atua com uma estratégia deslegitimadora e depreciativa que vulgariza o movimento feminista e suas agentes. Os argumentos são constantemente sustentados a partir de distorções da realidade e das pautas feministas que, por muitas vezes, estão atrelados a discursos religiosos e fundamentalistas que ironizam utilizando a zombaria como forma de ação.

Segundo Iara Beleli (2022), o momento atual de intensificação da polarização política e aliada ao contexto de novas tecnologias comunicacionais revela o aumento dos discursos de ódio

112 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

no Brasil, principalmente contra grupos que partem em defesa dos Direitos Humanos (p. 3), como o movimento feminista. Para Liriam Sponholz (2020), esses discursos têm relação principalmente com as mídias digitais ou as redes sociais, que, por muitas vezes, são o palco para que esse tipo de discurso se propague, provocando polêmicas que servem de gancho para as interações entre os usuários.

Em março de 2023, uma Deputada Estadual de Santa Catarina fez uma publicação em seu Instagram para divulgar sua nova oficina, denominada “10 Mentiras feministas”, onde o objetivo é ensinar aos assinantes como refutar o que a deputada considera “mentiras feministas mais disseminadas”¹¹³. Na foto da publicação são utilizadas diversas mulheres caricatas, com expressões de raiva ou ódio, acompanhada de uma música que diz “mimimi”:



Figura 1: Captura de tela de publicação realizada pela Deputada Estadual de SC no Instagram.

Fonte: Reprodução do Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqMGtzHgvAc/>. Acessado em 05/10/2023.

A legenda da foto ironiza o movimento, dizendo que o som escutado é “o uivo ancestral de desespero emitido por feministas [...] Se elxas já estavam se esgoelando, agora vão começar a urrar.” Segundo Sponholz (2020), um discurso de ódio é uma comunicação pública que “degrada simbolicamente grupos considerados historicamente oprimidos ou sistematicamente discriminados” (p. 221). Aqui, a deputada utiliza ironicamente pronomes neutros a fim de ridicularizar a prática, utilizando da zombaria como método de ação, coincidindo com a clara referência às reivindicações feministas como “mimimi”, ou seja, invalidando-as. Estratégias como essa aparecem cada vez mais nas principais plataformas, principalmente com o objetivo claro de deslegitimar conquistas feministas e as próprias mulheres feministas a partir de zombarias e falácias.

Além dessa deputada em específico, analisaremos neste artigo as publicações de outras duas figuras políticas públicas do estado de Santa Catarina, a fim de demonstrar os discursos antifeministas empregados por personalidades políticas catarinenses, que atendem a uma lógica de confor-

113 Site da oficina “10 Mentiras Feministas”, da deputada: <https://anacampagnolo.com/oficina1/>. Acessado em 05/10/2023.

mação da chamada “nova” direita no Brasil. O que essas publicações dizem? O que sugerem? Quais emoções ou afetos tentam desencadear no público a fim de comover sua opinião?

Tudo isso será analisado, principalmente, no contexto de ascensão das mídias digitais e das redes sociais como um novo padrão de comunicação, sendo o local escolhido por esses agentes para empregar uma tentativa de deslegitimação do movimento feminista através de estereótipos negativos e distorções das reivindicações, transformando até mesmo o termo “feminista” em uma categoria de acusação (BELELI, 2022, p. 4). Mas é importante deixar claro também que estas figuras públicas não atuam somente nas redes sociais. Ele e elas estão no plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e na Câmara Federal, se contrapondo a projetos de leis progressistas, propondo projetos que limitam direitos para mulheres, pessoas LGBTQIA+, bem como apoiando as políticas neoliberais nas pautas econômicas, defendendo a liberalização no porte de armas, entre outras diretivas políticas ligadas ao movimento conservador ao qual se filiam.

Análise do discurso antifeminista através de publicações no Instagram

Ao transitar pelo Instagram de figuras políticas que se autodenominam antifeministas ou que reiteram essa agenda, é possível perceber a presença de nichos temáticos de atuação. Em sua maioria, são temáticas de luta do movimento feminista que passam por um profundo processo de distorção ou simples deslegitimação. Desde a legalização do aborto, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a desigualdade salarial, os malefícios da masculinidade tóxica, todos esses são temas tratados pelo movimento que são revisitados pela agenda antifeminista, que defendem que se trata de mentiras feministas. É claro, em uma sociedade democrática todos os indivíduos devem ter sua liberdade de expressão e o direito de escolha, porém, o limite entre a opinião e a deslegitimação aqui é muitas vezes ultrapassado pelo uso de dados e notícias falsas, ou mesmo premissas falsas.

O primeiro perfil analisado, além de ser de uma Deputada Estadual, também é o de uma mulher formada em história pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHA-PECÓ), tendo atuado no ensino básico desde 2010. Filiada ao PL – SC e eleita em 2018, se autodenomina “antifeminista, conservadora, cristã e de direita”¹¹⁴ e é conhecida pela proximidade com o pensamento olavista¹¹⁵ e com o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Com a divulgação de seu curso “10 Mentiras Feministas”, a deputada lançou uma série de vídeos com temáticas feministas a serem rebatidas: mercado de trabalho feminino, maternidade, e vida doméstica, trazendo argumentos para incentivar a abdicação do feminismo, propagando uma ideia deturpada do movimento (SILVA e GOMES, 2022, p. 8).

114 Para saber mais, acesse: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-ana-caroline-campagnolo-a-deputada-que-quer-a-denuncia-de-professores-doutrinadores/>. Acessado em 05/10/2023.

115 Pensamento engajado através das ideias de Olavo de Carvalho.



Figura 2: Captura de tela de publicação realizada pela Deputada Estadual de SC no Instagram.

Fonte: Reprodução do Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsR9W3oJX4q/>. Acessado em 05/10/2023.

A deputada faz questionamentos acerca da condição das mulheres: “estão infelizes? estão felizes? E as mulheres que você conhece que são feministas, como elas se parecem?”. Segundo ela, desde o surgimento do feminismo os índices de felicidade das mulheres estão piores em relação aos homens: com o crescimento da inserção de mulheres no mercado de trabalho, a lista de obrigações para as mulheres cada vez mais aumenta e a dos homens diminui.

Tudo isso pra quê? Tudo isso para nos mostrar que as promessas de independência e libertação das feministas não passaram de mentiras. E essa não é a única ilusão que elas ajudaram a criar raízes em nossas mentes [...]. (2023, 2:10min).

Além disso, continua na legenda da publicação: “As teóricas feministas diziam que com a inserção no mercado de trabalho as mulheres se tornariam “empoderadas”. Mas que espécie de empoderamento é esse que causa o aumento da infelicidade?”. É interessante notar que esse é um argumento mobilizado pelo chamado “pós-feminismo” que argumenta que as mulheres já teriam conquistado as principais questões, e que o feminismo seria assim superado (Ana G. MACEDO, 2006), mas neste caso não é apenas pós, mas antifeminismo, cujo objetivo é, muitas vezes, reverter conquistas do movimento.

É possível perceber uma estratégia aqui empregada, uma vez que a deputada não apenas fala aquilo que vem à mente: constantemente faz menção a estudos e dados estatísticos para “embasar” seus argumentos e apontar a suposta incongruência na concepção feminista. Ora, é importante ter em mente que os discursos de ódio não estão necessariamente opostos à racionalidade, uma vez que podem estar imbuídos de estratégias – neste caso deslegitimadoras –, com processos sofisticados de argumentação (SPONHOLZ, 2020, p. 224) a fim de atingir um propósito específico.

O que não é considerado – ou é omitido propositalmente – é que o feminismo justamente reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes, sendo a experiência masculina pri-

vilegiada ao longo da história e a feminina, negligenciada (CRUZ e DIAS, 2015, p. 36). Segundo Furlani (2021), Margaret Power e Paola Bacchetta apontam em seus escritos, o quanto a ascensão de mulheres de direita conquistando seu espaço através da propagação de ideais direitistas demonstra certa contradição, já que seus discursos pregam o retorno aos valores tradicionais, ao passo que ocupam espaços que por muito tempo eram masculinos – espaços esses que foram conquistados por feministas, revelando um caráter paradoxal.

Em outra publicação realizada no Instagram da deputada, o tema é parecido, mas, dessa vez, o argumento é que “Segundo muitas feministas, ser mãe é a raiz de todos os problemas das mulheres”¹¹⁶. A estratégia é a mesma: utilização de dados estatísticos e pesquisas científicas para distorcer a realidade das pautas feministas, promovendo reformulações acerca do passado que é revisitado para negar as conquistas realizadas pelo movimento. A deputada inclusive cita grandes autoras e ativistas como Gloria Steinem, Simone de Beauvoir e Betty Friedan ao falar de maternidade e o pensamento “antidoméstico” que impulsionou a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Se Betty Friedan estivesse certa, as mulheres passariam a ser muito felizes e psicologicamente mais saudáveis quando tivessem menos filhos e se tornassem trabalhadoras profissionais. Mas não foi isso que aconteceu na prática. [...] O índice de mulheres infelizes está aumentando. (2023).

A tentativa é clara: contra-atacar as ideias que não se adaptam ao ideal e aos valores “inatos” da mulher (RAMOS, 2021, p. 9), como a maternidade e o serviço doméstico. O feminismo, para ela, atua como um potencial aniquilador de valores tradicionais como a família.



Figura 3: Captura de tela de publicação realizada pela Deputada Estadual de SC no Instagram

Fonte: Reprodução do Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsMQWfGpbUL/>. Acessado em 05/10/2023.

116 Publicação disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CsMQWfGpbUL/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acessado em 05/10/2023.

A compreensão aqui, seguindo a interpretação de Rosana Pinheiro-Machado (apud FURLANI, 2021, p. 37) é de que o feminismo é contrário àquilo que é feminino, sendo o antifeminismo uma espécie de obsessão desnorteadora que vê o movimento feminista como uma ameaça à família tradicional.

Além dessa ameaça, vale ressaltar como a denominação “feminista” se torna uma espécie de categoria de acusação (BELELI, 2022), ocorrida, por exemplo, na publicação do dia 14 de abril de 2023, ainda da deputada¹¹⁷. No vídeo de quinze minutos, além de dizer “feminista quando fala, pode se preparar que é uma mentira atrás da outra.”, propõe denominar a bancada feminina da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) de “bancada feminista”, em tom acusatório e desqualificador (2023, 14:58 min). Para a deputada, ser feminista é motivo de vergonha e serve até mesmo de uma espécie de xingamento, transformando a posição em uma desqualificação pessoal atravessada de uma moralidade avessa, disseminando ideias odiosas. Além desse discurso mais formal, não é difícil ver denominações um pouco mais repulsivas como “feminazi” ao circular pelas redes e pelos comentários que cercam essas postagens aqui analisadas.

Ainda como potencial aniquilador da família, o feminismo é descrito como aniquilador da maternidade e da felicidade por ela gerada. Numa publicação de 20 de julho de 2023, outra Deputada Federal analisada por nós – eleita em 2022 – declara: “Se você NÃO é feminista leia o texto”.



Figura 4: Captura de tela de publicação realizada pela Deputada Federal no Instagram

Fonte: Reprodução do Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cu8VHGyt2r8/?igshid=MtC4MmM1Yml2Ng%3D%3D>. Acesso em 05/10/2023.

¹¹⁷ Publicação disponível em: <https://www.instagram.com/p/CrCMYyJEOb/>. Acessado em: 05/10/2023.

Na legenda do vídeo, a deputada discorre acerca das diferenças de escolhas entre homens e mulheres e relata uma experiência pessoal:

Na vida pública, por exemplo, estou sempre dividida entre gastar mais tempo com minha família ou me dividir entre os afazeres de estudar projetos de lei, organizar meu gabinete, estar presente em agendas pelo meu amado estado de Santa Catarina encontrando amigos e apoiadores que lutaram pelo nosso mandato. (2023).

Segundo ela, a “agenda feminista tem incentivado meninas a não serem mães e a pensarem que a maternidade é um fardo”, o que claramente é uma distorção do argumento feminista a fim de gerar um sentimento de repulsa ao movimento pelo público que a segue que, em sua maioria, é conservador. Como é dito por Ahmed, as feministas são colocadas numa posição de estraga-prazeres da felicidade que pode ser encontrada nos valores tradicionais e ocidentais de família. “Dispor-se a ir contra uma ordem social, que é protegida como uma ordem moral, uma ordem de felicidade, é dispor-se a causar infelicidade, mesmo se infelicidade não for a sua causa” (AHMED, 2022, p. 87). Porém, Sara Ahmed defende a necessidade de ser esta estraga-prazeres como uma estratégia de ação feminista para a conquista de direitos, enquanto as antifeministas utilizam o termo para desqualificar o discurso feminista que vai contra piadas sexistas, estereótipos e mesmo contra os privilégios acumulados pelos homens.

Ainda falando sobre os valores que são “naturalmente” atribuídos às mulheres desde o seu nascimento, a quebra com a feminilidade também é vista como uma subversão dos valores por antifeministas. Sobre isso podemos ver a publicação do dia 26 de fevereiro de 2023 de um Deputado Estadual de Santa Catarina eleito em 2018 que se autointitula conservador:



Figura 5: Captura de tela de publicação realizada pelo Deputado Estadual de SC no Instagram.

Fonte: Reprodução do Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CpI2JFRDFET/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D>. Acessado em 05/10/2023.

Para o deputado, o feminismo teve o papel de vulgarizar e desvalorizar a mulher, uma vez que, segundo ele, “O feminismo destrói tudo aquilo que significa ser feminina”. O empoderamento feminino defendido pela pauta feminista, que muitas vezes está ligado à luta pela participação social e pelos direitos, é entendido às avessas: como uma estratégia de perversão e subversão¹¹⁸. Para ele, “essa ideologia maldita”, acaba com o bem mais precioso de uma mulher: a feminilidade; e ainda alerta: “Não seja feminista, seja feminina!”.

É interessante pensar que diferentemente dos discursos anteriormente mencionados que foram proferidos por mulheres, o tom do deputado é muito mais veemente: a utilização de palavras como “ideologia maldita” ou a alusão a uma usurpação da feminilidade explora uma dimensão muito mais odiosa do discurso. Para filósofas como Judith Butler (2021) isso não é uma novidade, já que a intolerância que é demonstrada nessas ações é o primeiro passo para a prática reiterada das violências simbólicas, argumentando contra a criação de políticas de proteção de direitos de grupos minoritários ou discriminados.

Esse discurso tem um caráter mais explicitamente emocional, apelando para preconceitos e imagens que são fortes na sociedade: sem nenhum escrúpulo ou dados científicos – como visto na estratégia da primeira deputada –, a tentativa é de incitar o ódio, o nojo, a raiva e, principalmente, deslegitimar todas as mulheres lutadoras da causa feminista. A tentativa do deputado é de trazer essas emoções para o campo político, gerando dividendos para ele em uma plataforma conservadora. Ao opor o feminismo a valores tradicionais como a família, a maternidade ou mesmo aquilo que ele considera como feminino, o deputado visa reforçar sua posição conservadora e familista.

A estratégia antifeminista e a ascensão da nova direita

Todas as análises de discursos antifeministas – em sua maior parte, discursos de ódio ou odiosos – supracitadas nos levam a um questionamento: ora, qual o enquadramento dessas disputas nas redes e mídias sociais na ascensão da “nova” extrema direita no Brasil?

Um discurso de ódio pode ser definido como uma degradação pública a um certo grupo específico, sendo, para Liriam Sponholz, uma forma consciente de gerar certa iniquidade entre esses diferentes grupos com diferentes opiniões. No caso dos discursos de ódio antifeministas, estes, fazem parte de uma agenda política que está aliada a diferentes pautas como o anticomunismo, antipetismo, autoritarismo, moralidade e até mesmo negacionismo, pautas que são constantemente alinhadas com a chamada “nova direita”. Eles têm, dessa forma, o objetivo específico de discriminar pensamentos e movimentos contrários àqueles que são considerados de direita. O que acontece, portanto, é um prejuízo para a relação entre grupos na sociedade e a ameaça severa ao exercício da cidadania (SPONHOLZ, 2020).

Esses discursos sempre ocorrem na esfera pública, mas, no caso das publicações feitas em redes sociais como o Instagram, a dimensão é outra. Na era digital, essas ditas plataformas digitais tomam um espaço importante nas mídias, sendo responsáveis pela disseminação ou não dos conteúdos nelas gerados através de algoritmos de distribuição. Dessa maneira, a forma como os

118 Aqui fazemos alusão ao título de um dos livros da primeira deputada estudada: “Feminismo: Perversão e Subversão”, que relaciona o movimento feminista com uma ameaça ao patriarcado ocidental que “sustenta” a sociedade. A perversão se relaciona com a corrupção a valores ocidentais e a subversão, à cultura - também ocidental.

usuários interagem com o conteúdo importa mais do que o próprio conteúdo, sendo detectado pelo algoritmo os assuntos e o grau de interesse desses usuários. Alguns estudos têm mostrado também os vieses nos algoritmos, que acabam favorecendo os discursos conservadores.

Em todas as publicações que aqui foram mostradas, havia um abismo entre as pessoas que interagiram em cada uma. De um lado, apoiadores de cada um daqueles deputados que fizeram as publicações e, de outro, pessoas totalmente contra tais posicionamentos, defendendo as suas próprias ideias nos comentários. Nas redes sociais, esses discursos são muito utilizados com esta exata finalidade: o engajamento – curtidas, compartilhamentos, comentários, republicações, etc. Neste caso, eles se convertem em um “gancho para a interação” (SPONHOLZ, 2020, p. 231).

Ainda segundo Sponholz, esses discursos plataformizados são um tipo específico de discriminação simbólica, que estereotipa grupos e os humilha. É exatamente o que vemos com publicações como as que aqui foram analisadas. O movimento feminista é constantemente rechaçado, tratado como contraditório através das distorções e das falácias que são criadas, fazendo até com que suas agentes sejam tratadas de forma estereotipada e humilhadas através de ironizações e zombarias. Além de deslegitimar e discriminar um movimento que traz opiniões contrárias aos da direita brasileira, estas publicações são utilizadas como ganchos de interação, atraindo o público e gerando engajamento através de um movimento que cresce a cada dia nas mídias digitais.

Nos casos das deputadas e deputado citados, estes discursos antifeministas que se revestem como discursos de ódio, com caráter misógino e conservador, se constituem em estratégias eleitorais e de engajamento. No caso da primeira deputada, toda a sua campanha política se calçou em um processo que moveu contra uma professora, a Professora Marlene de Fáveri, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.¹¹⁹ No processo em que acusou a professora de cristofobia e doutrinação feminista, apesar de não ter sido finalmente julgado procedente, a deputada adquiriu fama, e se colocou junto ao movimento Escola Sem Partido, e a todo o movimento antigênero, propondo que as crianças gravassem os professores em sala de aula para denunciar o uso de conceitos de gênero e outras formas daquilo que considera doutrinação. Os outros dois deputados analisados também juntam suas pautas armamentistas, conservadoras e familistas, como forma de se colocar ao lado de um grupo de pessoas ligados, seja ao catolicismo, seja a igrejas pentecostais, e, de qualquer forma, pessoas que se identificam com os valores considerados conservadores.

A denúncia que fazem ao feminismo como uma “mentira”, evocando valores românticos de uma família burguesa em que a mãe fica com os filhos, se possível inclusive com o *homeschooling* (que é um projeto que tentam passar nas respectivas casas legislativas), acaba servindo como uma importante bandeira nas suas pautas políticas. Mas essas pautas não se resumem a isso, e seu conservadorismo se junta a um neoliberalismo econômico para sustentar os interesses políticos das elites financeiras brasileiras e internacionais. Com o feminismo, eles denunciam o comunismo, os grupos LGBTQIA+, as religiões de matriz africana, as universidades públicas e tudo o que consideram que vai de encontro aos valores tradicionais. A pergunta que fica é, a quem interessa a manutenção, a conservação, dos valores e papéis sociais tradicionais?

119 Para ler mais sobre o assunto, acesse: <https://caterinas.info/nao-posso-orientar-quem-nao-acredita-naquilo-que-estuda-afirma-marlene-de-faveri/>. Acessado em 05/10/2023.

Referências

- AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. São Paulo: Ubu, 2022.
- BELELI, Iara. Antifeminismos: los efectos de los discursos de odio. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, n. 38, pp. e22311, 2023.
- BUTLER, Judith. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.
- COSTA FRANÇA, Matheus; GUEDES VIEIRA, Marcia; LÚCIA FIGUEIRÓ, Ana. *Vozes antifeministas nas redes sociais – uma análise de conteúdo*. Brasília, 2018. 34. Programa de Iniciação Científica - PIC/UniCEUB - Relatórios de Pesquisa.
- CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. *Revista de Estudos de Cultura*, v. 1, pp. 33-42, 2015.
- DI FÁTIMA, B.; MIRANDA, S. Discurso de odio, fake news y redes sociales: una breve introducción. *Razón y Palabra*, Ecuador, v. 26, n. 113, pp. 12–16, 2022.
- FURLANI, Danielle Fernandes Rodrigues. *Vozes antifeministas no Brasil: mulheres reagindo ao feminismo*. Niterói, 2021. 72p. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Sociais. Instituto de Ciências e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- LANGNER, A.; ZULIANI, C. S. ; MENDONÇA, F. O Movimento Feminista e o Ativismo Digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas on-line. *III congresso internacional de direito e contemporaneidade: mídias e direitos na sociedade em rede e v congresso iberoamericano de investigadores e docentes de direito e informática*, Santa Maria, pp. 1- 14, 2015.
- MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis [on-line], v. 14, n. 3, pp. 813-817, 2006.
- RAMOS, Larissa Aparecida. Entre a negação e a conspiração: o antifeminismo no Brasil contemporâneo. *Revista Cadernos de Clio*, Curitiba, v. 12, n. 2, pp. 1-30, 6 mar. 2023.
- SILVA, Mayara Paula Atanásio Soares Da; GOMES, Girlaine Pergentino. Movimentos antifeministas e desinformação: uma análise dos discursos promovidos no Instagram. *REBECIN*, São Paulo, v. 9, número especial, pp. 1-13, 2022
- SPONHOLZ, L. O PAPEL DOS DISCURSOS DE ÓDIO (ONLINE) NA ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA: um aporte teórico. *Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, Niterói, v. 22, n. 3, pp. 220-243, dez. 2020.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, emoções e afetos na política. In: WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. pp. 229-242.

FELIZMENTE, PECAMOS AO SUL DO EQUADOR: A “CURA GAY” E OS USUÁRIOS DA FÉ¹²⁰

KATHARINE NATALY TRAJANO SANTOS

TALITA FERNANDES ARAUJO

Este capítulo, de forma introdutória, busca lançar luz sobre o acervo do *Centro de Documentação* (CEDOC) do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e se interliga ao nosso trabalho, enquanto historiadoras e discentes do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em História, assim como na nossa atuação no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e o convite à participação no Projeto Internet e Igualdade de Gênero, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), todos realizados na UFSC.

Estamos pensando a sexualidade enquanto uma importante categoria analítica. Observamos, nos últimos anos, o crescimento dos pânicos morais – nas ruas e na internet – sobre esta, especialmente no que diz respeito às homoafetividades e dissidências sexuais e de gênero, endossadas por discursos religiosos fundamentalistas e supremacistas brancos, que utilizam as redes sociais para reforçar um discurso discriminatório, e, ainda, lucrar com ele.

Parte do acervo do CEDOC, aqui citado, já está disponível para acesso em endereço virtual, assim como as articulações e pedagogias empregadas com e pelos empresários religiosos que chamamos de “usuários da fé”. Focaremos nas “terapias de conversão sexual” ou “cura gay” e num diálogo transnacional e corporativo que tomou corpo no tecido social brasileiro, revelando o uso sistemático de uma prática violenta e nefasta. Destacamos, por exemplo, o caso de Karol Eller: *influencer* digital ligada ao Partido Liberal (PL) que, um mês antes de tirar sua própria vida, participou do retiro Maanaim, da Assembleia de Deus em Rio Verde (GO), “renunciando” à sua homoafetividade. O uso da “cura” por eles empregado é alvo de uma corrente investigação no Ministério Público Federal (MPF) e inspirou a protocolação de um projeto de lei, criado pela deputada Erika Hilton (PSOL/SP), que equipara seu uso à tortura.¹²¹

O corpo é um dos lugares onde o poder e as suas relações se expressam. A sexualidade, no pretense mundo moderno-colonial em que vivemos ao sul global, é constantemente pensada a partir das lógicas de saber/poder dos povos colonizadores. Nesse processo, paternalismo, misoginia,

120 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

121 O projeto de lei prevê que seja considerado crime inafiançável, com pena de reclusão de dois a oito anos. Para mais informações, ler a reportagem de Camila da Silva na Carta Capital: <https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-a-morte-de-karol-eller-erika-hilton-propoe-lei-para-equiparar-cura-gay-ao-crime-de-tortura/>. Acesso em 2 de Dezembro de 2023.

relações de parentesco, reprodução, fetiches/espelhamentos e outros fatores influenciam e alimentam a colonialidade como processo relacional, continuado mesmo após a nossa independência.

As sexualidades dissidentes são, no Brasil, historicamente, perseguidas, julgadas e eliminadas. O tal “desvio” à norma existe, inclusive, numa relação interdependente, já que é ela quem produz a alteridade para dizer-se central, dominante. No campo da história pública, podemos pensar quanto recente é o debate sobre esta, que sempre foi biologizada, naturalizada e funcionalista:

Desde meados do século XX, a homossexualidade tem sido gradualmente desclassificada como doença, distúrbio ou perversão pelas principais organizações mundiais de saúde, entres elas, a Associação Americana de Psiquiatria (1973) e a Associação Americana de Psicologia (1975), no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia deixou de enquadrar como um desvio sexual dez anos mais tarde, em 1985. Durante a Assembleia Geral de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais, e em 1991, a Anistia Internacional passou a incluir discriminação contra homossexuais como uma violação aos direitos humanos. (SPECK; MARTINS, 2021, n.p).

O material encontrado no acervo do CEDOC nos auxilia a entender essas interações. A passagem aqui acolhida, cujo título é *Cristãos pregam cura para gays*, foi publicada pela *Folha de São Paulo*, importante jornal paulista, no dia 14 de julho de 1998, dentro da seção ‘Mundo’. Transcrevemos a abaixo:

Grupos conservadores cristãos publicaram ontem anúncio de uma página no jornal, dizendo que os homossexuais poderiam ‘superar’ sua condição ao se voltar a Deus. A propaganda apresenta o testemunho de Anne Paulk, ‘esposa, mãe e ex-lésbica’, que diz ter mudado graças à religião. ‘Abandonar o homossexualismo foi uma das coisas mais difíceis que já fiz’. O anúncio, que deve sair também nos jornais ‘The Washington Post’ e ‘USA Today’, causou furor entre homossexuais dos EUA. ‘O ódio e a intolerância que essa propaganda representa são a verdadeira perversão’, disse Tracey Canty, da Força-Tarefa Gay e Lésbica nacional.

É interessante notarmos que, apesar de seus posicionamentos conservadores, a *Folha* endereçou a questão criando uma oposicionalidade que se interliga também ao que vemos no Brasil. De um lado, Anne Paulk e seu testemunho de conversão/rendição divina divulgadas em mídias impressas famosas e de alto custo; do outro, a denúncia de Tracey Canty, integrante de um movimento social organizado que situa, brevemente, a propaganda como um discurso de ódio que contrapõe a ideia de um “bom” cristianismo e, jogando com seu cinismo, declara: essa é a sua verdadeira *perversão*.

Anne Paulk, a “ex-lésbica”, casou-se no início dos anos 1990 com John Paulk, outro “ex-gay”. O casal de “ex-gay” e “ex-lésbica” estava à frente da *Exodus Global Alliance* – organização internacional que promovia a “re-orientação sexual” e tratamento psicoterapêutico para pessoas dissidentes sexuais que quisessem voluntariamente abandonar suas sexualidades. Como afirma Alexandre Oviedo Gonçalves (2016, n.p.), ela foi fundada nos anos 1970 no Canadá e apoiou iniciativas semelhantes nas décadas seguintes em espectro internacional, desembarcando em terras brasileiras “no final da década de 1990 sob a liderança de Esly Regina de Carvalho, doutora em psicologia e especializada em psicoterapia EMDR¹²²”.

Em 2013, uma das sedes norte-americanas foi fechada e em seu site circulou uma nota pública que pedia desculpas aos milhares de pessoas vitimadas pelo dito tratamento, contudo, outras

122 Sigla para “Dessensibilização e Reprocessamento por meio de Movimento Ocular, uma abordagem psicoterapêutica no tratamento de traumas e lembranças dolorosas, desenvolvida por Francine Shapiro, também doutora em psicologia pela Universidade de Denver, Estados Unidos.” (GONÇALVES, 2016, n.p.).

Exodus espalhadas lá e pelo mundo continuariam em pleno funcionamento, uma delas sendo no Paraná – Brasil. No mesmo ano, John Paulk abandonou a sua família, esposa e carreira e declarou o seu retorno à vida homoafetiva¹²³.

Anne tornou-se porta-voz e diretora-executiva da *Restored Hope Network*¹²⁴. John estreou o documentário *Pray Away*, da Netflix (2021)¹²⁵. Na mesma época, na versão digital da Folha de São Paulo, a jornalista Anna Virginia Balloussier fazia uma extensa matéria sobre a atuação desse movimento e de Andrea Vargas, a “líder do Exodus Brasil e professora da Escola da Sexualidade na Avalanche Missões”¹²⁶.

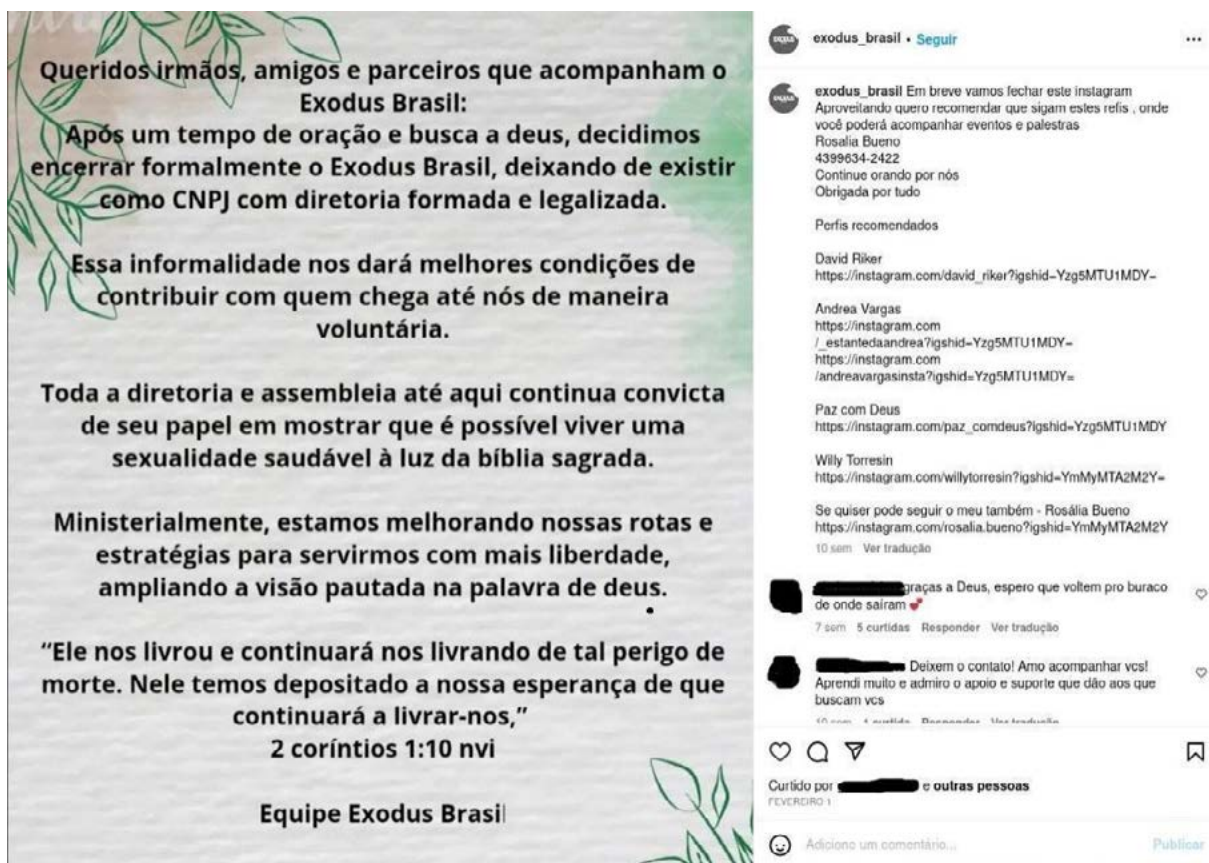


Figura 1. Captura de tela da página *Exodus Brasil* no Instagram sobre o encerramento de suas atividades

Fonte: Reprodução do Instagram (@exodus_brasil)

Em recente comunicado na página do Instagram da *Exodus Brasil* (Figura 1), a sua equipe anunciava o encerramento “formal” e “legal” da *Exodus* e seu CNPJ junto a uma passagem bíblica e os encaminhamentos para ‘melhorar rotas e estratégias’ por vias informais. A *Avalanche Missões*, em 2022, chegou a faturar R\$ 1.800,00 por aluno na última turma (veiculada nas redes) de sua “Escola

123 Mais informações em: <https://www.josephnicolosi.com/collection/when-an-ex-gay-man-returns-to-a-gay-lifestyle>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

124 As suas atividades encontram-se expostas no endereço: <https://www.restoredhopenetwork.org/board-officers>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

125 Dirigido por Kristine Stolakis, o filme reúne ex-líderes e sobreviventes da chamada “terapia de conversão” à comunidade LGBTQ+ e as suas consequências.

126 Reportagem disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/cupula-ex-ex-gay-afunda-movimento-pro-cura-gay-nos-eua-mas-braco-brasileiro-e-forte.shtml>

da Sexualidade” realizada em encontros que duravam 9 dias em lugares fechados, além de promover outras formações, assessorias e consultorias.¹²⁷

A *Exodus Brasil* teve mais de dezessete (17) eventos para “orientação” de líderes religiosos (pastores, líderes ministeriais) e possíveis pessoas a serem curadas ou que precisam de ajuda com a sexualidade “à luz das escrituras sagradas”.¹²⁸ É importante salientar que discursos de interdição não são algo que nasce com advento das redes, mas as redes sociais dão vazão para esses discursos. Como afirma o historiador Ethan Kleinberg (2020), as mídias digitais como fonte não devem ser uma discussão “superficial” que retém os dados estatísticos. Entretanto, devemos escavar esses discursos para compreender o solo onde estes encontram lugar para se produzir. Nesse processo quase arqueológico, sobre a “cura gay” e o “tratamento de sexualidade”, encontramos ligações do conservadorismo evangélico entre os EUA e o Brasil numa disputa no espaço coletivo pela verdade e história pública.

Como um dos comentários da postagem no Instagram (figura 2), a *Exodus* era responsável por levar “a Verdade libertadora de Cristo”. É importante demarcar que o seguidor da página lamenta o fim dos congressos promovidos, e a empresa, em agradecimento e para confortá-lo, afirma que vai continuar os trabalhos, mas de forma mais “discreta”.

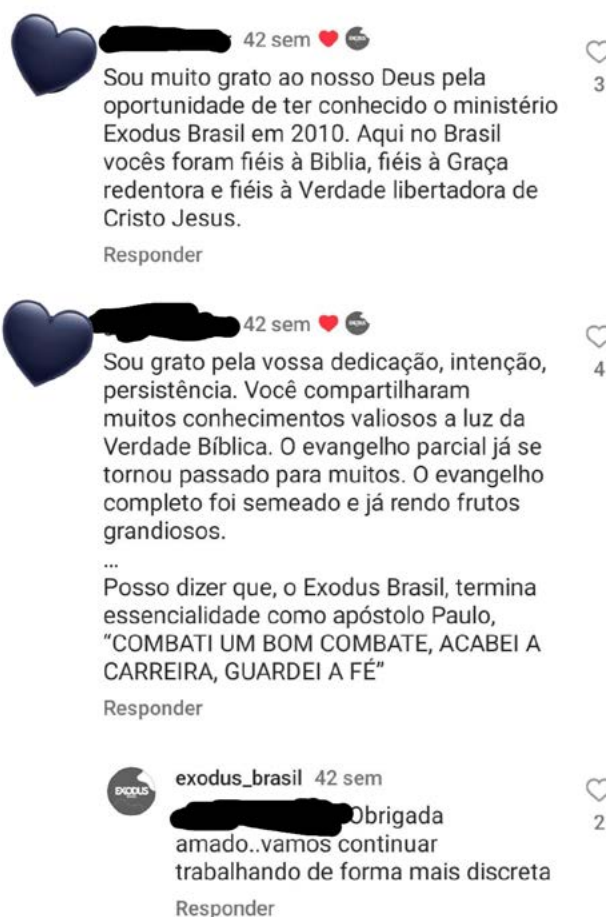


Figura 2. Captura de tela dos comentários em postagem sobre o encerramento de suas atividades
Fonte: Reprodução do Instagram (@exodus_brasil).

127 Dados retirados do site da organização: <https://avalanchemissoes.org/sexualidade/>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

128 Trecho de um dos vídeos de divulgação do 17º Congresso Exodus Brasil (realizado de forma remota devido a pandemia de Covid-19 e as restrições de encontros presenciais) publicada na página do Instagram da Exodus Brasil.

Desde 1999 os psicólogos brasileiros são proibidos a partir de uma resolução de fazer terapias de reversão de sexualidade. Porém, em 2017, a Justiça Federal do Distrito Federal concedeu liminar, a partir de uma ação de psicólogos cristãos, para os mesmos fazerem, sem embargos, terapias de reversão de sexualidade. Essa liminar ficou em vigor até 2019, quando a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu em todo território nacional qualquer terapia desse tipo. Portanto, nesse contexto de proibição nacional dessas práticas popularmente chamadas de “cura gay”, os donos das páginas afirmam que o trabalho agora vai ser mais “discreto” – possivelmente, entendemos, para não receber nenhuma ação do estado ou denúncias de organizações de Direitos Humanos.¹²⁹

O dispositivo da sexualidade, como já trabalhado por Foucault (1999), está não apenas no sujeito, sua construção subjetiva e afetiva-sexual – ele é fabricado e opera estruturalmente em nossa sociedade, buscando delimitar ou definir, em diferentes culturas euro-americanas ou por estas colonizadas, uma prática sexual enquanto norma e uma “funcionalidade” dos corpos. Isto se dá através das leis, proibições, interditos e outros jogos morais que condenam aqueles que transgridem ao modelo idealizado da sexualidade, seja por identificação ou condição.

Hoje, graças às muitas críticas traçadas pelo movimento feminista e transfeminista, podemos esquadrihar a construção cisgênera e a heterossexualidade como sistemas de opressão que nos chegaram, há muito, sob o vento das caravelas, bulas episcopais e operação jesuítica. Que, em constante (re) atualizações, seguem operando.

No texto *Pensando o sexo*, traduzido por Felipe Fernandes, Miriam Grossi e publicado em 2012 para o público brasileiro, acompanhamos a historicização do pânico moral sobre a sexualidade feita pela teórica feminista Gayle Rubin. Nesta, ela parte de eventos, convenções, leis e outras produções acerca das práticas sexuais elaboradas no contexto euro-americano desde os finais do século XIX até a contemporaneidade. A autora partilha uma “codificação institucional” que a sexualidade passou e passa, destacando que, se “o sexo é sempre político” (p.1), temos períodos históricos onde ele é excessivamente politizado, contestado ou utilizado como *token*. E isso acontece nas instâncias das relações sociais, nas vidas em comunidades, íntimas, na produção da pornografia, no parentesco, na infância, na religião, entre outras.

Rubin traz algumas discussões que se inserem no que é exposto na *Folha* e no trabalho da *Exodus Brasil*; destacamos a ideia de “negatividade sexual” onde o ato sexual é cristianizado e tratado como algo perigoso, pecaminoso, e sua função reside na procriação e o prazer só é aceito se não for algo libidinoso ou em “demasiado”. Em 2020, a *Agência Pública* junto à *Ojo Público*, *El Surtidor*, *Mexicanos contra la corrupción y la impunidad*, *La Barra Espaciadora do Equador*, publicaram em colaboração sobre as ações anti-lgbt e anti-trans da *Exodus Global Alliance* na América Latina, o especial “*Nega-te a ti mesmo*”.¹³⁰ Nele, destacam a criação da Exodus em 1976 a partir de um congresso para “ex-gays” realizado por um convertido, Frank Worthen, figura que se dizia “liberto” por Jesus, e que se casou com uma mulher e formou o ministério *Love in Action*.

129 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2023/06/cura-gay-usava-brecha-da-oms-e-foi-suspensa-em-2019-entenda.shtml>. Acessado em 21 de novembro de 2023.

130 Levando dois anos de investigação, o material final ficou disponível para acesso no site da Agência Pública: <https://apublica.org/2020/12/organizacao-crista-internacional-exodus-promove-reorientacao-sexual-para-lgbtqi-na-america-latina/>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

Pensar o conservadorismo evangélico brasileiro é um dos assuntos mais complexos de pesquisa e, aqui, estamos realizando um breve debate. Destacamos que o movimento evangélico é o que mais cresce no país. Conforme outra passagem recente da Folha de São Paulo (2020), as projeções indicam que metade da população brasileira será evangélica em dez anos¹³¹, e seu avanço se dá em territórios periféricos e majoritariamente formados por mulheres negras.

Segundo Jacqueline Teixeira (2012), antropóloga da Religião, os discursos que fomentam os jornais são base institucional das igrejas, enquanto a realidade material da vivência dos sujeitos estão para além disso. Há dinâmicas nesses espaços que não recebem somente a influência das lideranças institucionalizadas, assim como, nem sempre o discurso hegemônico é o que está gerindo a vida de todas as pessoas envolvidas nesta religião e em suas práticas religiosas, cotidianas.

É preciso demarcar que os discursos violentos atravessam e influenciam as vivências dos sujeitos que frequentam esses espaços, mas estes não são uma massa homogênea de pensamento ou posicionalidade, posto que todos possuem agência de negociar, seguir ou não tais prerrogativas institucionais. Ainda segundo Foucault, “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram e se excluem” (2014, p. 50).

Portanto, mesmo com agência, é importante pensar que o discurso cristão que se institucionaliza não pode ser dissociado do lugar de poder na sociedade que autoriza esse discurso e, ao mesmo tempo, determina – ou permite – que esses sujeitos falem. Os grupos responsáveis por sua disseminação tiveram lugar ativo nas mídias hegemônicas brasileiras e estadunidenses, graças à isenção de impostos e tributos fiscais (com a Constituição de 1988), indo desde a sua versão impressa à televisão, às rádios e, recentemente, se fortalecendo com as redes sociais e canais de streaming próprios.

Sobretudo, por trás/no solo do discurso moralista, os sujeitos cristãos simpatizantes à prática da conversão (e, conseqüentemente, a um projeto de extermínio da dissidência sexo/gênero) estão construindo um enunciado de verdade e uma ideia de verdade. Este termo foi, inclusive, o slogan de muitas de suas campanhas, como a do 16o. Congresso Nacional da Exodus: “Sexualidade, Verdade e Graça”, realizado em Campinas – São Paulo, em novembro de 2019, no Acampamento Recanto Maanaim.

A “verdade” sempre foi questão de disputa quando falamos de sexualidade, religião e do pânico moral; foi também uma grande questão para Michel Foucault, justamente porque a disputa é pelos enunciados que dão sentido a uma ideia de “verdade”, quem produz, a quem se dirige, onde se localiza e aparece e quais os seus efeitos.

Um dos livros teológicos que é base para as igrejas pentecostais e neopentecostais, é a obra estadunidense “*A verdade Absoluta: libertando o cristianismo do seu cativo cultural*”, escrita por Nancy Pearcey¹³².

131 Reportagem de Felipe Bächtold, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/evangelicos-serao-maioria-no-brasil-em-10-anos-disse-mendonca-indicado-ao-stf.shtml>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

132 Nancy Pearcey - Se converteu na Comunidade L'Abri com Francis Schaeffer. Graduada em Ciências Humanas pelo Covenant Theological Seminary e Pós-graduada em teologia e filosofia pelo Institute for Christian Studies. É catedrática no Instituto de Jornalismo Mundial, onde este livro serve como base para o currículo de “Visão do mundo”. É também professora convidada da Universidade Biola (Califórnia) e do Discovery Institute. Pearcey também já teve seus artigos publicados no Washington Post, Washington Times, entre outros e é autora de diversos livros, entre eles “E Agora, Como Viveremos?” (com Charles Colson), “O Cristão na Cultura de Hoje” (também com Colson), “Verdade Absoluta” e “Ama teu Corpo”, todos publicados pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD). Disponível em: <https://www.livrariadefesadoevangelho.com.br/verdade-absoluta-nancy-pearcey>. Acesso em 19 de abril de 2023.

Ela foi traduzida no Brasil pela editora da Igreja Assembleia de Deus¹³³, parte fundamental do movimento evangélico pentecostal que surge aqui sob influência direta do movimento pentecostal norte-americano. Esta tem como grande figura e “cabeça” o pastor Silas Malafaia¹³⁴, influenciador de outros movimentos neopentecostais e um dos religiosos mais ricos do país.

O livro apresenta uma *cosmovisão*, como a autora intitula, baseada no cristianismo, e em sua parte inicial apresenta:

Este livro se dirige a quem tem fome e oferece nova direção para promover o movimento da cosmovisão. Ele ensina a identificar a divisão entre o secular e o sagrado, que mantém a fé trancada na esfera particular da “verdade religiosa”. Conduz o leitor por etapas práticas e executáveis para formar habilmente uma cosmovisão cristã na vida e no trabalho, além de ensinar a aplicar uma grade de cosmovisão para sair do labirinto desorientante de ideias e ideologias que há no mundo pós-moderno. (PEARCEY, 2006, p.13)

Um de seus principais argumentos é que é necessário tirar a religião do âmbito privado e colocá-la na mesa pública – nesse sentido, em cargos públicos – com o intuito de instituir a verdade absoluta do cristianismo e libertá-lo das ‘amarras culturais’, pois ele seria, em si, uma verdade objetiva e universal. Destacamos abaixo algumas de suas passagens:

É crucial percebermos que os não-crentes estão constantemente filtrando o que dizemos através da grade mental fato/valor. Por exemplo, quando declaramos a posição sobre o aborto, ou a bioética, ou a homossexualidade, queremos afirmar uma verdade moral objetiva importante para a saúde da sociedade; porém, eles pensam que estamos expressando somente nosso preconceito subjetivo. Quando dizemos que há evidências científicas a favor do desígnio no universo, nós queremos demarcar uma verdade examinável; mas eles dizem: “O direito religioso está se apoderando do poder político”. A grade fato/valor dissolve de imediato o conteúdo objetivo de tudo que dizemos. Não teremos êxito em apresentar o conteúdo de nossa crença na discussão pública, a menos que encontrarmos meios de primeiro passar por esta guardiã. [...] é por isso que Lesslie Newbigin advertiu que o conceito dividido da verdade é o fator primário no “cativeiro cultural do evangelho”. Mantém preso o cristianismo no pavimento de cima dos valores privatizados, e o impede de causar efeito na cultura pública. Tendo trabalhado como missionário na Índia por quarenta anos, Newbigin pôde discernir o que é distintivo no pensamento ocidental com mais clareza que nós, o qual esteve imerso por toda a nossa vida. Ao voltar para o Ocidente, ele ficou surpreso pelo modo como a verdade cristã foi marginalizada. Newbigin viu que toda posição rotulada de religião é colocada no pavimento de cima dos valores, onde não é mais considerada conhecimento objetivo. (PEARCEY, 2006, p.17).

Trazer essa base teológica é importante para pensarmos que não é contra uma parte da bíblia que considera a homossexualidade pecado que estamos lutando no campo progressista. Existe um esforço teológico para construir sistemas que produzem enunciados sobre verdades para produção de pânico morais que atingem diretamente populações que, no Brasil, já vivem sob ataque e precariedade. E, sobretudo, é um sistema em que seus autores lucram com isso usando a moralidade em prol de um projeto político, que, além de historicida, é genocida, sendo levado para as políticas públicas por meio de diferentes agentes em diferentes espaços.

133 Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD).

134 Silas Lima Malafaia (Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1958) é um pastor protestante pentecostal brasileiro, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Malafaia também é televangelista, graduado em psicologia, presidente da editora Central Gospel, além de ser vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), entidade que agrega cerca de oito mil pastores de quase todas as denominações evangélicas brasileiras. Malafaia é bastante conhecido por sua atuação política e pelo discurso de ódio sobre temas como homossexualidade e aborto, bem como por defender a chamada teologia da prosperidade. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Silas_Malafaia. Acesso em: 19 de abril de 2023.

No campo epistêmico existe uma produção teológica para dar sentido aos empenhos contra qualquer medida política a favor da população dissidente. Existe uma disputa para a construção de forma de verificação da verdade, com o cristianismo como base de toda verdade – como afirma a autora no enunciado de seu livro, uma verdade *absoluta*. Salientamos que eles não consideram que o cristianismo como religião é um discurso hegemônico, principalmente os evangélicos pentecostais, por estarem desvinculados da igreja católica que por muito tempo esteve vinculada aos Estados. Em certa medida, eles consideram que estão alijados do debate público e precisam “lutar” para ter um espaço de debate.

Para além de uma resistência da sociedade às mudanças, a imagem da dissidência sempre foi uma imagem histórica de ameaça ao *status quo*. Há uma disputa pelo enunciado da “verdade”. O que é verdade e do que pode ser reconhecido como tal é o cerne da disputa onde se dá o pânico moral. Ochy Curiel (2013) já nos falava que a homoafetividade historicamente, em países colonizados, foi e era uma ameaça à ordem da “nação heterossexual” enquanto regime e fundamento de dominação.

Foucault, em “A coragem da verdade” (2014, p. 288), vai discorrer sobre o *parresia*, que para ele é “um modo de ser [...] em certos contextos e em certas circunstâncias, é a conotação da coragem e ousadia para falar, mas é também uma atitude do coração, uma maneira de ser que não tem necessidade de manifestar no discurso”. Portanto, a teóloga ao intitular seu livro de “Verdade Absoluta” quer recuperar o sentido da *parresia*, da coragem da verdade, uma forma de recuperar e distorcer um sentido antigo de perseguição que o cristianismo foi submetido antes da institucionalização sobre o qual o autor diz ser uma “tradição mística do cristianismo”.

Mas, atualmente, ele se encontra no campo da impossibilidade, uma vez que a luta encampada pela autora é contra a pós-modernidade. Sendo essa postura totalmente anti-pareisiática, “onde a verdade só pode ser estabelecida na obediência temerosa e reverenciosa em relação a deus, sob forma de decifração suspeitosa sobre si.” (FOUCAULT, 2014, p. 296). Na última página do manuscrito de seu último curso, ele rabiscou “[...] aquilo que gostaria de insistir para terminar é o seguinte: não há instauração da verdade sem uma posição essencial de alteridade; a verdade nunca é a mesma; e só pode haver verdade na forma de outro mundo e de outra vida.” (FOUCAULT, 2014, p.316).

Portanto, o que fica é como as pessoas reconhecem que determinadas coisas são verdade, como disputar o enunciado com o profeta ou com os evangélicos contemporâneos. Quais as posições de poder na ordem do discurso que podem estabelecer o que é verdade? Os discursos e os enunciados dessa teologia defendem que a religião é local de “cura” para imoralidade por carregar uma moral “real”, “verdadeira”, “absoluta” e “universal”, como defendida por Nancy Pearcey (2006).

Comentários finais

No contexto brasileiro pós-golpe, muito da ascensão bolsonarista¹³⁵ se deu pela midiaticização do pânico sexual feita pelas redes sociais, sendo o Facebook sua primeira mídia e o WhatsApp e Telegram as mais utilizadas no período eleitoral. Ainda que sem as devidas regulamentações e segurança, somos um dos países que mais utiliza e consome redes sociais, logo, é preciso reconhecer

135 “O bolsonarismo é compreendido neste trabalho como a atualização de um movimento político que articula os sistemas de crenças, valores morais, modos de agir e linguagens que vinculam os grupos de direita nos espaços públicos desde o processo de redemocratização do Brasil e, mais recentemente, nos ambientes de sociabilidade digital”. (SANTOS, 2022, p.95).

como estas influenciam/moldam o debate público junto a outros agentes. Em 2010, Bolsonaro, então deputado federal, subiu à tribuna do Congresso Nacional e proferiu um discurso contra o lançamento pelo governo federal de uma campanha de combate à homofobia. Tal gesto, concordamos com Allan Santos (2022, p. 94), integra a “genealogia do pânico sexual que o projeto de poder bolsonarista fabricaria na cultura brasileira contemporânea”. A ascensão se deu em 2010, mas esse discurso, como debatemos desde o início do texto, se localiza em profundas dimensões políticas, afetivas e estruturais da cisheteronormatividade.

É importante mencionar que o pânico moral, está no imaginário daquilo que foi convencionalmente chamado de “ideologia de gênero”, nascido dentro da Igreja Católica a partir dos escritos de Joseph Aloisius Ratzinger (1997), então cardeal e, posteriormente, Papa. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). ESSE DISCURSO, RAPIDAMENTE, TEVE ACOLHIMENTO NO TECIDO SOCIAL EVANGÉLICO pentecostal por defender um ideal heteronormativo de família e um controle a partir da “cura” e “tratamento” das sexualidades dissidentes. Enfatizamos que o enunciado sobre a sexualidade está sendo disputado, no percurso gerativo de sentido, nos discursos cristãos hegemônicos. Dentre eles, a sexualidade dissidente deveria ser superada pela religião. Contudo, a violência dessa prática é ignorada pela teologia cristã de Nancy Pearcey (2006), que trouxemos brevemente aqui. Segundo ela, a perseguição dos cristãos deveria ser estabelecida no campo público da busca e satisfação da “Verdade Absoluta”.

Portanto, se é a partir do controle da sexualidade que a ordem vigente se regula, é através dela que poderemos romper com esta mesma ordem. Se tivermos o que Michel Foucault (2014) chama de *parresia*, não se trata de afirmar qual discurso enunciado é verdadeiro; mas, entender quais os discursos que o sujeito é capaz de dizer sobre si. Contrapondo as teologias que servem ao controle da sexualidade e que se difundem na América Latina, estão os movimentos de pessoas feministas evangélicas e as teologias *queer* aqui localizadas. Estas traçam críticas e renunciam aos dogmas colonialistas de verdade, refletindo sobre a transcendência da vida cotidiana experimentada pelas pessoas. Mesmo não sendo reconhecida pelo cristianismo hegemônico, a teologia *queer* latina tem nomes de relevância global como Marcella Althaus-Reid e organizações como a *Rede de Mulheres Negras Evangélicas*¹³⁶.

De 1998 até aqui são mais de duas décadas de avanços e alguns retrocessos em nossa luta – mas é exatamente nesse lugar que a contra hegemonia reside. Entre os EUA e o Brasil, inúmeras relações não passam despercebidas, inclusive pela mídia tradicional. Em 1998 e nesse início da década de 2020, a *Folha de São Paulo* voltou aos pânicos de formas diferentes, como expusemos – a incursão no CEDOC e seu acervo pôde auxiliar a dimensionar tais movimentações e suas continuidades, assim como as referências que trouxemos localizam nos campos históricos, sociais e religiosos brasileiros as ligações contemporâneas entre a sexualidade e a fé cristã, sobretudo, neopentecostal.

Maanaim é o nome dos retiros religiosos onde a cura gay foi mote – seja o espaço onde teve o Congresso da Exodus ou onde Karol Eller passou um período antes de fazer a sua passagem. Nosso título, em contrapartida, se soma à música escrita por Chico Buarque e Ruy Guerra, eternizada na voz de Ney Matogrosso, um de nossos maiores dissidentes ainda em vida, para dizer que, apesar

136 Não nos aprofundaremos aqui, mas destacamos que Marcella Althaus-Reid foi uma argentina que difundiu os estudos em teologia *queer*, estabelecendo um novo campo de estudos dentro da teologia e que, a Rede de Mulheres Negras Evangélicas (RMNE) surge no ano de 2018, em Pernambuco. Nos últimos anos, essa mobilização feminista evangélica vem sendo cartografada através das redes sociais e grupos.

desse cenário fundamentalista e na resistência a ele, afirmamos um convite à prática daquilo que a sua poética diz não existir do lado de baixo do Equador: o pecado. Então, “vamos fazer um pecado/ rasgado/suado/a todo vapor...”.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. Projeções indicam que evangélicos serão maioria no Brasil nos próximos dez anos. Projeto Colabora. Publicada em 30 de maio de 2022. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods16/transicao-religiosa-evangelicos-serao-maioria-nos-proximosdezanos/#:-:text=O%20resultado%20desta%20proje%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1,%2C8%25%20no%20mesmo%20per%C3%ADodo>. Acesso em 19 de abril de 2023.

CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual*. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Coragem da Verdade: O Governo de Si e dos Outros II*. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, Volume 1: A Vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Pastorais sexuais – mapeando discursos públicos acerca da controvérsia “Cura Gay”. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30ª Edição, 2016, João Pessoa. Artigo publicado nos Anais do evento. João Pessoa: RBA, 2016.

KLEINBERG, Ethan. *Historicidade espectral: teoria da história em tempos digitais*. Tradução e apresentação: André da Silva Ramos. Coleção Fronteiras da Teoria, volume 5. Vitória: Editora Milfontes, 2020. E-book Kindle.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 32, Número 3, setembro/ dezembro 2017: p 725-747.

PEARCEY, Nancy. *A verdade Absoluta, libertando o cristianismo do seu cativo cultural*. Tradução: Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina, 2006.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade* (2012). Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes e Revisão de Miriam Pillar Grossi. Disponível em : <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequen>. Acesso em 10/04/2023.

SANTOS, Allan. Reflexões sobre a importância do pânico sexual para a ascensão do bolsonarismo ao poder. *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF*. v. 16, n. 3, p. 92-111, set. /dez. 2022

SPECK, Débora; MARTINS, Pâmela de A. Descriminalização da Homossexualidade. *Instituto de Estudos em Gênero*, 07 de abr. 2021. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/noticias/454>. Acesso em 10/04/2023.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *Da controvérsia às práticas: conjugalidade, corpo e prosperidade como razões pedagógicas na Igreja Universal*. 2012. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD). São Paulo.

MÍDIAS SOCIAIS ON-LINE A SERVIÇO DAS HUMANAS: SUGESTÕES DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS ÚTEIS¹³⁷

MIRELLA M. MORO

ANA PAULA COUTO DA SILVA

Introdução

A internet atual perpassa vários ambientes da vida humana. Há tempos ela deixou de ter seu uso limitado a cientistas e profissionais de tecnologia, estando hoje disponível praticamente no mundo inteiro (com poucas exceções). De fato, o acesso à internet no Brasil alcançou 82% da população em 2021 (CGI.br, 2023 apud CRUZ E BECARI, 2019). Em especial, pessoas se comunicam diariamente através de vários recursos tecnológicos disponíveis em seus telefones celulares (CGI.br, 2023). Além da comunicação individual, os movimentos sociais têm explorado de diferentes maneiras a tecnologia a seu favor. Tal mudança não passa despercebida da comunidade científica, que acompanha essa mudança de perto.

Por exemplo, as pesquisadoras Mundt, Ross, Burnett (2018) estudaram o movimento norte-americano *Black Lives Matter* e destacaram a importância das mídias sociais como ferramenta de expansão que facilita o fortalecimento do movimento (construção coletiva de significado e criação de redes de apoio) e amplia o mesmo, permitindo que grupos locais formem coalizões, estendendo e disseminando seus discursos. As autoras ainda apontaram desafios criados pelo uso das mídias sociais e seus riscos, que vão além das limitações descritas em estudos empíricos existentes (complacência, indefinição ideológica e riscos por vezes físicos para ativistas com presença on-line).

De fato, existem várias publicações que exploram o universo digital (especialmente on-line) do ponto de vista de movimentos sociais, incluindo feminismos. E tais publicações não estão limitadas às ciências sociais e humanas. Por exemplo, no Brasil, merece destaque um esforço contínuo do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) para promover discussões e publicações considerando o contexto da internet brasileira, como, por exemplo, a sua série de livros de coletâneas de artigos sobre gênero, raça e diversidade, cuja edição mais recente é organizada pelas conselheiras da organização (BARBOSA, TRESKA, LAUSCHNER, 2023).

Esse casamento entre ciências é definitivamente frutífero. Como apontado por Deriu e Iezzi (2020) na introdução à edição especial sobre análise de texto de uma revista acadêmica da área de Sociologia, que foca no volume de dados à disposição para pesquisa, que é ímpar:

¹³⁷ O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nos últimos anos, em todas as áreas do conhecimento, uma abordagem dirigida por dados se difundiu de acordo com o novo cenário definido pela era do *Big Data*. O chamado *dilúvio de dados* deu início a uma época em que uma quantidade impressionante de dados constitui um valioso material de investigação para pessoas do mundo acadêmico. Nesse novo contexto, a abordagem baseada em dados permite que academia e ciência examinem e organizem dados com o objetivo de aumentar o conhecimento em muitas áreas de investigação. O dilúvio de dados hoje nos permite planejar novas análises sobre uma variedade de dados não estruturados que são produzidos em grande parte pela navegação na Web. Estimativas recentes sustentam que 80% de todos os dados são dados textuais. [...] Os dados são em maioria textuais e produzidos por atividades férteis de comunicação humana e intercâmbio que ocorrem num número crescente de plataformas sociais com um poderoso potencial viral. As relações humanas são moldadas em diferentes níveis de abstração, fluando no ambiente virtual da Web. (DERIU e IEZZI, 2020, p.1, tradução nossa)

Com essa quantidade de dados, é natural que se recorra a ferramentas computacionais para facilidade e velocidade de processamento. Porém, mesmo para pessoas que estudam aspectos técnicos de dados, o conjunto de ferramentas à disposição é vasto. Dentro desse contexto complexo, nosso objetivo é servir como material didático *auxiliar e introdutório* que caracteriza algumas dessas ferramentas e aponta para vários outros materiais, com linguagens e dificuldades diversas. Finalmente, é importante lembrar que existem centenas de bons tutoriais em vários formatos (página *web*, texto, PDF, vídeo) disponíveis na *web* na língua portuguesa (muitos mais ainda na língua inglesa). A principal sugestão aqui é buscar sempre por material desenvolvido por pessoas ou instituições conhecidas, como, por exemplo, o portal *Programming Historian* (PH, 2023), ou ainda publicado por revistas e *websites* especializados (EDITORA GLOBO, 2023; GOOGLE FOR EDUCATION, 2023; TECNOBLOG, 2023).

Redes Sociais On-line

As redes de relacionamento têm se ampliado no universo on-line, alimentadas pelo desenvolvimento da internet, que permitiu o funcionamento da *web* e a criação de aplicativos dos mais variados tipos. Em especial, as redes sociais on-line podem ser consideradas um marco na história recente, por levarem os relacionamentos entre pessoas do mundo físico para o mundo etéreo on-line, conforme ilustrado na Figura 1.

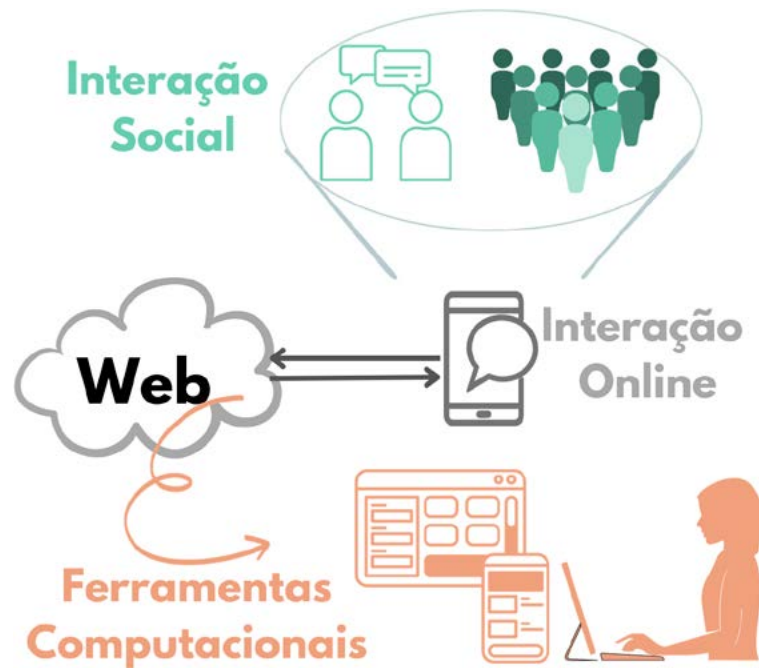


Figura 1. A interação social entre pessoas e grupos (verde acima) mudou-se para o modo on-line viabilizado pela web (cinza ao meio), a qual oferece artefatos de coleta e computação de dados e informação para apoiar pesquisadoras e historiadoras (laranja abaixo)

Fonte: As autoras

Em 2010, cientistas da computação já apontavam o grande valor das redes sociais on-line sob diferentes perspectivas, incluindo a comercial, devido a bilhões de dólares investidos em propagandas nesses meios, e a sociológica, com a criação de oportunidades para estudos dos dados on-line (BENEVENUTO, 2010). Em especial, uma grande vantagem da passagem para o mundo on-line é a possibilidade de literalmente explorar todo o tipo de dado e informação gerado a partir dessas interações, porque, como diz o ditado, “caiu na rede, está armazenado em algum lugar para sempre”. É importante notar que redes sociais (como um tipo central de plataforma para mídias sociais) estão sempre sendo atualizadas computacionalmente.

Algumas plataformas sobre as quais operam as mídias sociais, como o Orkut e o MySpace, foram superadas, enquanto outras, como o Facebook, são constantemente alteradas para se manterem ativas. Sendo assim, tanto nossas definições quanto nossas abordagens apresentam certo dinamismo, pois tratamos de um objeto que se mantém em constante movimento. (MILLER et al., 2019, p. xi)

Dentre as várias redes sociais on-line, o Twitter (criado em março de 2003, renomeado para X em julho de 2023) está entre as mais usadas até o momento para analisar o comportamento e o desenvolvimento de grupos e indivíduos. Por exemplo, Paiva et al. (2023) estudam a movimentação no Twitter brasileiro durante as eleições presidenciais de 2022. As análises focam no debate on-line de temas sensíveis (como aborto e LGBTfobia) e mostram como as pessoas compartilham suas opiniões e preocupações no mundo on-line. Silva e Faria (2023) também analisam as mesmas eleições, mas considerando a presença de presidenciáveis apenas. Igualmente, Kappaun e Oliveira (2023) utilizam também ferramentas computacionais para mostrar a discussão política on-line para as eleições de 2018 e 2022.

Além de terem sido publicados no principal evento nacional sobre redes sociais, esses três trabalhos analisam as discussões on-line durante as eleições presidenciais brasileiras na plataforma

Twitter. Mais importante, todas as análises são realizadas a partir da aplicação de ferramentas computacionais sobre dados provenientes do Twitter e fornecem visualizações diferentes e complementares. Porém, tais análises são limitadas ao conhecimento técnico das autoras dos artigos (coincidentemente, todas mulheres). Nenhum dos artigos provê análise mais abrangente da perspectiva social ou histórica. Ou seja, existe um vão relevante a ser preenchido pela interdisciplinaridade das Ciências Humanas com a Computação.

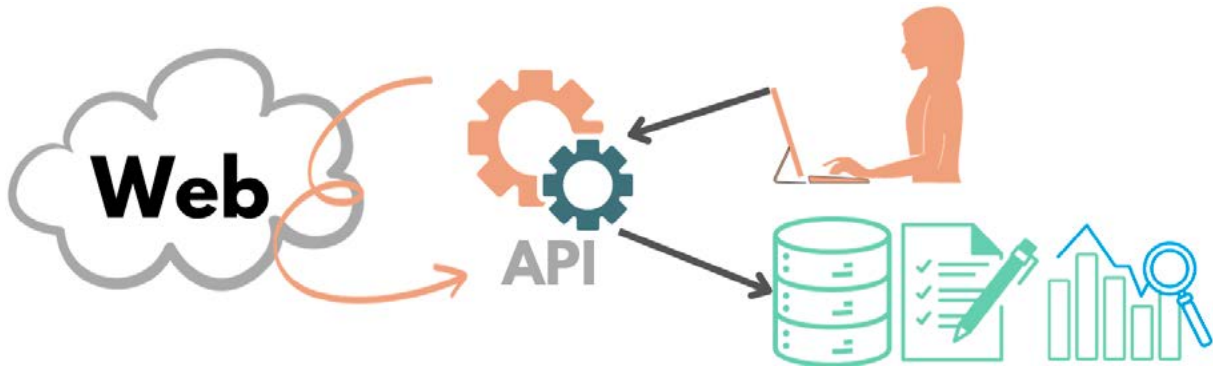


Figura 2. Pesquisadoras interagem com ferramentas *web* através de APIs, as quais retornam dados que podem ser armazenados, conferidos e usados em análises e estatísticas

Fonte: As autoras

De fato, qualquer pessoa pode interagir com ferramentas disponíveis na *web* através de suas interfaces de programação (API – *Application Programming Interface*), as quais disponibilizam dados que podem ser armazenados e usados para diversas análises e estatísticas, conforme ilustrado na Figura 2. De modo geral, a metodologia nesses casos é composta por coleta das mensagens (*tweets*, postagens), imagens ou vídeos, bem como descritores específicos sobre a autoria de cada item. Tal conjunto de dados (organizado ou não) é então utilizado em análises iniciais para obter estatísticas básicas (total de pessoas na plataforma, localização, picos de utilização, etc.) e em análises mais complexas (discutidas a seguir).

Em especial para o Twitter, existem provavelmente centenas de tutoriais e materiais on-line explicando como sua API funciona e como seus dados podem ser explorados. Em especial, Xavier e Souza (2018) apresentam um minicurso sobre ferramentas e métodos de Processamento de Linguagem Natural e Aprendizado de Máquina para coleta e análise de informações semânticas de mensagens no Twitter (lembrando que em 2023, a política de disponibilização de dados da plataforma mudou). É importante notar que, mesmo esse minicurso sendo voltado para pessoas com conhecimento técnico de computação, ele apresenta uma boa ideia sobre o que é possível processar a partir de dados do Twitter. Além disso, várias das técnicas apresentadas podem ser aplicadas a dados provenientes de outras plataformas sociais on-line, com provavelmente pequenas adaptações.

Considerando diferentes redes sociais on-line, Benevenuto (2010) apresenta: conceitos e características das redes sociais no geral e das mais populares (naquela época); principais métricas (clássicas e relevantes atualmente) e análises usadas no estudo dos grafos ou topologias das redes sociais (ou redes complexas); as principais abordagens utilizadas para se obter dados de redes sociais on-line (a maioria ainda válidas hoje); e trabalhos que utilizaram essas técnicas. Apesar de tal minicurso ter sido direcionado para o público de computação, muito do seu conteúdo é apresentado em

linguagem abrangente, com boas referências para quem quiser aprofundar em cada tópico. Mesmo tendo sido publicado em 2010, seu conteúdo continua relevante hoje, especialmente as métricas de estudo das redes sociais complexas.

Finalmente, é importante notar que às vezes é necessário coletar dados de diferentes aplicações on-line. Nesse caso, o minicurso de Batista et al. (2018) é uma excelente fonte técnica para quem quiser saber como funciona o processo complexo de integrar tais dados.

Jupyter Notebook

Provavelmente, uma das ferramentas mais úteis para processamento de dados e sua visualização seja atualmente a plataforma Jupyter Notebook. Em vez de ser limitada a apenas uma linguagem de programação e poucos recursos para construção de gráficos interativos (como a maioria dos ambientes de programação), Jupyter Notebook permite *programação literária interativa*, e ainda conta com vasta literatura disponível gratuitamente on-line, com muitos exemplos em diferentes contextos.

O paradigma de programação literária busca ajudar na comunicação de programas através da alternância de texto em linguagem natural formatada, pedaços de código executáveis, e resultados de computações. O texto em linguagem natural é usado tanto para explicar o código quanto para comentar o resultado obtido [Perkel 2018]. A interatividade do Jupyter permite que este paradigma seja usado em tempo real para análises de dados, com o processo sendo documentado durante o desenvolvimento, resultados exibidos de forma instantânea e discutidos imediatamente em linguagem natural. (PIMENTEL et al., 2021, p. 14)¹³⁸

Do ponto de vista de profissionais de História, Dombrowski, Gniady, Kloster (2019) apresentam um argumento robusto para a utilização de Jupyter Notebooks.

E se você pudesse publicar sua pesquisa em um formato que desse um peso equilibrado entre a prosa e o código? A realidade das atuais diretrizes de publicação acadêmica significa que a separação forçosa do seu código e da argumentação pode ser uma necessidade, e sua reunificação pode ser impossível sem que se navegue por numerosos obstáculos. Atualmente o código é tipicamente publicado em separado no GitHub ou em outro repositório, caso no qual os leitores têm que procurar uma nota de rodapé no texto para descobrir quais scripts estão sendo referenciados, encontrar a URL do repositório, acessar a URL, procurar os scripts, baixá-los e também os arquivo(s) de dados associados, e então executar os códigos. No entanto, se você tiver os direitos e permissões necessários para republicar o texto de sua pesquisa em outro formato, o Jupyter Notebook fornece um ambiente onde código e prosa podem ser justapostos e apresentados com igual peso e valor. (DOMBROWSKI; GNIADY; KLOSTER, 2019)

O Jupyter é uma iniciativa de código aberto e sem fins lucrativos, desenvolvido por uma comunidade de pessoas programadoras. É uma plataforma gratuita e está disponível para qualquer pessoa utilizar (Jupyter, 2023). Para download, recomendamos instalar via Anaconda (2023), que além de instalar o Jupyter, instala as principais bibliotecas Python utilizadas em várias tarefas de processamento e ciência de dados. Essa opção de instalação também é sugerida e bem detalhada por Dombrowski, Gniady, Kloster (2019).

138 Referência dentro do trecho: [Perkel 2018] Perkel, J. M. (2018). Why Jupyter is data scientists' computational notebook of choice. *Nature*, 563:145–146.

De modo geral, para as pessoas que não têm conhecimento em programação, o Jupyter Notebook pode ser compreendido como uma versão avançada e programável de outras ferramentas mais simples, como planilhas eletrônicas. Ele permite o acesso a dados em diversos formatos (incluindo planilhas) e oferece vários recursos para manipulação de dados, incluindo funções e procedimentos personalizados. A apresentação de resultados é direta e acessível, tornando a interpretação dos dados mais clara para todas as pessoas envolvidas.

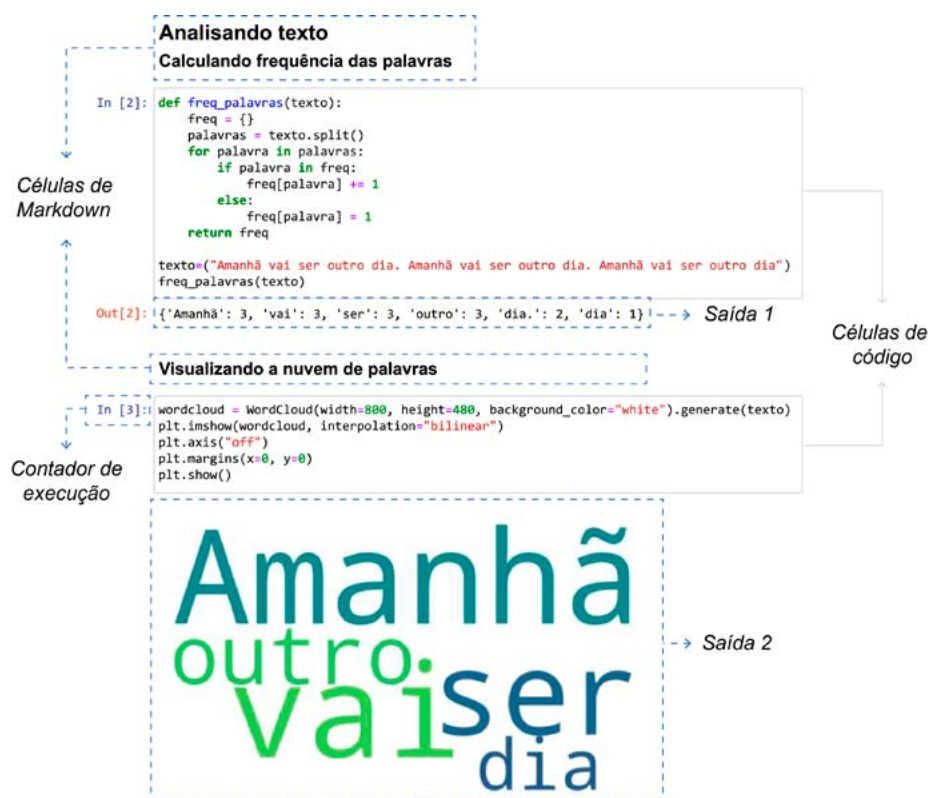


Figura 3. Componentes e exemplo de funcionamento do Jupyter Notebook

Fonte:As autoras

A Figura 3 ilustra um exemplo de execução de notebook Jupyter e seus componentes: texto (*markdown*), código e contador, saída (ou resultado). Texto pode ser adicionado a células do tipo *markdown* (marcação) e formatado de maneira simples e intuitiva. Essas células permitem criar títulos, listas, links, bem como adicionar imagens (entre outras possibilidades mais avançadas). Trechos de código são adicionados em células específicas, as quais possuem um contador (aumenta um a cada vez que a célula é executada). Cada trecho de código pode ser executado individualmente, produzindo uma saída específica. No exemplo ilustrado, o resultado (*Saída 2*) é uma figura contendo uma nuvem de palavras.

De fato, o Jupyter Notebook oferece flexibilidade para realizar análises complexas. Ele suporta a integração de várias bibliotecas e *frameworks*¹³⁹ de análise de dados, permitindo explorar dados de diferentes maneiras, úteis para questões interdisciplinares que requerem variedade de métodos analíticos. Além disso, o Jupyter Notebook possibilita a criação de gráficos e visualizações de dados de

¹³⁹ Em desenvolvimento de software, um *framework* é uma abstração que une códigos comuns entre vários projetos de software provendo uma funcionalidade genérica.

maneira interativa e personalizada; crucial quando a apresentação visual de resultados desempenha papel central na comunicação de descobertas.

Porém, a real “magia” do Jupyter Notebook está em sua interatividade. Sempre que ocorrerem mudanças nos dados ou nas operações, basta executar novamente o notebook (i.e., inteiro ou apenas as células necessárias), e os resultados serão automaticamente atualizados. Isso economiza tempo e esforço, permitindo que analistas ajustem suas abordagens de acordo com as necessidades em constante evolução. Esse recurso, como evidenciado por Pimentel *et al.* (2021), promove uma colaboração mais eficaz e uma compreensão mais profunda dos dados, uma vez que os *insights* podem ser compartilhados e debatidos instantaneamente.

Outro benefício é a promoção da reprodutibilidade e colaboração. Os notebooks podem ser compartilhados facilmente com colegas e grupos de interesse, permitindo que qualquer pessoa reproduza as análises e valide os resultados. Isso é fundamental para garantir a confiabilidade da pesquisa e a integridade dos dados, valores centrais na pesquisa acadêmica.

Um minicurso recente, acessível e completo (desde introdução aos conceitos até análises complexas) é apresentado por Pimentel *et al.* (2021). O funcionamento e a programação do Jupyter são ensinados considerando um conjunto de dados relativamente simples, relacionado às paradas de sucesso da indústria da música. O minicurso explora várias funções úteis para Ciência de Dados, mas que podem ser facilmente utilizadas em outros contextos que precisam de dados. Ele possui uma página on-line com texto, *slides*, dados e link para os vídeos com apresentação na Escola Inverno da Universidade Federal Fluminense (LINKTREE, 2023). Outro vídeo (de seis horas, em duas partes) desse mesmo curso está disponível em SBBD, 2023.

Análises de Dados Textuais

Existem várias formas de analisar dados textuais. O livro organizado pelas pesquisadoras Caseli e Nunes (2023) é um ótimo material para Processamento de Linguagem Natural (PLN) em português brasileiro que cobre vários aspectos técnicos introdutórios e complexos do ponto de vista computacional. O livro estende bastante um minicurso da primeira autora (CASELI; FREITAS; VIOLA, 2022). Agora, considerando especialmente o contexto de dados disponíveis na *web*, esta seção resume ferramentas para auxílio em: visualização rápida de conteúdo textual; identificação de tópicos; e análise de sentimentos.

Visualização rápida de conteúdo

Com tantos textos e dados disponíveis on-line, às vezes se deseja apenas ter uma rápida ideia do que aquele conteúdo apresenta, como um resumo automaticamente gerado. Essa também é uma tarefa de PLN chamada de *sumarização textual*, ou seja, “gerar um texto mais curto que o original e que ainda seja fluente e fiel ao texto-fonte” (CASELI e NUNES, 2023, p. 407). De fato, resumir texto ainda é uma tarefa complexa computacionalmente, mas existe uma alternativa relativamente bem mais simples e interessante: *resumo visual de palavras-chave*. A partir de um texto, um algoritmo identifica palavras, as agrupa e conta, para então apresentar visualmente de acordo com a quantidade de cada uma. A técnica mais conhecida é, provavelmente, a criação de nuvem de

palavras (*wordcloud*), uma representação visual da frequência e da importância de termos e palavras em um texto. A nuvem de palavras auxilia no reconhecimento fácil das palavras mais usadas e ainda apresenta tudo de maneira mais intuitiva (e.g., quanto maior a fonte da palavra, maior sua frequência no texto).

Existem diferentes implementações e ferramentas para criar nuvem de palavras, inclusive on-line e gratuitas, como os *websites wordclouds.com* e *wordart.com*. A criação de nuvens nesses *websites* é relativamente fácil: primeiro, deve-se entrar com o texto (sendo que *WordClouds* também permite importar os dados direto de uma planilha, extrair de arquivo texto, documento PDF e de páginas *web* direto); depois, pode-se editar a lista de palavras extraída (inclusive agrupando termos manualmente); para então configurar a apresentação visual (selecionar uma forma, e.g., nuvem; selecionar fonte, direção e cor das palavras; e muito mais). A Figura 4 ilustra dois exemplos de nuvens de palavras geradas a partir da letra da música *Apesar de Você*, de Chico Buarque (por simplicidade, ambas as nuvens apresentam apenas palavras que aparecem pelo menos duas vezes na letra).



Figura 4. Exemplos de nuvens de palavras geradas a partir da letra da música *Apesar de Você*, de Chico Buarque, utilizando *WordClouds* (esquerda) e *WordArt* (direita).

Fonte: As autoras

Identificação de tópicos

Megan R. Brett (2012) faz uma excelente introdução à Modelagem de Tópicos destinada a profissionais de História, explicando que:

A modelagem de tópicos é uma forma de mineração de texto, uma forma de identificar padrões em um corpus. Você pega seu corpus e o executa através de uma ferramenta que agrupa palavras em “tópicos”. [...] O que é então um tópico? Uma definição [...] descreveu um tópico como “um padrão recorrente de palavras co-ocorrentes”. Uma ferramenta de modelagem de tópicos procura esses grupos de palavras em um corpus e os agrupa por um processo de similaridade [...] Em um bom modelo de tópicos, as palavras do tópico fazem sentido, por exemplo, “marinha, navio, capitão” e “tabaco, fazenda, colheita”. (BRETT, 2012, tradução nossa)

Um método relativamente fácil de usar para modelagem de tópicos é o *Latent Dirichlet Allocation* (LDA), que compara a ocorrência de tópicos em um documento a como as mesmas palavras têm sido usadas em outros documentos a fim de encontrar a melhor correspondência (BLEY; NG; JORDAN, 2003). Existem diferentes ferramentas para modelagem de tópicos, a

maioria para a língua inglesa (BRETT, 2012). Porém, o LDA tem mostrado sucesso ao identificar tópicos na língua portuguesa. Por exemplo, em (BATISTA, 2020), a autora escolhe utilizar o LDA para encontrar a temática das ementas das proposições legislativas iniciadas na Câmara dos Deputados de 1995 a 2014; e em (CORRÊA e DE FARIA, 2021), as autoras o utilizam para analisar automaticamente relatos, disponíveis publicamente na internet (sites de notícias, redes sociais, blogs), de vítimas de violência contra mulher no Brasil.

Uma alternativa mais moderna é o BERTopic (GROOTENDORST, 2020a, 2020b), cujos resultados podem ser mais difíceis de serem interpretados, vide o tutorial (em inglês) de Mansurova (2023). Ainda, exemplos de trabalhos da Computação usando o BERTopic com textos em português incluem (CAPELLARO, 2021; VIANNA e DE MOURA, 2022).

Análise de sentimento

Análise de sentimento é um problema que pode ser trabalhado computacionalmente dentro de PLN (LIU, 2010; CASELI e NUNES, 2023), embora muitas vezes envolva pesquisa multidisciplinar com Psicologia e Ciências Sociais. A análise de sentimento visa desenvolver métodos e ferramentas computacionais para extrair e classificar opiniões e emoções expressadas por pessoas em redes sociais, blogs, fóruns e similares (PEREIRA, 2021). A análise de sentimentos pode ser dividida em duas tarefas: (i) mineração de opinião, que identifica polaridade como um grau de positividade ou negatividade; e (ii) mineração de emoções, que se refere a sentimento de emoção, como felicidade, tristeza e raiva (YADOLLAHI et al., 2017 apud PEREIRA, 2021, p. 1089).

Especialmente, como benefícios para a sociedade, Benevenuto, Ribeiro, Araújo (2015) apontam que “Opiniões nas redes sociais, se devidamente recolhidas e analisadas, permitem não só compreender e explicar diversos fenômenos sociais complexos, mas também prevê-los.” Dentre vários conceitos, os autores ressaltam os seguintes:

Polaridade representa o grau de positividade e negatividade de um texto ou trecho de texto. Em PLN, vários métodos de análise de sentimentos retornam polaridade como um resultado discreto binário (positivo ou negativo) ou ternário (positivo, negativo ou neutro). Por exemplo, a frase “Adorei o resultado das eleições” é positiva; “O pior candidato foi eleito” é negativa; e “Amanhã é 7 de setembro” é neutra.

Força do sentimento representa a intensidade de um sentimento ou da polaridade. Pode ser definida como ponto flutuante entre -1 e 1 (ou, $-\infty$ e $+\infty$), e usada como um limiar que define se uma frase é positiva ou negativa.

Sentimento/Emoção indica um sentimento específico presente em uma frase (ex., felicidade, tristeza e raiva).

Além desses termos, é importante introduzir os principais elementos da análise de sentimentos quando realizada através de uma abordagem computacional.

Pré-processamento: identifica palavras-chave para destacar a mensagem central do texto. Inclui pelo menos três passos: tokenização – divide uma frase em vários elementos ou *tokens*; lematização – converte palavras em sua forma raiz (e.g., de “estou” para “estar”); e remoção de palavras irrelevantes – filtra palavras que não agregam valor à frase (e.g., artigos e preposições).

Análise de palavras-chave: define pontuação de sentimento para cada palavra identificada no pré-processamento (e.g., próximo a zero para insatisfação, e próximo a 10 para satisfação completa).

Dicionário léxico: classifica um grande conjunto de palavras (que são frequentes em documentos) em categorias como “positiva” e “negativa”. Porém, um dicionário léxico sozinho não é capaz de classificar sentenças de maneira eficaz, e apenas somar a pontuação de cada uma das palavras pode retornar resultados fracos.

Alguns métodos computacionais são capazes de identificar um sentimento específico representado por uma frase. Por exemplo, para a língua inglesa, o EmoLex (Mohammad e Turney, 2013) identifica até nove sentimentos diferentes (alegria, tristeza, raiva, medo, confiança, nojo, surpresa, antecipação, positivo, negativo). Ainda, os autores apresentam uma lista de 14 possíveis aplicações (com devidas referências científicas) para análise de sentimento, incluindo: gerência de relacionamento com clientes, rastreamento de sentimentos em relação a filmes e pessoas da política, e prevenção de suicídios.

Já Pereira (2021) apresenta um levantamento dos esforços feitos especificamente para abordar a análise de sentimentos na língua portuguesa. Ele organiza e descreve trabalhos recentes com abordagens distintas para cada uma das tarefas de análise de sentimento, bem como ferramentas de PLN, léxicos, *corpora*, ontologias e conjuntos de dados.

Existem várias ferramentas para análise de sentimento, a maioria para texto em inglês. Uma das mais utilizadas é, provavelmente, a *vaderSentiment – Valence Aware Dictionary and sEntiment Reasoner* (HUTTO e GILBERT, 2014; HUTTO, 2016), uma biblioteca do Python de código aberto construída para ser usada em tarefas de análise de sentimentos, principalmente aquelas que envolvem dados de mídias sociais. É importante notar que existem adaptações dessa biblioteca para o português, como o LeIA – Léxico para Inferência Adaptada (Almeida, 2018).

Sobre material didático, o minicurso em português de Benevenuto, Ribeiro, Araújo (2015) apresenta visão geral sobre análise de sentimentos e suas aplicações mais populares; discute os principais métodos e técnicas, suas características e formas de execução; e compara tais métodos (vantagens, desvantagens e possíveis limitações). Outro tutorial on-line disponível é o do portal *Programming Historian* em (Saldaña, 2023). Também merece destaque o capítulo de Santana e de Freitas (2023), o qual discute aplicações específicas de análise de texto no contexto de redes sociais e resume um conjunto atual de técnicas e ferramentas disponíveis para aplicações de Detecção de Discurso de Ódio e Linguagem Ofensiva, Análise de Sentimento, Detecção de Notícias Falsas, e Detecção de Ironia/Sarcasmo/Humor.

Considerações Finais

A humanidade está produzindo dados on-line em velocidade surpreendente, de modo que é impossível processar tudo manualmente, ao mesmo tempo que a quantidade que pode ser processada manualmente corresponde a apenas um grão no vasto universo on-line. Este capítulo pode ser lido como uma breve coletânea de definições e referências para diferentes técnicas e ambientes computacionais que estão disponíveis para o processamento de tais dados, especialmente dados textuais. Entende-se que a maioria desses materiais tem o público técnico ou de ciências exatas em mente; ainda assim, foi possível identificar e referenciar materiais em linguagem mais abrangente para pessoas de outras áreas, como as Humanas.

Nota-se ainda que existe muito a ser explorado e criado para tornar tais ferramentas mais acessíveis para todos os públicos. Mesmo com avanços tecnológicos de grande impacto (e.g., Inteligência Artificial), as máquinas ainda estão longe de serem autônomas o suficiente para coletar os dados, processá-los, organizá-los e ainda interpretá-los de maneira adequada. Então, além de pessoas para operá-las adequadamente, as máquinas ainda exigem cientistas para verificar resultados, interpretá-los corretamente e tomar decisões frente a novas descobertas. De modo geral, a sugestão aqui é buscar equipes interdisciplinares que possam se comunicar claramente nos diversos pontos-de-vista exigidos pelos tipos de pesquisa mencionados, como, por exemplo, Computação, História, Ciências Sociais, Antropologia e Psicologia.

Referências

- ALMEIDA, Rafael José de Alencar. Análise de Sentimentos em Português. *GitHub*, 2018. Disponível em: <https://github.com/rafjaa/LeIA>. Acesso em 25/10/2023.
- ANACONDA. *Anaconda Distribution*: Free Download. Disponível em: <https://www.anaconda.com/download>. Acesso em: 28/08/2023.
- BATISTA, Mariana. QUAIS POLÍTICAS IMPORTAM? Usando ênfases na agenda legislativa para mensurar saliência. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, 2020. DOI: 10.1590/3510411/2020.
- BATISTA, Natércia A.; BRANDÃO, Michele A.; PINHEIRO, Michele B.; DALIP, Daniel H.; MORO, Mirella M. “Dados de Múltiplas Fontes da Web: Coleta, Integração e Pré-processamento”. In: Roesler, V.; Kronbauer, A.; Neto, M. C. M.; Novais, R.; Willrich, R. (ed.). *Minicursos do XXIV Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídia e Web*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2018. p. 153-192. DOI: 10.5753/sbc.455.7.05
- BARBOSA, Bia; TRESKA, Laura; LAUSCHNER, Tanara (orgs.). *3a Coletânea de Artigos TIC, Governança da Internet, Gênero, Raça e Diversidade*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet do Brasil, 2023.
- BENEVENUTO, F. “Redes Sociais On-line: Técnicas de Coleta e Abordagens de Medição”. In: PEREIRA, A. C. M.; WINCKLER, M.; GOMES, R. L. (ed.). *Tópicos em Sistemas Colaborativos, Interativos, Multimídia, Web e Banco de Dados*: Minicursos do VII SBSC, XVI WebMedia, IX IHC e XXV SBBB. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2010. p. 41-70.
- BENEVENUTO, F.; RIBEIRO, F.; ARAÚJO, M. “Métodos para Análise de Sentimentos em mídias sociais”. In: FILETO, R.; DA SILVA, A. S.; CRISTO, M.; DE OLIVEIRA, D. F. (ed.). *Minicursos do XXI Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídia e Web*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2015. p. 31-59.
- BLEI, David M.; NG, Andrew Y.; JORDAN, Michael I. Latent Dirichlet Allocation. *Journal of Machine Learning Research*, v. 3, p. 993-1022, 2003.
- BRETT, Megan R. Topic Modeling: A Basic Introduction. *Journal of Digital Humanities*, v. 2, n. 1, Winter, 2012.
- CAPELLARO, Leonardo. *Análise de polaridade e de tópicos em tweets no domínio da política no Brasil*. 2021. 49 f. TCC (Graduação em Curso de Engenharia de Computação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15138/TCC_Leonardo_Capellaro.pdf. Acesso em: 14/11/2023.
- CASELI, Helena M.; FREITAS, Cláudia; VIOLA, Roberta. “Processamento de Linguagem Natural”. In: DA SILVA, T. L. C.; OGASAWARA, E.; SOUZA, D.; LIFSCHITZ, S. (ed.). *Tópicos em Gerenciamento de*

- Dados e Informações*: Minicursos do SBBD 2022. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022. p. 1-25. DOI: 10.5753/sbc.10309.7.1
- CASELI, Helena M.; NUNES, Maria da Graça V. (org.) *Processamento de Linguagem Natural: Conceitos, Técnicas e Aplicações em Português*. [S.L.]: BPLN, 2023. Disponível em: <https://brasileiraspln.com/livro-pln>. Acesso em: 27/10/2023.
- CGI.br. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2022*. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023.
- CORRÊA, Isabella Tannús; DE FARIA, Elaine Ribeiro. An analysis of violence against women based on victims' reports. *In: BRAZILIAN SYMPOSIUM ON INFORMATION SYSTEMS (SBSI), 12.*, Uberlândia. *Proceedings...* New York: ACM, 2021. DOI: 10.1145/3466933.3466968
- CRUZ, Francisco Brito; BECARI, Jade. Um guia da dieta de mídia digital brasileira. *InternetLab*, 2019. Disponível em: <https://internetlab.org.br/pt/pesquisa/um-guia-da-dieta-de-midia-digital-brasileira>. Acesso em: 08/11/2023.
- DERIU, Fiorenza; IEZZI, Domenica Fioredistella. Text Analytics in Gender Studies. Introduction., *International Review of Sociology*, v. 30, n. 1, p. 1-5, 2020.
- DOMBROWSKI, Quinn; GNIADY, Tassie; KLOSTER, David. Introdução ao Jupyter Notebook. *Programming Historian*, 2019. Disponível em: <https://programminghistorian.org/pt/licoes/introducao-jupyter-notebooks>. Acesso em: 30/10/2023.
- EDITORIA GLOBO. *TechTudo*. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br>. Acesso em: 27/08/2023.
- GOOGLE FOR EDUCATION. *Receba treinamento e suporte para o que você precisar*. Disponível em: https://edu.google.com/intl/ALL_br/get-started/get-product-help. Acesso em 25/08/2023.
- GROOTENDORST, Maarten R. BERTopic: Neural topic modeling with a class-based TF-IDF procedure. *ArXiv abs/2203.05794*, 2022a. DOI: 10.48550/arXiv.2203.05794
- GROOTENDORST, Maarten R. BERTopic. *GitHub*, 2022b. Disponível em <https://github.com/MaartenGr/BERTopic>. Acesso em 25/10/2023.
- HUTTO, C. J. VADER-Sentiment-Analysis. *GitHub*, 2016. Disponível em: <https://github.com/cjhutto/vaderSentiment>. Acesso em 25/10/2023.
- HUTTO, C. J., GILBERT, Eric. VADER: A Parsimonious Rule-Based Model for Sentiment Analysis of Social Media Text. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON BLOGS AND SOCIAL MEDIA (ICWSM), 8.*, 2014, Ann Arbor, Michigan, USA. *Proceedings...* AAAI Press, 2014.
- JUPYTER. *About Us*: Project Jupyter's origins and governance. Disponível em: <https://jupyter.org/about>. Acesso em: 28/05/2023.
- KAPPAUN, Andressa; OLIVEIRA, Jonice. Análise sobre Viés de Gênero no Youtube: Um Estudo sobre as Eleições Presidenciais de 2018 e 2022. *In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING (BRASNAM), 12.* , 2023, João Pessoa/PB. *Anais ...* Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 127-138.
- LINKTREE. *Ciência de Dados + Jupyter*. Disponível em: <https://linktr.ee/uffjupyter>. Acesso em: 28/08/2023.
- LIU, Bing. "Sentiment Analysis and Subjectivity". *In: Indurkha, N. and Damerauthe, F.J. Handbook of Natural Language Processing*. London: Chapman and Hall/CRC, 2010. p. 1-38.
- MANSUROVA, Mariya. Topics per Class Using BERTopic: How to understand the differences in texts by categories. *Towards Data Science*, 2023. Disponível em: <https://towardsdatascience.com/topics-per->

class-using-bertopic-252314f2640. Acesso em: 30/10/2023.

MILLER, D.; COSTA, E.; HAYNES, N.; McDONALD, T.; NICOLESCU, R.; SINANAN, J.; SPYER, J.; VENKATRAMAN, S.; WANG, X. *Como o Mundo Mudou as Mídias Sociais*. London: UCL Press, 2019. DOI: 10.14324/111.9781787356542.

MOHAMMAD, S. M.; TURNEY, P. D. Crowdsourcing a Word–Emotion Association Lexicon. *Computational Intelligence*, v. 29, p. 436-465, 2013.

MUNDT, Marcia; ROSS, Karla; BURNETT, Charla M. Scaling Social Movements Through Social Media: The Case of Black Lives Matter. *Social Media + Society*, v. 4, n. 4, nov. 2018. DOI: 10.1177/205630511880791

PAIVA, Beatriz F.; BARBOSA, Beatriz R. G.; SILVA, Ana Paula Couto da; MORO, Mirella M. O debate do feminismo no Twitter: Um estudo de caso das eleições brasileiras de 2022. In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING (BRASNAM), 12. , 2023, João Pessoa/PB. *Anais...* Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 103-114.

PEREIRA, D.A. A survey of sentiment analysis in the Portuguese language. *Artificial Intelligence Review*, v. 54, p. 1087-1115, 2021.

PH. *Programming Historian*. Disponível em: <http://programminghistorian.org>. Acesso em: 28/08/2023.

PIMENTEL, João Felipe; OLIVEIRA, Gabriel P.; SILVA, Mariana O.; SEUFITELLI, Danilo B.; MORO, Mirella M. “Ciência de Dados com Reprodutibilidade usando Jupyter”. In: ANDRADE, A. M. S. Andrade; WAZLAWICK, R. S. (ed.). *Jornada de Atualização em Informática 2021*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 13-62

SALDAÑA, Zoe W. Análise de sentimento para exploração de dados. *Programming Historian*, 2018. Disponível em: <https://programminghistorian.org/pt/licoes/analise-sentimento-exploracao-dados>. Acesso em: 30/10/2023.

SANTANA, Brenda S.; DE FREITAS, Larissa A. “PLN em Redes Sociais”. In: CASELI, Helena M.; NUNES, Maria da Graça V. (ed.). *Processamento de Linguagem Natural: Conceitos, Técnicas e Aplicações em Português*. [S.l.]: BPLN, 2023. Disponível em: <https://brasileiraspln.com/livro-pln/1a-edicao/parte9/cap23/cap23.html>. Acesso em: 27/10/2023.

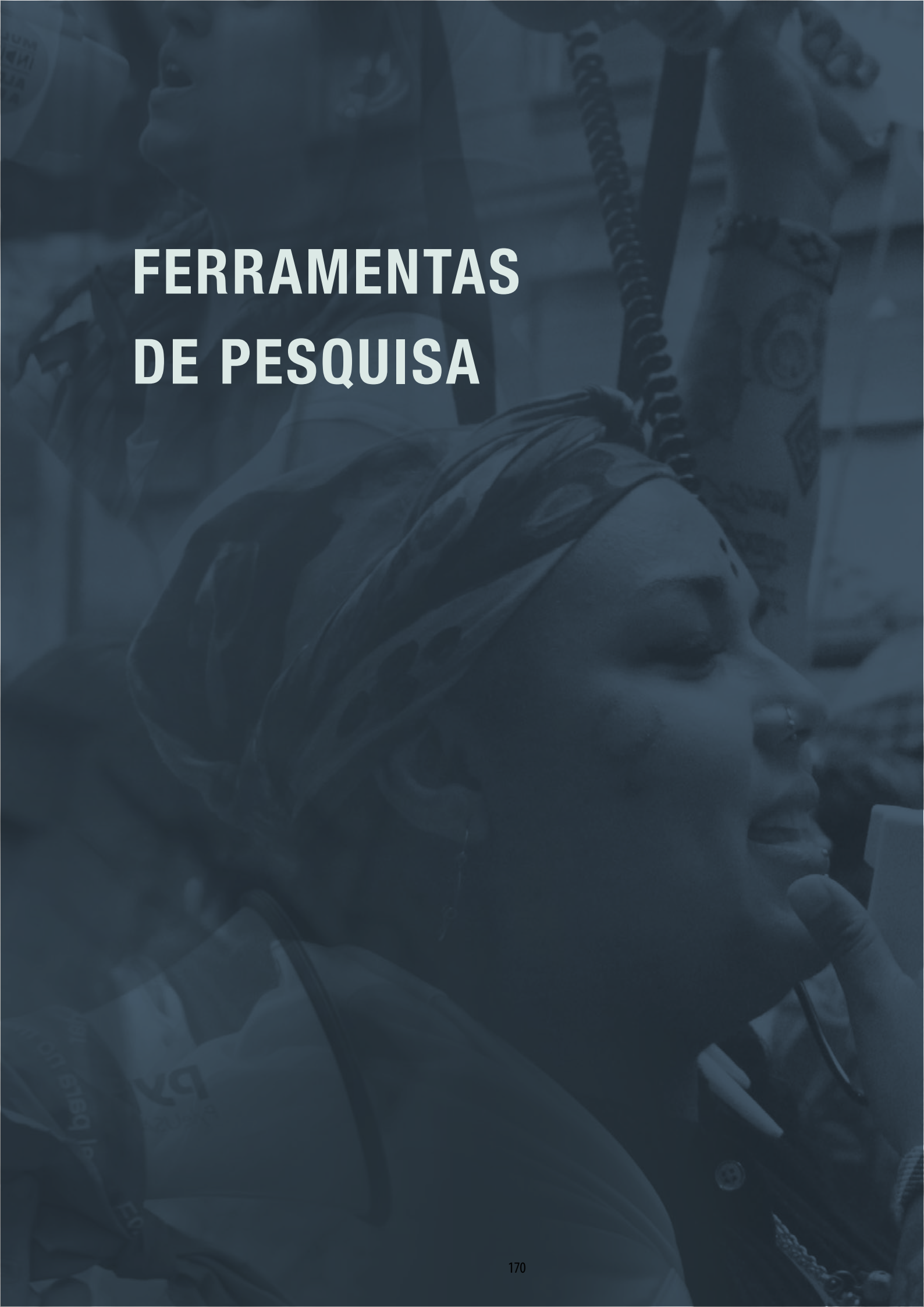
SBBD. *Minicurso 1: Ciência de Dados com Reprodutibilidade usando Jupyter*. Disponível em: <https://sbbd.org.br/2021/short-course-1>; <https://www.youtube.com/@SBBD-/playlists>. Acesso em: 28/08/2023.

SILVA, Sarah Maria Braga; FARIA, Elaine Ribeiro de. Análise de sentimentos expressos no Twitter em relação aos candidatos da eleição presidencial de 2022. In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING (BRASNAM), 12., 2023, João Pessoa/PB. *Anais ...* Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 79-90.

TECNOBLOG. [Site institucional]. Disponível em: <https://tecnoblog.net>. Acesso em: 27/08/2023.

VIANNA, Daniela; DE MOURA, Edleno Silva. Organizing Portuguese Legal Documents through Topic Discovery. In: INTERNATIONAL ACM SIGIR CONFERENCE ON RESEARCH AND DEVELOPMENT IN INFORMATION RETRIEVAL (SIGIR '22), 45., 2022. *Proceedings...* New York: ACM, 2022. p. 3388-3392. DOI: 10.1145/3477495.3536329

XAVIER, Clarissa Castellá; SOUZA, Marlo. “Extração e Classificação de Dados Semânticos do Twitter”. In: ROESLER, V.; KRONBAUER, A.; NETO, M. C. M.; NOVAIS, R.; WILLRICH, R. (ed.). *Minicursos do XXIV Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídia e Web*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2018. p. 39-65.



FERRAMENTAS DE PESQUISA

INTERNET, QUADRINHOS E FEMINISMOS: UMA ANÁLISE AUTOMATIZADA DO *MINA DE HQ*¹⁴⁰

CINTIA LIMA CRESCÊNCIO

GABRIELA ALVES COSTA FERNANDES FERREIRA

FERNANDA ROCHA GONÇALVES

MIRELLA M. MORO

Considerações iniciais

O humor gráfico, os quadrinhos e a ilustração brasileiros construíram expressiva tradição no século XX através da imprensa. Hoje, a internet afirma-se como lugar de divulgação e produção privilegiado. Para grupos comumente ignorados pelo mercado editorial, as redes sociais on-line mostram-se espaços mais democráticos para artistas do traço, mulheres que não são acolhidas em lógicas e práticas tradicionais de publicação. Essas novas fontes são valiosas para a história de cartunistas e quadrinistas mulheres no Brasil, já que ainda há carência de estudos sobre suas trajetórias e produções ao longo do século XX.

Desde a primeira década do século XXI é possível observar um aumento exponencial de quadrinistas e cartunistas mulheres que usam o universo on-line para trabalhar¹⁴¹. Facebook, Instagram e Flickr são alguns dos *sites* que se tornaram lugar de difusão de quadrinhos, tiras, charges e ilustrações produzidas por artistas mulheres no Brasil. Esse movimento estimulou a criação de redes e parcerias que reúnem consumidoras e leitoras de quadrinhos e artistas mulheres, que também firmaram-se no contexto on-line e com frequência protagonizaram uma expansão para fora do mundo digital, com encontros e publicações impressas. O coletivo *Lady's Comics*, de perspectiva feminista, criado em 2011 na cidade de Belo Horizonte, foi uma das primeiras iniciativas nesse sentido.

Em 2015, inspirada pelo trabalho do grupo, Gabriela Borges criou o *Mina de HQ*, projeto feminista que deu origem a um *site*, revistas impressas, um selo independente e um clube de leituras com forte atuação nas redes sociais digitais hoje. É sobre ele que este capítulo se debruça. A partir de uma perspectiva histórica e usando algoritmos computacionais, realizamos uma análise do *site Mina de HQ* através do *web scraping* e *web crawling*. Assim, apresentamos os resultados deste estudo que celebra as potencialidades de pesquisas automatizadas em articulação a um olhar histórico para o *Mina de HQ*, e que considera os efeitos da difusão de discursos feministas para atuação on-line.

Na primeira parte, fazemos uma reflexão sobre os desafios da pesquisa on-line na *História*, problematizando a relação da História com o digital e seus impactos na pesquisa e na leitura. Também apresentamos como a pesquisa se organizou metodologicamente. Na segunda parte, refletimos

140 O presente estudo faz parte do Projeto "Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero", realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

141 Muitas destas artistas, mas não todas, têm gênero e feminismo como centro de sua produção.

sobre o contexto de efervescência de quadrinhos e cartuns digitais na internet com maciça presença de mulheres, o que oportuniza a criação de iniciativas como o *Mina de HQ*. Neste momento, apresentamos o projeto e suas formas de atuação. Na terceira e última parte, realizamos a análise dos dados sistematizados via algoritmos que permitem perceber o processo do *Mina de HQ* afirmar-se como uma marca, os esforços de descentralização da produção da região sudeste e o desejo de profissionalização das artistas. Ações que consideramos reflexo de práticas feministas dos novos tempos.

Os desafios da pesquisa on-line na História

Bonnie Smith (2003) aponta como a profissionalização do historiador foi antagonizada pela construção de uma prática histórica amadora, que era protagonizada pelas mulheres na Europa do século XIX. Nessa escrita, as fontes e objetos eram mais amplos do que as da História Científica (documentos oficiais, considerados verdadeiros), num cenário em que cartas, entrevistas e a imprensa emergiram como fontes para as consideradas “amadoras”.

A historiografia em geral, no entanto, considera que a ampliação dos objetos é resultado da atuação dos *Annales* nas primeiras décadas do século XX, no momento de guinada em direção a um diálogo com as Ciências Humanas, potencializado aos longo dos anos 1960, que teria feito triunfar a disciplina História, numa jornada cronológica que levou, segundo François Dosse (2001, p. 122), a “uma dilatação do território do historiador que, por querer unir e reunir, perde muitas vezes sua identidade numa corrida desesperada para alcançar as novidades”. Para ele, isso implica na desconstrução da prática histórica que abandona a meta totalizadora e de síntese, enquanto o “estilhaçamento é favorecido pela possível quantificação do material histórico com o computador” (p. 123).

Esse entusiasmo pelo computador, oráculo dos tempos modernos, nasceu da desconstrução e acentua ainda mais a propensão ao estilhaçamento, à serialização, pois, embora se possam contar séries, não se podem contar sínteses. Outro efeito é privilegiar os fenômenos repetíveis, a longa duração, as permanências, e descentrar o homem como sujeito coletivo da história, massa que resiste à quantificação (DOSSE, 2001, p. 123).

Na crítica à história quantitativa, a crítica ao computador e seus recursos surgiu articulada aos impactos que as novas tecnologias poderiam causar no fazer histórico, indicando caminhos que a prática histórica vinha tomando ao longo do século XX. No mesmo sentido, mas pensando a leitura e, portanto, o texto escrito, Roger Chartier questiona “como pensar a leitura diante de uma oferta textual que a técnica eletrônica multiplica mais ainda do que a invenção da imprensa?” (2002, p. 21). O computador e a tecnologia desestabilizaram e desafiaram uma disciplina fundada no papel. A criação da *WEB 2.0* selou a existência de uma “crise” que ainda não tem sido encarada pela História.

Marcos Napolitano, há dezoito anos, afirmava que a internet “é mais um depósito de informações, um grande arquivo virtual de referência, do que um arquivo material de fontes primárias” (NAPOLITANO, 2005, p. 265). Hoje entendemos que a internet é lugar de conservação e disponibilização de acervos de interesse histórico, como também produtora de fontes de amplo interesse para a História, como *sites* e as redes sociais digitais. O ciberespaço é, também, lugar de mobilização que pode estender-se para o off-line. Os dispositivos tecnológicos servem à organização, comunicação e ação coletiva que extrapolam o universo virtual impactando a vida (TORET, 2013).

Por entendermos a *web* “como um espaço público de construção e discussão de cidadania a partir dos feminismos contemporâneos no Brasil” (LEGH, s.p.), lançamos aqui o desafio de encarar as críticas à “história digital” (CARVALHO, 2014). Uma vez que compreendemos a internet e a *web* como tecnologias que possibilitam a organização e a manifestação dos mais diversos movimentos sociais, é crucial que nos debruçemos sobre ela, pois entendemos o *Mina de HQ* como resultado dos feminismos de novos tempos.

O *Mina* começou como perfil no Instagram em 2015, tornou-se *site* em 2019, e segue usando as redes sociais on-line para agir não apenas no ambiente virtual, mas fora dele, com redes que se formam a partir de quadrinistas que produzem e divulgam seus trabalhos na internet, mas que atuam também off-line, a exemplo de encontros, eventos e publicações derivadas dessas redes, como a própria revista *Mina de HQ*, que tem três edições publicadas e uma quarta em vias de lançamento¹⁴². Raquel Recuero (2014) lembra-nos que as redes sociais representadas no ciberespaço são distintas das redes sociais do espaço off-line, já que conversações e trocas deixam mais rastros no on-line.

Na análise automatizada realizada no *site Mina de HQ*, assim como temia François Dosse (2001), nos deparamos com uma profusão de dados quantitativos que buscamos analisar historicamente e em articulação com contextos específicos. Assim, antes de usar ferramentas computacionais, realizamos intenso trabalho de leitura e estudo do *site*, para direcionar o uso das ferramentas. Inspiradas em metodologia amparada na análise de conteúdo e análise do discurso, buscamos identificar repetições, temas e problemas que integram os debates sobre quadrinhos e gênero hoje no Brasil, como a articulação com quadrinistas e iniciativas da América Latina, a expressiva produção fora da região sudeste, a profissionalização das artistas dos quadrinhos, o uso do humor e da ironia e a emergência de discussões sobre raça, região, sexualidade e identidade de gênero nas HQs entre 2019 e 2022. Ainda que usando recursos automatizados, não abrimos mão da prática histórica para alimentar as ferramentas da maneira mais informada possível. A partir deste trabalho, criamos blocos temáticos para a busca automatizada que gerou gráficos e nuvens de palavras. Agrupamos palavras relacionadas às temáticas das matérias, entrevistas, notícias e eventos publicados e as organizamos em oito blocos, estruturados em eixos temáticos: 1. Ativismo Feminista; 2. Mulheres e Sociedade; 3. Diversidades; 4. Estética; 5. Profissão Quadrinista; 6. Atualidades; 7. Educação; e 8. Regiões, conforme Quadro 1.

Essa análise inicial considerou também os quadrinhos publicados, embora a pesquisa automatizada considere apenas textos escritos, pois ainda não existem recursos eficientes para análise automatizada de imagens.¹⁴³

142 Publicações semelhantes existem também em outros países do Cone Sul. Na Argentina, a revista *Clitoris*, criada em 2010, não apenas se afirmava como lugar para produção de mulheres, como espaço para debate sobre gênero (BORGES, 2020). No Chile, a revista *Brígida*, encabeçada por artistas e criada em 2018, surgiu para criar espaços próprios de produção e difusão (MOLINA, 2022).

143 Também por este motivo, optamos por não fazer uso do @minadehq como fonte de pesquisa neste momento, dada a prevalência e abundância das imagens no Instagram.

Quadro 1

BLOCOS	PALAVRAS-CHAVE
ATIVISMO FEMINISTA	Feminismo, feminista, feministas, direitos das mulheres, direitos, igualdade, representação, mulher, personagens mulheres, personagens femininas, mulheres, sororidade, amigadas, artistas, artista, mulher artista, desigualdade, desigualdade de gênero, discriminação, preconceito, misoginia, machismo, sexismo, sexualização, estereótipo, corpo, patriarcado, patriarcal, visibilidade, invisibilidade, reconhecimento, padrão, padrões, militância, militar, ativismo, frágeis, papéis de gênero, universo feminino, estereotipada, empoderamento, empoderar, inclusão, opressão, exclusão, marchas, marcha, luta, livre, liberdade, movimento feminista, interseccional.
MULHERES E SOCIEDADE	Maternidade, mãe, casamento, violência, abuso, estupro, assédio, sexualidade, trabalho doméstico, doméstico, gravidez, aborto, sexo, masturbação, prazer, pornografia, sensual, sensualidade, tesão, nudes, libido, liberdade sexual, política, trabalho, mercado de trabalho, capitalismo, consumo, amor, relacionamentos, afetos, feminilidade, pobreza, privilégio.
DIVERSIDADES	Raça, racismo, antirracismo, etnia, indígena, índio, negro, negra, lésbica, lesbianismo, transexual, travesti, transgênero, mulher trans, mulheres trans, homem trans, homens trans, identidade de gênero, identidade, masculino, masculina, homens, homem, LGBT, LGBTQIA+, LGTBfobia, não-binário, heteronormatividade, homoafetividade, deficiência, capacitismo, queer, diversidade, religião, religiosidade, família.
ESTÉTICA	Humor, riso, ironia, cômico, comicidade, cômica, engraçado, engraçada, graça, rir, sarcasmo, humorada, humorístico, divertido, divertida, absurdo, horror, terror, medo, caos, pânico, grotesco.
PROFISSÃO QUADRINISTA	História, memória, passado, internet, web, webcomic, e-comic, redes sociais, Instagram, Facebook, WhatsApp, YouTube, zap, site, blog, twitter, mídias sociais, imprensa, livros, editoras, revistas, jornais, resgatar, protagonista, protagonismo, recordar, recuperar, tecnologia, processo criativo, criação, criatividade, cultura, escrita, texto, literatura, literário, linguagem, autobiografia, autoficção, técnica, Marvel, DC, Disney, MSP, Turma da Mônica, Maurício de Sousa, princesa, heroína, herói, mainstream, prêmio, premiação, evento, Comic-Con, CCXP, HQMIX, nerd, troféu, indicação, concurso, estudo, estudar, formação, curso, teoria, teórico, plágio.
ATUALIDADES	Covid-19, covid, coronavírus, vírus, vacina, pandemia, quarentena, doença, morte, isolamento, máscara, distanciamento, solidão, saudade, home office, rotina, saúde mental, crise, autocuidado, autoconhecimento, ansiedade, produtividade, burnout, autoconfiança, autoestima, novo normal, Bolsonaro, ele não, bozo, política, político, economia, resistência, discurso de ódio, medo, fascismo, desinformação, fake news, eleições, eleição, esperança, empatia.
EDUCAÇÃO	Educação, ensino, escola, infância, criança, infantil, adolescente, adolescência, professor, professora, pedagogia, didática.
REGIÕES	América Latina, estrangeiro, estrangeira, Brasil, brasileira, brasileiro, norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste, Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

Fonte: Autoras (2023)

Também buscamos identificar as colaboradoras mais recorrentes; a frequência de publicações ano a ano; os tópicos mais fomentados; os bigramas e trigramas mais repetidos; dentre outros. A partir do Quadro 1 e destes interesses, foram produzidos gráficos e nuvens de palavras que analisamos no terceiro tópico.

Quanto às ferramentas computacionais, utilizou-se um *framework* de código aberto, chamado Scrapy¹⁴⁴, que permite realizar duas tarefas importantes: coleta (*web scrapping*) para extrair dados estruturados de páginas *web*, e indexação (*web crawling*) para encontrar ou seguir links nas páginas. A partir da instalação do *framework* e da criação do projeto, é necessário configurar as regras para indexação e coleta (e.g., quais páginas *web* percorrer, como navegar nessas páginas e como extrair dados). Com essa configuração, a ferramenta permite percorrer a árvore de links definidos nas páginas e extrair dados específicos através da estrutura de cada página (e.g., título da página e comentários) (ROCHA, 2022).

144 Documentação on-line do *framework*: <https://docs.scrapy.org/en/latest>

Mina de HQ e a internet como lugar de cartunistas e quadrinistas mulheres hoje

Gabriela Borges, jornalista e autora da dissertação de mestrado em Antropologia *Encuentre su Clitoris - observaciones sobre una revista de historieta de género en Argentina*, publicada pela editora Marca de Fantasia, em 2020, é a fundadora do *Mina de HQ*, projeto que, segundo ela, foi fruto deste trabalho de pesquisa com inspiração no coletivo *Lady's Comics*, a primeira iniciativa brasileira conhecida dedicada a questionar a desigualdade de gênero no universo dos quadrinhos no Brasil. Segundo Gabriela Borges (2019), o *Lady's*, fundado em 2010, deixou uma lacuna na produção jornalística de quadrinhos com perspectiva de gênero quando encerrou suas atividades em 2018. Assim como o *Lady's*, o *Mina de HQ* pode ser pensado como resultado da popularização da internet e de redes sociais on-line suportadas por plataformas como Tumblr, Facebook e Instagram no começo do século XXI, acontecimento paralelo, ainda, a uma expressiva difusão de discursos feministas.

Neste contexto emergiu uma série de grupos que criaram redes sociais nas mais diferentes plataformas virtuais para debater gênero e representação. Tal acontecimento encontra forte expressão no universo das histórias em quadrinhos. Carolina Ito Messias (2018) afirma que o surgimento destas iniciativas é um marco importante no sentido de mostrar as ausências de quadrinistas mulheres. Diante desse novo momento de percepção da *web* como um lugar para as mulheres quadrinistas e consumidoras de quadrinhos, muitos coletivos, grupos, redes e projetos foram criados¹⁴⁵.

O *Mina de HQ*, por sua vez, completa oito anos de história enquanto este texto é redigido, e dá sinais claros de permanência em contexto de fragmentação de iniciativas de vida mais curta. O *Mina de HQ*,

[...] se tornou um selo independente com foco em gênero e representação que reúne pesquisa, curadoria, produção de HQs e conteúdos customizados, parceria com marcas e empresas, organização de cursos e eventos e divulgação de histórias em quadrinhos feitas por mulheres, pessoas trans e não-binárias. (BORGES, 2019, p. 184-185).

Iniciado em 2015, com o objetivo de dar visibilidade para o trabalho de quadrinistas mulheres, pessoas trans e não binárias, o *Mina de HQ* contrapõe-se ao “clube do bolinha” do mercado dos quadrinhos e as premiações. Gabriela Borges, lembrando o contexto de criação do *Mina*, relata que apresentou seu trabalho de dissertação, defendido em 2014, em Buenos Aires (BORGES, 2020), em eventos da loja de quadrinhos Ugrapress, localizada na cidade de São Paulo, e no 1º Encontro *Lady's Comics*¹⁴⁶, realizado na cidade de Belo Horizonte, em 2014 (CRESCÊNCIO, 2022). Em junho de 2015, ela assinou uma coluna na revista *TPM*, onde contribuiu por um ano, fazendo uma crítica ao Troféu HQMIX, em que questiona: “Principal premiação de histórias em quadrinhos do Brasil, reforça que é preciso ser homem para ter espaço no setor em território nacional. Até quando?”¹⁴⁷. Inicialmente pensada como uma página no Instagram para publicar e difundir quadrinhos que sua própria criadora lia e conhecia, o *Mina de HQ* tornou-se um projeto maior que deu origem ao *site*, criado em 2019, a uma *newsletter*, a revistas impressas, que já somam três, e a um

145 Podemos mencionar o *Zine XXX*, de 2013, os grupos de discussão *Mulheres em Quadrinhos*, criado em 2012, e o *site Minas Nerds*, criado em 2015.

146 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nidZA9RTGIE> Acesso em 19/07/2023.

147 Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/quadrinhos-as-mulheres-sao-praticamente-invisiveis-na-hq> Acesso em 19/07/2023.

clube de leitura, chamado Clube Historietas.¹⁴⁸ Vale notar que o Instagram parece afirmar-se como um meio, mas não o foco do *Mina*, que mantém todas suas frentes muito ativas, inclusive o *site*.

É interessante observar uma guinada do *Mina* em direção a um debate sobre gênero, feminismo e sexualidade mais diverso, com sensibilidade às urgentes questões trans, raciais e regionais. Gabriela Borges sempre reforça a inspiração de seu projeto no *Lady's Comics*, mas é interessante notar como tais discussões, especialmente no que se refere a questões trans e de não-binariedade, não eram ainda presentes no momento de maior efervescência do coletivo, com eventos e publicações. A permanente afirmação feminista, também é ponto a ser sublinhado. O *Mina* não é apenas resultado da profusão de discursos feministas nas redes sociais digitais, como não abre mão de usar a internet para promover debates nomeadamente feministas, uma singularidade importante em contexto de debates feministas que evitam o título “feminista”. Em 2020, ela afirmou que

[...] quando o *Mina de HQ* nasceu, o foco estava na produção apenas de mulheres, cis e trans, apesar de o questionamento em relação à cisheteronormatividade e à binariedade compulsória de gênero permear a minha pesquisa acadêmica. Mas segui estudando, escutando, até que decidi incluir na descrição também as pessoas não binárias. E o aprendizado continua. Uma pessoa não tem sua vida marcada somente por seu gênero, mas pela cor de sua pele, orientação sexual, classe social, origem e por aí vai. Seria impossível ter perspectiva de gênero sem levar em conta outros marcados sociais [...] (Revista *Mina de HQ* #1, 2020, p. 22).

Outro fator que merece ser mencionado é o processo de tornar-se um selo independente, fazendo do *Mina de HQ* uma marca. Isso se confirma na assinatura das postagens do *site*, por exemplo, e na parceria com marcas. A partir de 2019, as publicações do *site* passaram a ser predominantemente assinadas como *Mina de HQ* e não pela fundadora. Por fim, destacamos a forte presença do *Mina de HQ* nas redes sociais¹⁴⁹, em especial no Instagram, com mais de 37 mil pessoas seguidoras.¹⁵⁰

É possível dimensionar sua projeção pelo número de seguidoras e pelo apoio recebido por meio de financiamentos coletivos. A publicação da primeira edição da revista recebeu apoio de 444 pessoas, atingindo o valor de R\$ 19.587,00, ultrapassando a meta que era de R\$ 12.000,00.¹⁵¹ A segunda edição foi apoiada por 419 pessoas e arrecadou R\$ 21.769,00, também superando a meta que era de R\$ 19.000,00.¹⁵² A terceira e última edição publicada arrecadou R\$ 24.698,00, tendo recebido apoio de 380 pessoas. Esta campanha ficou abaixo da meta, que era de R\$ 25.000,00.¹⁵³ Durante a escrita deste capítulo, uma campanha para a publicação da quarta edição, prevista para dezembro de 2023, foi lançada. Encerrada em outubro de 2023, a campanha arrecadou R\$ 23.961,00, da meta de R\$ 25.000,00, com financiamento de 351 pessoas.¹⁵⁴ O *Mina de HQ*

148 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nidZA9RTGIE> Acesso em 19/07/2023.

149 *Mina de HQ* também possui uma conta no Facebook que neste momento tem pouco mais de oito mil curtidas, sendo que a última atualização é de setembro de 2022. https://www.facebook.com/minadehq/?locale=pt_BR

150 Disponível em: <https://www.instagram.com/minadehq/>. Acesso em 12/07/2023.

151 Disponível em: <https://www.catarse.me/revistaminadehq> Acesso em 21/07/2023.

152 Disponível em: <https://www.catarse.me/revistaminadehq2> Acesso em 21/07/2023.

153 Disponível em: <https://www.catarse.me/revistaminadehq3> Acesso em 21/07/2023.

154 Disponível em: <https://www.catarse.me/revistaminadehq4> Acesso em 21/11/2023.

ainda conta com um apoio contínuo mensal. Atualmente, o valor arrecadado é de R\$ 1.388,00, com apoio de 83 pessoas.¹⁵⁵

Em 2020 o *Mina de HQ* publicou sua primeira revista. A *Mina de HQ #1* contou com capa assinada pela artista Bennê Oliveira, de Pernambuco; a *Mina de HQ #2* teve capa assinada pela artista Carol Ito, de São Paulo; e a artista Tai Silva, do Pará, assinou a capa da *Mina de HQ #3*. A *Mina de HQ #4*, ainda não publicada, tem capa de Gegê Schall.

A revista é apresentada como “a única publicação impressa feminista e independente sobre histórias em quadrinhos do Brasil”.¹⁵⁶ O *site* anuncia que a revista recebeu homenagem especial do 33º HQMIX e o Prêmio Jayme Cortez, do 37º Ângelo Agostini. Em 2022, a revista foi finalista do 64º Prêmio Jabuti na categoria Fomento à Leitura.¹⁵⁷ É fundamental perceber como a *web*, no caso do *Mina de HQ*, através de redes sociais on-line e do *site*, afirma-se como lugar de visibilização e mobilização feminista, e como as ações off-line mantêm uma centralidade expressiva para iniciativas que debatem quadrinhos e gênero no contexto brasileiro. No caso do *Mina*, a criação das revistas impressas é demonstrativa da permanente intenção de existir e resistir também fora do ciberespaço. As revistas resultam das ações realizadas no ciberespaço, visto como meio, e não fim.

A *Mina de HQ #1* foi celebrada no editorial de Gabriela Borges como a conquista de um sonho pessoal e retrato da necessidade de conhecer novas artistas, outras narrativas, traços e roteiros no aniversário de cinco anos do projeto. Com extensa marca da pandemia, uma vez que foi publicada no final de 2020, a revista conta com quadrinhos de colaboradoras diversas. A *Mina de HQ #2*, publicada em 2021, marca a continuidade de uma revista impressa em contexto de predominância do digital. No momento de sua publicação, em dezembro de 2021, a revista havia sido indicada e premiada pelo 33º Troféu HQMIX. A publicação da segunda revista, em seu editorial, acena para um futuro possível, com o enfraquecimento da pandemia. A *Mina de HQ #3*, lançada em 2022, nomeia seu editorial com a afirmação “afinal, tudo é política”, marcando o contexto de saída do isolamento social, em função da pandemia da COVID-19, e de desestabilização da democracia brasileira em ano eleitoral, ao mesmo tempo que celebra os prêmios acumulados pela revista e os trabalhos realizados com grandes marcas, “como Visa, Kindle e Sesc”¹⁵⁸. Gabriela Borges pontua a causa indígena como elemento central da edição e a importância de conhecer artistas fora do eixo sul-sudeste. Durante a finalização deste capítulo, em novembro de 2023, a *Mina de HQ #3* recebeu o Prêmio Melhores de 2022 como Publicação Independente de Grupo, do 35º HQMIX¹⁵⁹.

Iniciativas como a do *Mina de HQ*, resultado também de práticas e discursos feministas, que nasce nos meios digitais, não apenas impacta e transforma a circulação da informação no ciberespaço, como encontra meios de organização e ação fora dele. De projeto quase pessoal, pensado a partir da criação de uma página no Instagram, o *Mina de HQ* avançou em direção a outras frentes como o *site*, clube de leituras e as revistas impressas. Nossa análise indica o @minadehq como um

155 Disponível em: <https://apoia.se/minadehq> Acesso em 21/11/2023.

156 Disponível em: <https://minadehq.com.br/revistaminadehq/>. Acesso em 12/07/2023.

157 Disponível em: <https://minadehq.com.br/finalistas-do-64o-premio-jabuti/>. Acesso em 12/07/2023.

158 A revista incorpora elementos de outras produções do *Mina*, como o *Mina Indica*, muito frequente na *newsletter*; e o *Entre Quadros*, entrevistas em quadrinhos originalmente publicadas no *site*.

159 Disponível em: <https://blog.hqmix.com.br/noticias/vencedores-35-edicao/> Acesso em 21/11/2023.

meio para a construção de “um olhar independente, feminista e com perspectiva de gênero sobre as histórias em quadrinhos”¹⁶⁰, e não como um fim em si.

História e pesquisa automatizada no *Mina de HQ*

O site *Mina de HQ* apresenta como categorias para navegação direta os campos Quadrinhos para Ler, Sobre HQs, Clube de Leituras, Revista e Apoie! Destas categorias, a que se desdobra em muitos níveis é a Sobre HQs, em que são listadas as seguintes possibilidades de leitura e navegação: Artistas para Conhecer, Resenhas e Dicas de Quadrinhos, Notícias, Livro Digital Gratuito sobre Historietas Argentinas, Artigo “Quadrinhos e Gênero”, Artigo “Historietas Feministas em Latino-america” e Newsletter – Edições Passadas. Os campos permanentemente alimentados são os três primeiros, em que se fala sobre artistas do Brasil e do mundo, apresentam-se resenhas e dicas de quadrinhos e notícias de publicações, eventos, financiamentos coletivos, etc.

A categoria Quadrinhos, em que são apresentados quadrinhos exclusivos produzidos para o *Mina de HQ*, é a de maior volume do site, conforme demonstra levantamento de postagens por categoria na figura 1. Ainda na página inicial há links que levam ao Banco de Quadrinistas!/Para conhecer artistas brasileiras, ao quadrinho publicado recentemente, convite para o clube de leituras, notícias e entrevistas em destaque, bem como acesso para outras redes do *Mina*. Merece menção também um formulário intitulado “Quer contratar uma quadrinista?” em que o site coloca-se como intermediador de profissionais dos quadrinhos.

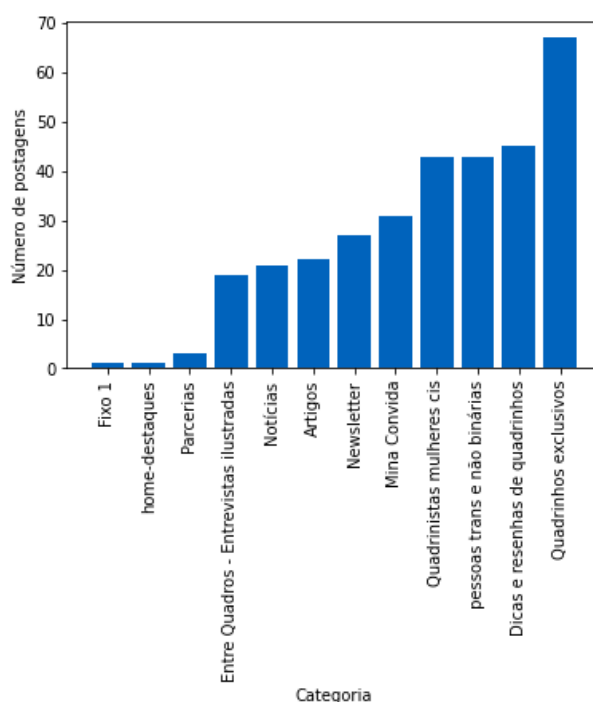


Figura 1 – Número de postagens por categoria no *website*
Fonte: Autoras (2023)

160 Esta frase estampa todas as capas da *Revista Mina de HQ*.

No trabalho de leitura e estudo do site elaboramos perguntas que deram origem a buscas específicas e aos blocos de palavras que geraram 48 gráficos/nuvens de palavras. Um vasto universo de informações que não necessariamente leva-nos a reflexões pertinentes do ponto de vista histórico e contextual, seja porque fizemos a busca de maneira equivocada, seja porque as informações organizadas não permitem conclusões sistematizadas.

Um ponto que nossa análise explorou foi a menção a diferentes regiões do Brasil. Esta busca não foi aleatória. Leituras anteriores e conhecimento sobre os debates que hoje prevalecem no ciberespaço sobre a produção dos quadrinhos de mulheres nos levaram à criação de um bloco de palavras-chave para compreender o cenário nacional.



Figura 2 – Nuvem de palavras gerada automaticamente a partir do Bloco 2 (Regiões)

Fonte: Autoras (2023)

Neste levantamento identificamos alto número de referências à expressão Norte, como demonstra a Figura 2, retrato de inúmeras artistas e coletivos que têm emergido em estados como Pará e Amazonas. Os dados automatizados confirmam uma impressão sobre o cenário dos quadrinhos no Brasil. Anne Ribeiro, em reportagem para a *Mina de HQ #3* (2022), aponta que quadrinistas que não estão no eixo Rio-São Paulo convivem com falta de remuneração justa e invisibilidade em eventos chamados de “nacionais”. Vale mencionar ainda a expressiva organização de quadrinistas dessa região em coletivos, como *MARPARA*, *MáTinta HQ* e *Serendi* (PIRES; CRESCÊNCIO, 2023-prelo).

Apesar de as nuvens de palavras terem se mostrado recursos interessantes, uma vez que servem para ilustrar os blocos de busca criados para a realização do levantamento, elas parecem encerrar sua função aí, uma vez que não apresentaram novidades, apenas confirmando e ilustrando impressões

Autora	Publicações
Mina de HQ	108
Gabriela Borges	54
Gabriella Güllich	18
Anne Ribeiro	17
Sâmela Hidalgo	15
Vitorelo	11
Ellie Irineu	11
Natália Sierpinski	9
Larissa Camargo	5
Dani Marino	5
Maria Júlia Lledó	4
Mayara Lista	3
Kel spinelli	2
Carol Ito	2
Nara Bretas	2
Simone A. Fernandes Anastácio	1
Samanta Coan	1
Redação	1
Ana Fernandes	1
Monique Malcher	1
Maria Clara Villas	1
Lia Bloc	1
Cecília Marins	1
Mari Pelli	1

Figura 4 – Publicações por autora

Fonte: Autoras (2023)

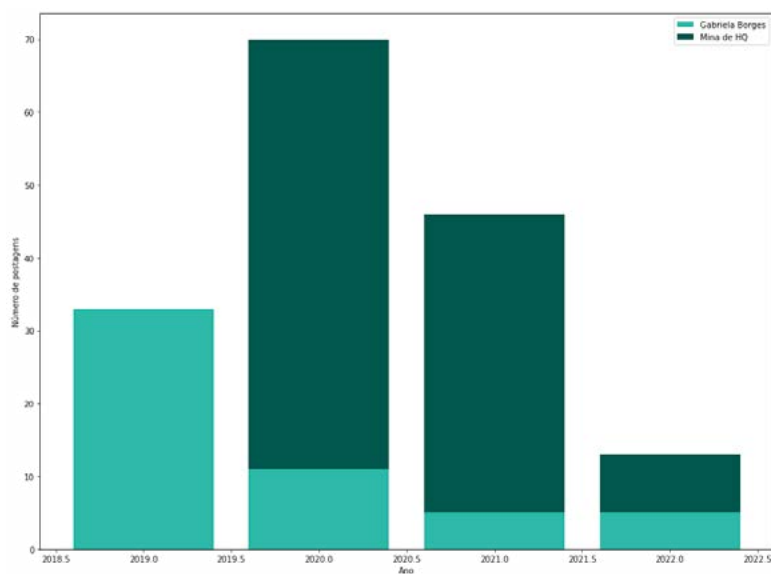


Figura 5 - Autoria Gabriela Borges e Mina de HQ ano a ano

Fonte: Autoras (2023)

Em 2019, quando da criação do *site*, todas as postagens eram assinadas por Gabriela Borges, como demonstra a Figura 5, cenário que muda drasticamente no ano seguinte. O *Mina* começa a ser construído como marca, em um processo de profissionalização que não identificamos em outras iniciativas parecidas (PIRES; CRESCÊNCIO, 2023-prelo).

Outra modalidade de dado que parece indicar caminhos interessantes para uma abordagem histórica, é a identificação de sequências de duas e três palavras mais frequentes. Tais combinações podem eliminar alguns dos desafios impostos pelas nuvens, desconsiderando sequências que se repetem em função da natureza do próprio *Mina de HQ*, como *Mina-HQ* e histórias-quadrinhos. O Bigrama trabalho-independente, por exemplo, reforça não apenas o que é realizado pelo *Mina de HQ*, como também a predominância de artistas mulheres independentes no universo dos quadrinhos nacionais.

Por fim, sinalizamos o encerramento desta análise com uma modalidade de gráfico que anuncia uma percepção já existente sobre o *Mina de HQ*, mas que indica uma luta constante das quadrinistas brasileiras. A percepção do trabalho produzido por elas como arte.

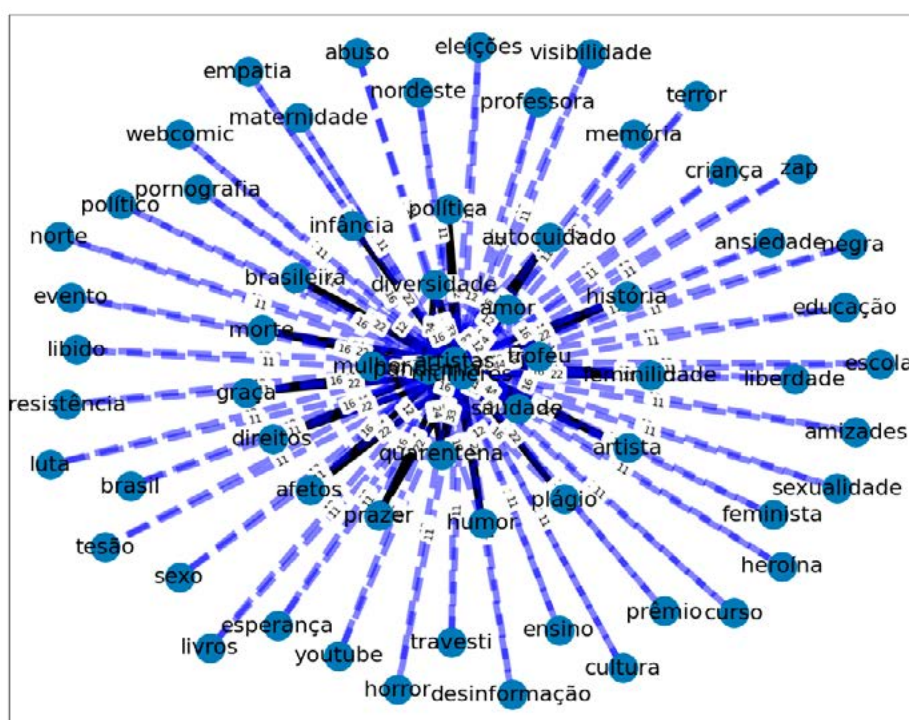


Figura 6 - Conexão de palavras em forma de rede

Fonte: Autoras (2023)

Como análise de métrica mais comumente usada pela análise de redes sociais, a posição do nó permite entender o quão relevante um determinado nó é, ou quão centralizada a rede em torno de determinados nós, através do número de conexões, o grau de intermediação, o grau de centralidade, a influência do nó na rede e por suas conexões (RECUERDO, 2014). A partir desta definição, é fundamental considerarmos a expressão “artista” como nó fundamental do *Mina de HQ*. Para além do esforço de visibilizar, divulgar, intermediar quadrinistas mulheres, assim como de construir o *Mina de HQ* como marca e selo independente, o *site* procura afirmar a identidade artistas em um gênero considerado menor e ainda produzido por mulheres, historicamente entendidas pelo cânone como não-artistas.

Andrea Giunta (2018), preocupada em reforçar a ideia de que existem artistas homens e mulheres, identificados a partir de padrões artificiais de gênero, não desconsidera que um grupo identificado como mulheres representa apenas 30% do que se produz no mundo da arte. Aponta ainda que “A normalização do gosto estético segundo os parâmetros dominantes representados pelos sujeitos que os sistemas administrativos identificam como masculinos permite-nos remeter à patriarcalização do sistema da arte.” (tradução das autoras)¹⁶¹ (GIUNTA, 2018, p. 70). Tal cenário se reproduz no campo das histórias em quadrinhos, em que as quadrinistas são ignoradas por eventos, premiações, pela bibliografia especializada e mesmo por esforços que prometem um panorama dos quadrinhos no Brasil.

Considerações Finais

Apresentamos estas considerações finais na expectativa que este capítulo seja o princípio de discussões importantes sobre o uso de ferramentas automatizadas nas humanidades, em especial na História, e que fomentem um debate urgente sobre feminismo e internet. Organizamos as considerações finais em torno destes dois eixos que consideramos importantes para nós, enquanto pesquisadoras da área, e para quem nos lê, possíveis interessadas em desenvolver tais estudos.

Primeiro, é fundamental pontuar que nosso objetivo era, a partir de uma perspectiva histórica e através do uso de algoritmos computacionais, realizar uma análise do *site Mina de HQ*. Como foi demonstrado nas páginas anteriores, apesar de identificarmos muita potência no uso de ferramentas automatizadas, percebemos que a profusão de dados produzidos, mesmo que diante de muita leitura e estudo, acabou por ilustrar ou confirmar impressões iniciais, ao invés de levantar questões que poderiam ser alvo de análise contextual e bem informada. Tal conclusão demanda uma reflexão importante sobre os usos possíveis dessas ferramentas para análises na área de humanidades, não apenas porque precisamos avançar para debates qualitativos, mas porque a incorporação de tais recursos exige uma renovação metodológica de nosso fazer. Acreditamos que, para além da limitação dos dados, muitas vezes quantitativos, estamos diante de obstáculos técnicos e de abordagem que precisam ser esmiuçados para que o diálogo com pesquisas automatizadas seja de fato potente.

Segundo, precisamos sublinhar um elemento que não era objetivo inicial deste capítulo, mas que é um pano de fundo importante da fonte aqui analisada. A atuação do *Mina de HQ*, e de outras iniciativas similares, que procuram debater o lugar das mulheres na produção de quadrinhos, cartuns, tiras e ilustrações, bem como a desigualdade de gênero visível na difusão, financiamento e consumo da produção de autoria de mulheres, é resultado direto das possibilidades de mobilização e discussão promovidas pela internet, configurando a existência de um feminismo digital que se apresenta, muitas vezes, de modo disfarçado. Isto indica que estamos, de modo irreversível, submetidas a debates que atravessam o digital. Portanto, é urgente que saibamos como encarar estes novos desafios políticos e metodológicos.

¹⁶¹ “La normalización del gusto estético acorde a los parámetros dominantes representados por sujetos a quienes los sistemas administrativos identifican como varones permite referirse a la patriarcalización del sistema de arte” (GIUNTA, 2018, p. 70).

Fonte: minadehq.com.br

Referências

- BORGES, G. Gênero e representação nas histórias em quadrinhos. In: MARINO, D. e MACHADO, L. (ed.). *Mulheres & Quadrinhos*. São José, Skript, 2019.
- BORGES, Gabriela. *Encuentre su Clitoris - observaciones sobre una revista de historieta de género en Argentina*. Paraíba: Marca de Fantasia, 2020.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais on-line. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 5, p. 165 - 188, 2014. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/126/100>. Acesso em 20/07/2023.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CRESCÊNCIO, C. L. «Feminismos, Humor Gráfico e Quadrinhos na Web: uma reflexão a partir do site brasileiro Lady's Comics (2010-2018)», em *Revista Mais que Amélias*. nº 9 (2022), pp. 1-12. Disponível em: <https://rstmaisqueamelias.wixsite.com/maisqueamelias/2022> Acesso em 20/07/2023.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- GIUNTA, Andrea. *Feminismo y arte latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2018.
- MESSIAS, Carolina Ito. *Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na Internet no Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MOLINA, María Isabel. Revista Brígida: un espacio para las narrativas em cómic hecho por mujeres. In: DOMÍNGUEZ, Paloma; HINOJOSA, Hugo; SÁNCHEZ, Jorge (coord.). *Non Sequitur: Variaciones de las Historietas em Chile*. Santiago: Editorial USACH, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla. *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- RECUERO, Raquel. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* 16(2): 60-77 maio/agosto 2014.
- ROCHA, Fernanda. *Extração de Dados de Blogs*. Disponível em: <https://github.com/fernandagonc/blog-analysis>. Atualizado em: 04/06/2022.
- SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: EDUSC, 2003.
- PIRES; CRESCÊNCIO. *Não mexe comigo que eu não ando só: uma reflexão sobre coletivos e iniciativas de mulheres quadrinistas na Internet (Brasil, 2010-) 2023-prelo*.
- TORET, J. (coord.). *Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema-red 15M como nuevo paradigma de la política distribuida*. Universit Oberta de Catalunya, Internet Interdisciplinary Institute, 2013.

PREMIAÇÃO DE MULHERES NA LITERATURA E NA MÚSICA: ANÁLISES DE DADOS DA BILLBOARD E DO GOODREADS¹⁶²

MARIANA O. SILVA
GABRIEL P. OLIVEIRA
MIRELLA M. MORO

Introdução

A cultura é parte fundamental de qualquer sociedade. Em uma esfera capitalista, as principais vertentes culturais são criadas e espalhadas pela indústria do entretenimento, a qual também é alvo de manifestações feministas. De fato, alcançar maior diversidade e paridade de gênero na indústria do entretenimento tornou-se um imperativo cada vez mais reconhecido (DONOGHUE, 2020), bem como maior exposição e reconhecimento do feminino sem viés em espaços de conhecimento da *Web*, como a Wikipedia (SALLES; PAPPÀ, 2021). No entanto, o caminho rumo à igualdade de gênero continua a ser um desafio multifacetado, o que tem atraído atenção significativa na investigação acadêmica e no discurso público em diferentes setores do entretenimento, incluindo livros e música.

As indústrias do livro e da música desempenham papéis distintos na formação de narrativas culturais, influenciando a opinião pública e refletindo valores sociais (OLIVEIRA et al., 2020; SILVA et al., 2021). Portanto, maior compreensão da dinâmica de gênero nessas indústrias é central para identificar problemas existentes, explorar os fatores que contribuem para tais disparidades e promover a tão necessária equidade de gênero. Todavia, um desafio para qualquer análise significativa costumava ser o enorme volume de dados disponíveis para serem coletados, processados e então analisados. Com a evolução da Computação, esse desafio tem encontrado inúmeras soluções possíveis e compatíveis com o volume de dados.

De fato, existem fontes que fornecem livremente dados sobre essas indústrias e as pessoas que nelas trabalham, permitindo análises simples e complexas sobre diferentes facetas desses setores. Aproveitando essa nova disponibilidade de dados, estudos abordam a representação de gênero em diferentes indústrias, revelando disparidades persistentes, preconceitos e os mecanismos subjacentes que contribuem para várias desigualdades. Por exemplo, na indústria do livro, existem investigações sobre a disparidade de gênero nos padrões tanto das pessoas que escrevem quanto das que leem (BUCUR, 2019; KAPELNER; WEINBERG, 2019; WEINBERG; KAPELNER, 2022; IVANSKI et al., 2022); outras pesquisas focam na sub-representação de artistas femininas, o preconceito de

162 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

gênero na produção musical e a distribuição desigual de oportunidades na indústria da música (BETTI; ABRATE; KALTENBRUNNER, 2023; EPPS DARLING; CRAMER; BOUYER, 2020; WATSON, 2020); sem mencionar outras vertentes culturais, como o cinema (ISTEAD; POCOL; SIU, 2022; KAGAN; CHESNEY; FIRE, 2020) e os videogames (HERITAGE, 2020).

Detalhando melhor a indústria do livro, que recentemente tem apresentado mudanças na representação de gênero (WALDFOGEL, 2023), estudos têm inspecionado tanto o desequilíbrio de gênero na autoria quanto no número de leitores/leitoras. Por exemplo, Bucur (2019) mede a homofilia de gênero em mercados de livros on-line em grande escala para analisar se o consumo de livros é seletivo por gênero. Ou seja, se as pessoas têm uma tendência a se associar ou se interessar por livros escritos ou lidos por indivíduos do mesmo gênero que elas. Os resultados mostram que a homofilia de gênero começa com uma distorção dentro de gêneros literários específicos, e ainda mais fortemente em certas comunidades literárias, onde a preferência por autores e leitores do mesmo gênero é mais acentuada.

No que se refere à autoria, Kapelner e Weinberg (2019) conduziram um experimento para examinar a discriminação de gênero na compra de livros, manipulando o gênero do livro e da pessoa autora, a fim de analisar as preferências de clientes em relação a autorias masculinas, femininas e de identidades de gênero diversas. Embora resultados anteriores na literatura tenham indicado discriminação de gênero na publicação de livros (WEINBERG; KAPELNER, 2018), os resultados dessa pesquisa não demonstraram qualquer preferência de gênero em uma variedade de medidas, incluindo qualidade, interesse e o montante que clientes pagariam pelos livros. Esses achados também foram corroborados em estudos mais recentes (WEINBERG; KAPELNER, 2022; IVANSKI et al., 2022).

No cenário brasileiro, Lord (2018) destaca o caráter histórico da discriminação de gênero no panorama literário nacional. Até 1977, a Academia Brasileira de Letras, a instituição mais importante da literatura brasileira, reconhecia apenas a literatura masculina, ao vetar a participação de mulheres em suas cadeiras. Quanto ao conteúdo, Lima (2016) analisa livros de literatura infantil recomendados pelo Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e distribuídos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) para identificar aspectos relacionados à representação do gênero feminino. O estudo revela uma disparidade na representação entre homens e mulheres, sendo que, na maioria deles, a figura feminina é retratada de maneira hierarquizada, como seres mais frágeis.

Da mesma forma, a representação de gênero entre artistas musicais tem sido objeto de investigação. A música é uma indústria tradicionalmente dominada pelos homens e, ainda que a porcentagem de artistas femininas indicadas ao Grammy¹⁶³ tenha passado de 7,9% em 2013 para 28.1% em 2021 (SMITH et al., 2021), elas representam apenas 9,8% de indicações para *Record of the Year* e 8,5% para *Album of the Year* (2013–2020). Outras pesquisas mostram a sub-representação de artistas femininas em gêneros musicais e o preconceito de gênero predominante no processo de produção musical. Por exemplo, Epps Darling, Cramer, Bouyer (2020) descobriram que: ouvintes do Spotify geralmente acessam menos músicas de artistas femininas do que masculinos; *streaming* baseado em recomendação tem proporção ligeiramente maior de criadoras do que *streaming* orgâ-

163 Os *Grammy Awards*, ou simplesmente *Grammy*, são prêmios anuais concedidos pela *Recording Academy* dos Estados Unidos para reconhecer conquistas “excepcionais” na indústria musical.

nico (a pessoa escolhe o que ouve), mas a proporção ainda é baixa; e sexo e idade de ouvintes são independentes da participação da artista feminina no *stream*.

Watson (2020) adota uma abordagem que utiliza dados da indústria musical para analisar as tendências relacionadas ao gênero nas rádios canadenses entre 2005 e 2019. Os resultados destacam a persistente desigualdade de gênero e racial que afeta as rádios *country* canadenses. Não apenas artistas brancos e do gênero masculino têm mais músicas veiculadas nessas rádios em geral e ao longo dos anos, mas suas músicas também são tocadas com maior frequência ao longo do ciclo de 24 horas. Essas descobertas ecoam as desigualdades identificadas em estudos sobre rádio nos Estados Unidos (WATSON, 2019). De acordo com as descobertas, em ambos os países, a diferença entre as canções de homens e mulheres aumenta de 67,9% em 2005 para 76,5% em 2019 (a favor dos homens); uma disparidade que se mantém evidente nas reproduções semanais, na programação dos horários do dia e nos gráficos semanais.

No Brasil, a situação da representação de gênero na indústria da música é semelhante. Segnini (2014) revela, por meio de uma análise quantitativa, que o cenário da música é predominantemente masculino e branco. Nesse contexto, Gomes e Mello (2019) investigam as relações de gênero na música popular brasileira, com foco especial em rock, samba, pagode e hip-hop. O estudo revela um aumento na participação feminina e na conquista de novos espaços no meio musical nos últimos anos. Por exemplo, apesar de ser considerado um espaço predominantemente masculino, o aumento da participação feminina no rock resultou na emergência de uma nova categoria: “rock com vocal feminino”. Já no hip-hop, observa-se que as mulheres, especialmente as mulheres negras, estão encontrando um espaço significativo para promover discussões sobre temas como aborto, cuidado com o corpo, denúncia à violência contra mulheres, entre outros.

Em relação ao conteúdo, outros estudos exploraram o preconceito de gênero e o sexismo nas letras das músicas. Em especial, Betti, Abrate, Kaltenbrunner (2023) analisam letras de músicas em inglês (1960–2010) na busca de preconceitos linguísticos relacionados a gênero e sexismos. Suas descobertas revelam que o conteúdo sexista aumentou ao longo do tempo, especialmente de artistas masculinos e de músicas populares que aparecem nas paradas da Billboard. As músicas também mostram preconceitos linguísticos diferentes, dependendo do gênero de quem canta, com músicas de artistas solo masculinos contendo preconceitos cada vez mais fortes; enquanto artistas solo femininas estão mais próximas da neutralidade de gênero. As canções de artistas masculinos também enfatizam homens como mais fortes e focados na carreira, em detrimento das mulheres retratadas como mais fracas e mais próximas dos termos orientados para a família.

Embora tais estudos tenham inspecionado a representação de gênero nas indústrias do entretenimento de forma independente, ainda existe espaço para análises quantitativas e evidências mais empíricas que contribuam para a melhor compreensão da representação de gênero em categorias específicas de livros e músicas, bem como a avaliação se houve progresso ao longo do tempo. O propósito é contribuir para o corpo de conhecimento existente, fornecendo evidências abrangentes da representação de gênero nas indústrias do livro e da música através de uma metodologia relativamente comum de computação: a partir de um conjunto de dados disponíveis on-line, os mesmos são organizados, filtrados e complementados com informações faltantes, para então serem analisados do ponto de vista de questões específicas. Os conjuntos de dados escolhidos são os livros premiados na plataforma Goodreads e as músicas pertencentes às paradas de sucesso da Billboard.

É importante ressaltar que a disponibilidade de dados é um fator determinante para a realização das análises propostas. Infelizmente, a coleta de dados específicos para análises detalhadas sobre representação de gênero nas indústrias do livro e da música no contexto brasileiro pode ser desafiadora devido à falta de fontes abrangentes e atualizadas. Portanto, optamos por utilizar dados internacionalmente reconhecidos, como as paradas de sucesso da Billboard, e a plataforma Goodreads, que embora tenha uma base global de pessoas cadastradas, possui predominância de participantes estadunidenses. Essa escolha visa assegurar uma base sólida e comparável para análises mais abrangentes, sem negar a importância de futuras pesquisas que possam explorar dados específicos do cenário brasileiro.

O Goodreads é um popular *website* de catalogação social que permite que pessoas rastreiem e descubram livros. A partir da sua plataforma, coletamos todos os livros premiados no Goodreads Choice Awards de 2012 a 2022 (GOODREADS, 2023). O Goodreads Choice Awards é um programa de premiação anual que indica livros de diferentes categorias (gêneros literários) e pede a pessoas cadastradas no serviço que votem em seus favoritos. Portanto, para cada estilo e ano, há um livro vencedor, com respectiva autoria vencedora também. Já a *Billboard* é uma renomada revista semanal com sede nos Estados Unidos, amplamente conhecida por suas paradas musicais, que classificam músicas e álbuns com base em popularidade e desempenho no mercado musical.

Considerando o cenário de categorias¹⁶⁴ de livros e música (gêneros literários e musicais) e premiações em dois meios distintos, este estudo foca em duas questões complementares: existe propensão das categorias serem dominadas por um gênero em detrimento do outro? e existe qualquer mudança em direção à paridade de gênero nesses diferentes recortes? Ao abordar essas questões, proporcionamos evidências para compreensão mais abrangente da representação de gênero em estilos literários e musicais, enfatizando as dinâmicas de gênero entre quem escreve livros e apresenta músicas, suas disparidades e potenciais preconceitos.

As principais contribuições deste estudo incluem a identificação de uma tendência geral de dominância feminina na indústria do livro nos gêneros de ficção, em contraste com uma predominância masculina nos gêneros de não-ficção. Na indústria musical, foi observada uma maioria de categorias dominadas por artistas masculinos, com poucas apresentando uma proporção relativamente igual de artistas de ambos os gêneros. A análise temporal da indústria do livro revelou uma diversidade de tendências na representação de gênero, com algumas categorias transitando para uma representação mais equilibrada, enquanto outras mantêm ou intensificam desequilíbrios. Esse cenário difere da indústria musical, onde todas as categorias mantêm um elevado desequilíbrio de gênero.

Obtenção dos dados

Este estudo visa mostrar possíveis disparidades de gênero nas indústrias literária e musical. Como várias pesquisas da área de Computação, o primeiro passo é obter dados sobre o objeto de estudo. Então, foram escolhidas como as principais fontes de dados para tais domínios as plata-

¹⁶⁴ Para evitar sobreposição na utilização da palavra *gênero*, este texto aplica apenas para gênero feminino ou masculino; enquanto gêneros literários e gêneros musicais são simplesmente chamados de *categorias*, referente às categorias de premiação consideradas na plataforma Goodreads e aos gêneros musicais de maior destaque nas paradas da Billboard.

formas Goodreads e Billboard. Foram consideradas as paradas anuais para diferentes categorias musicais para tornar os resultados comparáveis aos da indústria do livro. Além dessas duas fontes, o conjunto de dados final foi complementado com informações da *Wikipédia* para auxiliar na identificação de artistas solo e a seguinte classificação de gênero para pessoas nas autorias literárias e apresentações musicais.

Antes de identificar o gênero de cada artista musical, é necessário verificar quais são artistas *solo*, já que também podem ser bandas, grupos e duplas. Para tal, examinamos a presença de termos específicos nas primeiras 40 palavras da descrição de cada artista, disponíveis na língua inglesa na página individual da *Wikipédia*. Primeiro procuramos por *singer*, *songwriter*, *musician*, *producer*, *artist*, *rapper*, *actress* e *actor*; e se algum desses termos for encontrado, identificamos artista como pessoa. Se não, verificamos a presença dos termos *grupo*, *band* ou *duo* para classificar artista como entidade coletiva grupo. Se nenhum termo for identificado, então artista recebe desconhecido.

Para identificação de gênero, foram coletados da *Wikipédia* resumos das páginas de todas as pessoas envolvidas na escrita dos livros que não possuíam biografia no *Goodreads* no momento da coleta (Maio de 2023) bem como todas as pessoas envolvidas na execução das músicas coletadas (i.e., artistas). Para a identificação de gênero de artistas e autorias, foi utilizada uma heurística baseada em características linguísticas que tem mostrado sucesso em trabalhos desse tipo (MORAIS; MERSCHMANN, 2021; MUKHERJEE; BALA, 2017). Em particular, analisamos os pronomes presentes na descrição da pessoa para inferir o seu gênero. Atribuimos os pronomes *he/him/his* para indicar o gênero masculino, e *she/her* para indicar o gênero feminino. Essa abordagem tem limitações, pois não leva em conta pessoas não binárias e que também podem usar tais pronomes (melhor discutido em Considerações Finais).

O mecanismo é aplicado às pessoas autoras de livros e a artistas individuais, e compara as frequências dos pronomes masculinos e femininos em suas respectivas descrições para determinar a atribuição de gênero para cada uma. Se o número de pronomes masculinos exceder o número de pronomes femininos, atribui-se o rótulo masculino à pessoa; senão, atribui-se o rótulo de gênero feminino. Nos casos em que não é possível determinar o gênero, foi utilizada a biblioteca *Python Gender Guesser* (GITHUB, 2023) para fazer uma inferência com base no nome da pessoa. Se o gênero permanecer indeterminável após usar tal método, atribui-se o rótulo desconhecido. Ainda, ao lidar com bandas e grupos musicais, examinamos o enquadramento como coletivos masculinos/femininos (por exemplo, *BTS* e *Spice Girls*) pesquisando os termos *boy group*, *boy band*, *girl band* e *girl group* em suas descrições.

Nosso conjunto de dados contém 3.415 pessoas em ambos os domínios: 2.068 pessoas autoras de livros e 1.347 artistas musicais. Especificamente, foram identificados 1.251 autores do sexo masculino, 1.941 autoras do sexo feminino, 824 artistas do sexo masculino e 328 artistas do sexo feminino. Além disso, existem 195 artistas musicais de gênero desconhecido. Essas informações fornecem uma visão geral da distribuição de gênero em nosso conjunto de dados para autoria de livros e artistas musicais. A Tabela 1 lista as categorias consideradas para cada contexto, bem como exemplos de pessoas representativas de cada uma.

Tabela 1. Exemplos de pessoas representativas de cada categoria literária e musical.

Goodreads		Billboard	
Categoria	Exemplo	Categoria	Exemplo
Fantasy	George R.R. Martin	Adult Contemporary	John Legend
Fiction	Nicholas Sparks	All	Justin Bieber
Historical Fiction	Kristin Hannah	Christian	Chris Tomlin
History & Biography	James Patterson	Country	Josh Turner
Horror	Stephen King	Dance/Electronic	Avicii
Humor	Mindy Kaling	Gospel	Andrae Crouch
Memoir & Autobiography	Michelle Obama	Latin	Enrique Iglesias
Mystery & Thriller	David Baldacci	Pop	Katy Perry
Nonfiction	John Green	R&B	Beyoncé
Poetry	Margaret Atwood	R&B/Hip-Hop	Drake
Romance	Colleen Hoover	Rap	Macklemore
Science & Technology	Neil deGrasse Tyson	Rock	Queen
Science Fiction	Michael J. Sullivan		
Young Adult Fantasy	Veronica Roth		
Young Adult Fiction	Rainbow Rowell		

Representação de gênero na premiação em diferentes categorias

O primeiro objetivo deste estudo é investigar padrões de representação de gênero e variações entre categorias de livros e músicas, considerando especialmente as premiações no Goodreads e a presença nas paradas da Billboard. Para tal, empregamos uma análise quantitativa para calcular a proporção de representação masculina e feminina dentro de cada categoria. As Figuras 1A e 1B mostram a distribuição de gênero nas categorias literárias e musicais, respectivamente. Por exemplo, para livros de *Romance*, a primeira linha da Figura 1A ilustra que 95% das pessoas que participam das premiações desta categoria no Goodreads são mulheres (à esquerda), e apenas 5% são homens (à direita); e para músicas de *Adult Contemporary*, a primeira linha da Figura 1B ilustra que 48% das pessoas que participam do top 100 da Billboard são mulheres (à esquerda), e 52% são homens (à direita).

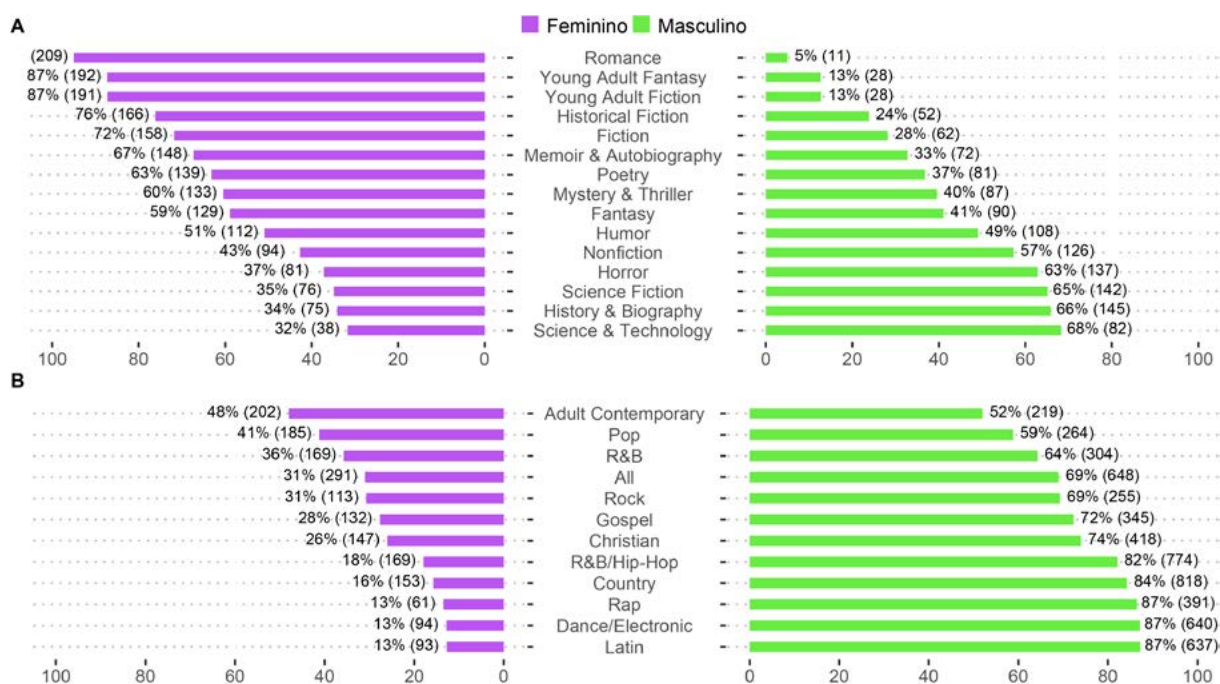


Figura 1. Porcentagem (e número absoluto) da distribuição de gênero de autorias e artistas por categoria literária (A) e musical (B), ordenada pela presença feminina

Fonte: Autoria deste capítulo

Para a indústria do livro, a Figura 1A mostra uma dominância feminina geral nas indicações para premiação na maioria das categorias, principalmente *Romance*, *Young Adult Fantasy* e *Young Adult Fiction*; equilíbrio na autoria de *Humor*; e predominância masculina nas categorias *Horror*, *Science Fiction*, *History & Biography*, e *Science & Technology*. Para a música, a Figura 1B apresenta distribuição de gênero mais acentuada em diversas categorias. Em contraste com a indústria do livro, o padrão da música para a maioria das categorias é dominado por homens, com poucas demonstrando uma representação mais equilibrada. Músicas das categorias *Latin*, *Dance/Electronic*, *Rap* e *Country* apresentam uma inclinação significativa para artistas masculinos, enquanto *Adult Contemporary* e *Pop* exibem uma proporção relativamente igual de artistas masculinos e femininos.

Para livros, esses dados evidenciam uma tendência geral feminina nas categorias de ficção e de masculina nas de não-ficção; ou seja, há maior representação de vozes e perspectivas femininas no domínio da narrativa de ficção e um desequilíbrio de gênero na representação da literatura factual e informativa, considerando o escopo de obras indicadas e premiadas pela população de pessoas cadastradas na plataforma Goodreads. A análise de gênero também revela um padrão diferente na indústria musical, com a maioria das categorias de músicas integrantes das paradas da Billboard sendo dominadas por homens, e poucas exibindo uma proporção relativamente igual de artistas masculinos e femininos; ou seja, a presença feminina aparenta estar em nichos de gêneros musicais específicos.

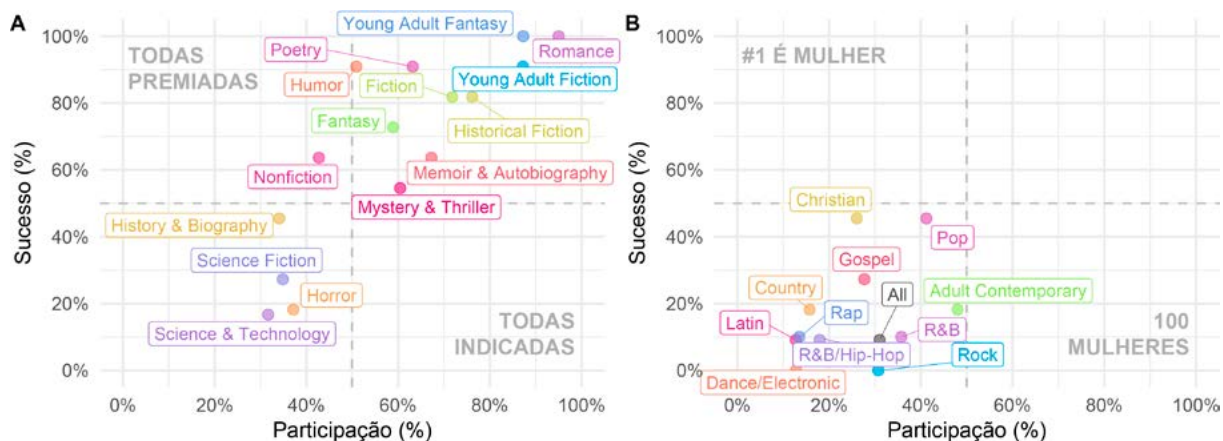


Figura 2. Participação e sucesso para mulheres por categoria literária (A), onde 100% de participação significa apenas mulheres foram indicadas e 100% de sucesso, todas ganharam; e musical (B), onde 100% de participação significa 100 mulheres no ranking da semana e 100% de sucesso, o topo do ranking é mulher.

Fonte: Autoria deste capítulo

Essas estatísticas iniciais mostram a distribuição na *participação* de autoras e autores na indicação de premiações no Goodreads e de artistas nas paradas da Billboard. Outro ponto complementar é dado por quem ganha as premiações e quem fica no topo das paradas. A Figura 2A ilustra a porcentagem de participação das mulheres na indicação para prêmios do Goodreads no eixo *x* e a porcentagem de premiação para mulheres no eixo *y*. Por exemplo, para a categoria *Humor* (em laranja), praticamente metade de participantes são mulheres, sendo que quase todas elas (90%) foram premiadas. A Figura 2B ilustra a porcentagem de participação das mulheres nas paradas da Billboard no eixo *x* e a porcentagem de vezes que uma mulher chegou ao topo dessa parada no eixo *y*. Por exemplo, para o total de artistas (*All*, em cinza), 30% de artistas são mulheres, e muito menos chegam ao topo das paradas (10%).

A distinção entre o mercado literário e o musical (considerando esses recortes de Goodreads e Billboard) fica ainda mais saliente nesse tipo de visualização: as mulheres participam da autoria de todas as categorias de livros (em porcentagem distintas), enquanto são completamente ignoradas nas categorias musicais de *Rock* e *Dance/Electronic*. Essa dominância musical corrobora demais estudos do mesmo tipo, e.g., (SMITH et al., 2021). Porém, a Figura 2B ilustra outras informações interessantes: (i) existe uma participação homogênea de homens e mulheres em *Adult Contemporary* (quase metade de participação feminina), ainda que menos mulheres dessa categoria cheguem ao topo do ranking (20%); (ii) mulheres têm boa participação no *Pop* (em torno de 42%), ainda que menos da metade chegue ao topo; e (iii) mulheres também surpreendem na categoria *Christian*, com quase 30% de participação e 50% de topo das paradas.

Tendências temporais na representação de gênero

Para o segundo objetivo deste estudo, investigar alterações na representação de gênero ao longo do tempo, foram analisados dados e tendências históricas. O foco foi identificar possíveis mudanças, examinando variações temporais na proporção de autorias/artistas masculinos e femininos dentro de categorias específicas. As Figuras 3 e 4 apresentam as tendências correspondentes para livros e músicas, respectivamente.

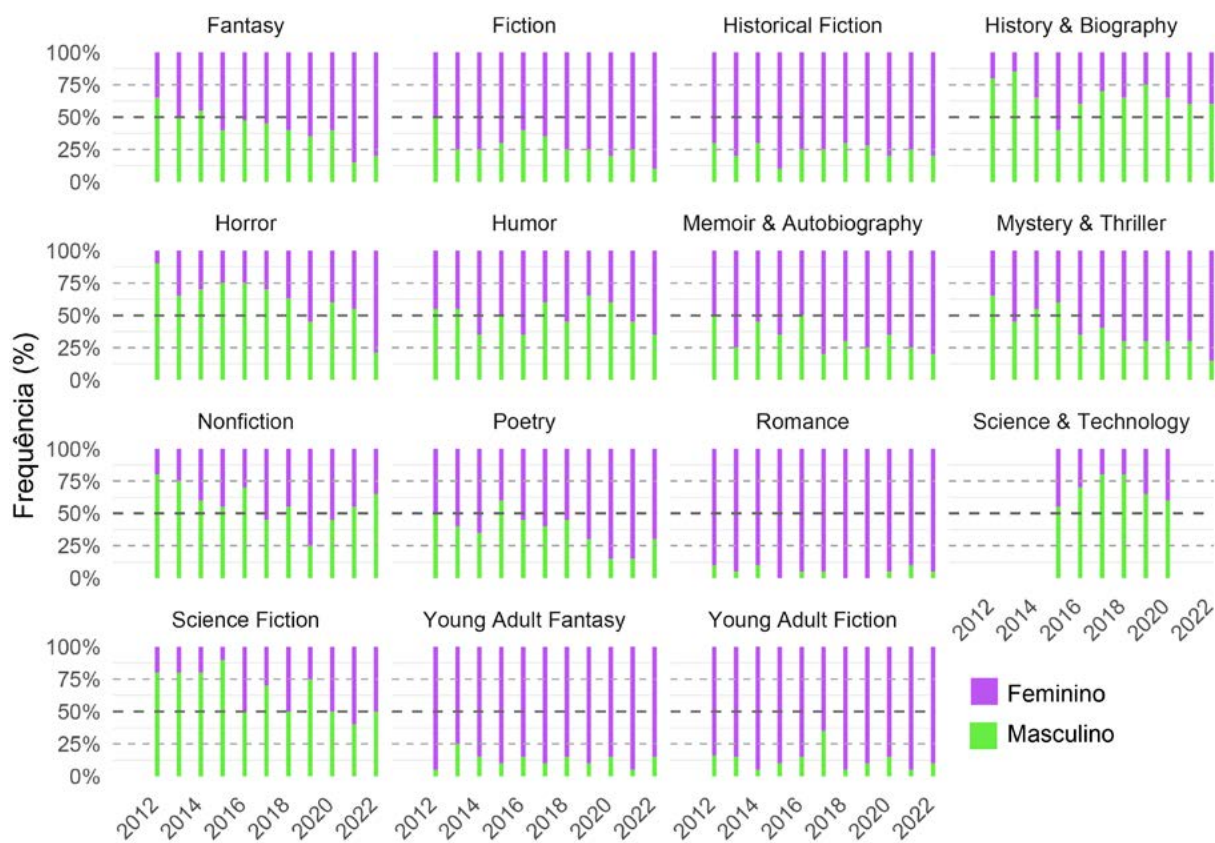


Figura 3. Evolução temporal do gênero das autorias no Goodreads Choice Awards

Fonte: Autoria deste capítulo

No geral, a Figura 3 evidencia categorias literárias que evoluíram para uma representação mais equilibrada, sinalizando progresso em direção à paridade de gênero. Exemplos incluem *Humor*, *Poetry* e *Nonfiction*, que apresentam uma notável mudança em direção a uma proporção igual de autorias masculinas e femininas ao longo do tempo. Por outro lado, essa figura também revela categorias que mantiveram ou acentuaram seus desequilíbrios de gênero, indicando disparidades persistentes. Categorias como *Romance*, *Fantasy* e *Young Adult Fantasy/Fiction* continuam a exibir uma predominância de autoras femininas, enquanto *History & Biography* e *Science & Technology/Fiction* mantêm uma proporção consistentemente elevada de autores masculinos.

Além disso, existem algumas categorias com uma mudança evidente na representação de gênero, transitando da dominância de um gênero para outro ao longo do tempo. Por exemplo, essa mudança pode ser observada em *Fantasy*, *Horror*, *Mystery & Thriller* e *Nonfiction*, onde houve uma transição para uma maior proporção de autorias femininas. Isso pode sugerir uma mudança na dinâmica de gênero dentro dessas categorias, indicando um maior reconhecimento e representação das vozes e perspectivas femininas.

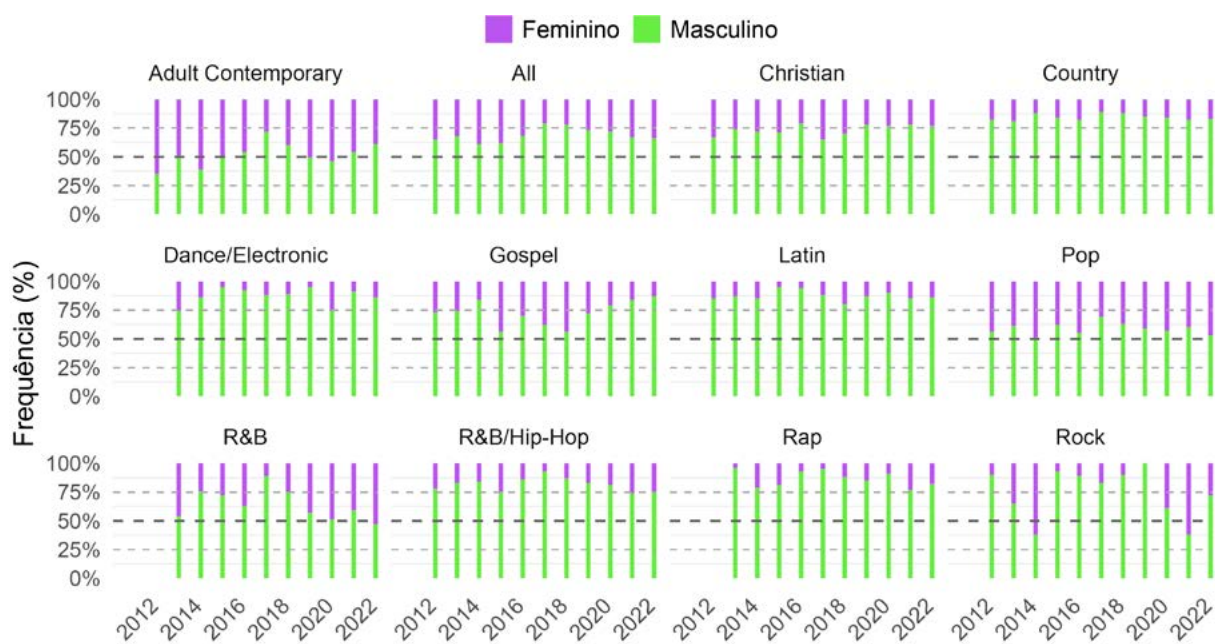


Figura 4. Evolução temporal do gênero de artistas nas paradas da Billboard

Fonte: Autoria deste capítulo

A Figura 4 apresenta forte contraste com o cenário literário, com um domínio masculino persistente e intenso na indústria musical ao longo do tempo. Ao contrário dos padrões de mudança observados na indústria do livro, a análise da representação de gênero nas categorias musicais demonstra um desequilíbrio contínuo, indicando progresso limitado para a paridade de gênero na indústria. Categorias como *Latin*, *Dance/Electronic*, *Rap* e *Country* exibem uma forte inclinação para artistas masculinos, com uma representação desproporcionalmente menor de artistas femininas. Tais categorias continuam a ser predominantemente dominadas por homens, refletindo em menos oportunidades e visibilidade para artistas femininas.

A disparidade observada evidencia menos vozes femininas e desafios estruturais que persistem no cenário musical. A sub-representação geral de artistas femininas exige esforços organizados para enfrentar as barreiras sistêmicas, promover a inclusão e criar oportunidades iguais para artistas, independentemente do gênero. Visualizar o forte contraste entre as duas indústrias revela a necessidade de intervenções específicas na indústria da música para promover a igualdade de gênero. Destaca-se a importância de cultivar um ambiente que apoie e amplie as vozes das artistas femininas, promova uma representação diversificada e desafie as normas vigentes que perpetuam os desequilíbrios de gênero.

Considerações finais

Este capítulo apresentou um estudo sobre a representação de gênero nos cenários literário e musical. Ao considerar premiações e paradas de sucesso, foi utilizada uma metodologia baseada em dados para analisar a representação de autorias e artistas por gênero em diferentes categorias de música e livros ao longo do tempo, e investigar a correlação entre gênero e sucesso em premiações e paradas de sucesso. As análises foram conduzidas visando conhecer melhor o panorama da diversidade de gênero nesses campos criativos.

Os resultados mostram uma tendência geral de dominância feminina no cenário literário em relação às categorias de ficção e de dominância masculina nas de não-ficção. No cenário musical, a maioria das categorias é dominada pelo gênero masculino, e poucas apresentam uma proporção relativamente igual de ambos os gêneros. Além disso, a análise temporal do cenário literário revela uma tendência diversificada de representação de gênero, com algumas categorias transitando para uma representação mais equilibrada e outras mantendo ou intensificando a desigualdade de gênero. Tal cenário difere no contexto da música, uma vez que todas as categorias possuem uma alta desigualdade de gênero.

Este estudo abrangente pode contribuir para o contínuo debate sobre a representação de gênero nos âmbitos literário e musical, lançando luz sobre desafios significativos nessas áreas. Superar tais desafios requer esforços coordenados das partes interessadas da indústria, de novas políticas e da sociedade como um todo. Além disso, demanda a promoção de ambientes inclusivos, o questionamento dos estereótipos de gênero, a busca pela igualdade de remuneração e reconhecimento, a amplificação das vozes sub-representadas, a implementação de políticas abrangentes contra o assédio e a discriminação, e a garantia de acesso equitativo a oportunidades. Ao fomentar a diversidade, inclusão e igualdade de gênero em ambas indústrias, é possível cultivar uma paisagem cultural dinâmica e inclusiva.

Embora os resultados deste estudo se baseiem em dados globais, com um forte viés no cenário estadunidense, eles fortalecem as conclusões de pesquisas anteriores que analisaram a desigualdade de gênero nos contextos literário (LIMA, 2016; LORDE, 2018) e musical (SEGNINI, 2014; GOMES E MELLO, 2019) do Brasil. A ausência de dados disponíveis publicamente sobre esses mercados brasileiros é, sem dúvida, um obstáculo significativo para a replicação deste estudo em âmbito nacional. No entanto, os resultados podem servir como motivação para a realização de pesquisas futuras, tanto quantitativas quanto qualitativas, visando preencher essa lacuna de informação específica sobre tais indústrias no Brasil.

É importante também reconhecer outras limitações deste trabalho. Por exemplo, a disponibilidade e generalização de dados, onde a análise realizada depende de dados de plataformas específicas, como Goodreads e Billboard, que podem não capturar todo o panorama dos cenários literário e musical. Por exemplo, grande parte da produção literária e musical ainda não estão nessas plataformas; e produções por pessoas independentes (i.e., sem ligação com editora ou gravadora), especialmente pessoas negras e indígenas, ainda não são tão contempladas. Ademais, as conclusões também podem não se aplicar universalmente a todas as regiões, línguas ou contextos culturais.

Em relação à classificação de gênero, foram utilizadas fontes externas e recursos linguísticos para atribuir rótulos de gênero a autorias e artistas, o que pode introduzir erros ou imprecisões. Além disso, tal classificação automatizada infelizmente reflete o binarismo de gênero, o que limita as análises e não reflete com fidelidade a real diversidade de gêneros existentes atualmente na sociedade. Por fim, é importante ressaltar a importância da interseccionalidade ao avaliar os resultados. Este estudo concentra-se principalmente na relação entre representação de gênero e sucesso, mas pode não capturar as influências de outros fatores contextuais, como raça, etnia, origem socioeconômica ou diferenças culturais, que também contribuem para disparidades dentro das indústrias.

Referências

- BETTI, L.; ABRATE, C.; KALTENBRUNNER, A. Large scale analysis of gender bias and sexism in song lyrics. *EPJ Data Science*, v. 12, n. 10, 2023.
- DONOGHUE, C. B. “Hollywood and gender equity debates in the #metoo time’s up era”. In: LIDDY, S. *Women in the International Film Industry: Policy, Practice and Power*, Palgrave Macmillan: Cham, 2020. p. 235-252.
- BUCUR, D. Gender homophily in online book networks. *Information Sciences*, v. 481, p. 229-243, 2019.
- EKSTRAND, M. D.; KLUVER, D. Exploring author gender in book rating and recommendation. *User Modeling and User-Adapted Interaction*, v. 31, n. 3, p. 377-420, 2021.
- EPPS DARLING, A.; CRAMER, H.; BOUYER, R. T. Artist gender representation in music streaming. In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 21, 2020, Montreal, Canada. *Proceedings[...]* 2020, p. 248-254.
- GITHUB. *lead-ratings / gender-guesser*. Disponível em: <https://github.com/lead-ratings/gender-guesser>. Acesso em: 29/09/2023.
- GOMES, Rodrigo Cantos Savelli; MELLO, Maria Ignez Cruz. Relações de gênero e a música popular brasileira: um estudo sobre as bandas femininas. *DAPesquisa*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 500–510, 2019. DOI: 10.5965/1808312902042007500.
- GOODREADS. *Goodreads Choice Awards*. Disponível em: <https://www.goodreads.com/choiceawards>. Acesso em: 29/09/2023.
- HERITAGE, F. Applying corpus linguistics to videogame data: Exploring the representation of gender in videogames at a lexical level. *Game Studies*, v. 20, n. 3, 2020.
- ISTEAD, L.; POCOL, A.; SIU, S. Evaluating gender bias in film dialogue. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON APPLICATIONS OF NATURAL LANGUAGE TO INFORMATION SYSTEMS, 27, 2022, Valencia, Spain. *Proceedings[...]* 2022, p. 403-410.
- IVANSKI, C.; HUMPHRIES, S.; VAN DALEN-OSKAM, K.; MAR, R.A. Do we judge fiction by the author’s gender? *Journal of Media Psychology: Theories, Methods, and Applications*, v. 34, n. 5, p. 299-312, 2022.
- KAGAN, D.; CHESNEY, T.; FIRE, M. Using data science to understand the film industry’s gender gap. *Palgrave Communications*, v. 6, n. 92, 2020.
- KAPELNER, A., & WEINBERG, D. Do Readers Judge Books by Author Gender? Results from a Randomized Experiment. *Socius*, v. 5, 2019.
- LIMA, Jaqueline Moreira Ferraz de. *As abordagens sobre gênero nos livros da literatura infantil no Programa Pacto pela Alfabetização na Idade Certa*. Rio Claro: Unesp, 2016.
- LORD, L. J. D. Desigualdade de gênero e literatura brasileira: um olhar a partir da Sociologia. *Revista Entrelaces*, Fortaleza (CE), v. 1, n. 14, p. 128-142, out./dez. 2018.
- MORAIS, J. P. M.; MERSCHMANN, L. H. C. Uma abordagem híbrida para predição de gênero a partir de textos em português. In: BRAZILIAN SYMPOSIUM ON DATABASES, 36, 2021, Online. *Proceedings[...]* Porto Alegre: Soc. Bras. Computação, 2021, p. 49–60.
- MUKHERJEE, S.; BALA, P. K. Gender classification of microblog text based on authorial style. *Information Systems and e-Business Management*, v. 15, p. 117-138, 2017.

- OLIVEIRA, G. P.; SANTOS, M.; SEUFITELLI, D. B.; LACERDA, A.; MORO, M. M. Detecting collaboration profiles in success-based music genre networks. *In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE*, 21, 2020, Montreal, Canada. *Proceedings* [...] 2020, p.726-732.
- SALLES, I.; PAPP, G. Viés de gênero em biografias da wikipédia em português. *In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING (BRASNAM)*, 10., 2021, Evento On-line. *Anais* [...] Porto Alegre: Soc. Bras. Computação, 2021. p. 211-216.
- SEGNINI, L. R. P. Os músicos e seu trabalho: Diferenças de gênero e raça. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 75–86, jan. 2014.
- SILVA, M. O.; SCOFIELD, C.; OLIVEIRA, G. P.; SEUFITELLI, D. B.; MORO, M. M. Exploring Brazilian Cultural Identity Through Reading Preferences. *In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING (BRASNAM)*, 10., 2021, Evento Online. *Anais*[...] Porto Alegre: Soc. Bras. Computação, 2021. p. 115-126.
- SMITH, S. L.; PIEPER, K.; CLARK H.; CASE, A.; CHOUEITI, M. *Inclusion in the recording studio? Gender and Race/Ethnicity of Artists, Songwriters & Producers across 900 Popular Songs from 2012-2020*. USC Annenberg. Mar., 2021.
- WALDFOGEL, J. *The welfare effect of gender-inclusive intellectual property creation: Evidence from books*. National Bureau of Economic Research. NBER Working Paper No. w30987. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4371595>. Acesso em: 09/09/2023.
- WATSON, J. E. *Gender representation on country format radio: A study of spins across dayparts (2002-2018)*. Nashville: SongData and WOMAN Nashville. 2019. Disponível em: <https://songdata.ca/wp-content/uploads/2019/12/SongData-Watson-Country-Airplay-TODStudy-December2019.pdf>. Acesso em: 08/11/2023.
- WATSON, J. E. Programming inequality: Gender representation on Canadian country radio (2005-2019). *In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE*, 21, 2020, Montreal, Canada. *Proceedings*[...]. 2020. p. 392-399.
- WEINBERG, D.B.; KAPELNER, A. Comparing gender discrimination and inequality in indie and traditional publishing. *PLOS ONE*. v. 13, n. 4, 2018.
- WEINBERG, D.B.; KAPELNER, A. Do book consumers discriminate against black, female, or young authors?. *PLOS ONE*. v. 17, n. 6, 2022.

LEGH ON-LINE: UM ESTUDO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA NA INTERNET¹⁶⁵

AILÊ V. GONÇALVES

EMILI CRISTIE MARCHIORI

MARINA DE OLIVEIRA BORTOLATTO

ELAINE SCHMITT

Introdução

Este capítulo pretende abordar o uso feito da plataforma de *site* e de redes sociais on-line do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como o canal do YouTube “Gênero e História” e das contas do Facebook e Instagram, enquanto ferramentas de comunicação, interação e divulgação científica.

Amparado pela metodologia da netnografia (KOZINETTS, 2014) e em diálogo com uma perspectiva feminista crítica, o levantamento realizado demonstrou dados significativos sobre como o *site*, as redes sociais on-line e a internet colaboram para o compartilhamento e divulgação de conhecimentos relacionado às temáticas de história e gênero, além de debates voltados para a história oral, feminismos, diversidade, história das mulheres, política, memória e interseccionalidade. Além disso, a conectividade ligada ao Laboratório pôde ser compreendida como um elemento que favorece tanto a democracia, quanto o combate à desinformação e à misoginia cada vez maior no ambiente on-line, oferecendo, potencialmente, o fortalecimento de uma conexão social de solidariedade feminista.

Através das ferramentas de análises de dados YouTube Studio e Meta Business Suite, foi estabelecido o recorte temporal de cerca de um ano (2022 – 2023) para a análise de redes sociais, de forma que pudéssemos entender o comportamento das métricas de acessos, perfil do público, alcance e engajamento, ou seja, aquelas postagens que foram mais curtidas e mais comentadas do perfil. Já para a análise do *site*, foi utilizada a ferramenta Google Analytics, que pretendeu responder as seguintes questões: existe uma estrutura de comunicação, além de padrões de relações ou “vínculos” sociais nesta comunidade on-line?; qual o conteúdo das suas comunicações?; existe um fluxo entre esta comunidade eletrônica e outras?; poderíamos comparar a estrutura da comunidade on-line em relação à sua atividade *face a face*?

165 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A internet, tal como a conhecemos hoje, expandiu-se de maneira impressionante em termos de acesso e usuários, bem como na criação de conteúdos culturais e midiáticos, desafiando as hegemonias tradicionais na produção do conhecimento humano (AGUIAR, 2019, p. 117). Suas trocas foram ampliadas e a informação disseminada numa escala muito maior que o contato presencial, indicando a internet como um importante espaço para difusão do conhecimento, divulgação científica e estabelecimento de redes entre diferentes sujeitas e sujeitos. Mariana Valente (2023) demonstra a construção de redes e ocupação do meio on-line por parte do movimento feminista, em oposição a um espaço marcado pela misoginia:

[...] podemos ver que movimentos feministas se apropriaram da internet desde o início – bem como recorreram a outras tecnologias da comunicação que a antecederam, e foram também transformados por ela. Referir-se a isso é central por dois motivos: primeiro, porque a internet não é apenas misógina. Com certeza, ela vem sendo um espaço de novas possibilidades expressivas também para as mulheres, pessoas LGBTQUIP+, negras e indígenas. Segundo, porque se a misoginia é um sistema de vigiar e fazer valer a subordinação das mulheres, como definimos antes, um produto intencional ou indireto da misoginia na internet é atuar nas entranhas desses espaços de articulação e agência”. (VALENTE, 2023, p. 53)

Diante desse panorama, surgiu a necessidade crescente de desenvolver novas abordagens para a pesquisa social etnográfica nesses meios. De acordo com Kozinetz (2014, p. 47), “o uso de levantamentos no âmbito da internet fornece uma visão geral da área das comunidades on-line, a partir da qual podemos discernir padrões em ampla escala”. Nesse sentido, os levantamentos desempenham um papel fundamental ao possibilitarem a análise das atividades das pessoas em comunidades on-line, e a maneira como essas comunidades e suas práticas culturais impactam diversos aspectos de suas vidas cotidianas. Dentre as possibilidades apresentadas pelo autor, e adaptando a metodologia proposta a ferramentas mais atuais, optamos por um tipo de levantamento que trata de tópicos de comunidade on-line e que revela determinados aspectos tanto da comunidade em questão (comunidade LEGH), quanto da sua cultura on-line.

A seguir passamos para o levantamento em questão, mas, antes, acreditamos na importância de contextualizar historicamente o LEGH, que, neste estudo, se torna objeto de investigação.

O Laboratório e sua entrada na internet

O atual Laboratório de Estudos de Gênero e História deriva de uma série de transformações na nomenclatura e adaptações temáticas, presente desde 1985 como “Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina”, e passando também por “Laboratório de História Social”. Em 2006, assume a configuração atual, com seu enfoque na produção do conhecimento historiográfico sobre as relações de gênero. Desde então, desenvolve pesquisas, eventos, palestras, oficinas, grupos de estudo e orientação de trabalhos no campo de estudos de gênero. Além disso, também constituiu um acervo de documentos digitais e físicos (Janine SILVA, Joana PEDRO e Cristina WOLFF, 2018; Binah IRE e Janine SILVA, 2019).

No que diz respeito à sua trajetória on-line, ela tem início com a criação do *site*, em 2010, seguida pela criação das redes sociais Facebook (2012) e posteriormente Instagram (2018). No ano de 2020, também foram criadas contas no YouTube e Twitter/X, porém a última não foi levada adiante, pois não se adequou aos interesses do laboratório.

Além dessas redes, o LEGH possui uma comunidade no Repositório Institucional da UFSC, onde estão hospedadas muitas de suas publicações e arquivos. As entrevistas orais estão nesse repositório, porém não são acessíveis ao público. Entretanto, não iremos tratar, neste capítulo, do repositório, já que este se dedica a uma análise do *site*¹⁶⁶, da página “Laboratório de Estudos de Gênero e História”¹⁶⁷ no Facebook, do perfil no Instagram @legh.ufsc¹⁶⁸ e do canal “Gênero e História”¹⁶⁹ no YouTube, o que inclui, ainda, uma discussão com teor histórico que buscou colaborar com a construção histórica desse laboratório de pesquisa.

Outra iniciativa que colaborou não somente para a entrada, mas também para a consolidação da presença do LEGH na internet, foi o projeto “Redes e Ações de Divulgação Científica no Laboratório de Estudos de Gênero e História”, coordenado pela Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff, e cujo objetivo foi fortalecer a presença do Laboratório nas redes sociais, promovendo a divulgação de suas atividades, eventos e produções acadêmicas. Apesar de sua execução ter sido realizada sem qualquer tipo de financiamento, informação que nos ajuda a ver a disparidade entre os investimentos feitos nas áreas das humanas, principalmente quando comparadas com às tecnológicas, iniciativas como a criação do canal “Gênero e História” no YouTube e publicações regulares nas redes sociais efetivamente ampliaram o alcance do LEGH, que é procurado e encontrado por pessoas interessadas de todo o Brasil, e também do exterior.

O *site* oficial

Diferente das redes sociais, como Instagram, Facebook e YouTube, que são plataformas altamente interativas e projetadas para facilitar a comunicação, interação e compartilhamento de conteúdo entre usuários, permitindo que as pessoas se conectem, comentem, compartilhem, curtam e participem ativamente, um *site* estático teria uma presença on-line mais passiva, com conteúdo construído que se refere apenas aos objetivos da instituição e não envolve interações complexas de usuário. Seu objetivo maior é apresentar informações institucionais de maneira rápida e direta, com um design fixo e uma estrutura que permanece consistente, oferecendo uma experiência de usuário ágil e sem a necessidade de atualizações frequentes.

Dessa forma, o *site* oficial do LEGH é dedicado aos resultados, pesquisas e discussões elaboradas no próprio Laboratório. Desde 2010, é utilizado com o propósito de promover a divulgação das atividades, pesquisas e projetos em andamento, além da organização sobre o que e quem o constitui. Outra característica é seu papel como repositório de recursos, reunindo a memória da “comunidade”, o que abrange notícias sobre eventos relacionados e iniciativas extensionistas.

Sua estrutura é projetada para atender às diversas necessidades dos visitantes e membros do LEGH, proporcionando acesso a um abrangente conjunto de recursos e informações. A estrutura do *site* pode ser dividida nas seguintes seções: Agenda do LEGH; Aulas, conferências e entrevistas; Canal Gênero e História; Grupo de Pesquisa; Leituras do LEGH; Observatório Sul-Sudeste INCT Caleidoscópio; Projeto Internet e Igualdade de Gênero; Projeto Mandonas; Projetos Finalizados; Quem somos; Pesquisas; Professoras/es; Pesquisadoras/es; Acervo; Publicações e Jornadas do LEGH.

166 <https://legh.cfh.ufsc.br>.

167 <https://www.facebook.com/legh.ufsc>

168 <https://www.instagram.com/legh.ufsc/>

169 <https://www.youtube.com/@GeneroeHistoria>.



Laboratório de Estudos de Gênero e História **legH** Grupo de estudos leituras 2023.2

CONTATOS
E-mail: legh.cfh@gmail.com
Instagram: @legh.ufsc

- Início
- Agenda do LEGH
- Aulas, conferências e entrevistas
- Canal Gênero e História
- Grupo de Pesquisa
- Leituras do LEGH »
- Observatório Sul-Sudeste INCT
- Calendário
- Projeto Internet e Igualdade de Gênero
- Projeto Mandonas »
- Projetos finalizados »
- Quem somos
- Pesquisas
- Professoras/es
- Pesquisadoras/es
- Acervo »
- Publicações
- Jornadas do LEGH

Clique na imagem para conferir as leituras em andamento do Laboratório de Estudos de Gênero e História e venha se juntar a nós todas as quartas-feiras, às 14h.

LEGH presente no Cine-PET Educação Física



Na noite de terça-feira, 21/11, a pesquisadora M^a. Alê Gonçalves, que também é bolsista do Laboratório de Estudos de Gênero e História, participou do Cine-PET-Educação Física (@petefufsc). Na ocasião, foi exibido o filme "Minha Primeira Luta", seguido de um debate sobre os papéis de gênero e as implicações socioeconômicas no esporte.

Agradecemos o convite e a possibilidade de diálogos interdisciplinares tão importantes!

Em nova roda de conversa, LEGH recebe pesquisadora polonesa

Figura 1 – Captura de tela da página inicial do site oficial do LEGH, de 2023

Fonte: *site* oficial, acessado em 24 de novembro de 2023.

Essa estrutura desempenha um papel fundamental na apresentação ordenada de informações. A apresentação começa com uma página inicial que serve como ponto de entrada, destacando grupos de leitura e eventos organizados pelo LEGH. Em seguida, os visitantes podem ser direcionados para seções específicas, que contém desde a história e objetivos do laboratório até informações sobre a equipe, projetos e eventos.

A plataforma na qual o *site* oficial do LEGH está inserido é a mesma que o *site* da Universidade Federal de Santa Catarina utiliza, e também *sites* vinculados a ela pelo domínio (.ufsc). Assim, sua navegação padrão é projetada de forma intuitiva, facilitando a localização de conteúdo relevante. Além disso, existe um recurso de busca para uma pesquisa mais eficiente, enquanto menus de navegação claramente categorizados organizam o conteúdo de maneira acessível.

Sobre seu público

De acordo com informações coletadas pela ferramenta Google Analytics, o *site* oficial do LEGH, nos últimos noventa dias (o período se refere 02 de agosto de 2023 a 30 de outubro de 2023), teve o alcance de 822 usuários, sendo que 789 são novos e tendo um número de acessos semanais médio de 63.

Ao analisar os dados demográficos, percebemos que a maioria dos acessos é nacional. No Brasil, as cidades com mais acessos ao *site* oficial do LEGH são, respectivamente, Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Blumenau, Joinville, Porto Alegre, Curitiba, Palhoça e São Bernardo do Campo. Podemos perceber acessos de vários lugares do mundo, contando com novos usuários e usuários recorrentes, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Registros de origem e acessos de usuários

País	Usuários	Novos usuários
Estados Unidos	45	44
Argentina	9	9
Canadá	9	9
Portugal	6	5
França	5	5

Fonte: Os dados apresentados foram extraídos do Google Analytics

No decorrer da pesquisa, foi possível observar a variedade de maneiras pelas quais os visitantes descobrem o *site* do LEGH. A maioria das pessoas, representando 65,16%, acessa o site por meio de pesquisas no buscador Google. Um contingente significativo, correspondendo a 26,76%, chega digitando diretamente o link do *site* na barra de endereço, seja por links encurtados ou encaminhados por e-mail. Além disso, 7,99% encontram o *site* do Laboratório por meio de links externos, referências ou citações em outros *sites*. Essa análise oferece informações sobre os comportamentos dos usuários e destaca a importância de otimizar a presença on-line para maximizar a visibilidade e acessibilidade do LEGH.

Foi possível perceber que a presença de um *site* institucional, como o oficial do LEGH, desempenha um papel crucial para a instituição, indo além das redes sociais. Ele atua como um ponto de referência oficial, estabelecendo credibilidade e autenticidade. Além disso, serve como um arquivo permanente de informações, permitindo que os visitantes acessem dados passados, presentes e futuros e garante independência das mudanças nas políticas e algoritmos das redes sociais, mantendo o controle sobre a visibilidade de suas informações.

A página no Facebook

A criação da página “Laboratório de Estudos de Gênero e História” no Facebook ocorreu no dia 30 de outubro de 2012. O Facebook sempre foi utilizado como meio de divulgação, comunicação e compartilhamento de projetos e estudos relacionados ao curso de História e principalmente do laboratório – como as pesquisas, eventos e livros. Além disso, na página eram divulgados links de notícias do país e do mundo, relacionadas a gênero, feminismos, coletivos, entre outros, assim como acontecimentos políticos, como foi o caso dos atos do 15M em 2019, contra os cortes na Educação, em Santa Catarina.

Foi no Facebook do LEGH que também houve a divulgação virtual das primeiras *Jornadas do LEGH*, em 23 de novembro de 2015. Atualmente, com 4.782 seguidores e 4.634 curtidas, a página está acima do 75º percentual para a métrica das páginas na mesma categoria.

Fazendo uma análise da sua linha do tempo, as publicações com maiores engajamentos foram referentes à divulgação de oficinas, livros e prêmios nos quais o laboratório esteve diretamente relacionado, seja com suas organizadoras ou pesquisadoras. Em 7 de janeiro de 2020, por exemplo, a publicação do livro *Feminismos e Democracia*, dos organizadores Joana Maria Pedro e Jair Zandoná, alcançou 132 reações, 115 compartilhamentos e 11 comentários, a publicação com mais interações.

Sobre o seu público e alcance

Como coleta de dados para o público e o alcance da página, utilizamos a ferramenta do *site* Meta Business Suite¹⁷⁰, que permitiu levantar os dados dentro do período de 25 de agosto de 2020 a 24 de setembro de 2023. Com isso, podemos perceber que dentre os seus 4.782 seguidores, a página do LEGH tem 63,7% de mulheres e 36,3% de homens. Já na *Faixa Etária e Gênero*¹⁷¹, o grupo que fica em 1º lugar no ranking é o de 25 a 34 anos (sendo 24,5%, mulheres e 12,0%, homens), seguido do grupo de 35 a 44 anos (sendo 19,9%, mulheres e 11,4%, homens).

É interessante analisar geograficamente como esse público está espalhado, sendo dividido em 93,1% no Brasil, 0,9% na Argentina, 0,9% em Portugal, 0,5% na Espanha, 0,5% nos Estados Unidos, 0,5% no México, 0,4% em Angola, 0,4% em Moçambique, 0,3% no Chile e 0,3% na Itália. Não só as proporções são relevantes, mas também o seu alcance até esses países. Sendo o Brasil o país que maior concentra os seguidores, a disposição nas cidades está dessa forma: Florianópolis, SC (10,7%), São Paulo, SP (6,9%), Rio de Janeiro, RJ (6,2%), Porto Alegre, RS (3%), Salvador, BA (2,3%), Fortaleza, CE (2,2%), Curitiba, PR (2%), Belo Horizonte, MG (1,8%), Belém, PA (1,4%) e Brasília, DF (1,2%).

Além disso, o LEGH no Facebook possui um alcance de 1.554 (45,3% negativo) via distribuição orgânica, isto é, entre publicações, *stories*, anúncios, marcações e visitas à página. Os picos de maior alcance foram nos dias: 24 de janeiro 2023 com 239 e 07 de agosto de 2023 com 222, com a divulgação do episódio #16 do *Conversa com as Autoras!* e da *Abertura das Inscrições* de propostas para minicursos e lançamento de livros, revistas e materiais didáticos da *V Jornada do LEGH*.

Em relação à expansão da página, no que diz respeito a *Novas curtidas*, a página registra um total de 49, com uma predominância significativa de 90,9% de resultados negativos, indicando uma redução ou diminuição nas novas curtidas. Destaca-se um pico notável em 7 de janeiro de 2023, quando foram registradas 4 novas curtidas. Quanto às visitas à página, a média é de 202, com uma taxa de resultados negativos de 25,5%. Esse percentual sugere uma diminuição nas visitas em comparação com períodos anteriores, indicando um possível declínio no tráfego ou engajamento com a página.

Por outro lado, as variações positivas, embora em menor proporção, indicam momentos de crescimento ou destaque. Por exemplo, o pico registrado em 7 de janeiro de 2023 nas novas curtidas e o pico de 18 de setembro de 2023, com 20 visitas no dia, sugere um resultado positivo, indicando um aumento temporário nas interações.

Esses dados indicam uma dinâmica mais complexa de interação, sugerindo que, embora o número de novas curtidas seja predominantemente negativo em termos de variação, as visitas à página mantêm um nível de engajamento equilibrado. É importante ressaltar que as porcentagens “negativas” também refletem a migração dos usuários do Facebook para o Instagram e outras redes. Essa dinâmica sugere que o engajamento está intrinsecamente vinculado à frequência de publicações e atividades na rede. Exemplificando, a presença on-line da página tem um impacto direto em seu alcance, indicando que um menor envolvimento resulta em uma redução na visibilidade e interação on-line.

170 Dados retirados do *site* Meta Business Suite (<https://business.facebook.com>). Com acesso em 25 de set. de 2023.

171 Em ordem de decrescente, 25-34 anos (24,5% Mulheres e 12,0% Homens); 35-44 anos (19,9% Mulheres e 11,4% Homens); 45-54 anos (8,8% Mulheres e 6,6% Homens); 55-64 anos (5,0% Mulheres e 3,8% Homens); 65+ anos (2,6% Mulheres e 1,7% Homens); 18-24 anos (2,9% Mulheres e 0,8% Homens).

Sobre o conteúdo

Quando olhamos para o alcance do *Conteúdo*, verificamos que as publicações utilizadas na página são na sua maioria imagens¹⁷² (não há dados de postagem de *stories*), sejam em formato de *Álbuns* ou em *Outras Publicações*. Além disso, com a criação do perfil no Instagram (@legh.ufsc) a página do Facebook compartilhou também essas publicações da rede vizinha.

Geralmente as publicações em *Álbuns* possuem mais alcance e melhor desempenho na distribuição, com 121. As publicações com maior desempenho foram as atuais sobre as inscrições nas *Jornadas do LEGH* (7 de agosto de 2023), 194% maior que o alcance médio das outras (121) publicações.

Porém, olhando mais detalhadamente, podemos perceber as seguintes publicações mais engajadas: em 7 de janeiro de 2020, a divulgação do livro *Feminismos e Democracia*; 26 de outubro de 2021 com o ranking *AD Scientific Index 2021* colocando a Professora Dra. Joana Maria Pedro como uma das pesquisadoras mais influentes da América Latina; 17 de junho 2020 com a *Oficina: Introdução aos Estudos de Gênero e História* e 31 de maio de 2019 divulgando a palestra *Os Retrocessos sobre Gênero e Direitos das Mulheres na América Latina e na Europa: Uma perspectiva Global*, proferida pela Professora Edmé Dominguez Reyes. Como mostra o infográfico a seguir:



Figura 2 – Infográfico de publicações (Facebook)

Fonte: Elaborado pelas autoras com informações retiradas da página “Laboratório de Estudos de Gênero e História” no Facebook.

É interessante perceber que as publicações em que seguidores da página do Facebook e do perfil do Instagram - que será apresentada em seguida - mais engajaram foram as publicações de divulgação de prêmios, lançamentos de livros e teses das pesquisadoras e coordenadoras do Laboratório. É verdade que isso também nos chama atenção para o caráter de exposição, tanto da autoimagem, quanto da filtragem da realidade que essas duas redes sociais interferem na contemporaneidade. Contudo, o que mais queremos destacar é o quanto isso está ligado a um senso de solidariedade¹⁷³ e de conexão social que essas redes potencialmente geram.

172 Porém, há cinco vídeos publicados entre os anos de 2022 e 2019, mas que por conta do filtro do *site* Meta Business Suite não entram nessa forma mais atualizada de análise da conta.

173 Como trabalhado no vídeo do *YouTube* “Projeto Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul”, de *Gênero e História*. Disponível em: Solidariedade | Projeto Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul. Acesso em: 25 de set de 2023.

Outro ponto de destaque é sobre o aumento de curtidas no perfil do Instagram, o que também está relacionado com o aumento de seguidores no perfil e do aumento, de um modo geral, do uso dessa rede social pelas pessoas. Foi perceptível, ainda, a mudança do alcance à faixa etária e gênero pelo público através do Facebook, muito devido ao maior número de seguidores.

Importante destacar que o trabalho desenvolvido nas redes sociais é realizado por bolsistas, estudantes de graduação, pós-graduação e pós-doutorado vinculadas ao Laboratório, dedicando seu tempo e esforço para ampliar o alcance nas plataformas digitais. Notavelmente, esses esforços são conduzidos de forma independente, sem qualquer apoio financeiro (para além do acesso da plataforma que hospeda o *site* institucional), evidenciando o comprometimento da equipe envolvida na disseminação do conhecimento em estudos de gênero e feminismo.

O perfil no Instagram

O @legh.ufsc surgiu em 20 de março de 2018 com o intuito principal de divulgar e registrar a 3ª edição das *Jornadas do LEGH*, evento cujo objetivo é ser um encontro de pesquisadoras/es que iniciaram suas carreiras no Laboratório e que, hoje, estão em várias instituições de pesquisa e ensino no Brasil e exterior¹⁷⁴. Desde então, esta rede é utilizada como meio de divulgação, comunicação e compartilhamento de conhecimento do curso de História da Instituição de Ensino Superior, além do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Dentre o conteúdo produzido, destacamos a divulgação de projetos de pesquisas em andamento e seus resultados, além de convites a outros eventos organizados pelo Laboratório relacionados às temáticas de gênero, raça, feminismos, história das mulheres, política, história oral, entre outros.

Com 1.982 seguidores até o momento da coleta¹⁷⁵, que está acima do 75º percentual para a métrica das páginas na mesma categoria, o perfil recebe 90 novos seguidores em média em comparação às outras contas do nicho. Ao fazer uma análise do *feed* do perfil, que até este momento contém 306 postagens, observamos o compartilhamento das seguintes iniciativas: *Jornadas do LEGH*, *Seminário Internacional Fazendo Gênero*; *INCT Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências*; *Colóquio Mulheres no Poder no Brasil e nos EUA*; *Projeto Internet como Campo de Disputas pela Igualdade de Gênero*, *Acervo do LEGH*, *Projeto Políticas da Emoção e do Gênero nas Resistências às Ditaduras no Cone Sul*, *Projeto Mandonas*, Grupo de Leituras do LEGH, entre outros.

Sobre seu público e alcance

Dentre o total de 1.982 seguidores, observamos que 80,9% são mulheres e 19,1% são homens, com a maioria da *Faixa Etária e Gênero*¹⁷⁶ na idade de 25 a 34 anos (sendo 24,5%, mulheres e 12,0%, homens), seguidos de 35 a 44 anos (sendo 19,9%, mulheres e 11,4%, homens)¹⁷⁷. Cabe

174 Para saber mais, acesse: <https://legh.cfh.ufsc.br/jornadas-do-legh/>. Acesso em: 28 de out 2023.

175 Dados coletados em setembro de 2023.

176 Como informa o *site* Meta Business Suite "Os dados demográficos agregados são baseados em diversos fatores, incluindo as informações de idade e gênero que os usuários fornecem em seus perfis do Facebook. Essa métrica é uma estimativa."

177 Em ordem decrescente: Grupos de 25-34 anos (32,9% Mulheres e 7,9% Homens); 35-44 anos (24,3% Mulheres e 5,8% Homens); 18-24 anos (10,5% Mulheres e 2,5% Homens); 45-54 anos (8,4% Mulheres e 2,1% Homens); 55-64 anos (3,5% Mulheres e 0,7% Homens); 65+ anos (1,3% Mulheres e 0,1% Homens).

dizer que a atribuição de rótulos de gênero entre masculino e feminino, ofertada pelo Meta Business Suite, é limitada e pode introduzir erros ou imprecisões, uma vez que reconhecemos as limitações do quadro de gênero binário e a importância da representação não binária em pesquisas futuras. De um ponto de vista interseccional, percebemos ainda que os dados não capturam marcadores importantes como raça, etnia, origem socioeconômica, além de diferenças culturais que também podem contribuir para disparidades dentro da comunidade.

Quando observados os países das pessoas que seguem o perfil, constituindo esta comunidade on-line, encontramos o Brasil com 95,9%, seguido de Argentina (0,6%), Espanha (0,4%), Estados Unidos (0,3%) e Portugal (0,3%). Especificamente no Brasil, os seguidores se dividem nas seguintes cidades: Florianópolis, SC (28,6%), São Paulo, SP (4,3%), Rio de Janeiro, RJ (3,5%), São José (3,2%) e Fortaleza (2,4%).

O perfil do Instagram possui muito mais alcance em comparação à página do Facebook no mesmo período analisado. Com um alcance de 4.635 (36% positivo) entre publicações, *stories* e visitas a páginas via distribuição orgânica. A análise revelou os picos nos dias 23 de janeiro 2023 com 803, 27 de julho de 2023 com 800 e 14 de março de 2023 com 678. As postagens abordavam os seguintes temas: resenha do livro *Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964–1958)*, publicada na Revista Fenix, o convite para a banca de defesa da pesquisadora Camila Diane Silva, intitulada “Entre Repressões e Resistências: Memórias Lesbianas no Contexto da Ditadura Civil-Militar Brasileira e Redemocratização (1968–1988)” e o retorno das atividades do Grupo de Estudos do LEGH naquele ano.

Os dados sobre as visitas ao perfil revelam um engajamento significativo, com um total de 2.335 de visitas, indicando uma taxa positiva de 73,9%. A tendência de angariar novos seguidores mantém uma média consistente de 581, com uma taxa positiva de 14,4%. Esses números refletem a relevância e o impacto positivo do conteúdo compartilhado pelo perfil, demonstrando um crescente interesse e interação da comunidade on-line com as atividades do Laboratório de Estudos de Gênero e História.

Com esses dados, podemos perceber que ao longo do ano de 2023 o LEGH conseguiu um alcance maior que nos anos anteriores, e que as *V Jornadas* tiveram um papel importante nessa divulgação de conteúdo, já que muitos avisos e prazos relacionados ao evento, e que eram primeiramente publicados no site, foram divulgados pelo perfil do Instagram por meio de hiperlinks e notícias relacionadas. Este aumento de visibilidade sugere uma crescente relevância e interesse na comunidade on-line, consolidando o @legh.ufsc como uma referência ativa no cenário digital em estudos de gênero e história.

Sobre o conteúdo

Com uma atividade maior no perfil do Instagram, as publicações utilizadas na página são através de imagens e *stories* (sem dados de *reels*), com alcance de 2,1 mil. As imagens são divididas em formato do conteúdo em *Carrossel* e/ou *Outras Publicações*, sendo carrossel melhor em 461 de alcance e 94 de engajamento, contra 447 e 68 em outras. O perfil possui um *engajamento* considerado muito bom, com 1,9 mil (59,3% positivo).

O levantamento com ranking das publicações mais engajadas demonstrou que, em 18 de abril de 2022, a divulgação da volta do ano letivo e as atividades do LEGH (modelo on-line),

teve 205 curtidas. Já a mais comentada foi a homenagem pelo Prêmio Mulheres na Ciência da PROPESC/UFSC 2021 à Professora Dra. Cristina Scheibe Wolff, com 19 comentários. Como mostra o infográfico a seguir:

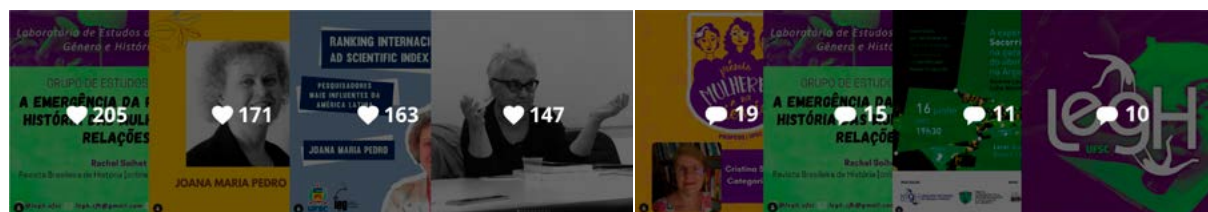


Figura 3 – Infográfico de publicações (*Instagram*) entre o período de 2022 e 2023

Fonte: Elaborado pelas autoras com informações retiradas do perfil @legh.ufsc

O canal no YouTube (@GeneroeHistória)

O Laboratório de Estudos de Gênero e História iniciou seu canal *Gênero e História* em março de 2020, publicando uma série de vídeos de seu projeto “Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964–1985)”. Desde então, o canal tem sido utilizado para divulgação de projetos vinculados ao laboratório, entrevistas, lançamentos de livros e conversas com as autoras, atuando na disseminação de conteúdo científico nas redes.

A coleta de dados do YouTube para esta investigação foi feita até 04 de outubro de 2023, através do YouTube Studio, uma plataforma utilizada para criadores de conteúdo monitorarem o desempenho de seu canal. O canal “Gênero e História” obteve 6396 visualizações nos últimos 365 dias (19% a mais do que no ano anterior), o que resultou no total de 366,8 horas de conteúdo assistidas nesse período e aumento de 157 pessoas inscritas (29% a menos do que no ano anterior). Até este período, o canal possui 1,56 mil inscrições.



Figura 4 – Visão geral do canal Gênero e História

Fonte: Gráficos retirados da plataforma YouTube Studio

Sobre o alcance

Ao analisar o perfil etário e de gênero dos espectadores do canal, deparamo-nos com a ausência de informações. Contudo, foi possível acessar o meio pelo qual o público encontra o canal, e se esse público é composto de espectadores recorrentes ou novos. Ao analisar os dados do último ano, podemos observar que a maioria das pessoas encontra os vídeos do canal do LEGH através da

pesquisa na plataforma do YouTube (37,2%), indicações externas, como links no Instagram, envio por e-mail, entre outros (16,8%) e vídeos sugeridos (13,3%).

Conforme a análise dos últimos noventa dias, foi possível observar que as visualizações são majoritariamente compostas por espectadores que estão acessando o canal pela primeira vez. Esses dados podem indicar que o canal expande seu alcance através do uso de múltiplas redes sociais, mas tem uma baixa capacidade de retenção do público, que não retorna para acessar mais do conteúdo posteriormente.

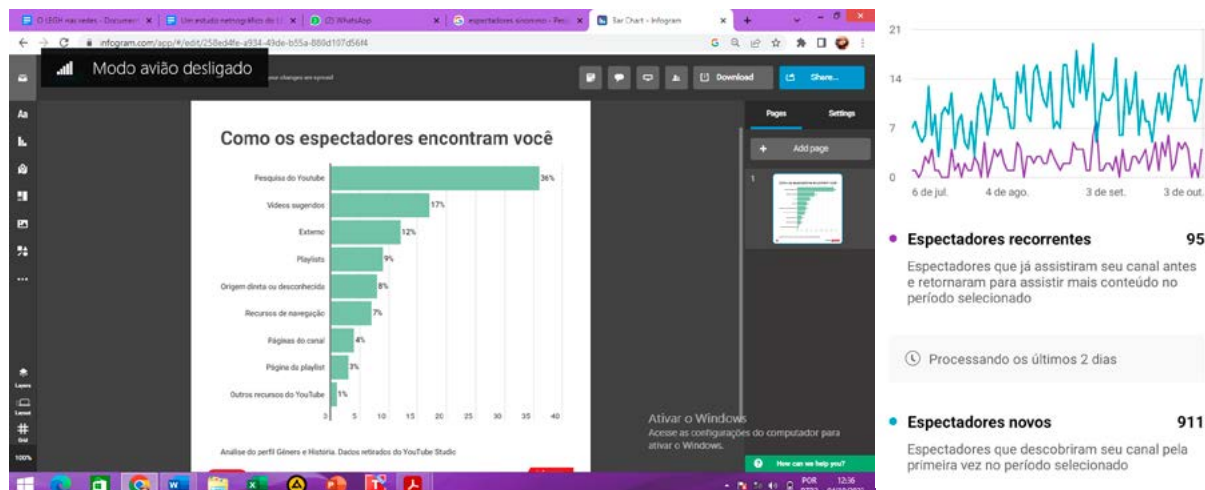


Figura 5 – Mapeamento dos espectadores
 Fonte: Dados retirados da plataforma YouTube Studio

Sobre o conteúdo

Os vídeos mais acessados do canal “Gênero e História” mantiveram-se no topo também nesse último ano: dos dez vídeos mais acessados de outubro 2022 a outubro de 2023, nove deles pertencem à série “Mulheres de Luta”, que possui os maiores índices de visualizações e engajamento:

Tabela 2 – Desempenho de vídeos mais populares do canal YouTube (Gênero e História) entre 2022 e 2023

Título do vídeo	Data de publicação	Visualizações no último ano	Porcentagem média de tempo de visualização
Mulheres de Luta - Ep. 3: Movimento Feminista	Abr. 14, 2020	702	20,03%
Mulheres de Luta - Ep. 6: Mulheres Rurais	Mai. 5, 2020	480	33,54%
Mulheres de Luta - Ep. 11: Lésbicas	Jun. 9, 2020	409	23,23%
Mulheres de Luta - Ep. 1: Mulheres Militantes de Esquerda	Mar. 31, 2020	391	20,49%
Mulheres de Luta - Ep. 5: Mulheres Negras	Abr. 28, 2020	215	25,98%

Fonte: Elaboração das autoras, 2023

Em sua maioria, os comentários envolvem agradecimentos e elogios à produção dos vídeos, vindos de pessoas que seguem o canal. No entanto, vídeos com maior alcance ou que abordam temas considerados polêmicos trazem comentários que fogem do padrão dos espectadores do canal “Gênero e História”. A análise de comentários recebidos por esta rede não será aprofundada com a atenção devida, mas será contemplada particularmente em futuras investigações, uma vez que envolve atenção ao contexto político-social brasileiro, por exemplo.

O canal publicou nove vídeos no período analisado, que abordam conversas com autores de livros, mesas redondas, aulas inaugurais e lançamentos on-line, totalizando setenta e seis vídeos no canal (incluindo públicos e não listados). O Laboratório categoriza seu conteúdo em quatro playlists, sendo essas “Projeto Políticas da Emoção e do Gênero”, “Conversa com as Autoras”, “Aulas, Conferências e Entrevistas” e “Mulheres de Luta”.

As métricas do canal “Gênero e História” seguem um padrão de desempenho similar ou levemente superior a outros canais parecidos, considerando seu início relativamente recente. Notamos que as primeiras publicações do canal (série “Mulheres de Luta”) tiveram o melhor desempenho, e seguem populares até os dias atuais, enquanto publicações mais recentes não têm conseguido alcançar métricas semelhantes. Apesar disso, o canal apresentou aumento de diversos índices neste ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo um saldo negativo apenas no aumento de seguidores, que havia sido maior em 2022.

Após os dados levantados das plataformas virtuais, como o *site* oficial do LEGH e suas redes sociais do Instagram, Facebook e YouTube, foi possível compreender a materialidade que os meios digitais desempenharam e vem desempenhando nas articulações científicas e políticas, uma participação importante e relevante tanto para divulgação de pesquisas e resultado, quanto na formação de redes solidárias e de interação entre comunidades que discutem, resistem e pautam temáticas relacionadas a gênero.

Considerações finais

Os estudos na área de gênero e feminismo vêm compreendendo a internet e as redes sociais como pontos importantes de organização, comunidade, suporte, identidade e também disputa na luta pelos direitos e defesas (VALENTE, 2023). Como aponta Florencia Rovetto (2019, p. 508) em seu trabalho sobre as articulações das lutas feministas, as possibilidades oferecidas pela internet amplificam as vozes de mulheres, com suas lutas e reivindicações, em um ritmo que complexifica a dinâmica conflitiva de um mundo carregado de desigualdades.

Fazendo conexão sobre os estudos de gênero e a internet, como citado acima, mencionamos o papel que as redes sociais do LEGH desempenharam no ano de 2018, período em que Jair Messias Bolsonaro, candidato autodenominado de extrema direita, foi eleito Presidente da República. Durante este período, as redes sociais on-line do Laboratório não apenas serviram como um meio efetivo de divulgação científica, mas também se transformaram numa ferramenta estratégica de enfrentamento. Através do perfil de Instagram e do canal no YouTube, especialmente, o Laboratório compartilhou conhecimentos e também se solidificou como uma comunidade politicamente posicionada num momento de muitos ataques contra discussões sobre gênero, feminismos e sexualidades, temáticas que também foram fortemente pautadas e deturpadas em notícias falsas e alavancadas

por movimentos de direita que vão contra a falaciosa “Ideologia de Gênero”, como é o caso do “Escola Sem Partido” que, desde 2014, vem ganhando notoriedade.

O fortalecimento dessa presença digital não apenas reforçou os laços internos da comunidade do LEGH, mas também destacou a grande importância de espaços on-line dedicados à promoção de discussões inclusivas e resistência em face de adversidades políticas. Este episódio histórico resalta o papel significativo que as plataformas digitais desempenham na disseminação de informações e na construção e sustentação de comunidades resilientes em momentos críticos.

Este levantamento inicial revelou, ainda, como a comunidade cresceu conforme a internet foi se expandindo, tanto em termos de usuários, quanto em termos de compartilhamento e possibilidades de criação de conteúdo. Acreditamos que LEGH, portanto, vem expandindo sua presença na internet e se tornando, também, instrumento de conhecimento, acolhimento e luta feministas, ainda que em disputas constantes.

Referências

AGUIAR, Jacqueline Gomes de. A Pesquisa Etnográfica Online em Tempos de Cultura da Convergência. *Revista Observatório*, [S. l.], v. 5, n. 6, p. 109–131, 2019.

IRE, Binah e SILVA, Janine Gomes da. O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH: pesquisas e histórias feministas. in: WOLFF, Cristina S., ZANDONÁ, Jair e MELLO, Soraia C. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, pp. 349-369. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257>. Consulta em 16/11/2023.

KOZINETS, Robert V. *Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

ROVETTO, Florencia Laura. Las Luchas Feministas y las Periodistas con Visión de Género: Una Articulación Indispensable. In: *Mundos de Mulheres no Brasil*. VEIGA, Ana Maria; NICHNIG, Claudia Regina; WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair Zandoná (org) – Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, Janine G. da; PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 71, p. 193-210, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i71p193-210. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/152716>. Acesso em: 16 nov. 2023.

VALENTE, Mariana. *Misoginia na Internet: Uma Década de Disputas por Direitos*. Editora Fósforo, São Paulo: 2023.

LEGH. Disponível em: <https://legh.cfh.ufsc.br/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

AUTORIA

ANA CAROLINA ANDRADE DE CAMARGO é graduanda do curso de Licenciatura e Bacharelado em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), no qual é bolsista PIBIC/CNPq, sob orientação da Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff. Desenvolve pesquisas acerca dos feminismos e antifeminismos e os discursos de ódio nas redes sociais. E-mail: ancarolandracamargo@gmail.com ORCID: 0009-0004-2680-4522.

ANA PAULA COUTO DA SILVA é professora associada do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui Doutorado (2006) e Mestrado (2001) em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e graduação em Matemática com Bacharelado em Informática pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1999). Principais áreas de interesse: computação social, redes complexas, modelagem de sistemas computacionais, processos Markovianos, métodos numéricos para solução de processos Markovianos. E-mail: ana.coutosilva@dcc.ufmg.br.

ALINE DIAS é professora de História formada pela Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Mestre em História pela Universidade de Santa Catarina - UDESC, doutoranda pelo sistema de cotas raciais no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista pela CAPES, membra do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Desenvolve pesquisas sobre Racismo, lesbianidades e produção cultural de mulheres negras da diáspora brasileira, com ênfase na cena cultural negra catarinense e alemã. Email: diasdealine1@gmail.com. ORCID: 0000-0002-1137-5276.

ATHAYSI COLAÇO é professora substituta na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA- CE), doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016) e graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (2013). Desenvolve pesquisa na área de História da Ditadura Militar e das relações de gênero, história das emoções e violência política de gênero. Atualmente, pesquisa as experiências de maternidade de mulheres militantes políticas na ditadura militar brasileira. e-mail: athaysicolaco@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1228-1386>.

AILÊ V. GONÇALVES é graduanda do curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo bolsista de Iniciação Científica do CNPq no projeto “A Internet como Campo de Disputas pela Igualdade de Gênero” sob coordenação da Prof. Dr. Cristina Scheibe Wolff. Mestre em Literatura (2019), na linha de pesquisa “Subjetividade, Memória e História” com ênfase em Literatura Brasileira do PPGLit/ UFSC, com graduação em Letras Português (2016), também pela UFSC. E-mail: goncalvesaile@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8115-214X.

BÁRBARA SOUTO é graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o laboratório MARGENS (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero). Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: violência de gênero, masculinidades e psicologia social. E-mail: barrrbarasouto@gmail.com.

CINTIA LIMA CRESCÊNCIO é historiadora, doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora da Universidade Federal do ABC (UFABC). É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEG/UFABC). Desenvolve pesquisas sobre feminismos, mulheres, gênero, humor e riso. E-mail: cintia.lima@ufabc.edu.br Orcid:0000-0002-2992-9417

CLÁUDIA MAIA tem pós-doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa; é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros; coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero e Violência e do Observatório Norte-mineiro de Violência de Gênero; pesquisadora do Grupo de Pesquisa PROJETAH - História das Mulheres, gênero, imagens e sertões; pesquisadora colaboradora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa - CICs.Nova; bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: claudia.maia@unimontes.br ORCID: 0000-0002-8358-8940.

CRISTINA SCHEIBE WOLFF é historiadora, doutora em História pela Universidade de São Paulo com pós-doutorados na Universidade de Rennes 2 na França e na Universidade de Maryland nos Estados Unidos. É professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É uma das fundadoras do LEGH/UFSC, participante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e editora da Revista Estudos Feministas. Foi a coordenadora do projeto Mulheres de Luta: feminismos e esquerdas no Brasil (1964-1985) www.mulheresdeluta.ufsc.br e do Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul. E-mail: cristina.wolff@ufsc.br ORCID: 0000-0002-7315-1112.

EDUARDO DOS SANTOS CHAVES é licenciado e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Docente do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis, onde leciona em cursos de Ensino Médio e em cursos superiores. Atualmente desenvolve o doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC) sobre mulheres de direita e ditadura civil-militar. E-mail: eduardo.chaves@ifsc.edu.br ORCID: 0000-0003-0982-3698.

ELAINE SCHMITT possui doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atualmente realiza estágio de pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e é integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Desenvolve pesquisas relacionadas à comunicação, tecnologia, violências digitais de gênero e democracia, com financiamento da FAPESC/CNPq. E-mail: elaine.schmitt@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2197-320X.

ELIONAY RODRIGUES MARQUES possui graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2014). Pós-graduada em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Aluna de pós-graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde desenvolve pesquisa relacionada ao impacto das *fake news* no ensino de História. Trabalha na rede municipal de ensino de Joinville. E-mail: elionay.rodrigues.29@gmail.com. ORCID: 0009-0002-5257-4914.

EMILI CRISTIE MARCHIORI é graduanda do curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo bolsista de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq/PIBITI/UFSC no projeto “A Internet como Campo de Disputas pela Igualdade de Gênero” sob coordenação da Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff. E-mail: emili.historia@gmail.com Orcid: 0009-0000-3285-2089.

FERNANDA ROCHA GONÇALVES é graduada em Sistemas de Informação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: fernandarmg@gmail.com.

GABRIEL P. OLIVEIRA é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCC/UFMG). Mestre e bacharel em Ciência da Computação pela UFMG em 2021 e 2018, respectivamente. Atualmente, é membro do Laboratório de Ciência da Computação Interdisciplinar (CS+X) e Cientista de Dados no Projeto Capacidades Analíticas (DCC/UFMG e GSI/MPMG). Seus interesses de pesquisa incluem computação social, ciência de dados e análise de redes sociais, com forte ênfase em domínios colaborativos. E-mail: gabrielpoliveira@dcc.ufmg.br. ORCID: 0000-0002-7210-6408.

GABRIELA ALVES C. F. FERREIRA é especialista em Arte, Cultura e Educação pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (CESUMAR). Graduada em Tecnologia em Fotografia pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Atualmente é graduanda no curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: gabrielaacff@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6009-3056.

JANINE GOMES DA SILVA é doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004), com pós-doutorado na Universidade de Rennes 2, na França. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora e uma das coordenadoras do Instituto de Estudos de Gênero – (IEG/UFSC) e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História - (LEGH/UFSC). E-mail: janine.gomesdasilva@gmail.com ORCID: 0000-0003-2866-2981.

JOANA MARIA PEDRO é doutora em História Social (USP-1992), professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002 e, também, nos Estados Unidos, na Brown University entre 2016 e 2017. Foi Presidenta da ANPUH – Associação Nacional de História na gestão 2017-2019, hoje está aposentada e trabalhando com professora voluntária nos programas de Pós-Graduação em História e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É uma das pesquisadoras do IEG – Instituto de Estudos de Gênero - <http://www.ieg.ufsc.br/> e do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História <http://www.legh.cfh.ufsc.br/>, pesquisadora 1-A do CNPq. Suas publicações mais recentes são: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (organização). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. PEDRO, Joana Maria e ZANDONÁ, Jair (org). Feminismos & Democracia. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. Email: joana.maria.pedro@ufsc.br ORCID: 0000-0001-5690-4859.

KATHARINE NATALY TRAJANO SANTOS é uma pessoa não-binária, cria do Ibura, em Recife/Pernambuco. Tem Graduação em História (Licenciatura) pela Universidade de Pernambuco (UPE) e Mestrado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), além de passagem pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), tendo pesquisas financiadas em todas estas instituições. Atualmente, está doutoranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), é bolsista Capes (código de financiamento 001) e pesquisadora no Laboratório de Estudos em Gênero e História (LEGH/UFSC). Faz parte da Diretoria Nacional da Associação Nacional de História (Anpuh) como Representante da Pós-graduação (2022-2024) e, desde 2020, é uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho em Gênero da Anpuh - seção Pernambuco (2020-2022; 2022-2024). Suas áreas de interesse são: Estudos de Gênero e Sexualidade, Estudos Queer, Relações Étnico-raciais, Decolonialidade, Internet, História Social e Produções Culturais. E-mail: kath.trajano@gmail.com. Orcid: 0000-0001-7668-1365.

LARA LUCENA ZACCHI é doutoranda pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), bolsista PROMOP, e mestre pela mesma instituição. É formada em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra pesquisas no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), no Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC/UDESC) e no Laboratório de Ensino de História (LEH/UDESC). Atualmente desenvolve pesquisas no campo da história do tempo presente, com enfoque nos temas: maternidade, violência de Estado, ditaduras militares, gênero, feminismos e história das emoções. E-mail: lalalucenaz1@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6295-2336.

ISABELA REGAGNAN é graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). Mestranda no Programa de Pós-graduação em História com ênfase em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de História Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder. Integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Suas áreas de interesse são: Estudos de Gênero, Feminismos, Cinema, Audiovisual e Internet. E-mail: isabelaregagnan@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-6891-3533.

LETÍCIA BORGES DE ASSIS é jornalista, formada pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), mestra em Educação e Comunicação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Bolsista CAPES, integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), membro do corpo editorial da Revista Motrivivência (CED/CDS/UFSC) e do Coletivo Desencaixa. Ativista pelos direitos das pessoas que vivem com HIV e pelas pessoas gordas, tem um canal no YouTube onde fala destes e outros assuntos. Coursou mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília (sem defesa de dissertação). É uma das coordenadoras nacionais do Grupo de Estudos Transdisciplinares das Corporalidades Gordas do Brasil - Pesquisa Gorda. Atualmente, desenvolve pesquisa interseccional sobre o estigma da gordofobia e sorofobia em uma perspectiva feminista. E-mail: simsoudiva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6092-0189>.

LUIZ AUGUSTO POSSAMAI BORGES é mestrando em História Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa Relações sociais de dominação e resistência. Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROEX/CAPES). Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o quadro de pesquisadores associados do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), do Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS (CLOSE/UFRGS) e da Rede de Historiadorxs LGBTQI+. Autor e co-autor de mais de 10 publicações. Se interessa pelas seguintes áreas: História LGBTQI+, História Social, Estudos de Gênero e das Sexualidades, História dos Feminismos, Branquitude Crítica, História das Emoções, História Oral, Arquivo, Memória, Cartografia, História Recente do Cone Sul e História do Tempo Presente do México. E-mail para contato: luizaugustopossamai@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-6250-8761

MARIA CLARA SILVA CHAVES é graduanda no Curso de História na Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica - PROINIC/BIC-UNI. ORCID: 0009-0002-5703-8264.

MARIANA O. SILVA é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e bacharel em Ciência da Computação pela UFMG em 2020 e 2017, respectivamente. Atualmente, é Cientista de Dados no Projeto

Capacidades Analíticas (DCC/UFMG e GSI/MPMG). Seus interesses de pesquisa incluem Ciência de Dados, Aprendizado de Máquina e Análise de Redes Sociais. E-mail: mariana.santos@dcc.ufmg.br. ORCID: 0000-0003-0110-9924.

MARINA DE OLIVEIRA BORTOLATTO é graduanda do curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista PIBIC/CNPq no projeto “A Internet como Campo de Disputas pela Igualdade de Gênero”, sob coordenação da Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff. E-mail: ninabortolato@gmail.com.

MIRELLA M. MORO atua no Departamento de Ciência da Computação (DCC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui doutorado em Ciência da Computação pela University of California in Riverside (2007), e graduação e mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na SBC (Sociedade Brasileira de Computação), é coordenadora do Programa Meninas Digitais (2022-atual), foi membro do seu Conselho (2019-2023), Diretora de Educação (2009-2015), editora-chefe da revista eletrônica SBC Horizontes (2008-2012), e editora associada do JIDM (Journal of Information and Data Management, 2010-2012). Seus interesses incluem pesquisa orientada a dados, diversidade de gênero, computação e cultura, e educação em computação. E-mail: mirella@dcc.ufmg.br. ORCID: 0000-0002-0545-2001.

PEDRO AUGUSTO AGUIAR E SILVA é graduando do Curso de Direito na Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica - PROINIC/CNPq. ORCID: 0009-0004-1002-6447.

RAYANE PEREIRA ASSUNÇÃO é graduanda do Curso de História na Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica - PROINIC/BIC-UNI. ORCID: 0009-0007-3606-7919.

RENATA CAVAZZANA é mestre em História Global pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha de pesquisa Histórias Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder. Bolsista CNPq. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2021). É pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Desenvolveu pesquisa sobre a imprensa feminista no Cone Sul na década de 1980 e a escrita da história por movimentos feministas no Brasil e na Argentina. E-mail: renata.cavazzana@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9142-1190.

RENATA SANTOS MAIA é doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Unimontes; bolsista do Programa de Fixação de jovens doutores FAPEMIG/CNPq. ORCID: 0000-0002-6981-7612.

TALITA FERNANDES ARAUJO é graduada em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Paraná (2021). Mestranda no programa de História Global da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha História Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder. Integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). É bolsista Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Tendo áreas de interesse em: Brasil Contemporâneo, gênero, masculinidades negras, rap e cosmo percepções afrocentradas. E-mail: talitaaraujof@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1303-5811282.

“A sensação que tenho ao ler A internet como campo de disputas de gênero. É a de que sobrevivemos à tempestade perfeita, formada por um governo de extrema-direita irracional e negacionista em meio à pior pandemia dos últimos cem anos. Nós, pesquisadoras e ativistas feministas, estivemos – estamos ainda – na linha de frente de combate ao bolsonarismo. Se não fosse o voto das mulheres, conquistado arduamente há cerca de um século ao redor da Terra, o mundo estaria dominado pela extrema-direita. Em todos os países em que homens abraçam o extremismo de direita, a proporção de mulheres que o rejeitam é enorme. Somos a resistência num campo de disputas. E a mão em punho que tantas vezes levantamos é uma mão não servil.”

Lola Aronovich
professora, pesquisadora e ativista feminista

